

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

**CLUBES SOCIAIS NEGROS: LUGARES DE
MEMÓRIA, RESISTÊNCIA NEGRA,
PATRIMÔNIO E POTENCIAL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Giane Vargas Escobar

**Santa Maria, RS, Brasil
2010**

CLUBES SOCIAIS NEGROS: LUGARES DE MEMÓRIA, RESISTÊNCIA NEGRA, PATRIMÔNIO E POTENCIAL

por

Giane Vargas Escobar

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Área de Concentração em História e Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Patrimônio Cultural.**

Orientador: Prof. Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos

Santa Maria, RS, Brasil

2010

E74c Escobar, Giane Vargas
Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra,
patrimônio e potencial / por Giane Vargas Escobar; orientador Júlio
Ricardo Quevedo dos Santos. – Santa Maria, 2010.

205 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria,
Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-
Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, RS, 2010.

1. PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO 2.

SOCIABILIDADE NEGRA 3. CLUBE SOCIAL NEGRO – SANTA

MARIA, RS I. Santos, Júlio Ricardo Quevedo dos, orient. II.Título.

CDU : 316.356.4

Ficha elaborada por Maria Alice de Brito Nagel, CRB 10-588

©2010

Todos os direitos autorais reservados a Giane Vargas Escobar. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita com autorização por escrito do autor.

Endereço: Rua Venâncio Aires, n. 2114, Bairro Centro, Santa Maria, RS, 97010-004
Fone (55) 96086790; End. Eletr: giane.vargasescobar@gmail.com

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em
Patrimônio Cultural

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**CLUBES SOCIAIS NEGROS: LUGARES DE MEMÓRIA,
RESISTÊNCIA NEGRA,
PATRIMÔNIO E POTENCIAL**

elaborada por
Giane Vargas Escobar

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Patrimônio Cultural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Júlio Ricardo Quevedo dos Santos, Dr.
(Presidente/Orientador)

Iosvaldyr Carvalho Bittencourt Júnior, Dr. (UFRGS)

Maria Catarina Chitolina Zanini, Dr^a. (UFSM)

Maria Medianeira Padoin, Dr^a. (UFSM)

Santa Maria, 27 de março de 2010.

Ao meu estimado e fraterno amigo **Oliveira Silveira** (in memoriam), que nos deixou no plano material no dia 1º de janeiro de 2009. Idealizador do 20 de Novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra. Especial incentivador deste trabalho. Articulador do Movimento Clubista, professor, escritor, poeta da Consciência Negra, militante negro radical e ao mesmo tempo doce... doce..., fala mansa e de atitudes fortes, não quis que chorássemos em sua volta, nem flores, nem velas, nem música... “gosto de preto em gente, vermelho em coisas...”, assim dizia Oliveira. Aqui cumpriu sua missão. Valeu a luta!

A **minha família**: a meus pais **Jorge e Jonbelina** pela compreensão, amor, carinho e por entenderem a minha ausência. A **Angelina e Arnoldo**, meus queridos avós, que não tiveram oportunidade de ler inúmeros livros, mas que “liam” com maestria meus sentimentos, minhas angústias, minhas vontades e me incentivaram, mesmo em outra esfera.

A **minha amada filha Aline**, “menina bonita do laço de fita”, que aprendeu enfrentar o processo de negação da identidade imposto às crianças negras, lendo as adoráveis palavras de Ana Maria Machado e Maria Rita Py e se enxergando nestes livros como pessoa negra.

A **minha amada filha Geanine** que desde cedo soube o que é ser militante e se orgulhar de ser o que é, sem medo, com ousadia, uma autêntica “mulher negra, negra mulher”.

Ao **meu companheiro Adelar** pela paciência, incentivo e apoio incondicional.

À **população negra** por ser resiliente e resistente e por nunca desistir de lutar para “poder viver, ou até mesmo sobreviver”.

AGRADECIMENTO

Ao meu orientador **Prof. Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos**, pela sensibilidade e respeito com que sempre tratou este trabalho, estimulando e repassando uma nova maneira de posicionar-se diante do mundo, com olhares diferentes, mas focado em um objetivo: o de transformação de uma realidade adversa, que foi fundamental para as conclusões e finalização desta dissertação.

Ao **Movimento de Clubes Sociais Negros do Brasil**, pelo apoio e auxílio nas pesquisas de campo, em especial a cada um dos representantes do Estado do Rio Grande do Sul, pela garra, força e competência com que preservam seus espaços e lutam diariamente para que não venham a desaparecer.

À **Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**, a SEPPIR, em nome de **Renata Melo Barbosa do Nascimento**, por apoiar as demandas dos Clubes Sociais Negros do Brasil, materializadas em aporte financeiro, dando visibilidade em âmbito nacional e internacional a estes espaços com o Projeto de um Site/Portal e por acreditar que o Projeto de Memória e Salvaguarda é elemento basilar, que garantirá o Registro e o reconhecimento destes lugares como Patrimônio Material e Imaterial do povo brasileiro.

A **todas as mulheres negras guerreiras**, mães, esposas, namoradas, amantes, trabalhadoras, políticas, estudantes, africanistas, capoeiristas, militantes, faveladas, acadêmicas, que se “dividem em mil” para dar conta dos inúmeros afazeres e da tripla discriminação, personalizadas aqui em nome de quatro mulheres negras admiráveis: **Celanira Rodrigues Escobar, Maria Rita Py Dutra, Kelly Cristina da Silva e Joana de Cássia Prudêncio**.

Aos estimados **Coordenadores e Professores do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria** que

selecionaram este trabalho e aceitaram o desafio de estimular um projeto voltado para questões da negritude.

À **equipe de dinamizadores do Museu Comunitário Treze de Maio** e aos **acadêmicos** que por lá passaram e àqueles que continuam com o olhar brilhante da juventude, apesar das adversidades e desafios, que juntos passamos, e pelos que ainda estão por vir, pelas conquistas que obtivemos neste espaço que, muito mais que visitado, é para ser vivenciado, valorizado, apropriado.

À **Antonia Mariza P. César, João Heitor da Silva Macedo e Jussara Lopes**, por terem sonhado comigo durante a Especialização em Museologia e por acreditarem que a volta às origens era necessária e por todos aqueles antigos sócios que conseguimos sensibilizar para junto conosco reinventar o patrimônio. Ao **Paulo Carus** (in memoriam) por ter conseguido “reconquistar” a chave do Treze que não estava mais com a comunidade negra.

Aos queridos amigos **Priscila Quesada e Leonardo Verônimo**, por todas as horas que juntos passamos “arquitetando” o Museu.

À **ABREMC**, a Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários, em nome de **Odalice e Valter Priosti**, além de **Hugues de Varine**, por acreditar e estimular os “museus heréticos”.

Aos **gestores da Brigada Militar de Santa Maria** por permitirem a minha ausência justificada e apoiarem o meu trabalho através da preservação de suas memórias institucionais, e à colega de trabalho e amiga **Maria Cândida da Silveira Skrebsky** pelo incentivo nas horas mais desafiantes desta dissertação.

Aos **antigos sócios do “Treze”**, pelas informações que me repassaram e riqueza imaterial da “roda de lembranças” nas pessoas de **Alcey Bonifácio dos Santos, Alcione Flores Amaral e Doroti Santos Lucas**.

Aos **colegas do Mestrado em Patrimônio Cultural/UFSM**, pela diversidade de projetos que conhecemos, experiências que trocamos e vivenciamos.

Aos **orixás** que me protegem, obrigada!

ENCONTREI MINHAS ORIGENS

Encontrei minhas origens
em velhos arquivos
... livros
encontrei
em malditos objetos
troncos e grilhetas
encontrei minha origens
no leste
no mar em imundos tumbeiros
encontrei
em doces palavras
... cantos
em furiosos tambores
... ritos
encontrei minhas origens
na cor de minha pele
nos lanhos de minha alma
em mim
em minha gente escura
em meus heróis altivos encontrei
encontrei-as enfim
me encontrei

Oliveira Ferreira da Silveira,
Roteiro dos Tantãs, 1981

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Santa Maria

CLUBES SOCIAIS NEGROS: LUGARES DE MEMÓRIA, RESISTÊNCIA NEGRA, PATRIMÔNIO E POTENCIAL

AUTORA: GIANE VARGAS ESCOBAR

ORIENTADOR: JÚLIO RICARDO QUEVEDO DOS SANTOS

Data e local da Defesa: Santa Maria, 27 de março de 2010.

Os Clubes Sociais Negros tiveram papel decisivo na formação da sociedade brasileira. Romperam com os padrões de uma época, atuando incisivamente na luta contra a escravidão e a discriminação racial, sendo que o espaço mais antigo do país se localiza no RS, além de constituírem a maior representatividade até então mapeada. O **problema** que delinea este trabalho versa sobre quais as principais medidas que devem ser tomadas por gestores clubistas e Estado no que tange à preservação destes territórios que, ao final do século XX e início de novo milênio, vêm procurando sobreviver às intempéries da desarticulação, do descaso e pedindo socorro. O presente trabalho utiliza como **metodologia** a pesquisa documental e bibliográfica, além de técnicas de história oral e observação participante, com caráter etnográfico, aplicação de questionário, analisando os encaminhamentos finais do 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras, realizado no ano de 2006, em Santa Maria/RS, o qual representou um marco histórico na construção de um novo paradigma, com demandas registradas na “Carta de Santa Maria”, que apontou as principais diretrizes para as ações de dirigentes clubistas e poder público nos próximos anos. A investigação tem como **objetivo principal** propor a implementação de políticas públicas de preservação, manutenção, fortalecimento, difusão e salvaguarda destes lugares de resistência e identidade negra, centrando o estudo na trajetória e transformações pelas quais passou a Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio, Clube Social Negro criado por ferroviários da extinta Viação Férrea de Santa Maria/RS, em especial no período do seu nascimento, de 1903 a 1914, e sua posterior revitalização como um museu comunitário que surge em pleno século XXI, como uma estratégia, uma reinvenção do patrimônio, com olhar para o passado, buscando as origens, mas com ações no presente com vistas ao reconhecimento e Registro desta centenária agremiação e outros pares como patrimônio imaterial da sociedade brasileira. Nesse sentido, considera-se como principal **resultado** deste trabalho a abertura do processo de Registro dos Clubes Sociais Negros do Brasil, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, em 05 de novembro de 2009, o que lhe garantirá, após o inventário, a elaboração de um Plano de Salvaguarda, vindo ao encontro do que prevê a Política Nacional do Patrimônio Imaterial.

Palavras-chave: clubes sociais negros; memória; patrimônio material e imaterial afro-brasileiro; políticas públicas

ABSTRACT

Master Thesis
Graduate Professional Program in Cultural Heritage
Federal University of Santa Maria

SOCIAL BLACK CLUBS: MEMORY PLACES, BLACK RESISTANCE, HERITAGE AND POTENTIAL

AUTHOR: GIANE VARGAS ESCOBAR

ADVISOR: JÚLIO RICARDO QUEVEDO DOS SANTOS

Date and place of the Master Thesis Defense: March 27th,2010

The Black Social Clubs had an important place in Brazilian society formation. They broke the standards of a time, acting in the fight against slavery and the racial discrimination. The more ancient place is located in Rio Grande do Sul (South of Brazil), and it represents the greater representation. The objective of this study is to know what principal measures should be done by the club managers and State about the preservation of these places that, in the end of the XX century and the beginning of the new millennium, have been searching survive to the disarticulating problems, neglecting and asking for help. The methodology of this work is a documentary and bibliographic research as well as techniques of the oral history and participant observation, with econographic character, doing an analysis of the final routings of the 1st National Meeting of Black Clubs and Societies, occurred in 2006, in Santa Maria/RS. This meeting was a historical mark, constructing a new paradigm with demands registered in the "Santa Maria Letter", which pointed the principal guidelines for the club directors and the Public Power in coming years. The investigation has the principal objective of suggesting public policies in order to preserve, keep, strengthen, spread and safeguard these places of resistance and black identity, focusing the study on Treze de Maio, a Black Social Club created by workers of the extinct railroad in Santa Maria, RS, Brazil, mainly in its birth, from 1903 to 1914 and its revitalization as a community museum in the XXI century. This museum appears as a strategy, a reinvention of the heritage, with an eye in the past, searching the origins, but with actions in the present to recognize and register this centennial club and other pairs as immaterial heritage of Brazilian society. In this sense, it is consider as the principal result of this work, the opening process of the Social Black Clubs Register in Brazil, by the National Historic and Heritage Institute, (NHHI) in November 5th,2009, which will guarantee, after the inventory, the elaboration of a Safeguard Plan, which contemplates the National Politic of Immaterial Heritage.

KEY WORDS: social black clubs; memory; material and immaterial Afro-Brazilian heritage; public policies.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Principais características da Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio.....	98
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SCFTM – Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio

MTM – Museu Treze de Maio

AAMTM – Associação dos Amigos do Museu Treze de Maio

CONAPIR – Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial

PLANAPIR – Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial

SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal

ABREMC – Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Certidão de 22 de fevereiro de 1965, com registro de alteração do nome da Rua 24 de Maio para Silva Jardim e alteração do nome da Sociedade Treze de Maio para Sociedade Cultural Ferroviária 13 de Maio.....	186
ANEXO B – Acta da Fundação da Sociedade Treze de Maio, 13 de maio de 1903.....	187
ANEXO C – Acta do “assentamento da pedra fundamental”, 14 de maio de 1911.....	188
ANEXO D – Ata da “Inauguração do novo Prédio”, 1966.....	189
ANEXO E – Folder da 21ª Semana Municipal da Consciência Negra - Santa Maria, 16 de novembro de 2009.....	190
ANEXO F – Logomarca desenvolvida para o 1º Encontro Nacional de Clubes Sociais	191
ANEXO G - Blog oficial dos Clubes Sociais Negros do Brasil: Negros.....	192
ANEXO H - 1º Troféu Oliveira Silveira – Destaques Negros do RS.....	193
ANEXO I – Carta de Santa Maria, 2006.....	194
ANEXO J – Espelho Projeto Site/Portal Clubes Sociais Negros do Brasil – SICONV/2009 (empenhado, aprovado, publicado).....	195
ANEXO K – Espelho de emenda de apropriação de despesa.....	196
ANEXO L – Ofício nº 541/2009 da Prefeitura Municipal de Santa Maria disponibilizando contrapartida para o Projeto de Memória.....	197
ANEXO M – Ofício 097/09 – GAB/DPI/IPHAN – Brasília, 1º de junho de 2009. Encaminha Instrução Normativa 001/09, de 02 de março de 2009.....	198
ANEXO N – Ofício-Circular nº 002/09 – GAB/DPI/IPHAN – 05 de novembro de 2009 - Informa a abertura do processo nº 01450.007019/2009-98, ref. registro	

dos Clubes Sociais Negros do Brasil no “Livro de Registro dos Lugares”	199
ANEXO O – Ofício nº 234/09 – GAB/DPI/IPHAN – solicita complementação da documentação	200
ANEXO P - Espelho do Projeto de Memória dos Clubes Sociais Negros do Brasil – SICONV/2009 (em análise).....	201
ANEXO Q – Página de Hugues de Varine, França, 2009 – publicação de artigo Clubes Sociais Negros.....	202

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Modelo de Cadastro Nacional de Clubes Sociais Negros, 2006.....	203
APÊNDICE B – Relação dos Clubes Sociais Negros do RS.....	204
APÊNDICE C – Instrumento de Pesquisa – Questionário.....	205

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	9
LISTA DE TABELAS	10
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	11
LISTA DE ANEXOS	12
LISTA DE APÊNDICES	14
1 INTRODUÇÃO	18
2 O NEGRO NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA NO FINAL DO SÉCULO XIX: SOB OLHARES E INTERESSES MONARQUISTAS E REPUBLICANOS	31
2.1 Os trabalhadores negros escravizados e a Princesa Isabel: a “negociação” da liberdade em um campo de conflitos	32
2.2 O negro no RS: a resistência negra e o mito da democracia racial e pastoril	47
3 MEMÓRIA, PODER E CONSTRUÇÃO DAS “IDENTIDADES” NOS “LUGARES DE NEGROS”	57
3.1 Clubes Sociais Negros: lugares de sociabilidade e de defesa de direitos das elites negras urbanas no período pós-abolição	57
3.2 Clubes Sociais Negros: patrimônio imaterial afro-brasileiro	78
3.2.1 A face afro-brasileira do patrimônio cultural no Brasil	83
3.2.2 Os Clubes Sociais Negros e a preservação da memória coletiva	85
3.2.3 Clubes Sociais Negros: lugares de memória e resistência de negros e negras	88

4 A SOCIEDADE CULTURAL FERROVIÁRIA TREZE DE MAIO: PATRIMÔNIO AFRO-BRASILEIRO, NA CIDADE DE SANTA MARIA, REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DO RS	94
4.1 Santa Maria no início do século XX e o bairro do Rosário: um lugar de identidade negra	94
4.2 A Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio: lugar de memória, resistência negra, patrimônio e potencial	97
4.2.1 As origens da Sociedade 13 de Maio: a família, organização e o lazer (1903-1914).....	100
4.2.2 O auge da Sociedade Treze de Maio: a fase de ouro, reconhecimento, moralidade e rigidez (1950-1980)	106
4.2.3 As atividades desenvolvidas no Treze: da austeridade à tolerância.....	112
4.2.4 O desaparecimento do Treze: desestruturação, apatia e impotência (1990-2000).....	115
4.4 A reinvenção do patrimônio cultural: o Museu Comunitário Treze de Maio como estratégia para a revitalização do legado cultural afro-brasileiro em Santa Maria/RS	117
4.4.1 Museus de ontem, museus de hoje e a perspectiva de uma museologia comunitária	118
4.5 No limiar do século XXI, um Museu da Cultura Afro-Brasileira no RS: principais ações no período 2001-2009	126
5 POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E REPARAÇÃO AO POVO NEGRO E PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO AFRO-BRASILEIRO	141
5.1 A Conferência de Durban na África do Sul e sua revisão em Genebra	142
5.2. Os Clubes Sociais Negros do Brasil e a aprovação das demandas da Carta de Santa Maria na II CONAPIR 2009	145
5.3 O 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras: as origens do Movimento Clubista	147
5.4 O Cadastro Nacional de Clubes Sociais Negros	150
5.5 O Projeto Site/Portal dos Clubes Sociais Negros do Brasil: acesso, socialização das informações e visibilidade	152
5.6 O pedido de Registro junto ao IPHAN como Patrimônio Cultural Imaterial e o Projeto de Memória dos Clubes Sociais Negros do Brasil: a salvaguarda de um legado afro-brasileiro	153

5.7 Os Encontros do Movimento Clubista do Estado do Rio Grande do Sul: aproximar para fortalecer projetos, lembranças e ações.....	160
6 CONCLUSÃO.....	163
REFERÊNCIAS.....	175

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2001 foi um período de mudanças significativas em minha vida pessoal e profissional, pois retornei a Santa Maria após de ter fixado residência em Porto Alegre durante seis anos. E foi lá pelo MARGS, o Museu de Arte do RS, pelo Arquivo Público do RS e Casa de Cultura Mário Quintana que nasceu o meu interesse pelos museus, instituições “danadas e devoradoras”, como diz o poeta e museólogo Mário Chagas no prefácio do livro *A Danação do Objeto*¹. Mas foi em Santa Maria, que, nesse mesmo ano, comecei a entender teoricamente que área era aquela em que eu trabalhava empiricamente, como servidora pública estadual, vislumbrando conhecer as suas teorias metodológicas, os seus mecanismos de organização, de sustentabilidade e de apropriação de saber.

Fazer um curso superior faz uma diferença muito grande quando passamos a perceber como se dão os mecanismos de mobilidade social para negros e brancos em uma sociedade capitalista e desigual. Ter feito uma Especialização em Museologia (2001-2002) fez diferença expressiva em minha formação, como mulher, negra, ativista do movimento negro e mãe de duas meninas negras. Estar freqüentando um Mestrado em Patrimônio Cultural em uma Universidade Pública faz uma diferença maior ainda, pois, se nos cursos superiores podemos perceber que 98% dos estudantes são brancos, imaginem o percentual de negros em cursos de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) em nossas universidades públicas.

A militância museológica e a convivência com ativistas do movimento negro se deram ao mesmo tempo, em 2001, e me instigaram a pensar que aquele conhecimento individual não poderia se restringir à academia ou ao meu projeto de vida pessoal e profissional, deveria extrapolar paredes e se tornar um projeto

¹ RAMOS, 2004. p. 8.

coletivo. Foi um grande desafio e penso que escolhemos o caminho certo para as nossas inúmeras indagações de sala de aula, de estudantes que descortinavam um novo saber, pelo menos para nós naquele momento (já que esta tipologia de museu não é tão nova assim), o mundo dos museus comunitários.

Passaram-se 122 anos da abolição da escravatura e ainda temos muito a avançar nas questões de gênero, raça e classe. Por isso penso que as cotas nas Universidades Públicas se fazem necessárias e urgentes, como medidas reparatórias, indenizatórias por conta de uma dívida que o Estado brasileiro tem para com a população negra. Dívida esta impagável e que não prescreve, pois a nossa ancestralidade negra resistiu de maneira brava a todas as agruras de um sistema escravista, e é a ela que devemos nos reportar e agradecer por nos ter deixado um legado que o sistema não conseguiu tirar do negro: a alma e o espírito guerreiro.

É importante dizer que cotas nada mais são do que ações afirmativas. São políticas de promoção de igualdade de oportunidade pelo fato de existirem grupos que estão em situação de desvantagem histórica, política, pedagógica e psicológica. Diante deste fato e a partir do reconhecimento de que o Brasil é um país racista, é que o Estado assume uma política social para a inclusão de negros e populações indígenas.

Ainda que paulatinamente executadas pelos organismos que deveriam ser o cerne de uma política de inclusão, como, por exemplo, as escolas, para as quais, a partir do ano de 2003, existe uma lei específica que obriga estas instituições a introduzirem a história da África e da cultura afro-brasileira em seus currículos, pode-se dizer que a Lei 10639/03 está posta, mas a sua aplicação é bastante polêmica e gradativa, reduzindo-se a atividades pontuais durante a Semana Nacional da Consciência Negra, que culmina com as comemorações do dia 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares.

Para muitos basta chamar um grupo de capoeira ou de dança afro para se apresentar e passar o resto do ano sem ter mais que falar em negros, muito menos lembrar dos alunos negros, que não se veem representados nos livros didáticos, das crianças negras, que não conhecem heróis e personalidades negras e que evadem da escola por não se sentirem incluídas, e da própria juventude negra, que se vê atraída por outras “atividades”, como o tráfico de drogas, já que esta é a “oportunidade” que lhes resta num mercado de trabalho escasso, em que o

empresário valoriza a “boa aparência” (= ser branco) e sabe muito bem dizer quem é negro e quem não é na hora de escolher com quem ficará a vaga.

Por isso acredito na **relevância de se trabalhar** com a preservação dos Clubes Sociais Negros do país, pois é aí que estão inseridas as histórias e memórias de uma grande parcela da população negra. É nesses espaços que se constroem a autoestima, a autoimagem e as “identidades negras”, é aí que as relações se estabelecem e os conflitos também, pois os Clubes Sociais Negros, além de lugares de memória, de construção da sociabilidade e cultura negra, são espaços de legitimação do poder.

Partindo do pressuposto que para “preservar um bem é preciso amá-lo e para amá-lo é preciso conhecê-lo”, fui estimulada a buscar informações sobre a Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio. O trabalho com história oral foi fundamental, pois a historiografia oficial não registrou que em Santa Maria, no ano de 1903, nascia uma sociedade formada por ousados homens e mulheres negras que tinham como objetivo “comemorar o Treze de Maio”, além de promover o conagração entre seus membros, arrecadar fundos para funerais de seu quadro de sócios, promovendo festas, bailes de carnaval, bailes de debutantes, organizando grupos de teatro negro, mantendo uma rica biblioteca, um time de futebol e, nos anos de 1980, uma sede campestre, que não existe mais.

Entrevistei inicialmente, em 2001, dez antigos sócios do “13”, dando prioridade aos de idade mais avançada, entre 60 e 90 anos, cujas informações foram importantíssimas para o meu entendimento do significado simbólico e afetivo daquela Sociedade para a comunidade negra de Santa Maria e região. Foi aí que procurei entender também as estruturas e significados do contexto passado, do contexto presente e que perspectivas se poderiam vislumbrar a partir daquelas falas. Percebi que as informações convergiam à medida que mais entrevistados eram abordados, mas que também havia divergências.

Foi na sala de aula que eu juntamente com mais três colegas² do Curso de Especialização em Museologia/UNIFRA (2001-2002), encantados com as teorias do Ecomuseu Comunitário, de Hugues de Varine e pelos nossos mestres³, que a cada

² O Projeto Museológico de criação e implantação do Museu Treze de Maio foi idealizado pelos então alunos: Giane Vargas Escobar, João Heitor Macedo, Antonio Marisa P. César e Jussara Lopes.

³ A Museóloga Rosana Andrade Dias do Nascimento (UFBA) foi orientadora deste projeto e nos estimulou a pensar tecnicamente em como construir com a comunidade negra uma instituição deste porte.

final de semana nos deixavam maravilhados com as possibilidades de renovação a partir da museologia, começamos a elaborar o Projeto do Museu Treze de Maio, que desde a sua origem, muito mais que valorizar o acervo material e a importância da eficiência técnica, seu objetivo foi o de valorizar a “vida”, o patrimônio imaterial, afetivo, simbólico e cultural inserido naquele prédio que precisava de medidas urgentes para sua revitalização, já que suas instalações se encontravam em estado lamentável, extremamente precárias.

Quando falo em patrimônio imaterial, acredito que é impossível separar estas duas faces, pois um prédio, um berimbau, um caxixi, um reco-reco, uma roupa de dança afro, uma escultura de um orixá, um bastão de cerimonial africano, uma roupa de Oxalufã⁴ com seus inúmeros bordados, metais, búzios e contas estão impregnados de imaterialidade, de histórias, de memórias e de esquecimentos, e foi essa imaterialidade, materializada no prédio do “Treze”, que nos estimulou a iniciar o projeto de revitalização desse espaço e implantação de um “museu diferente”, inspirado na museologia social e comunitária⁵. Foi nesse contexto que começou o meu interesse em conhecer mais de perto os clubes sociais negros e a minha própria história. Inicialmente pesquisando a história do “Treze”, que posteriormente vai culminar com a minha participação no processo coletivo de construção, articulação política, elaboração do projeto e organização do *1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras*, realizado em novembro de 2006, em Santa Maria.

A partir do trabalho iniciado em 2001, passei a entender o verdadeiro sentido de palavras como mobilização, articulação política, desmobilização, comunidade, resistência, comunidade negra, inclusão, movimento social, políticas públicas, conflitos, persistência, desafios, museologia social e comunitária.

Não bastava finalizar a pesquisa e deixá-la na academia, sem ter um sentido útil para a sociedade. Era preciso ir além. Era necessário envolvimento, engajamento, exposição da imagem sem medo de ferir suscetibilidades, agir no seu sentido mais pragmático; pegar de fato o projeto e levar a uma Câmara de

⁴ É um orixá (Deus) africano, um Oxalá (o mais respeitado, o pai de todos) muito velho, cultuado em todo Brasil pelas religiões de matriz africana. Caracteriza-se por andar curvado, anda com dificuldade e hesitação, como se estivesse atacado pelo reumatismo e apoia seus passos cambaleantes sobre um *paxorô* (ou *opaxorô*), grande bastão de metal branco, encimado pela imagem de um pássaro e ornado por discos de metal e pequenos sinos. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Oxalufan> e <http://ocandomble.wordpress.com/os-orixas/>. Acesso em: 31 março 2010.

⁵ VARINE, 2000. p. 21-34 passim.

Deputados; olhar no olho de um parlamentar e dizer que também queríamos uma emenda para aquele ano; falar com o Prefeito Municipal ou até mesmo utilizar uma tribuna na Câmara de Vereadores e despertar suas atenções de maneira que pudessem inserir o Projeto do Museu Treze de Maio em um programa do município de Santa Maria. Dizer aos agentes políticos e iniciativa privada a importância daquele projeto para a comunidade negra e para a cidade de Santa Maria e que precisávamos de recursos para a revitalização do prédio do 13 e que almejávamos o tombamento daquele espaço, pois sabíamos dos seus benefícios; sensibilizar ativistas do movimento negro e apresentar o projeto elaborado em sala de aula, ouvindo as críticas e as resistências à idéia inicial, pois o senso comum ainda vê o museu como espaço de coisa velha e estática, sem conhecimento de causa sobre as possibilidades de uma “Museologia da Libertação”⁶; abdicar de estar ao lado dos familiares, nos finais de semana, ou durante as noites, aproveitando, inclusive, os feriados, para construir diferentes projetos para instituições de fomento que poderiam ser potenciais apoiadoras e financiadoras da recuperação do prédio; buscar outros parceiros técnicos e políticos que se aliassem àquela proposta.

Esse agir foi essencial para o processo de reconstrução do antigo Clube Treze de Maio e sua revitalização como museu comunitário, que no ano de 2008 foi considerado pela comunidade local como um dos “150 orgulhos da cidade de Santa Maria”⁷, quando esta completou o seu sesquicentenário. E foi graças às ações coletivas, técnicas e políticas, vontade de fazer, persistência, em especial a luta e organização do movimento social negro, que foi possível avançar na proposta de criação do primeiro museu da cultura negra do Estado do RS, o Museu Treze de Maio.

De acordo com Domingues (2004)⁸, a construção do conhecimento histórico não se restringe ao condicionamento classista. A questão é mais ampla e complexa. Além do recorte de classe, a atividade de pesquisa é influenciada, de forma combinada, pelos interesses de gênero, raça e orientação sexual. Em um país marcado pelo preconceito racial, uma gama da produção historiográfica é, em larga escala, sua imagem e semelhança. Os preconceitos de naturezas diversas, em particular o racial, influenciam na escolha de temas, personagens, na seleção e

⁶ VARINE 2000. p. 21-34 passim.

⁷ **DIÁRIO DE SANTA MARIA**. 150 Orgulhos da cidade de Santa Maria. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 17 maio 2008. Revista Especial.

⁸ DOMINGUES, 2004. p. 22.

manipulação de dados, na interpretação do processo; em suma, são reproduzidos nas teorias e abordagens supostamente incolores, pois, na essência, estão a serviço da dominação da “raça” branca. Afinal, a história não é dada, mas construída socialmente.

É importante dizer que “raça”, no sentido biológico do termo não existe, mas ela prevalece sob o ponto de vista de uma construção histórica, cultural e política das elites dominantes que se utilizam de um discurso racial para manipular ideologicamente as diferenças fenotípicas entre os grupos humanos, de maneira a legitimar a dominação das “raças”, supostamente superiores sobre as “raças” supostamente inferiores⁹, impedindo assim que determinados grupos, como negros e indígenas, tenham mobilidade social em uma sociedade que se diz pluriétnica e multicultural, como a sociedade brasileira.

Essas classificações científicas, segundo Giralda Seyferth (2007) tinham como alvo as pessoas de pele mais escura, desqualificando-as esteticamente, moral e comportamentalmente, com vistas à manutenção de poder de uns em detrimento de outros¹⁰.

Embora o conceito de raça sob o ponto de vista biológico não signifique mais nada, Seyferth (2007), ao fazer uma análise sobre a noção de raça no Brasil na metade do século 20, nos explica que, em especial hoje, em função das ações afirmativas, o que caracteriza o conceito de raça, sob o ponto de vista antropológico, é uma construção social que interfere nas relações sociais, informa comportamentos individuais e coletivos, instrui determinadas práticas discriminatórias na medida em que fornece signos e símbolos de pertencimento – fatores que interferiram nos sistemas classificatórios produzidos no campo científico. É sob este ponto de vista antropológico que nos debruçaremos neste trabalho, na tentativa de tentar desconstruir estereótipos que pairam no imaginário social brasileiro acerca dos negros, colocando-os nos seus “devidos lugares”.

Domingues (2004) afirma, ainda, que um país multirracial e poliétnico não pode aceitar que se escreva apenas a história dos vencedores, ou seja, dos considerados brancos. Embora negada, a história do negro não é irrelevante. Pelo contrário, é tão importante quanto qualquer outro segmento da população. Uma

⁹ **Relatório de Desenvolvimento Humano – Brasil 2005**: racismo, pobreza e violência. Brasília, DF: PNUD, 2005.

¹⁰ SEYFERTH, UFSM. 2007, p. 101-129.

história plural pressupõe o registro da diferença, o acolhimento da diversidade e o reconhecimento do “outro”.¹¹

Giacomini (2006) nos diz que, normalmente, os estudos sobre populações e grupos negros no Brasil têm concentrado sua atenção naquelas camadas mais pobres. Enquanto nos Estados Unidos, os estudos clássicos lançaram luz sobre estratégias e formas de vida de negros que alcançaram afirmar-se através de uma marcada ascensão social, no Brasil, o silêncio a este respeito é quase total e causa estranhamento falar que este país também avançou pelas mãos de uma “elite negra empoderada” que construiu Clubes Sociais Negros.¹²

Por isso pesquisar as histórias dos Clubes Sociais Negros e propor políticas para a sua preservação é um desafio que se coloca diante de uma sociedade que não se reconhece racista e não admite que homens e mulheres negras também construíram este país com a sua força de trabalho, onde a globalização impõe comportamentos iguais para culturas diversas, resultando assim no desaparecimento ou no “sincretismo negativo”¹³ das culturas diferentes.

Por tudo isso não tive dúvida nenhuma ao escolher, como **tema/problema** de minha dissertação do Mestrado, os Clubes Sociais Negros, pois sei o quanto são importantes pesquisas relacionadas às questões étnico raciais, em especial no que diz respeito aos estudos relacionados aos africanos e afro-brasileiros, assim como pesquisas sobre as populações indígenas. Caso contrário não haveria necessidade de uma Lei tornando obrigatório o ensino destas etnias - que estão na origem da formação do povo brasileiro - nas escolas e que ainda carece de avanços na formação dos professores acerca dessa temática, o que constitui um grande desafio para as universidades públicas.

Regina Célia Lima Xavier (2008) ressalta que a capacidade dos africanos de estabelecer laços entre si, de construírem afinidades étnicas imprescindíveis para a compra de suas liberdades, aponta, cada vez mais, para a importância de estudos sobre etnicidade como forma de compreender as diferentes formas de sociabilidade e de cultura construída pelos escravos na formação do Rio Grande do Sul e do Brasil meridional. Quando se contabilizam mais de 400 trabalhos produzidos nos

¹¹ DOMINGUES, 2004. p. 22

¹² GIACOMINI, 2006. p. 23.

¹³ Segundo BARBOSA (2006, p. 15) é a política cultural da dominação, é a destruição e extirpação do “outro”, por meio do convívio forçado entre diferentes culturas.

últimos seis anos sobre a escravidão no Brasil meridional, tem-se uma idéia do quanto a pesquisa se expandiu. No entanto, pelo menos no que se refere ao Rio Grande do Sul, muito ainda resta para ser feito. Raros são os trabalhos demográficos, conhece-se relativamente pouco o perfil dos escravos nas suas diferentes áreas e suas formas de vida. Trabalhos comparativos de fôlego, que relacionem a experiência histórica do Rio Grande do Sul com aquela do Paraná e de Santa Catarina, ainda precisam ser feitos.¹⁴

A investigação teve como **objetivo principal** propor políticas públicas de preservação, manutenção, fortalecimento, difusão e salvaguarda destes lugares de memória, resistência e identidade negra, **centrando o estudo e delimitando o tema** na trajetória e transformações pelas quais passou a Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio, Clube Social Negro criado por ferroviários da extinta Viação Férrea de Santa Maria/RS, em especial no período do seu nascimento, de 1903 a 1914, e sua posterior revitalização como um museu comunitário. O trabalho está estruturado em seis capítulos, sendo esta Introdução o **Primeiro Capítulo** desta dissertação.

Como **objetivos específicos** o trabalho se propôs a organizar a documentação e informações cadastrais dos 53 Clubes e Sociedades Negras do Estado do RS e 14 de outros estados, coletadas durante o 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras, realizado em Santa Maria, em novembro de 2006; propor que os Clubes Sociais Negros sejam importante veículo para a implementação de ações afirmativas e de políticas públicas de promoção da igualdade racial, em especial da Lei 10.639/03, que obriga o ensino da Cultura Africana e Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio; disponibilizar aos clubes e interessados, informações acerca da trajetória da Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio, explicitando os desafios, os desvios e possibilidades de desenvolvimento, a partir da sua revitalização enquanto um museu comunitário; possibilitar a partir dessa pesquisa a organização de uma rede informatizada de clubes e sociedades negras, com ampla divulgação na internet, visando novos estudos e a troca de experiências e conhecimentos.

Neste trabalho utilizei como **metodologia** a pesquisa documental; bibliográfica; fontes orais; etnografia (observação participante) e questionário. Foram

¹⁴ XAVIER, 2008., p. 28.

extraídas informações, ainda, dos livros de atas, carteirinhas e fichas de associados da Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio, de Santa Maria. Utilizei, também, como fonte, Estatutos de Clubes de outros Estados, como método comparativo. Procurei dessa forma, entender as diferenças e semelhanças entre clubes e a diversidade de “identidades negras” neles presentes.

A **pesquisa de campo proposta** neste trabalho é do tipo descritiva com uma abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa implica na obtenção dos dados descritivos, decorrentes do contato do pesquisador com a situação alvo do estudo, havendo uma ênfase maior no processo do que no produto, destacando a perspectiva dos participantes, pois ela

Tem o ambiente natural como sua fonte de dados e o pesquisador como seu principal instrumento; b) os dados coletados são predominantemente descritivos; c) a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; d) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador; e) a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.¹⁵

Nesse sentido, com esta técnica de observação participante que se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado se viabilizou uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real, conforme nos explica a pesquisadora social Minayo (2002).¹⁶

Sendo assim, participei efetivamente da organização e articulações políticas e técnicas que culminaram com a realização do 1º Encontro Nacional de Clubes Sociais Negros e dos seis Encontros Estaduais realizados no RS no período de 2006 a 2009. Além de atuar como técnica responsável pela elaboração de dois projetos considerados fundamentais para o Movimento Clubista: o Site/Portal e o Projeto de Memória, demanda número um da “Carta de Santa Maria”.

Como **metodologia** foi importante a apropriação dos métodos e técnicas de história oral, além de aplicação de questionário intitulado “Instrumento de Pesquisa” (APÊNDICE A), com questões em sua maioria, abertas, o qual foi respondido por 15 gestores de Clubes Sociais Negros do Brasil, sendo 9 do Rio Grande do Sul, 2 do

¹⁵ LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.44.

¹⁶ Minayo, M. et al. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

Rio de Janeiro, 1 de Santa Catarina e 1 de São Paulo. A aplicação dos **questionários** tiveram a **finalidade** de registrar os anseios, objetivos, sonhos e sentidos atribuídos aos Clubes Sociais Negros na **contemporaneidade**, através da manifestação dos seus gestores, usuários e freqüentadores. Além disso, utilizei como fonte, o Cadastro Nacional de Clubes e Sociedades Negras, por mim elaborado em 2006, com coleta de dados obtidos por uma equipe do Museu Treze de Maio e Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros.

Considerou-se oportuno utilizar como referência para este trabalho os referenciais teóricos e as reflexões viabilizadas durante o Ciclo Etnografia 2008, do Núcleo de Estudos Contemporâneos (NECON) do Curso de Ciências Sociais da UFSM, realizado em dezembro de 2008, onde foram discutidos e analisados os textos de James Clifford (1998), Clifford Geertz (2002), Bronislaw Malinowsky (1976) e ainda as discussões sobre o vídeo, A Tribo dos Kripendorf (1998). Estas referências foram importantes para este estudo, já que este se constitui em um trabalho de campo, onde foi imprescindível saber “olhar, ouvir, escrever e interpretar” de acordo com o contexto e as experiências vivenciadas em cada momento.

O **Segundo Capítulo** se propõe a estudar e analisar como os republicanos tentaram apagar, da memória nacional, a lembrança da “redentora dos escravos”, embora os negros insistissem em relembrar, exaltar e rememorar a figura da Princesa Isabel e o que os republicanos fizeram para garantir cidadania ao povo negro no período pós-abolição.

No desenvolvimento dessa pesquisa, voltei a autores clássicos como Dante de Laytano (1957), Moacyr Flores (2007 e 2009) e outros de vanguarda como Renato Ortiz (2006), João José Reis e Eduardo Silva (1989) que fazem uma abordagem, sob o ponto de vista do escravo, da “negociação e do conflito”, trazendo à cena a história de homens e mulheres vivendo os seus limites, não como vítimas absolutas e nem como heróis o tempo todo, mas na maior parte do tempo numa zona de indefinição entre um e outro polo, em que era possível “barganhar”, “negociar” para poder sobreviver às intempéries de um sistema cruel, genocida e lesa-humanidade, que foi o regime escravocrata.

Como referência, utilizou-se, também, Robert Daibert Junior (2004) que mostra um lado pouco conhecido e explorado da Imperatriz Isabel, a mãe, a esposa, a filha dedicada, segura e de opiniões formadas. Complementando este lado pouco

conhecido da Imperatriz, utilizaram-se informações do DVD produzido pelo Museu Imperial/IPHAN/Ministério da Cultura, que desvenda a Princesa Isabel através da “fotobiografia”. Este material foi produzido enquanto se discutia e elaborava a proposta de um seminário comemorativo aos 160 anos da Princesa Isabel, em 2006, no qual se procurou compreender a figura humana, feminina e política da Princesa Isabel, do seu marido, pai e familiares, como também a história da fotografia no Brasil.

Importante ressaltar, ainda, a abordagem de Roderick J. Barman (2005), que apresenta questões de gênero e poder no século XIX, trazendo à tona detalhes da vida privada da princesa, bem como sua atuação pública ao assumir o trono brasileiro durante três períodos.

Para melhor entender os diversos significados da palavra “poder”, foi necessário se apropriar da obra de Pierre Bourdieu (2002) que faz uma profunda análise do que é o “Poder Simbólico”, este “poder invisível” o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhes estão sujeitos ou mesmo que o exercem”¹⁷. Nesse sentido, procura-se, ainda, no Segundo Capítulo, apresentar quais foram os caminhos para a negociação da tão almejada “liberdade”. Qual o papel exercido pela imperatriz Isabel e por que não foi possível chegar ao terceiro reinado, embora apoiada pelos abolicionistas moderados e por boa parte da população negra, que dobrava os joelhos diante da Princesa branca.

Por que os trabalhadores negros, que lutaram bravamente pelo fim do escravismo, insurgindo-se contra o sistema, suicidando-se, formando quilombos, manifestando suas crenças mesmo à revelia de uma sociedade que não aceitava as manifestações religiosas de origem africana, creditaram à Princesa Isabel o papel máximo pela sua libertação, consagrando-a na memória nacional como a “Redentora” dos escravos e a eles resultando um papel secundário e de submissão diante de tais fatos?

A obra intitulada “As Camélias do Leblon e a Abolição da Escravatura”, de Eduardo Silva (2003) foi essencial para o entendimento da história secreta do movimento abolicionista articulado e “negociado” em parceria com abolicionistas moderados, negros escravizados e libertos e a própria Princesa Isabel.

¹⁷ BOURDIEU, 2002, p. 7-8 passim.

No **Terceiro Capítulo** procura-se entender os diferentes conceitos acerca de memória, poder e “identidades” e como isto se manifesta nos “lugares de negros”. Trabalha-se com o conceito de “lugares de memória” de Pierre Nora (1993) e de memória coletiva, abordada por Maurice Halbwachs (2006). Busca-se, ainda, entender alguns conceitos de patrimônio, além de se trabalhar com a perspectiva de alegoria, invenção, abordada por Françoise Choay (2006). Aborda-se o conceito de Clube Social Negro sob o ponto de vista da resistência, com a apresentação das imagens de suas edificações, em diferentes locais do país. As diferentes identidades construídas em cada Clube Social Negro passam pelos estudos preconizados pelos antropólogos Frederick Barth (1998) e Roberto Cardoso de Oliveira (2000).

O **Quarto Capítulo** é dedicado a estudar a Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio, em especial no período do seu nascimento até a sua transformação em um Museu Comunitário, oportunizada pelas novas políticas de preservação patrimonial do Estado, enquanto estratégia de reinvenção do patrimônio. Conceituam-se tipologias diferentes de museus, pois se acredita que assim como os museus, os clubes são “lugares de memória e poder” e afirmação das “identidades negras”. O estudo também está voltado para os museus comunitários sob a ótica da nova museologia e da concepção de patrimônio como possibilidade de desenvolvimento local.

O **Quinto Capítulo** está centrado nos encaminhamentos finais do 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras, realizado em Santa Maria, nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 2006, expressos na *Carta de Santa Maria*, que apresentou propostas com o objetivo de gerar uma pauta nacional para o poder público e os clubes. Apresentam-se considerações sobre as deliberações apontadas na Conferência de Durban – 3ª Conferência Mundial contra o racismo, a intolerância e a Xenofobia e todas as formas correlatas de discriminação e os equipamentos governamentais criados para atender às demandas por políticas públicas de promoção da igualdade racial, como a CONAPIR – Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial e a SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Dessa forma, apresentam-se os objetivos que delinearão o 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras, as perspectivas futuras dos gestores e suas expectativas, as oficinas realizadas com representantes dos Clubes Sociais Negros e os projetos elaborados e encaminhados pós-encontro. Analisa-se ainda a

política de preservação do IPHAN, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no que tange ao Patrimônio Afro-Brasileiro e discute-se sobre os mecanismos oficiais e burocráticos para que os clubes sociais negros venham a ser reconhecidos como Patrimônio Cultural do Brasil, por meio de um novo instrumento criado pelo IPHAN, o INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais. O último Capítulo refere-se à **Conclusão**, apresentando os resultados alcançados e perspectivas de futuras pesquisas a partir desta dissertação.

É importante ressaltar que este trabalho é fruto de apenas um olhar sobre os fatos que antecederam a idealização do Museu Treze de Maio, em 2001 e posterior realização do 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras, em 2006. Pode-se dizer que estes são campos de tensões, de disputas de poder e de gênero, suscetível às mais diversas interpretações e diferentes pontos de vista. Este, como disse, é o meu olhar. “Olhar que melhora à medida que conhece o teu”¹⁸. Uma maneira particular de ver e interpretar “vidas”, embasada nas teorias e na práxis museológica que me proporcionaram estes mais de dez anos de trabalho com diferentes pessoas e acervos, em diferentes espaços museais: um museu de arte, um museu militar, um museu de cunho católico-religioso e um museu da cultura negra, de caráter comunitário.

Nesse sentido, sinto-me à vontade para vislumbrar e sugerir possíveis caminhos viabilizados pela museologia social e comunitária, sem impor nenhum modelo, nenhuma “receita pronta” para os clubes sociais negros, pois cada clube tem a sua missão específica de acordo com o local e a região aonde foram criados.

Assim, a importância desse trabalho reside em pensar e construir estratégias para que os Clubes Sociais Negros não venham a desaparecer, como muitos que já se foram, e que permaneçam para o conhecimento, a difusão, a apropriação, a preservação e a valorização das memórias, histórias e “identidades negras” que estão na base do desenvolvimento deste país.

¹⁸ MACHADO, 2006.

2 O NEGRO NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA NO FINAL DO SÉCULO XIX: SOB OLHARES E INTERESSES MONARQUISTAS E REPUBLICANOS

Neste segundo capítulo, apresentam-se alguns elementos essenciais para a compreensão do que foi o processo de passagem da Monarquia à República e como os trabalhadores negros “negociaram” a sua liberdade, quando lhes foi negado o direito de inserção como sujeitos históricos, responsáveis pela luta diária contra o regime escravista, ficando, ao longo do século XX, com um papel secundário no processo da abolição.

Procurou-se desvendar que interesses permeavam os monarquistas com o fim da escravidão, o que eles pretendiam garantir com esta ação “benevolente” e como se davam as relações de poder entre escravos e senhores neste período que antecedeu a queda da monarquia e a ascensão da República no Brasil.

Importante ressaltar neste capítulo como os republicanos tentaram apagar da memória coletiva a figura da Imperatriz e o endeusamento da princesa “Redentora”. Analisam-se as ações dos republicanos para que o povo viesse a esquecer a correspondente associação da abolição com a Monarquia e o povo. Analisa-se, ainda, neste contexto, o papel da Princesa Isabel, como mulher, mãe, filha, esposa, detentora de poder em uma sociedade essencialmente machista. Trata-se, neste caso, das questões de gênero e poder ao longo do século XIX e como a Princesa Isabel articulou-se para manter-se no poder e preservar a popularidade ao longo dos séculos XIX e XX, com o título de “Redentora dos Escravos”.

Analisa-se o papel dos escravos sob o viés da não-vitimização, conforme explicam Eduardo Silva e João José Reis (1989), “os escravos não foram vítimas nem heróis o tempo todo, se situando na sua maioria e a maior parte do tempo

numa zona de indefinição entre um e outro polo. O escravo aparentemente acomodado e submisso de um dia podia tornar-se o rebelde do dia seguinte, a depender da oportunidade e das circunstâncias”. Procura-se através destes referenciais, analisar o escravo que “negociava para poder viver, ou até mesmo sobreviver”, e o senhor de escravos que também “negociava para poder manter-se no poder”.¹⁹

2.1 Os trabalhadores negros escravizados e a Princesa Isabel: a “negociação” da liberdade em um campo de conflitos

A princesa Isabel e, mais recentemente, Zumbi constituem dois mitos no imaginário coletivo nacional. Por sua vez, Zumbi dos Palmares, ao final do século XX e início do século XXI, vem galgando um lugar de destaque e o dia de sua morte, 20 de Novembro está na pauta das discussões e anseios do Movimento Negro para que se torne feriado nacional, como justa homenagem ao líder quilombola negro assassinado em 20 de novembro de 1695²⁰.

Uma das primeiras cidades a instituir o 20 de Novembro como feriado foi o Rio de Janeiro e, desde então, inúmeras outras cidades e estados têm seguido esta iniciativa por meio de legislação local. Em Santa Maria, esta data foi aprovada como feriado municipal pelo Executivo e Legislativo, no ano de 2003, após muitas reivindicações e luta do Movimento Negro, porém abortada pelo empresariado local que entrou na justiça argumentando que teriam “sérios” prejuízos com mais um feriado na cidade. O que não é de se estranhar, pois assim como nos dias de “passe livre” nos ônibus locais, os grandes beneficiários desta iniciativa eram em sua maioria pretos e pardos²¹, fato este explicitamente desagradável aos olhos das elites, dos empresários, da população do “centro” de Santa Maria e dos lojistas, que neste dia cerravam as suas portas para esta parcela da população alijada dos mecanismos de cultura e de lazer, uma população que sobrevive à margem de uma

¹⁹ SILVA; REIS, 1989.

²⁰ SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 4.437, DE 2004.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/seppir/informativos/destaque.htm#mat1>

²¹ Uma das cinco categorias do quesito cor utilizadas nas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE).

sociedade heterogênea, que se pauta pelo discurso da “democracia racial”, mas que nega a diferença na esperança de ver o “outro” ou muitas vezes as “maiorias étnicas” desaparecerem, conforme afirma Barbosa

Toda a história da cultura de dominação no país é a história da negação do que ela virá a ser, ou seja, uma cultura outra que a cultura ocidental. Esta etnocultura diferente, estigmatizada, impedida de ser reconhecida nas escolas, na cultura oficial, etc., é a parte mais significativa da criação popular, em que as pessoas comuns, os trabalhadores, são os agentes da cultura. Suas formas podem ser mercantilizadas, como foi o carnaval, como são as pinturas “ingênuas” e as panelas de barro, mas não se pode mercantilizar seu próprio impulso criativo a cada geração.²²

No passado, os republicanos, dois meses após a instalação do novo regime político, numa tentativa de apagar da memória coletiva a figura de Isabel, a “Redentora”, e associar o 13 de maio como um complemento do 15 de novembro, instituíram o decreto n. 155 B, de 14 de janeiro de 1890, como feriado, intitulado esta data como “dia consagrado à comemoração da fraternidade dos brasileiros”, dia em que ficamos sendo “irmãos”, com os “mesmos direitos, os mesmos deveres e as mesmas liberdades”, o “dia da raça negra”²³. Este dia “tão importante” como estratégia política dos republicanos, para conquistar a simpatia popular e manter-se no poder, durou quarenta anos e foi extinto o feriado, por Getúlio Vargas, em 1930, num contexto em que a busca de popularidade e mecanismos de aproximação com o povo exigiam reformulações²⁴.

Neste conflito “entre elites” dominantes, proprietários de terras e fazendeiros insatisfeitos, estava o trabalhador negro escravizado, ora sob o pretenso “manto protetor” de uma monarquia prestes a assumir um Terceiro Reinado, elevando a nação brasileira ao status de uma nação “civilizada”, ora sob os olhos vigilantes de um desejo republicano de desqualificar a Monarquia como regime político viável, defendendo a superioridade do regime republicano. Para os proprietários, Isabel teria agido de forma equivocada não atendendo aos interesses da lavoura e, portanto, não deveria governar, nem dar continuidade ao regime monárquico no Brasil²⁵.

²² BARBOSA, 2006, p. 73-74.

²³ DAIBERT Junior, 2004, p. 186-187.

²⁴ Ibid., p.192.

²⁵ BARBOSA, op. cit., p. 181.

Além disso, Isabel era mulher e, conforme explica Barman (2005), a natureza patriarcal das relações de gênero se estendia à vida pública. Todos os cargos governamentais, com exceção do de monarca, eram reservados aos homens. Na igreja católica, somente os homens solteiros podiam ser padres, dotados da autoridade divina e do exercício do poder espiritual. Na área do comércio, as únicas mulheres que podiam administrar os negócios sem macular a honra eram as viúvas. Em todos os níveis da sociedade brasileira, tanto antes quanto depois da independência política, as mulheres se subordinavam aos homens²⁶.

Muitos se enganam ao pensar que a Princesa Isabel foi somente uma construção política das elites que a prepararam desde menina para ser a herdeira do trono, pois como afirma Azevedo:

ao contrário do que se tem convencido pensar ultimamente, Isabel, a “Redentora”, não foi uma simples construção das elites proprietárias interessadas em manter o controle social sobre ex-escravos e seus descendentes. Mais que isso, a figura de Isabel, a “Redentora” dos escravos, construiu-se gradativamente entre olhares negros e brancos e também com muitas idas e vindas. Em torno dela, deu-se verdadeira disputa de representações, construída ao sabor dos interesses e sentimentos de pessoas as mais diversas: monarquistas, republicanos, abolicionistas brancos e negros, historiadores, jornalistas, militantes negros e anti-racistas de diversas épocas ao longo do século 20, generais da ditadura militar nos anos 1970, e autoridades às voltas com as comemorações do centenário da abolição em 1988. E, entre essas pessoas, não poderia faltar a própria Isabel, que – como Robert sugere – era muito zelosa de sua imagem pública.²⁷

Conforme o historiador inglês Barman (2005), no século XIX, somente nove mulheres estiveram no comando político de nações. Entre elas encontrava-se uma brasileira, D. Isabel Cristina Leopoldina de Bragança, a princesa imperial e legítima herdeira do trono de D. Pedro II. O autor resente-se da escassa atenção dos historiadores para com a Princesa, que foi regente durante três períodos, tendo assumido o trono brasileiro, pela primeira vez, aos 25 anos, em 1871, depois em 1876 e finalmente em 1888, quando assinou a lei que libertaria definitivamente os escravos.²⁸

Barman dedica-se a estudar a vida da princesa como veículo para a compreensão da reciprocidade entre gênero e poder no século XIX, definindo

²⁶ BARMAN, 2005, p. 26.

²⁷ DAIBERT Junior (2004 apud AZEVEDO)

²⁸ BARMAN, op. cit..

gênero como a dinâmica (historicamente desigual e exploradora) entre homens e mulheres. O poder pode ser definido, sucintamente, como a autoridade política e, mais amplamente, como o controle dos meios materiais e da crença cultural. Como uma das nove mulheres que ocuparam o cargo de regente ou monarca em seus países no século XIX, D. Isabel deteve poder. Dentro das estruturas de poder, o gênero não funciona isoladamente. Entrelaça-se com a raça e a classe: mais do que em qualquer outro lugar do mundo, no Brasil imperial.²⁹

Este poder quase imperceptível é responsável pela manipulação de interesses individuais que se sobrepõem aos coletivos, mas apresentam-se como se coletivos fossem. É o que Bourdieu (2002) define como o “poder simbólico”³⁰, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder. Dessa forma, a classe dominante, hegemônica, além de se proteger e se integrar, desmobiliza os dominados, pelo fato de que consegue exercer este “poder” simbólico, que se acredita real, mesmo que seja negado que exista ou que se exerce.

Havia um poder explícito também nas manifestações “pacíficas” e “caridosas”, que eram vistas como exemplares na luta pelo fim do escravismo. Tais atitudes eram divulgadas e mesmo os pequenos esforços ganhavam grande repercussão, em especial as da Igreja, que fazia questão de alardear a “grande ajuda” que dava aos escravos. Em lugar das prerrogativas de liberdade e igualdade civil entre os brasileiros cidadãos, aparece a doutrina do evangelho justificando o assistencialismo e o paternalismo “divino”. A libertação ganha “teor religioso”³¹, aproximando os padres, a própria Princesa e aqueles que assim agiam à figura divina, eram endeusados e valorizados pela imprensa abolicionista, pois sacrificavam “caridosamente” parte de seus rendimentos em favor da emancipação e por isso mereciam veneração, aproximando-as da figura do próprio Cristo.

Aos negros restava o papel de “pobres coitados”, passivos que recebiam a liberdade como um presente e deveriam ser “eternamente gratos”. Apesar de nos discursos os negros aparecerem sempre como pessoas pacíficas e benevolentes,

²⁹ Ibid. p. 12.

³⁰ BOURDIEU, 2002. p.14-15.

³¹ DAIBERT JUNIOR, 2004. p.124.

não era essa a realidade vivenciada nas fazendas, aonde a violência era expressa em revoltas coletivas, insurreições, atentados contra senhores e feitores³².

Para Eduardo Silva e João José Reis

os escravos não foram vítimas nem heróis o tempo todo, se situando na sua maioria e a maior parte do tempo numa zona de indefinição entre um e outro pólo. O escravo aparentemente acomodado e submisso de um dia podia tornar-se o rebelde do dia seguinte, a depender da oportunidade e das circunstâncias. Vencido no campo de batalha, o rebelde retornava ao trabalho disciplinado dos campos de cana ou café e a partir dali forcejava os limites da escravidão em negociações sem fim, à vezes bem, à vezes malsucedidas. Tais negociações, por outro lado, nada tiveram a ver com a vigência de relações harmoniosas, para alguns autores até idílicas, entre escravo e senhor. Ao lado da sempre presente violência, havia um espaço social que se tecia tanto de barganhas quanto de conflitos.³³

Reis (1989) observa que os escravos sabiam negociar no conflito, em especial quando havia divergências de opiniões dos senhores em relação aos métodos de controle escravo; por sua vez, os senhores sabiam negociar com os negros por meio do estímulo à rivalidade, às tensões e à fragmentação do grupo étnico “aparentemente” igual. Este fato contribuiu sobremaneira para que as lutas dos trabalhadores negros não avançassem, mesmo assim, pode-se afirmar que nem a tolerância, nem as rivalidades e nem as concessões impediram as revoltas, e foi a religião e a festa, a festa religiosa, inclusive, sem dúvida, que funcionaram como elementos essenciais da política da rebeldia e da resistência dos escravos.³⁴

A religiosidade permitia aos negros se organizarem coletivamente, pois conforme Reis (1989)

Escravos e libertos encontravam-se para orar, festejar seus deuses e lançar seus corpos na dança intensa dos batuques e candomblés; aí eles cantavam e falavam sobre suas tradições e seus ressentimentos, aí também conspiravam ou se levantavam. A resistência violenta coletiva não representava uma quebra completa como ritmo da comunidade africana, era o prosseguimento aprofundado da luta rotineira, o exercício de uma tradicional capacidade de aglutinação e coletivismo entre os africanos.³⁵

³² Ibid., p. 124-125.

³³ SILVA; REIS, p. 7.

³⁴ Ibid., p. 41.

³⁵ Ibid., p. 121

Pode-se dizer que foi através da religiosidade de matriz africana que os trabalhadores negros e negras conseguiram sobreviver ao genocídio que foi a escravidão, pois, segundo Barbosa (2006), quando se examina a História, verifica-se que identidades culturais importantes desapareceram por não manifestar a chamada “consciência para si”, ou seja, a força de recusa coletiva a instrumentos culturais adversos, deliberadamente utilizados para leva-los à extinção.”³⁶

Barbosa (2006) destaca duas características evidentes do movimento unicultural, em prol da destruição do “outro”, do diferente: a) o sincretismo negativo e b) a hiperespecialização do trabalho do grupo subjugado. Sob a ótica das classes dominantes, apenas uma cultura é possível ao negarem finalmente o direito à existência das outras culturas.

Por sincretismo ou sincretismo positivo, Barbosa (2006) entende que se dá quando uma cultura se confunde com a de outro, por um processo de convergência, semelhança ou até convívio forçado entre tais culturas, o que não pode ser confundido com ações culturais de colonização, destruição do outro. No entanto, o sincretismo negativo tem como objetivo central a extirpação do diferente, e uma das principais características desta tipologia de política da dominação é não admitir a diferença, é generalizar para abarcar a maioria das ações culturais dos dominadores³⁷.

Sendo assim, Barbosa (2006) afirma que não existem culturas desprovidas de pessoas. As pessoas não são iguais nas diferentes culturas. Portanto, “cada cultura é uma etnocultura, ou seja, não existe grupo étnico sem cultura ou grupo cultural sem etnia”³⁸. Ele nos explica que, apesar do pai-de-santo branco e do pastor pentecostal negro, não existem culturas miscigenadas, e sim culturas dominantes e culturas dominadas. Não há sociedades transgênicas do ponto de vista cultural. Nessas condições, a estrutura de poder define quais os valores ou rituais das culturas hegemônicas que podem ser mantidos e a que custo. O exercício do poder é essencial à vaidade da dominação³⁹.

Barbosa (2006) esclarece, ainda, que o discurso da dominação, particularmente por meio dos aspectos da cultura oficial (no meio atual, escola, universidade, mídia, etc.) procura negar a relação observável de etnia e cultura,

³⁶ BARBOSA, 2006. p. 17.

³⁷ Ibid., p. 15-16.

³⁸ Ibid., p. 16.

³⁹ Ibid., p. 47.

porque a admissão desse fato levaria à insustentabilidade do padrão cultural dominante⁴⁰.

Sabe-se que a Princesa Isabel refugiava, em seu palácio, em Petrópolis, escravos fugidos e apoiava uma ala mais moderada de abolicionistas, sendo por isso veemente criticada. Temos sobre isso o testemunho insuspeito do engenheiro André Rebouças, que tudo registrava em suas cadernetas implacáveis. Só assim podemos saber hoje, com números precisos, que no dia 4 de maio de 1888, “almoçaram no Palácio Imperial catorze africanos fugidos das fazendas circunvizinhas de Petrópolis”. E mais: todo o esquema de promoção e fugas e alojamento de escravos parece ter sido montado pela própria princesa. André Rebouças sabia tudo porque estava comprometido com o esquema. (...).⁴¹

É importante ressaltar que a Princesa e os monarquistas vislumbravam permanecer no poder no pós-abolição, e estes atos de proteção e de acolhida àqueles que eram o símbolo máximo de tudo o que a sociedade rejeitava, mas queria ter sob o seu domínio, os trabalhadores negros, demonstravam de que maneira se davam os mecanismos de controle, manutenção do sistema e de “negociação no conflito”.

O abolicionista radical Rui Barbosa não acreditava na ação caridosa da princesa e na sua repentina mudança de posição, que agora passava a aliar-se aos ideais dos abolicionistas moderados, pois

Rui Barbosa criticava veementemente a Princesa e partia de um ponto de vista totalmente diferente. Para Rui Barbosa a “guinada” abolicionista da princesa, sua “evolução” ou “mutação política”, não podia ser entendida como simples questão de generosidade ou liberalidade real. Para ele a questão era política, tendo a princesa apenas cedido a uma situação de fato criada pelo movimento abolicionista. Juntos, abolicionistas e escravos – principalmente os escravos – forçaram a “evolução” da princesa na direção da abolição imediata e incondicional. Para Rui Barbosa, a atitude firme dos escravos, as fugas em massa e a formação dos quilombos abolicionistas jogam papel verdadeiramente fundamental para a mudança de atitude da princesa.⁴²

Silva Jardim, o crítico mais corrosivo de Isabel, reconhecia o fato em muitos e variados momentos. Para Silva Jardim era realmente “notório” que dona Isabel “acoutava pretos no seu palácio em Petrópolis”. O que ele não via era qualquer

⁴⁰ Ibid., p. 27.

⁴¹ SILVA, 2003. p.28.

⁴² Ibid, p.30.

mérito ou vantagem nesse fato porque, segundo pensava, sendo Isabel uma princesa, ela “podia, pelo seu poder pessoal, libertá-los a todos de uma só vez”.⁴³

Nas negociações pela liberdade, uma das mais extraordinárias foi a história secreta do movimento abolicionista, no período que antecedeu a abolição, quando foi decisivo o papel do próprio escravo na conquista da abolição. Esta história secreta foi recheada de flores, materializada no seu principal “quilombo abolicionista”⁴⁴: o quilombo do Leblon, localizado na periferia do Rio de Janeiro. O quilombo do Leblon foi uma comunidade onde nasceu a idéia da abolição incondicional e imediata. Nele se cultivavam camélias com o auxílio de escravos fugidos. Era liderada pelo português José de Seixas Magalhães, que ajudava os fugitivos e os escondia na Chácara do Leblon, com a cumplicidade dos principais abolicionistas da época e da própria Princesa Isabel.

Esse tipo de quilombo diferenciava-se do tradicional quilombo-rompimento, pois ao contrário deste, representava um novo modelo de resistência, onde as lideranças eram muito bem conhecidas e muito bem articuladas politicamente. Deixavam-se de lado os grandes guerreiros do quilombo tradicional, para dar espaço a um novo tipo de liderança, uma espécie de instância de intermediação entre a comunidade de fugitivos e a sociedade envolvente, constituindo-se em elemento de negociação e jogo político da sociedade.

Eduardo Silva (2003) explica que com a proteção do imperador, felizmente, o quilombo do Leblon nunca chegou a ser investigado, continuando a princesa Isabel a receber calmamente os seus ramalhetes de camélias subversivas. Com isso crescia barbaramente a influência e o “poder simbólico” das camélias na vida política do país, sobretudo das que pudessem ser identificadas como “camélias do Leblon”, “camélias da Abolição” ou “camélias da Liberdade”. Na guerra simbólica que se instaura, uma outra vez, a própria princesa ousou aparecer em público com uma dessas flores do Leblon a lhe adornar o vestido. A notícia caiu como uma bomba e conseguiu desagradar igualmente a conservadores, a liberais e até republicanos. No auge da campanha abolicionista, passou a princesa a organizar, em Petrópolis, suas famosas “batalhas de flores”, nas quais eram arrecadados fundos com propósitos abolicionistas.

⁴³ Ibid, p.30.

⁴⁴ Ibid., p. 11-18.

Um dos membros ilustres da elite negra, José Carlos do Patrocínio, também se deixou impressionar tão profundamente por essas batalhas de flores e simbolismos quilombolas, que rompeu com seus antigos aliados republicanos e passou a apoiar abertamente a princesa Isabel, “a santa, a meiga mãe dos cativos”. José do Patrocínio, que sempre foi abolicionista e republicano, já não se sentia confortável na companhia de seus antigos companheiros republicanos. Enquanto eles ainda discutiam se era conveniente apoiar a abolição, e com isso perder os votos dos poderosos fazendeiros, a princesa Isabel manifestou-se abertamente abolicionista, aderindo à radicalidade simbólica das camélias do Leblon. Patrocínio, até então um duro crítico da monarquia, cai aos pés da princesa e passa a lhe dar apoio incondicional.

Foi dessa forma que os negros “negociaram a liberdade”, pois à medida que a sociedade os rotulava de “fracos”, “dóceis”, “passivos”, “benevolentes”, mais aumentavam as revoltas e as lutas “invisíveis” que a sociedade da época se negava a ver, mas que ao mesmo tempo conviviam com elas, escapando-lhe por entre os dedos, não encontrando medidas disciplinares para conter tamanha onda de violência contra as imposições do sistema escravocrata, que veio a culminar com a abolição em 13 de maio de 1888.

O fim da escravidão no Brasil foi interpretado e disseminado por toda parte como “doação generosa da bondosa princesa” e não como uma conquista dos escravos⁴⁵, dividindo no máximo os louros desta ação com a ala de abolicionistas moderados. A abolição da escravidão teria como principal desdobramento a garantia do trono, uma vez que Isabel se tornaria extremamente amada pelo ato doador, patriótico e humanitário. A partir daí o terceiro reinado estaria garantido.

Através da fala da Imperatriz, o Museu Imperial, RJ, apresenta a figura humana, feminina e política da Princesa Isabel, reafirmando e legitimando no século XXI, a Princesa Isabel como representante máxima responsável pela abolição e libertação dos trabalhadores negros

(...) A 28 de setembro de 1871 assinava a primeira lei tendente à abolição da escravatura. Desde esse dia todos os filhos de escravos nasceriam livres. Durante minha terceira regência tive a ventura de assinar o ato da abolição completa de mais de 700 mil seres humanos! Desde muitos anos

⁴⁵ DAIBERT JUNIOR, 2004. p. 127.

(repito-o ainda agora) o 13 de maio de 1888 passou a ser um dos mais belos dias de minha vida.(...) ⁴⁶.

A mulher que governaria o Brasil no período pós-abolição tinha como linha de ação garantir a continuidade do apoio dos fazendeiros e, ao mesmo tempo, construir uma imagem da Monarquia isenta da responsabilidade de manutenção da escravidão, um regime político pautado pelos valores cristãos e liberais. Com este programa, poucos dias após a abertura da Assembléia Geral e a posse oficial do novo ministério, era aprovada na Câmara e no Senado a lei que extinguiu a escravidão, sancionada pela Regente em um domingo, dia 13 de maio de 1888 ⁴⁷.

Daibert Júnior (2004) explica que, entre a população, a “Lei Áurea” era celebrada juntamente com a Monarquia, e esta, aproveitando-se do impacto e da grande repercussão popular causada pela abolição, buscou a todo custo enfatizar a presença da população, seja em torno dos eventos relativos à aprovação da lei, seja nas comemorações posteriores a ela. Tentava-se empreender uma associação tríade: abolição-princesa-povo ⁴⁸.

Buscou-se, de todas as formas, reforçar a bondade, a caridade e o humanismo como elementos fundamentais no caráter da Princesa, que merecia veneração de todos os brasileiros, em especial dos libertos que deveriam demonstrar eterna gratidão à “Redentora” por ter-lhes proporcionado a tão sonhada liberdade. Isabel era por tudo isso merecedora do trono que a esperava em um Terceiro Reinado. A abolição servia, assim, para reforçar sua posição como futura Imperatriz. A Monarquia, tantas vezes condenada por favorecer a continuidade da escravidão, precisava livrar-se desta imagem, apresentando-se como fiel intérprete da opinião pública, atendendo aos brasileiros em sua maior aspiração ⁴⁹.

Ficava evidente a necessidade de heroificação e de aproximação com o povo. O apelo às massas se fazia necessário. O povo foi retratado como participante dos momentos de glória da nação e da própria Monarquia. O sentimento de nacionalidade, de amor à pátria e ao regime político precisava ser aguçado. Era

⁴⁶ PRINCESA ISABEL: retratos fotográficos nas coleções Museu Imperial e Arquivo Grão Pará. In: Alegrias e Tristezas, Princesa Isabel, 1905. Rio de Janeiro: Museu Imperial/IPHAN/Ministério da Cultura, 2006. 1 CD-ROM.

⁴⁷ DAIBERT JUNIOR, 2004. p. 135.

⁴⁸ Ibid., p. 143.

⁴⁹ Ibid., p. 158.

necessário construir a imagem democrática da instituição e da própria herdeira do trono rumo ao Terceiro Reinado⁵⁰.

A imprensa, representante dos abolicionistas moderados, festejava a vitória da abolição irrestrita sem indenizações ou prazos. Embora a aprovação da lei tenha sido fruto de um conjunto maior de pressões como fugas, revoltas, insurreições escravas, o grupo de abolicionistas moderados se autodeclarava como condutor do processo. Nesse sentido, a lei que extinguiu a escravidão vinha coroar seus esforços expressos por anos de propaganda na imprensa, no Parlamento e nas ruas. Celebrar Isabel era exaltar a condução pacífica e previdente pela qual a lei havia sido aprovada. Embora tivessem que enfrentar a ira dos proprietários, não precisavam mais se preocupar com a responsabilidade de uma grande revolta social, conduzida por seus revoltados em busca da liberdade⁵¹.

Originalmente, o documento foi assinado como decreto da Assembléia Geral em um papel simples como tantos outros que D. Pedro II sancionava como Imperador. A imagem da “Lei Áurea” em formato decorativo, presente em muitos manuais escolares, foi confeccionada com preciosa iluminura com o objetivo de marcar o evento que deveria ser interpretado como grandioso. Trata-se da Carta de Lei nº 3.353 que hoje se encontra guardada em um cofre, nas dependências do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Ao festejar a vitória alcançada, reproduziam o conteúdo da lei e davam início ao processo que a transformava em documento/monumento⁵².

A estratégia monarquista em promover a herdeira do trono, associando a abolição à Coroa era atacada pelos republicanos, incomodados com a popularidade alcançada pela Princesa. Revoltados, os proprietários de escravos converteram-se em republicanos. Argumentavam que a Monarquia e a princesa não mereciam as glórias e ovações pela abolição, uma vez que foi a própria instituição monárquica que não só manteve a escravidão no país, como prosperou a sua custa. Para os proprietários, Isabel teria agido de forma equivocada não atendendo aos interesses da lavoura e, portanto, não deveria governar, nem dar continuidade ao regime monárquico no Brasil.

⁵⁰ Ibid., p. 144.

⁵¹ Ibid., 2004, p. 138.

⁵² Ibid., loc. cit.

Os liberais republicanos exigiam reformas profundas na estrutura do Império e, em 1870, publicaram um manifesto, cujas principais reivindicações eram a eleição direta nas cidades, o Senado temporário, a adoção de um Conselho de Estado meramente administrativo, a abolição da Guarda Nacional, as clássicas liberdades de consciência, educação, indústria e comércio, reformas judiciais e abolição gradual da escravidão. Além disso, os liberais reivindicavam liberdade de culto⁵³. Fato este que desagradava às ambições da princesa, que era uma católica fervorosa, por isso era contrária à liberdade de culto no país, o que implicaria desprestígio do catolicismo.

Dessa forma, as elites dominantes sacrificaram a “Redentora” no dia 15 de novembro de 1889, sendo a mesma acompanhada de sua família em direção ao exílio a bordo do Alagoas⁵⁴.

Segundo Daibert Júnior (2004), a República buscava claramente criar uma nova associação. Esforçava-se por ligar-se à abolição. Era necessário apagar dos quadros de memória a associação entre a abolição, a Princesa e a Monarquia como termos inseparáveis⁵⁵. Daibert Júnior (2004) afirma que os republicanos proclamavam que a regente havia abusado do exercício de sua função pública ao decretar o fim da escravidão sem indenização, numa espécie de assalto à propriedade privada. Enquanto os monarquistas esforçavam-se por propagar a capacidade e potencialidade de Isabel como futura governante marcada por seu caráter humanitário, capaz de atender às expectativas dos brasileiros, brindando-os com um novo tempo, os republicanos, tentavam apresentá-la como déspota e autoritária, incapaz de governar⁵⁶.

Embora tentassem de todas as maneiras desqualificar a Monarquia, os republicanos não conseguiram forjar uma nova tradição, e o 13 de maio prosseguiu, nas comemorações oficiais, sendo apresentado como um complemento do 15 de novembro, porém renegando a figura da princesa, que agora, de protagonista, aparece raramente como coadjuvante e secundária. Em seu lugar assumem ora os republicanos, ora os abolicionistas, ou mesmo o povo.

É importante ressaltar que, neste jogo de poder intraelites, jamais apareceram como protagonistas os trabalhadores negros, os escravos, que tanto lutaram pela

⁵³ Ibid., p. 99.

⁵⁴ Ibid, p. 183.

⁵⁵ Ibid., p. 191.

⁵⁶ Ibid, p. 162.

liberdade, pois nem monarquistas, nem republicanos tinham interesse em exaltar aqueles que deveriam permanecer na invisibilidade, sob os seus olhares e controle, sendo no máximo bons sujeitos para o trabalho de burro de carga, de “mula”⁵⁷ (daí provém o termo “mulato”, filho de mula), de carregadores de pote⁵⁸, mas jamais merecedores de tamanha glorificação.

Na falta de cavalos, raros na Colônia entre os séculos XVII e XIX, a circulação de mercadorias e passageiros em terra era feita por um meio bastante peculiar: o lombo de homens. Escravos negros, índios e mamelucos formavam o pelotão de carregadores denominado de “bestas humanas”, que atuavam principalmente nos deslocamentos de São Paulo a Santos e de Minas Gerais à Bahia e ao Rio de Janeiro. Conforme consta no termo de vereação de 30 de junho de 1721, nas atas da Câmara Municipal de São Paulo, alugavam-se carregadores humanos para ir às Minas por um preço que variava entre 16 e 20 mil réis, gastando-se de três a quatro meses na viagem. No cangote ou em redes, as “bestas humanas” transportavam pessoas, alimentos e o metal precioso.⁵⁹

Conforme Relatório do PNUD (2005),⁶⁰ a contribuição decisiva dos escravos e escravas na produção econômica e cultural do Brasil não foi compensada na fase posterior à abolição e à instauração da república, em 1889. O governo republicano não teve o propósito de promover a cidadania dos ex-escravos e de seus descendentes nem de reverter a intolerância étnica, o racismo e as desigualdades raciais herdadas do sistema escravista. Ao contrário, no final do século 19, o Estado brasileiro, em meio aos esforços de construção de uma identidade nacional, incorporou mecanismos informais e simbólicos de discriminação, fundados nas teses de racismo científico e de inferioridade biológica dos africanos, e concretizados em políticas de atração de imigrantes europeus e em barreiras aos negros no nascente mercado de trabalho urbano.

Segundo Petrônio Domingues (2004), a sociedade, na primeira República, organizava-se com quase cem por cento de negros dedicados a qualquer forma possível de trabalho. Ambulantes, pescadores, marceneiros, carregadores de todos

⁵⁷ BARBOSA, 2006. p. 57.

⁵⁸ Pote de barro onde os escravos “tigres” carregavam os excrementos dos seus senhores e todo o tipo de dejetos, todas os dias ao anoitecer, balançando à cabeça, onde saiam numa procissão carregando este “triste fardo”, conforme relata Jean-Baptiste Debret, para depois despejá-los ao mar. **Equipamentos, Usos e Costumes da Casa Brasileira.** Coordenadora-geral da coleção Marlene Milan Acayaba; organizador do volume José Wilton Guerra. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2001. V. 2. **Construção:** fichário Ernani Silva Bruno. Rio de Janeiro, RJ, 1816/1831. p. 35.

⁵⁹ VASQUEZ, 2008.

⁶⁰ Relatório de Desenvolvimento Humano – Brasil 2005: racismo, pobreza e violência. Brasília, DF: PNUD, 2005.

os tipos, etc. abundavam nas cidades, indicando que abaixo da mão de obra operário-imigrante havia toda uma camada de trabalhadores sub-remunerada, com ganhos que não poderiam explicar a sua reprodução social. Tratava-se de um trabalhador semiescravo, um trabalhador rejeitado pelos assalariadores, um trabalhador hostilizado pela própria classe operária em formação nas cidades⁶¹.

Domingues (2004) afirma, ainda, que este negro alijado constituiu seu próprio mundo, ideando aí as suas próprias mitificações. Desde a margem extrema do todo social, ele se reorganiza e vai pouco a pouco reabsorvendo as camadas societárias que pareciam destinadas a destruí-lo. Nos livros de ocorrência que sobreviveram das delegacias da Primeira República, onde se praticava uma forma de genocídio contra o negro, o famoso “apanhar borracha”, pode-se verificar a enorme quantidade de conflitos dentro e fora dos locais de trabalho. Nesses lugares, rejeitava-se o negro em sua condição de ser humano. Nos relatórios dos hospícios, completam-se os dados do fichário policial. Os negros são sempre visualizados como mentirosos, paranóicos, alcoólatras e dementes, negando-se por completo a historicidade de suas próprias narrativas de vida⁶².

É importante ressaltar, conforme explicam Elza Silva e Ivanir Cunha (2007), que havia um propósito nesses “atributos” dirigidos ao negro: colocá-lo vários patamares abaixo do homem branco, civilizador, católico e submetê-lo aos seus interesses, indistintamente de norte a sul e de leste a oeste do Brasil.⁶³

Esta também se constitui numa estratégia de manutenção do poder das elites e de dominação sobre o “outro”, confirmando o que diz Barbosa (2006) “toda cultura pertence a alguém, e semelhante alguém tem igualmente uma pertença étnica”. Toda cultura é, pois, uma etnocultura, e “não existe etnia sem cultura ou cultura sem etnia”⁶⁴. Segundo o autor, não existem culturas miscigenadas, nem híbridas, e sim “culturas dominantes” e “culturas dominadas”. No entanto, a lógica corrente, seguida por todas as culturas oficiais dominadoras, é aplicar políticas de assimilação e – supostamente – obter o desaparecimento de culturas diferentes ou minoritárias⁶⁵.

Por outro lado, observa-se que uma parcela de trabalhadores negros, no pós-abolição, foi incorporada às instituições públicas como a marinha, o exército, a

⁶¹ DOMINGUES, 2004. p. 22.

⁶² DOMINGUES, 2004. p. 22.

⁶³ SILVA; CUNHA, 2007.

⁶⁴ BARBOSA, 2006. p. 57.

⁶⁵ Ibid, p. 28.

ferrovia, e, em especial no Rio Grande do Sul, introduzidos nos quadros da Brigada Militar, criada pelo Governo Júlio de Castilhos, em 1892. Ressalta-se que, embora estes trabalhadores negros ocupassem os quadros mais subalternos, de menor remuneração, foi também através destes mecanismos que os negros vislumbraram uma melhor expectativa de vida, “negociando diariamente para poder viver, algo mais que o mero sobreviver”⁶⁶, por meio do trabalho assalariado, o que de certa forma permitia mobilidade social, garantindo condições para que também pudessem construir suas associações e fundar os seus clubes sociais negros, que, no Rio Grande do Sul, surgem especialmente no período pós-abolição.

No Brasil como em outras partes, os escravos negociaram mais do que lutaram abertamente contra o sistema. Trata-se do heroísmo prosaico de cada dia. “Apesar das chicotadas, das dietas inadequadas, da saúde seriamente comprometida ou do esfacelamento da família pela venda, os escravos conseguiram viver o seu dia-a-dia”, conforme analisou Sandra Graham. “Relativamente poucos, na verdade, assassinaram seus senhores, ou participaram de rebeliões, enquanto que a maioria, por estratégia, criatividade ou sorte, ia vivendo da melhor forma possível.” Como verbalizaram os próprios escravos, no Sul dos Estados Unidos, “os brancos fazem como gostam; os pretos, como podem”.⁶⁷

Em Santa Maria, temos o exemplo da Sociedade Cultural Ferroviária 13 de Maio, que foi criada em 1903, por negros funcionários da extinta Viação Férrea, reafirmando o papel fundamental do trabalho assalariado para estes ousados homens negros, o que garantia também o surgimento de uma “elite negra”, conforme destaca a antropóloga Sônia Maria Giacomini⁶⁸, “elite de um grupo discriminado”, ou, para evocar uma expressão cara a Bourdieu⁶⁹, “dominantes entre os dominados”.

Na visão do antropólogo Iosvaldyr Carvalho Bittencourt Junior “elite negra” é um tema novo, quase sempre abordado mais pela mídia (imprensa) do que pela academia. No entanto ele alerta que é preciso estar atento para a temática, o enfoque, o período histórico e a problemática analisada. Diz, ainda, que: 1) grupos de negros criam no clube um ambiente de elevação social distinto da maioria da população negra e concorrente com modelos de prestígio e agregação social de clubes brancos. Isto implica em aumento de poder econômico, inserção no mercado de consumo; prestígio social; isto se dá por meio da academia, empresas públicas e

⁶⁶ SILVA, REIS, 1989. p. 8.

⁶⁷ Ibid, p. 14.

⁶⁸ GIACOMINI, 2006. p. 25.

⁶⁹ BOURDIEU, 2002.

privadas, além de profissionais liberais (médicos, advogados, psicólogos); serviço público, etc. Então, os negros criam eventos sociais e culturais a fim de refletir esta situação e promover visibilidade. Quando algum destes negros se destaca em um universo branco, também é acrescido de um "plus", a exemplo do ministro Joaquim Barbosa, Petronilha e outros; 2) Os clubes negros criam eventos sociais distintos dos eventos do clube branco, por meio dos quais eles cedem seus espaços sociais e criam zonas de confluência, nas quais não sócios poderão estar reunidos com não-sócio, reduzindo a margem de preconceito que eventualmente recairia sobre o clube, por exemplo o Satélite Prontidão promove bailes de "swing" (?), funk e, aos sábados, possui um serviço de bar com samba de raiz ou MPB e aberto ao público não-associado e sócios, inclusive não-negros; 3) Alguns clubes negros se associam às atividades sociais, filantrópicas, culturais, cursos pré-vestibulares para negros, biblioteca afro-brasileira ou do negro, escolas de samba e/ou grupos de dança afro; cursos de "customização", etc.; 4) E, por fim, os clubes negros atraem o interesse de políticos, personalidades sociais e públicas, intelectuais; promovem grandes eventos com uma determinada premiação, nos quais reúnem a "nata" das entidades irmãs, fortalecendo os laços entre as entidades, operando modelo para os demais filhos de associados, os quais já vão internalizando os valores específicos vinculados a estas comunidades.

Ao mesmo tempo esta "elite negra", em sua maioria representa a primeira geração familiar a experimentar esse grau de mobilidade social, circulando entre pessoas de nível social mais elevado, convivendo em uma nova escala de vivências, nem sempre confortáveis, decorrentes do racismo e da precariedade de laços no interior dos novos ambientes, sofrendo "resistências" nem sempre sutis, defendidas solitariamente, sob diversas estratégias.⁷⁰

2.2 O negro no RS: a resistência negra e o mito da democracia racial e pastoril

⁷⁰ Texto encaminhado pelo Prof. Iosvaldyr Carvalho Bittencourt Júnior, em abril de 2010, sob o título "Vidas de entremeio: Estilos, comportamentos e identidades entre negros do alto escalão no serviço público: o caso de Salvador.

Paira no imaginário nacional que o Rio Grande do Sul é um Estado branco onde não existem negros, ou que neste lugar a escravidão foi “mais branda”, corroborada pelo mito da “democracia pastoril”⁷¹, conforme relato do viajante francês, Saint-Hilaire em 1820

Tive já oportunidade de referir ao fato de serem vendidos aqui os negros imprestáveis aos habitantes do Rio de Janeiro; quando querem intimidar um negro ameaçam-no de enviá-lo para o Rio Grande. Entretanto não há, creio, em todo o Brasil, lugar onde os escravos sejam mais “felizes” (grifo nosso) que nesta capitania. Os senhores trabalham tanto quanto os escravos mantêm-se próximos deles e, tratam-nos com menos desprezo. O escravo come carne à vontade, não é mau vestido, não anda a pé e sua principal ocupação consiste em galopar pelos campos, cousa mais sadia que fatigante. Enfim eles fazem sentir aos animais que os cercam uma superioridade de sua condição baixa, elevando-se aos seus próprios olhos.⁷²

Segundo Moacyr Flores,

o mito não é uma mentira, nem uma falsidade, é uma interpretação de uma realidade. Refere-se a uma existência histórica, pois ninguém consegue falar ou escrever sobre uma coisa que não existiu. Assim, a construção do gaúcho mítico partiu do real e se tornou plausível com referenciais históricos, passando no decorrer do tempo a ser considerada como conhecida de todos, embora seja uma criação que se processou lentamente, até se tornar anônima, formando uma tradição de geração em geração. Em pouco tempo o mito confunde-se com a tradição, sendo aceito por todos porque a narrativa usa matrizes sociológicas do trabalho campeiro, na camaradagem galponera e na turbulência das antigas revoluções e lutas na fronteira.⁷³

Elza Silva e Ivanir Cunha (2007), ao analisarem a presença negra no Rio Grande do Sul no século XIX, sob o enfoque de duas correntes historiográficas distintas, a *corrente tradicional*, que nega a presença do negro ou pouco fez referência a este como formador do povo gaúcho e a *corrente de vanguarda*, que visualizou a importância do trabalho escravo no Rio Grande do Sul, apresentam uma explicação sobre o mito, que segundo elas “serve também para respaldar um discurso, para afirmar uma ideologia que se quer vigente”. Nesse sentido, configurou-se ter havido no Rio Grande do Sul um paraíso racial, onde se

⁷¹ Mito fundador do passado sulino, na leitura das classes dominantes, segundo MAESTRI, Mário. **O cativo, o gaúcho e o peão: considerações sobre a fazenda pastoril rio-grandense (1680-1964)**, P. 169-271, in: MAESTRI, Mário (org.). *O negro e o gaúcho: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008. p. 184.

⁷² LAYTANO, 1957. p. 78.

⁷³ FLORES, 2009.

institucionalizou que brancos e negros viviam em “harmonia total”, o que distinguia a Província das demais. Todavia cabe esclarecer que a benevolência e a tolerância dos senhores, junto aos escravos negros, não foram diferentes do tratamento dispensado aos escravos em outras províncias do Brasil.⁷⁴

No Rio Grande do Sul, uma das piores formas de tratamento dispensado aos trabalhadores negros foi as charqueadas, responsável pelo genocídio de uma parcela desta população, que sobreviveu e continua sobrevivendo às inúmeras tentativas de subjugação, destruição e “hiperespecialização do trabalho”, que, segundo Domingues, se caracteriza por ser

Um dos traços mais característicos da sujeição do “Outro” é obrigá-lo a fazer algo para a satisfação do “Eu”. No longo curso da história humana, os diferentes dominadores ou colonialistas tiveram sempre em mente uma tarefa que seria adequada para sua vítima cumprir, ou seja, tiveram sempre o objetivo de “civilizar” a sua vítima, dito diretamente, “subordinar o outro às regras da sua cidade”. Esta subordinação material do outro implica a destruição do seu corpo societário, portanto, do seu ser social, e é a premissa da incorporação do outro enquanto subordinado à cultura dominante, ou seja, o início da sua destruição psíquica e enquanto corpo físico.⁷⁵

Este “civilizar” forçado, característico também da dominação etnocêntrica da Igreja Católica, que, em 1452, tendo como representante máximo o Papa Nicolau V, legalizou o escravismo, concedendo a Portugal a soberania sobre as terras que descobrisse nas suas navegações e autorizou este reino a escravizar as nações encontradas fora da Europa Cristã. Apesar do pedido de perdão da igreja pelo genocídio de negros e índios, o que constituiu crime de lesa-humanidade, não foi possível apagar da memória que foi ela uma das grandes responsáveis pela negação e desumanização de mulheres e homens negros, pois, além de respaldar a escravidão negro-africana e indígena, a Igreja disseminou pelo mundo todo que os negros “não tinham alma” e que eram “povos destinados pela Bíblia a serem escravos”, justificando, assim, o tráfico de milhões de seres humanos.⁷⁶

De acordo com Zila Bernd⁷⁷ (1993), se os escravos foram utilizados em todas as principais atividades produtivas do Rio Grande do Sul, em algumas delas, sua participação foi decisiva, como é o caso das charqueadas que começaram a se

⁷⁴ SILVA; CUNHA, 2007.

⁷⁵ BARBOSA, 2006. p. 19-20.

⁷⁶ CUNHA JR., 2007.

⁷⁷ BERND, 1993.p. 64.

estabelecer no final do século XVIII. As charqueadas passaram a ser o principal eixo econômico do Estado e só adquiriram essa importância devido ao braço escravo. A atividade de abate, secagem e salga era extenuante e penosa devido ao número exagerado de horas de trabalho, que chegavam a 16 por dia, à falta de higiene no matadouro e, sobretudo, aos maus tratos a que eram submetidos os escravos.

Segundo Laytano (1957), o viajante francês Saint-Hilaire admite que a falácia da “escravidão branda” no Rio Grande do Sul referia-se aos trabalhadores negros da estância que “são tratados com bondade e que os brancos com eles se familiarizaram, mais que em outro ponto do país”, porém seu pensamento mudava de figura quando se referia aos escravos das charqueadas, pois, ao seu olhar, como eram em maior número, trazidos da capital, eram “cheios de vícios, tornando-se necessário tratá-los com mais energia”⁷⁸.

As condições de vida dos trabalhadores das charqueadas eram terríveis, de pés descalços, na beira dos arroios, com pouca ou quase nenhuma roupa, com a umidade do ar chegando a 90%, com o sal provocando feridas em todo o corpo, muitos acabavam não chegando à expectativa média de vida que era de 5 a 7 anos de trabalho efetivo. Eles trabalhavam incessantemente, em duras tarefas especializadas, semiespecializadas e não-especializadas, 16 e mais horas diárias, com apenas breves interrupções, embalados pelo chicote do capataz e pequenas canecas de aguardente. Nas poucas horas de repouso noturno, eram encerrados nas sinistras senzalas⁷⁹.

Conforme Quevedo (2008), o negro participou efetivamente do povoamento do Rio Grande do Sul e garantiu a prosperidade econômica da região através do seu trabalho. No escravismo monárquico, o quilombo constituiu instrumento por excelência de luta e de protesto escravo contra a ordem estabelecida, sendo que cada comunidade tinha sua organização econômica e política própria. As origens dos quilombos são as mais diversas, desde as fugas individuais ou coletivas ou de terras doadas através dos senhores. É preciso ressaltar que o movimento

⁷⁸ LAYTANO, p. 78-79.

⁷⁹ AL-ALAM, Caiuá Cardoso. **Questões acerca dos enforcamentos de escravos em Pelotas-RS. // Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”**. Porto Alegre, 26-28 de outubro de 2005. Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/poa2005/12.pdf>. Acesso em: 28 DEZ 2008.

quilombola foi um movimento subversivo à ordem monárquica e não era interessante que fossem subversivos às elites republicanas⁸⁰.

As denominações quilombos, mocambos, terra de preto, comunidades remanescentes de quilombos, comunidades negras rurais, comunidades de terreiro são expressões que designam grupos sociais afro-descendentes trazidos para o Brasil durante o período colonial, que resistiram ou, manifestamente, se rebelaram contra o sistema colonial e contra sua condição de cativo, formando territórios independentes onde a liberdade e o trabalho comum passaram a constituir símbolos de diferenciação do regime de trabalho adotado pela metrópole⁸¹.

No século XXI, o movimento quilombola ainda é considerado subversivo à ordem estabelecida e, apesar das adversidades, os “zumbis” sobrevivem e são brutalmente assassinados quando reivindicam seus direitos, como na recente tragédia ocorrida no dia quatro de dezembro de 2008, na Comunidade Quilombola dos Alpes Dona Edwiges, em Porto Alegre, em que foram mortas duas lideranças quilombolas e outra gravemente ferida.⁸²

A história se re-significa, o ambiente é outro, os personagens são outros, porém as práticas são as mesmas. Violência e resistência são palavras que não foram abolidas do viver e fazer da população negra, que ainda reivindica direitos básicos que deveriam ser garantidos pelo Estado, mas que, na maioria das vezes, se mostra omissa diante da intolerância, do preconceito, do racismo e da discriminação.

Acredita-se, ainda, que quilombo é algo do passado que teria desaparecido do país junto ao sistema escravocrata, em maio de 1888. As denominadas comunidades remanescentes de quilombos ainda causam grande surpresa na população brasileira, quando surgem notícias nos meios de comunicação sobre a sua existência, em, praticamente, todos os estados da federação e, que estas vêm, gradualmente, conquistando o reconhecimento e a posse formal de suas terras, à custa de muitas vidas quilombolas ceifadas pela ganância das elites dominantes e pelo permanente etnocídio⁸³ do sistema repressivo.

⁸⁰ QUEVEDO, Júlio. **Aula da Disciplina História do Rio Grande do Sul**, Curso de História da Universidade Federal de Santa Maria, em 17 de novembro de 2008.

⁸¹ Conceito disponível em: <http://www.palmares.gov.br/> Acesso em: 29 DEZ 2008.

⁸² MACHADO, Sátira; LOPES, Vera. **Nota de pesar: Aos lutadores Quilombolas**. Disponível em: www.ccnrs.com.br. Acesso em: 05 dez 2008.

⁸³ BARBOSA, 2006. p. 59.

Deste modo, o termo quilombo ou as experiências correlatas às quais ele confere sentido, em termos contemporâneos, vêm assumindo novos significados, uma vez que “ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo ressemantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil”. Tal linha de interpretação segue o que prescreve a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), no que tange à abrangência do significado de quilombo. Assim, “são grupos que resistem por meio da reprodução dos seus modos de vida singulares e na afirmação de um território próprio”.⁸⁴

As comunidades remanescentes de quilombos não desapareceram, transformaram-se, ressignificaram-se ao longo destes 122 anos de abolição da escravidão e, atualmente, por conta de muita pressão do movimento negro e quilombola, estão na agenda do poder público reivindicando políticas públicas de inclusão, promoção da igualdade racial, garantia do acesso à terra, em especial no Rio Grande do Sul, onde somam mais de 100 comunidades reconhecidas pelo INCRA.

Em 1957 Dante de Laytano publicou um estudo sobre o Negro no Rio Grande do Sul⁸⁵ em que se encontra a idéia dominante entre os intelectuais da época da supremacia de determinada raça em relação a outras, do negro sobre o índio e do branco sobre o negro. A pesquisa de Laytano confirma que os negros sempre estiveram presentes desde o início do povoamento do Rio Grande do Sul, pois

Ao terminar o ano de 1738, entre as cartas que o Governador do Rio de Janeiro, de quem dependia a administração do sul do Brasil, endereçava ao mestre de campo André Ribeiro Coutinho, governador do Rio Grande e comandante das tropas, consta uma sobre “escravo fugido do capitão Fernando C. de Melo” e é bem cedo, para somente um ano de povoamento oficial, registrar-se um fato dessa natureza; a outra carta é rementendo “soldados, escravos e dinheiro”⁸⁶.

Além disso, o elemento negro era considerado aliado indispensável do colonizador. “Afim com soldados, escravos e dinheiro poder-se-ia realizar alguma coisa estável e segura em matéria de povoamento.”⁸⁷

⁸⁴ SILVA; BITTENCOURT JÚNIOR, 2004.

⁸⁵ LAYTANO, 1957.

⁸⁶ Ibid, p. 30.

⁸⁷ Ibid, p. 30.

Laytano reafirma o que Saint-Hilaire, o “sábio francês”, constatou em suas incursões pelo Rio Grande do Sul, nos anos de 1820, onde dizia que “os negros, raça tão distante da nossa também, são, entretanto, superiores aos índios. Seu juízo não é tão bem formado quanto o nosso.⁸⁸”

Ao falar das culturas negras que resistiram no Brasil, Laytano ressalta a “superioridade” da cultura sudanesa sobre as culturas guineano-sudanesas islamizadas e as culturas bantus, esclarecendo que estas culturas não se mantiveram puras no novo ambiente, “misturando-se umas com as outras”, não só as culturas africanas, entre si, mas “com as culturas de procedência ameríndia e europeias que encontraram no Brasil⁸⁹”.

Este caráter “miscigenado” do povo brasileiro, segundo Barbosa (2006, p. 46-47), muito apreciado e defendido pelo poder oficial e por uma grande parcela de uma elite intelectual que defende a cultura miscigenada, tem servido para mascarar uma realidade de milhões de indivíduos, sob a necessidade de enquadrá-los para a exploração do capital, desta forma atribuindo a ambos, dominadores e dominados, um caráter desumano e de fetichização do conflito. Barbosa, assim, reafirma que “não existem culturas miscigenadas”. Na visão de Barbosa, o que há são “culturas dominantes e dominadas⁹⁰”, em que os valores de umas são impostos por mecanismos institucionais sobre os valores das outras. Nessas condições, a estrutura de poder define quais os valores ou rituais do padrão cultural dominante ou hegemônico que podem ser mantidos e a que custo.

Embora de cunho racista, o estudo de Laytano é de extrema importância, pois nos mostra de forma sistematizada a presença negra no início da povoação do Rio Grande do Sul, muitas vezes ultrapassando o número de habitantes brancos em determinadas cidades como Pelotas e Piratini, índices constantes no recenseamento colonial de 1814, e que em Porto Alegre e Santo Amaro quase se igualavam⁹¹. Portanto, um índice bem representativo para aqueles que negam a influência negra no sul do Estado.

Mário Maestri (2008), que nos apresenta a fazenda pastoril rio-grandense no período de 1680 a 1964⁹², afirma que “o cativo africano foi introduzido no Sul antes

⁸⁸ Ibid, p. 74.

⁸⁹ Ibid., p. 58-59.

⁹⁰ BARBOSA, 2006. p. 47.

⁹¹ FLORES, 2007. p. 38.

⁹² MAESTRI, 2008. p. 174.

mesmo da fundação oficial da capitania de São Pedro, em 1737". Em 1874, com 21,3% de cativos, o Rio Grande era a terceira província do Brasil em números relativos de trabalhadores escravizados, após o Rio de Janeiro (39,7%) e o Espírito Santo (27,6%). Os dados demográficos sugerem que a população regional sulina cativa expandiu-se, em números absolutos, no mínimo, até os anos 1870 e, talvez, mesmo após essa data. Em 1884-1885, processou-se na província sulina vasto movimento de emancipação dos cativos, sobretudo sob a condição de trabalharem, em geral por sete anos, sem remuneração monetária, o que ensejou que a escravidão desaparecesse aparentemente da província.

Quevedo⁹³ (2008) explica que, com o tráfico de escravos interprovincial, após 1850, diminui a mão-de-obra escrava na província. Parte da elite intelectual rio-grandense, reunida no Partenon Literário, desde 1874, defendia a emancipação lenta e gradual do escravo e, em 1883, o presidente do Partenon realiza a Conferência Abolicionista no Teatro São Pedro, iniciando aí a campanha abolicionista no Rio Grande do Sul. Havia uma preocupação evidente com a emancipação escrava, que era condicionada à prestação de serviços gratuitos por sete anos, conforme relata Xavier apud Moreira (2007)⁹⁴

Ainda segundo Moreira (2007), as alforrias concedidas sob condição (que correspondiam a 35, 28% do total) previam a obrigação do escravo de cumprir certas obrigações que eram designadas nas suas cartas. Algumas, por exemplo, previam que o cativo só seria livre quando o senhor morresse. E em muitos destes casos alforriavam-se crianças obrigando-as, portanto, a viver uma boa parte de suas vidas sob a escravidão. Outra condição, bastante recorrente em Porto Alegre, referia-se aos casos em que os escravos deveriam prestar seus serviços durante certo tempo, suficiente para indenizar o senhor do valor por ele investido no escravo. Este tipo de condição tendia a criar laços de dependência dificultando a autonomia do libertando. Na última década da escravidão este tipo de alforria atingiu o seu auge. Aquele foi um período de intenso movimento abolicionista e de resistência escrava. Alforriar os escravos, condicionando sua plena liberdade ao cumprimento de contratos de serviços, foi o que Moreira (2007) chamou de "escravidão disfarçada".

Xavier (2008) aponta que as alforrias pagas constituíram um verdadeiro esforço, tanto individual quanto coletivo, pois muitos cativos adquiriram a sua liberdade pelos seus próprios meios, ou com a ajuda de familiares ou até mesmo através da "negociação com terceiros", comprometendo-se a servi-los durante

⁹³ QUEVEDO, Júlio. **Aula da Disciplina História do Rio Grande do Sul**, Curso de História da Universidade Federal de Santa Maria, em 17 de novembro de 2008.

⁹⁴ XAVIER, p. 27-28.

determinado tempo contra suas alforrias. Cabe ressaltar o importante papel das associações abolicionistas, que, através de esforços concentrados de um grupo composto por afinidades étnicas, religiosas ou afetivas, conseguiam arrecadar recursos para a compra da liberdade de alguns escravos.⁹⁵

Destaca-se, neste caso, o papel fundamental dos Clubes Sociais Negros, que além de constituírem um local de sociabilidade e de lazer da população negra, tinham, dentre outros, um objetivo maior, que era o de angariar fundos para o pagamento da liberdade dos negros escravizados, estabelecendo uma rede de mútuo apoio entre a comunidade negra. Um destes espaços de grande importância no sul do país é a Sociedade Floresta Aurora, fundada em Porto Alegre, no ano de 1872.

Além disso, Quevedo (2008) afirma que a mobilização dos escravos repercutia no projeto republicano, pois estes apoiavam o fim do escravismo, porém sem se comprometer com o fim imediato e universal da instituição e sem se opor à indenização dos senhores de escravos. O movimento de emancipação escrava era mais forte nas cidades da fronteira com o Uruguai e a Argentina, países que haviam emancipado o trabalho escravo há mais tempo.⁹⁶

Cabe ressaltar que o final do século XIX e início do século XX “marca o início de uma nova ordem onde o negro deixa de ser mão-de-obra escrava para se transformar em trabalhador livre”⁹⁷. É um período em que as elites dominantes buscavam incessantemente a construção de uma identidade nacional, o que fazia com que o negro e o índio representassem um entrave ao processo civilizatório da nação brasileira, já que eram considerados “raça inferior”, “cidadão de segunda categoria”, respaldadas pelas teorias racistas que afloraram na Europa e que foram absorvidas pela intelectualidade brasileira, conforme aponta Renato Ortiz

O que surpreende o leitor, ao se retomar as teorias explicativas do Brasil, elaboradas em fins do século XIX e início do século XX, é a sua implausibilidade. Como foi possível a existência de tais interpretações, e, mais ainda, que elas tenham se alçado ao status de Ciências. A releitura de Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues é esclarecedora na medida em que revela esta dimensão da implausibilidade e aprofunda nossa surpresa, por que não um certo mal-estar, uma vez que desvenda nossas origens. A questão racial como foi colocada pelos precursores da

⁹⁵ Ibid, p. 27-28.

⁹⁶ QUEVEDO, Júlio. **Aula da Disciplina História do Rio Grande do Sul**, Curso de História da Universidade Federal de Santa Maria, em 17 de novembro de 2008.

⁹⁷ ORTIZ, p. 19.

Ciências Sociais no Brasil adquire na verdade um contorno claramente racista, mas aponta, para além desta constatação, um elemento que me parece significativo e constante na história da cultura brasileira: a problemática da identidade nacional.⁹⁸

É nesse contexto, de construção de uma pretensa “identidade nacional”, que surgem os clubes sociais negros, em especial no período pós-abolição, quando a sociedade brasileira experimentava um novo regime de governo, a República, o que não significava necessariamente uma mudança de postura em relação aos negros, muito menos uma nova “prática social”. Os Clubes Sociais Negros surgem, então, como um contraponto à ordem social vigente, vêm de encontro aos clubes brancos que não permitiam entrada de negros em seus quadros sociais, muito menos a convivência pacífica e “miscigenada” das etnoculturas.

⁹⁸ Ibid, p. 13.

3 MEMÓRIA, PODER E CONSTRUÇÃO DAS “IDENTIDADES” NOS “LUGARES DE NEGROS”

Neste *Terceiro Capítulo* procura-se entender os diferentes conceitos acerca de memória, poder e “identidades” e como isto se manifesta nos “lugares de negros”. Trabalha-se com o conceito de “lugares de memória” de Pierre Nora (1993) e de memória coletiva, abordada por Maurice Halbwachs (2006). Busca-se, ainda, entender alguns conceitos de patrimônio, além de se trabalhar com a perspectiva de alegoria, invenção, abordada por Françoise Choay (2006). Aborda-se o conceito de Clube Social Negro sob o ponto de vista da resistência, com a apresentação das imagens de suas edificações, em diferentes locais do país. As diversas identidades construídas em cada Clube Social Negro passam pelos estudos preconizados pelos antropólogos Frederick Barth (1998) e Roberto Cardoso de Oliveira (2000).

3.1 Clubes Sociais Negros: lugares de sociabilidade e de defesa de direitos das elites negras urbanas no período pós-abolição

A origem dos Clubes Sociais Negros é anterior à Abolição da Escravatura, em 1888. Pode-se citar a Sociedade Floresta Aurora (Figura 1), de Porto Alegre, Clube Social Negro mais antigo do país, em atividade, fundado em 1872⁹⁹. Eles surgiram como um contraponto à ordem social vigente, além de constituírem um local de sociabilidade e de lazer para a população negra, que era impedida de frequentar os

⁹⁹ Cadastro Nacional de Clubes Sociais Negros. **Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora**. Porto Alegre, RS. Acervo Museu Treze de Maio. Santa Maria –RS, 2008.

tradicionais “clubes sociais brancos”. Além disso, tinham como objetivo angariar fundos para o pagamento da liberdade dos trabalhadores negros escravizados, auxiliar nas despesas com funeral, defesa de direitos e na educação de seus associados, atuando de forma incisiva na luta contra a escravidão e a discriminação racial.



Figura 1 - Fachada da Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora,
Porto Alegre/RS
Foto: Giane Vargas Escobar, 2009

História relevante, anterior à abolição, também se registra em São Paulo no ano de 1881, quando da criação do “Clube dos Escravos do Brasil”, que, em 1934, passou a se chamar Clube Recreativo e Beneficente 13 de Maio¹⁰⁰. Fundado em 14 de outubro de 1881, no município de Bragança Paulista, no bairro Matadouro, ganhou manchete nacional e ficou marcado pelo ato de coragem de um grupo de escravos e personalidades de destaque que fundaram a “Associação Club dos Escravos”, sendo eleitos os escravos João Manoel como Presidente, José Francisco e André da Silva, como Secretários. Ato completamente impensável para os padrões daqueles tempos, chamou a atenção dos principais jornais do país, em especial de São Paulo e Rio de Janeiro. Entre as principais atividades mantidas pelo “Clube dos Escravos”, destacaram-se a criação de uma escola primária para escravos,

¹⁰⁰ Cadastro Nacional de Clubes Sociais Negros. **Clube Recreativo e Beneficente 13 de Maio. São Paulo, SP. Acervo Museu Treze de Maio. Santa Maria –RS, 2010.**

trabalhos para a extinção da escravatura em todo o Brasil e a facilitação da fuga das fazendas. Esta extinta Associação ficava localizada na rua Santa Clara entre as ruas Dr. Cruz e Nicolino Nacaratti (ponto central da cidade). Aproximadamente 40 escravos frequentavam a escola, segundo relatos orais. Um lampião de querosene permitia que as aulas fossem realizadas no período noturno. Doações eram recebidas por simpatizantes da causa abolicionista para que o trabalho tivesse continuidade. Escravocratas, autoridades e sociedade da época não aprovavam a idéia do Clube, que numa noite foi atacado pela polícia e após cinco anos de sua fundação foi fechado e suas atividades encerradas.¹⁰¹

As pesquisas mostram o quanto esses trabalhadores negros se organizaram, antes e pós-abolição e estrategicamente construíram as suas formas de auto-sustentabilidade, ajuda mútua, defesa de direitos e diretrizes rígidas comportamentais. Conforme “Estatutos do Clube Sociedade 13 de Maio”, de Curitiba – Paraná, registrado em 9 de abril de 1929, quanto ao comportamento de seus associados e o poder conferido ao Presidente e membros da Diretoria:

Deveres do Sócio

Art.6 – Estar presente em todas as reuniões ou comemorações do clube, com o devido respeito aos outros sócios e todas as pessoas que se encontrarem presentes em tais atividades.

(...)

§ 5 – Respeitar seus consócios dentro ou fora do recinto social, onde o Presidente e os membros da Diretoria têm o poder de repreender qualquer ato que seja considerado impróprio.

§ 6 – O sócio que não respeitar o que versa no Art. 6 estará sujeito à punições descritas no Art.10.

§ Parágrafo único – Auxiliar e defender seus consócios em qualquer dificuldade que os mesmos se encontrem, fiscalizar o comportamento de seus convidados por ocasião das festividades.¹⁰²

Na sua origem, os Clubes Sociais Negros faziam aquilo que o Estado brasileiro deixava de fazer. Sendo assim, cumpriam o papel que hoje, por exemplo, cabe à Previdência Social, que é de levar renda quando os trabalhadores estiverem incapazes para o trabalho pela velhice, pela doença e, em caso de morte, assistir os dependentes.

¹⁰¹ **Estatutos do Clube Sociedade 13 de Maio**, de Curitiba – Paraná, registrado em de 9 de abril de 1929.

O Sistema Previdenciário teve seu marco jurídico a partir de 24 de janeiro de 1923 e o objetivo inicial era o de apoiar a categoria dos ferroviários durante o período de inatividade. O crescimento da população urbana e a organização dos trabalhadores levaram a uma tendência de organização previdenciária por categoria profissional. Então surgiram os Instituto de Aposentadoria e Pensões (IAPs), com o fortalecimento das instituições previdenciárias que foram assumidas pelo Estado.¹⁰³

No mesmo Estatuto do Clube 13 de Maio de Curitiba - Paraná (Figura 2), que se localiza na rua Princesa Isabel, encontra-se o seguinte registro que reafirma a importância deste tipo de organização, que não visava somente à festa, mas principalmente dar conta de apoiar as famílias negras “em caso de enfermidade ou morte” (Art. 7, § 5 – Direito dos Sócios). Os associados viam naquele espaço um lugar de segurança e de defesa de direitos e nele buscavam “socorro” quando mais precisavam:

Art. 13 – A Diretoria nada poderá deliberar sem o comparecimento da maioria dos seus membros.

§ Parágrafo único – Essa Diretoria deve cuidar de uma Caixa Socorro para garantia dos associados e suas famílias e uma Caixa Beneficente, para auxiliar e defender os direitos de todos os cidadãos que compõe nosso estado constitucional.¹⁰⁴

Quando a Caixa de Socorro foi instituída, previa o auxílio às famílias de seus associados, suas esposas, filhos e herdeiros por ocasião dos falecimentos. Todos os sócios faziam parte desta “Caixa”, contribuindo todos os meses com uma importância de NCr\$1.50, mensais, sendo NCr\$1.00, para a Caixa de Beneficência, e 0,50 para fazer os fundos da Caixa de Socorro, que ressarcia os herdeiros na parte que lhes cabia em caso de morte dos sócios contribuintes. Esta Caixa funcionava de forma independente, de seus cofres não era permitida a retirada de nenhuma importância para satisfazer outras despesas. Por pertencer exclusivamente aos herdeiros dos associados, ficava ao encargo da administração direta do clube. O Tesoureiro apresentava anualmente o balancete geral desta Caixa conjuntamente com o da Beneficência e prestava contas trimestralmente ao Conselho Fiscal. Por falecimento do sócio pertencente à Caixa de Socorro, era paga

¹⁰³ Conforme matéria “**Previdência Social – 87 anos**”, publicada no Jornal A Razão/Opinião, em 03 de fevereiro de 2010, assinada pelo Gerente Executivo do INSS em Santa Maria, Adelar Vicente Rodrigues Escobar.

¹⁰⁴ **Estatutos do Clube Sociedade 13 de Maio**, de Curitiba – Paraná, p. 7, registrado em de 9 de abril de 1929.

aos herdeiros, de uma só vez, a quantia de NCr\$ 100,00. Quando o sócio falecia antes de seis meses, seus herdeiros perdiam o direito de receber auxílio que era revertido ao fundo de reserva do clube.¹⁰⁵



Figura 2: Clube Treze de Maio, Curitiba/PR
Foto: Giane Vargas Escobar, 2009

Em 29 de fevereiro de 2008, Oliveira Silveira¹⁰⁶ e os integrantes da Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros dos Estados do RS, SC, SP, RJ e MG elaboraram um conceito de Clube Social Negro, definindo desta forma que

Os Clubes Sociais Negros são espaços associativos do grupo étnico afro-brasileiro, originário da necessidade de convívio social do grupo, voluntariamente constituído e com caráter beneficente, recreativo e cultural, desenvolvendo atividades num espaço físico próprio.¹⁰⁷

¹⁰⁵ Ibid., p. 26.

¹⁰⁶ **Oliveira Ferreira da Silveira**, poeta negro brasileiro, nascido em 1941 na área rural de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Filho de Felisberto Martins Silveira, branco brasileiro de pais uruguaios, e de Anair Ferreira da Silveira, negra brasileira de cor preta, de pai e mãe negros gaúchos. Graduado em Letras – Português e Francês com as respectivas literaturas – pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Docente de português e literatura no ensino médio. Ativista do Movimento Negro, idealizador do “20 de Novembro” como Dia Nacional da Consciência Negra e idealizador do Movimento Clubista. Faleceu no Dia Mundial da Paz, em 1º de janeiro de 2009, vítima do câncer.

¹⁰⁷ Publicado em Ata da Reunião da Comissão Nacional de 29 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<http://www.clubesnegrosbr.blogspot.com>> . Acesso em: 14 dez. 2009.

Esse conceito foi elaborado a partir de uma política de mapeamento dos Clubes Sociais Negros, com sua gênese em Santa Maria/RS, no ano de 2006, quando aconteceu o 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras, vem sendo trabalhado e articulado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal, a SEPPIR, e representantes de Clubes Sociais Negros de todo país. A necessidade premente de se definir um conceito foi necessária naquele momento histórico para que o Movimento Clubista Negro e o próprio Estado pudessem definir e implantar políticas públicas específicas voltadas a este setor, que, a partir de então, começava a se organizar em um novo formato. Este é um conceito que está em construção e certamente deverá passar por reavaliação do coletivo, que terá legitimidade para alterá-lo de acordo com os entendimentos e anseios que surgirão ao longo da trajetória destas entidades negras, que a cada encontro local, estadual ou nacional se fortalece, se revigora e quer ser reconhecido como importante segmento que preserva, resiste e mantém parte do patrimônio material e imaterial da população afro-brasileira.

Segundo Oliveira Silveira (2008), é comum o Clube Social Negro denominar-se “sociedade” e há casos em que, pelo seu histórico, ostenta denominação pouco indicativa da pluralidade de suas funções, como é o caso do Centro Cívico Cruz e Souza, de Lages-SC, ou da Associação Négo Foot Ball Club (Figura 3), de Venâncio Aires-RS, clubes plenamente dedicados a atividades beneficentes, recreativas e culturais.¹⁰⁸

Silveira (2008) chama a atenção para as datas de fundação dos Clubes Sociais Negros, pois elas evidenciam que essa forma associativa corresponde a uma necessidade continuada, presente em diferentes períodos: há clubes relativamente novos, como a Sociedade Cultural e Beneficente Rui Barbosa, de Canoas-RS, de 1968; a Sociedade Recreativa Harmonia de Caçapava do Sul-RS, de 1971; o Clube Palmares de Volta Redonda-RJ, de 1965, um clube jovem com o nome Zumbi dos Palmares, fruto do movimento relativamente recente de consciência negra.

¹⁰⁸ SILVEIRA, Oliveira. **Os Clubes Sociais Negros no Brasil**. Porto Alegre, 07/03/2008. Texto elaborado pelo escritor e poeta da Consciência Negra, como Conselheiro do CNPIR e interlocutor na Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros, reafirmando o conceito de Clube Sociais Negros, registrado em Ata dessa Comissão Nacional, em 29 de fevereiro de 2008.



Figura 3 – Fachada da Sociedade NêgoFoot Ball Club
Foto: Arquivo da Sociedade Nêgo Foot Ball Club, 2009

Podem-se destacar ainda os Clubes Sociais Negros mais antigos do país, criados no século XIX, que estão em plena atividade, como a Sociedade Floresta Aurora, de Porto Alegre/RS, fundada em 1872; o Clube 13 de Maio de Curitiba/PR de 1888; o Clube Mundo Velho de Sabará/MG de 1894 (Figura 4) e o Clube 28 de Setembro de Jundiaí/SP (Figura 5), fundado em 1897.



Figura 4 - Fachada do Clube Mundo Velho, Sabará/MG
II Encontro Nacional de Clubes Sociais Negros
Foto: Giane Vargas Escobar, 2010



Figura 5 - Fachada do Clube 28 de Setembro, Jundiaí/SP
Foto: Giane Vargas Escobar, 2009

Outro aspecto singular são os nomes dos Clubes Sociais Negros. Nota-se que a maior parte deles legitimou a Princesa Isabel e prestou homenagens a ela e à data da Abolição da Escravatura, oficializada em 13 de maio de 1888, bem como à data da Lei do Ventre Livre, que deu liberdade aos filhos de escravas nascidos a partir desta data, promulgada em 28 de setembro de 1871, seguida do nome do seu proponente, o Visconde do Rio Branco.

Esses espaços simbólicos e de resistência do povo negro destacavam e reconheciam em sua maioria personagens da elite branca, aqueles que os republicanos gostariam de ter apagado da memória, mas que os trabalhadores negros continuaram a “lembrar para nunca mais esquecer”, por meio da materialização destes nomes em suas edificações, e aí temos uma infinidade de Clubes Sociais Negros batizados com o nome “Princesa Isabel” (Figura 6) e “Treze de Maio”, assim como temos aqueles que lembram a queda da Monarquia, como o “15 de Novembro (Figura 7)”.



Figura 6 - Fachada da Sociedade Recreativa Princesa Isabel, Formigueiro/RS
Foto: Giane Vargas Escobar, 2006



Figura7 - Fachada da Sociedade Recreativa e Cultural XV de Novembro,
São Lourenço/RS
Foto: Acervo da Sociedade Recreativa e Cultural XV de Novembro, 2009

Ainda se destacam Clubes Sociais Negros com nome “Rui Barbosa”, escritor, político e conhecido também por ter mandado queimar os registros de escravos existentes nos cartórios, o do jornalista “José do Patrocínio” (Figura .8) e de um dos grandes nomes da literatura brasileira, “Castro Alves”, personagens negros, abolicionistas de destaque.

Corroborando essa afirmação, consta no Art.31 do Clube 13 de Maio de Curitiba – Paraná que:

As sessões magnas terão lugar no dia 13 de maio para comemorar o grandioso dia da assinatura da Lei Áurea, e 6 de junho aniversário de fundação do clube, que poderá ser festejado com baile e outras manifestações como sejam, passeatas, iluminação da sede, etc.¹⁰⁹

Outro aspecto importante devidamente registrado em Atas e Estatutos eram as cores que cada Clube Social Negro adotava para se identificar, materializadas em bandeiras e estandartes¹¹⁰. Demonstra-se aí a preocupação dos dirigentes e associados com aquilo que na “diferença os distingue”, uma espécie de “marca” de cada Clube Social Negro.



Figura 8 - Fachada da Sociedade Cultural Recreativa José do Patrocínio, Júlio de Castilhos/RS
Foto: Acervo da Sociedade José do Patrocínio, 2009

¹⁰⁹ **Estatutos do Clube Sociedade 13 de Maio**, de Curitiba/Paraná, p. 15, registrado em de 9 de abril de 1929.

¹¹⁰ O estandarte é considerado o elemento sagrado de todo o conjunto, o símbolo da honra e a bandeira de integração do grupo. É com o estandarte que a agremiação presta reverência às autoridades, aos seus protetores e saúda outras agremiações amigas quando há um encontro. É visto como um elemento onde está o valor e a imponência do grupo por ele representado, sendo confeccionado com muito cuidado, pois precisa representar bem o grupo com arte, beleza e riqueza. (fonte: GASPAR, Lúcia. Estandarte de agremiações carnavalescas. Pesquisa Escolar On-Line, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://fundaj.gov.br>. Acesso em 06 Fev 2010.)

No Estatuto da Sociedade Cultural Ferroviária 13 de Maio de Santa Maria-RS, em sua última versão, datada de 24 de abril de 1983, registra-se o seguinte texto:

Artigo 5º - A Sociedade adotará para seu uso as cores: Azul, Vermelha e Amarelo, que constituirão as cores de sua bandeira, cujo formato será retangular com as cores distribuídas na proporção de 1/3 para cada uma, no sentido vertical.¹¹¹

A Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio de Santa Maria, nos seus primeiros meses de existência, também procurou destacar-se através da confecção de um estandarte, conforme se registra no Livro de Ata nº 1, datado de 1903:

Aos dezenove dias do mes de Outubro de mil novecentos e tres, na casa de residencia do cidadão José Fontoura, reunida toda a Directoria foi tomada a iniciativa de mandar fazer o estandarte para a sociedade, ficando a mesma directoria encarregada de tratar desse melhoramento tendo em vista a maior economia.¹¹²

Já o Clube Palmares, de Volta Redonda-RJ, fundado em 1965, especifica em seu Estatuto, no CAPÍTULO VI - DAS CORES DO CLUBE - Art. 59 – “Ficam adotadas como cores oficiais do clube, o VERDE E BRANCO”, e no Art. 60. “Os uniformes das representações serão sempre de acordo com as cores oficiais do clube”.¹¹³

Em Pelotas/RS, registram-se clubes que ressaltavam simplesmente a alegria, a festa, os festejos, sem ter que prestar homenagem a alguém, pois eram blocos carnavalescos que depois se transformaram em Clubes Sociais Negros, como o “Fica Ahi pra Ir Dizendo” (Figura 9), o “Depois da Chuva” e o “Chove Não Molha” (Figura.10). Este último nasceu da idéia de um grupo de alfaiates que desejavam festejar o Carnaval de 1919 e tal foi o sucesso que resolveram criar definitivamente o “Grupo Carnavalesco Chove Não Molha”, que adotou as cores azul e preto, vindo a se tornar utilidade pública em 1966, passando a denominar-se “Clube Cultural Chove Não Molha”¹¹⁴.

¹¹¹ **Estatutos da Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio** de Santa Maria-RS, 1983.

¹¹² **Livro de Ata nº 1 da Sociedade Cultural Ferroviária 13 de Maio**, 1903.

¹¹³ **Estatuto do Clube Palmares de Volta Redonda/RJ**, 2005, p.15 e 16.

¹¹⁴ **Cadastro Nacional de Clubes Sociais Negros**. Acervo Museu Treze de Maio, registrado em 2006. Cópia da Ata de Fundação do Clube Chove Não Molha.



Figura 9 - Fachada do Clube Cultural Fica Ahí Pra Ir Dizendo, Pelotas/RS
Foto: Giane Vargas Escobar, 2006



Figura 10 - Fachada do Clube Cultural Chove Não Molha, Pelotas/RS
Foto: Giane Vargas Escobar, 2006

É importante ressaltar que, embora “aparentemente” não houvesse um compromisso político em seus nomes festivos, as suas ações reforçavam a necessidade de um espaço de autoafirmação das identidades negras pelotenses e

formação política por meio de uma mídia essencialmente negra, materializado por meio do Jornal Alvorada, que segundo Rubinei Machado, Conselheiro do Clube Fica Ahi Pra Ir Dizendo, em resposta a questão 4, “O Clube tinha uma ligação muito forte com o Jornal Alvorada, pois seus membros participaram de sua fundação e muitos foram presidentes e participaram da sua diretoria”.

Já a motivação do Clube Palmares (Figura 11), de Volta Redonda/RJ, fundado em 31 de janeiro de 1965, foi a própria história de Zumbi dos Palmares e a tomada de consciência sobre o papel de protagonista dos trabalhadores negros, valorizando um personagem negro que lutou pela liberdade do seu povo. Segundo João Estanislau Laureano (2009)¹¹⁵, fundador e atual Presidente do Clube:

Faltava, porém o nome do clube. Ao longo dos dias, várias propostas e sugestões foram apresentadas: Clube 13 de Maio, Kutuba, Fenianos, 1º de Maio e Palmares. O nome escolhido foi Palmares devido a relação existente entre o quilombo dos Palmares e a proposta que tiveram para o Clube.¹¹⁶

Laureano (2009) relata que “as primeiras reuniões foram realizadas nas dependências da CSN”, a Companhia Siderúrgica Nacional, mais precisamente no almoxarifado, fabricado em madeira (onde atualmente se localiza a rodoviária da cidade). Aí foi elaborado o primeiro estatuto que viria oficializar a entidade. Segundo ele, “naquela época o pessoal ainda comemorava a data desconhecendo verdadeiramente a história da libertação. Por isso foi citado o 13 de Maio entre as propostas”.

Apesar do desconhecimento da história de Zumbi dos Palmares, por parte de alguns membros do Clube Palmares de Volta Redonda-RJ, foi este o nome que prevaleceu, e no RS este ícone da negritude contemporânea, Zumbi dos Palmares, ganhou força por meio de uma das maiores lideranças do Movimento Negro Nacional, Oliveira Silveira, que estudou a data e sugeriu a evocação do 20 de Novembro, lançada e implantada no Brasil pelo Grupo Palmares, de Porto Alegre, a contar de 1971, tornando-se Dia Nacional da Consciência Negra em 1978, denominação proposta pelo Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, o MNUCDR.

¹¹⁵ LAUREANO, João Estanislau. **João Estanislau Laureano**. Depoimento [out. 2009]. Entrevistadora: Giane Vargas Escobar. 2 DVD. Entrevista concedida a pesquisa da Dissertação de Mestrado de Giane Vargas Escobar. Santa Maria-RS.

¹¹⁶ Ibid.



Figura 11 - Fachada do Clube Palmares, Volta Redonda/RJ
Foto: Giane Vargas Escobar, 2009

Quanto a data Treze de Maio, Oliveira Silveira registrou uma crítica:

Nós vimos logo que o 13 de maio teve conseqüência práticas. Não havia medidas efetivas voltadas à comunidade negra. Foi uma liberdade que apareceu apenas na lei e nada de concreto ocorreu depois. Ao mesmo tempo, era uma data oficial, que o oficialismo governamental queria que fosse comemorada, celebrada, com homenagens à princesa Isabel. Ao passo que Palmares significava uma liberdade conquistada na luta, que durou um século inteiro, e, por isso era plena de significado. Os homens e mulheres quilombolas fizeram um trabalho de resistência, de afirmação da dignidade humana sem precedentes, de luta pela defesa da liberdade. Então, não havia dúvidas de que aquela era a principal passagem da história do negro no Brasil.¹¹⁷

Pode-se afirmar que os trabalhadores negros, que fundaram os primeiros Clubes Sociais Negros no período pós-abolição e até mesmo anteriores a este, eram oriundos de profissões e empresas, em especial públicas, que viabilizaram mobilidade social aos negros, embora os cargos ocupados por estes não fossem os mais altos e os mais bem remunerados.

No Rio Grande do Sul, pode-se citar a Sociedade Floresta Montenegrina, de Montenegro/RS, fundada em 28 de setembro de 1916. Conforme resposta 4, de Luis Carlos Oliveira (2010), Vice-Presidente desta entidade, os trabalhadores negros que fundaram o Clube eram, “em sua maioria, Militares da Brigada, ferroviários e

¹¹⁷ Oliveira Silveira por Oliveira Silveira da Ferreira, em www.oliveirasilveira.blogspot.com, acesso em 15 jan 2010.

também muitos industriários funcionários do antigo Frigorífico Renner”. A Brigada Militar, Corporação criada em 1892, incorporou em seus quadros muitos trabalhadores negros no pós-abolição, o que se pode observar através de uma imagem dos soldados negros em manobras no ano de 1913 (Figura 12) e a tradicional Banda da Brigada Militar (Figura 13), em ambas as funções predominando profissionais negros.



Figura 12 - Manobras da Brigada Militar/RS, 1913
Fonte: Centro Histórico Coronel Pillar/1º RPMon/BMSM

Assim, pode-se afirmar que estar empregado, ser um profissional assalariado, significava mobilidade social para a população negra, até então alijada dos mecanismos de acesso ao trabalho remunerado e pelo processo político de branqueamento imposto pela sociedade brasileira, corroborada pelas teorias racistas dos séculos XVIII e XIX. O trabalho livre e a organização destes profissionais negros viabilizaram a formação de uma verdadeira “elite negra” empoderada.

A poesia denúncia de Oliveira Silveira “Treze de maio traição, liberdade sem asas e fome sem pão” traz uma reflexão sobre o dia seguinte à assinatura da Lei Áurea, pois a realidade apresentada à comunidade negra brasileira no pós-abolição foi a exclusão e a negação de suas origens e valores. Porém, apesar disso, os

negros conseguiram romper com a sociedade ao fundar os seus espaços de sociabilidade, solidariedade e defesa de direitos.



Figura 13 - Banda da Brigada Militar/RS,
1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar, 1943
Fonte: Centro Histórico Coronel Pillar/1º RPMon/BMSM

Várias eram as profissões exercidas pelos trabalhadores afro-brasileiros, que fundaram os primeiros Clubes Sociais Negros do Brasil, tais como os operários negros da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que fundaram o Clube Palmares em Volta Redonda/RJ; os membros da marinha mercante, portuários e professores da rede pública que fundaram o Clube Estrela do Oriente de Rio Grande/RS; os foguistas e carvoeiros da Marinha Mercante, que também para brincar no carnaval de 1920, criaram o “Rancho Carnavalesco Braço é Braço”, também de Rio Grande/RS, do qual somente homens poderiam participar; os jornalistas negros do Clube Fica Ahi Pra Ir Dizendo e os alfaiates negros que brincando fundaram o Clube Chove Não Molha, ambos de Pelotas/RS; os ferroviários negros do Clube 13 de Maio de Santa Maria/RS; os policiais militares e ferroviários que fundaram a Sociedade Floresta Montenegrina de Montenegro-RS; os médicos, advogados, engenheiros, intelectuais e artistas negros que fundaram o Renascença Clube/RJ;

os trabalhadores do ramo da construção civil do Centro Cívico Cruz e Souza, de Lages/SC; os operários da Siderúrgica Belgo-Mineira, que passaram a ser os principais freqüentadores do Clube Mundo Velho de Sabará/MG; os operários da Companhia Paulista de Estrada de Ferro de São Paulo que fundaram o Clube 28 de Setembro de Jundiaí/SP (Figura .14).¹¹⁸



Figura 14 - Cinquentenário da Abolição da Escravatura, em 1938
Fonte: Acervo Clube 28 de Setembro, Jundiaí - SP

Oliveira Silveira (2006), num exame rápido acerca da situação destes organismos, revelou sintomas de debilidade, desestruturação, perigo de desaparecimento, a exemplo de tantos que sucumbiram. Com a vida por um fio, agarrados a uma réstia de esperança, estão entidades como a Sociedade Visconde do Rio Branco, de Passo Fundo, o Clube José do Patrocínio, de Osório, a Sociedade Estrela do Oriente, de Rio Grande, e outras que, aparentemente acabadas,

¹¹⁸ **Instrumento de Pesquisa** para a Dissertação de Mestrado de Giane Vargas Escobar. Santa Maria –RS, 2009-2010.

conservam um sopro de vida, aguardando o interesse e afeição de grupos locais ou associados remanescentes para revitalizá-las.¹¹⁹

Muitos destes organismos, que se proliferaram pelo país, como um espaço demarcador de “fronteiras étnicas” são encontrados também em Santa Catarina, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Foram construídos e idealizados, em especial, no período pós-abolição. O Rio Grande do Sul é a maior expressividade deste segmento, com 53 Clubes Sociais Negros, mapeados e cadastrados pelo Museu Treze de Maio de Santa Maria/RS, através de pesquisa realizada no período 2006-2009.

Os grupos étnicos são vistos segundo Barth (1998, p. 30), como uma forma de organização social e, dessa maneira, definir-se como pertencente a um grupo étnico pressupõe a característica da “autoatribuição e atribuição por outros” a uma categoria étnica. Nesse sentido, na medida em que as pessoas se utilizam das identidades étnicas para se autoidentificar ou ainda identificar a outros, com objetivos de interação, formam grupos étnicos organizacionais.

Assim, os Clubes Sociais Negros constituíram “lugares” de distinção de uma “raça”, dos negros empoderados pela mobilidade social proporcionada pelo trabalho remunerado viabilizado, em especial, pelo advento da Ferrovia, que impulsionou e desenvolveu o Brasil ao longo dos séculos XIX e XX, permitindo aos trabalhadores negros também construir os seus espaços de poder e de sociabilidade.

O Especialista em Pensamento Político Brasileiro, João Rodolpho Amaral Flores (2008), destaca, em sua obra “Os Trabalhadores da V.F.R.G.S.”, os Clubes Sociais Ferroviários, explicando que:

Desde o século XIX, nos principais núcleos ferroviários do Rio Grande do Sul, passou a ser comum a fundação de “sociedades recreativas”, representativas de classes sociais, categorias profissionais, grupos étnicos, bem como interessados nas práticas desportivas, ações culturais e também políticas. Exemplo disso ocorreu em Santa Maria com a criação de entidades como a dos ruralistas, dos alemães, dos afro-brasileiros, dos italianos, dos caixeiros-viajantes, dos empresários do comércio, dos esportes da caça, do tiro, da pesca, do bolão, do tênis e até mesmo com as Lojas Maçônicas e suas atividades políticas e culturais. Espelhados nessas

¹¹⁹ Texto base “**Patrimônio e Potencial**” elaborado pelo escritor e poeta da Consciência Negra, Oliveira Silveira, enquanto Conselheiro do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial/CNPIR e interlocutor na Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros. Porto Alegre, 7 de maio de 2006.

iniciativas, muitas sociedades recreativas e desportivas foram fundadas pelos ferroviários.¹²⁰

O autor afirma que a Viação Férrea foi uma das pioneiras do setor público gaúcho a absorver a mão-de-obra de trabalhadores negros (Figura 15) em seus quadros, garantindo-lhes rápida inserção social e reconhecimento profissional.

Sem dúvida a ferrovia (Figura 16) proporcionou dignidade aos trabalhadores negros, em especial no período pós-abolição, e eram eles que estavam na linha de frente construindo um Brasil melhor, por meio da estrada de ferro.

Segundo o Presidente da Ferroeste/PR, Samuel Gomes (2009), “os operários negros não forneceram apenas sua força física e trabalho braçal, mas inteligência planejadora dos engenheiros Rebouças para a ferrovia Curitiba-Paranaguá.”¹²¹

Flôres (2007) ressalta que “o primeiro clube com efetiva participação de afro-brasileiros de Santa Maria, não necessariamente integrado por ferroviários, foi o Clube Sociedade União Familiar” fundado em 1896. Mas foi em 1903 que surgiu a primeira entidade genuinamente erigida por ferroviários na cidade de Santa Maria, a “Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio (Figura.17)¹²²”.

Um dos Clubes Sociais Negros mais lembrados pela comunidade negra de Santa Maria, além do Treze é o Clube União Familiar. Após diversos usos e à mercê das intempéries, este último, cedeu espaço a uma pizzaria, a “Pizzaria União”, perdendo lamentavelmente dessa forma, parte da simbologia e representatividade da história e da identidade dos afro-brasileiros em Santa Maria.

¹²⁰ FLÔRES, 2008. p. 274.

¹²¹ Em 25/12/2009, o Presidente da Ferroeste/PR, Samuel Gomes ao tomar conhecimento desta dissertação de Mestrado, que faz referência aos trabalhadores negros da ferrovia, propôs através do e-mail da autora deste trabalho, um *Resgate documental e televisivo do papel dos ferroviários negros no século XIX e XX*. Nesta mensagem eletrônica, Samuel citou a importância e o exemplo dos engenheiros negros Rebouças para o desenvolvimento da ferrovia no Brasil. O Presidente da Ferroeste/PR propôs que fosse elaborado em 2010, um Projeto para o “resgate da participação dos negros na construção das ferrovias e os Clubes Sociais Ferroviários” em conjunto com a TV Educativa, TV Senado, TV da Assembléia do RS e a TV Brasil”.

¹²² FLÔRES, 2007, p. 273.



Figura 15 - "Grupo de Socorro" da Viação Férrea de Santa Maria
Fonte: Acervo particular de Ingrid Neumaier (Arquivista)



Figura 16 - Funcionários da Viação Férrea de Santa Maria, 1920
Modelo de locomotiva nº 704
Fonte: Acervo particular de Ingrid Neumaier (Arquivista)



Figura 17 - Fachada da Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio –
Museu Treze de Maio, Santa Maria/RS
Foto: Giane Vargas Escobar, 2007

Estas duas sociedades negras santa-marienses tiveram um papel político de singular importância, pois era através da festa, da ajuda mútua, da solidariedade, da amizade, dos encontros festivos, “aparentemente só para bailes”, que se davam as relações organizacionais do grupo social, que paulatinamente se afirmava como uma “raça” importante que também se organizava e construía os seus espaços simbólicos de poder.

Consta, em vários depoimentos de antigos associados que o Clube União Familiar (Figura.18), que se localizava próximo à “Vila Operária Brasil”, era o espaço dos trabalhadores negros com menor poder aquisitivo e que o “Treze” era o clube da “elite negra” afro-ferroviária santa-mariense. Conforme explica Flores (2007), em “Fragmentos da História Ferroviária Brasileira e Rio-Grandense:

Nas proximidades dessa vila já existia desde o ano de 1896 a “Sociedade Clube União Familiar”, com sede a Rua “Barão do Triunfo”, o que demonstra que o local era tradicionalmente um espaço ocupado pela população operária, a qual aproveitava o seu tempo de lazer para recreação social. A comprovação disso encontramos nas palavras do Sr. Agenor Alves do Amaral, presidente do Clube União Familiar no ano de 1957, ao afirmar que

os “... sócios (...) são na sua totalidade pessoas de poucos recursos, vivendo a maioria de pequenos salários...”¹²³



Figura 18 - Fachada do Clube União Familiar, Santa Maria/RS
Foto: Giane Vargas Escobar, 2009

Mas que elite negra era essa que frequentava o Clube Treze de Maio? Uma elite de um grupo discriminado? Uma elite que não tinha acesso aos mesmos lugares que seus pares profissionais, embora tivessem um nível econômico visivelmente superior ao da maioria dos negros da época? Talvez, conforme afirma Giacomini, em *a Alma da Festa* (2006, p. 92-93), “uma elite que somente se afirma na solidão, separada dos brancos por imposição destes, separada dos demais negros por exigência do próprio projeto de afirmação da distinção”.

3.2 Clubes Sociais Negros: patrimônio imaterial afro-brasileiro

¹²³ FLÔRES, João Rodolpho Amaral. **Os Bairros e Vilas Ferroviárias**. In: *Fragments da História Ferroviária Brasileira*. Santa Maria: Pallotti, 2007, p. 182-194..

A palavra *patrimônio* tem vários significados. Para melhor definir o conceito com o qual pretendemos trabalhar foi necessário abordar diferentes pensamentos, tendo em vista que Patrimônio, muito mais que uma herança transmitida de pai para filho, é uma invenção e a sua apropriação pressupõe poder e interesses de uma elite dominante, que dita normas e diz o que é patrimônio de acordo com seu gosto e interesses.

Não existe consenso no plano internacional ou nacional sobre a expressão que melhor define o conjunto dos bens culturais de natureza imaterial. Aqui e ali são utilizadas expressões como patrimônio cultural intangível, patrimônio cultural imaterial, cultura tradicional e popular ou patrimônio oral. No Brasil, o IPHAN e o Ministério da Cultura optaram por definir o patrimônio cultural brasileiro tendo como base o estabelecido no Artigo 216 da Constituição Federal, porém ressaltam que esta foi uma decisão política e estratégica de valorização de bens culturais dessa natureza que, apesar de estarem ligados a uma cultura material não vinham sendo reconhecidos oficialmente como patrimônio nacional.¹²⁴

A Unesco define como Patrimônio Cultural Imaterial “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”. O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu ambiente, de sua interação com a natureza de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim, para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.¹²⁵

O patrimônio cultural contribui para o processo de identificação na medida em que permite que conheçamos os quadros de referência do passado, percebendo as semelhanças e diferenças na paisagem cultural, constantemente transformada. A preservação do patrimônio cultural está, pois, associada à cidadania, condição primeira para a transformação social.

¹²⁴ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Departamento do Patrimônio Imaterial. IPHAN/Minc. **Os sambas, as rodas, os bumbas e os meus bois:** a trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. Brasília, DF: 2006.

¹²⁵ Patrimônio Imaterial. Disponível em: <<http://portal.www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 20 set 2009.

Neste trabalho pretendemos abordar o conceito de patrimônio sob a perspectiva do patrimônio imaterial e do “desenvolvimento local”, expressão desenvolvida na década de 1960 e 1970 pelo francês Hugues de Varine-Bohan¹²⁶.

A idéia de patrimônio começou a adquirir o sentido de propriedade coletiva com a Revolução Francesa no século XVIII. Naquele momento, muitos revolucionários queriam destruir todas as obras de arte, castelos, prédios e objetos pertencentes à nobreza. Alguns intelectuais manifestaram-se contra esta atitude, argumentando que, além do valor econômico e artístico, aqueles monumentos e objetos também contavam a história do povo da França, dos operários, dos comerciantes, dos pobres. Ou seja, o valor histórico daqueles bens ia além da história dos reis, dos nobres e de toda a corte francesa. Assim, esses bens deveriam ser preservados para um conjunto maior de pessoas: para a população que compunha a nação francesa.¹²⁷

A historiadora francesa, Françoise Choay (2006) define Patrimônio¹²⁸ como uma bela e antiga palavra que na sua origem estava ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito “nômade”, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante.

Patrimônio Histórico, segundo Choay (2006), tornou-se uma das palavras-chave da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade. Segundo ela o Patrimônio Histórico é carregado de ambiguidades e contradições e duas visões de mundo.

Mas o que é significativo para aqueles que definem o que é patrimônio? Continuará sendo um termo ambíguo que pode levar a diferentes interpretações e indagações. Porém, quais os critérios para dizer o que deve permanecer e o que não deve? Continuarão a ser critérios de uma elite que dita normas, protegendo e guardando os símbolos de poder de uma minoria privilegiada social e historicamente? Serão aquelas residências individuais das “grandes personalidades” que serão tombadas, conservadas e restauradas e provavelmente inscritas em

¹²⁶ Cunhador do termo e do conceito de ecomuseu com George-Henri Rivière, ex-Presidente do ICOM, membro fundador do MINOM – Movimento Internacional por uma Nova Museologia; Consultor Internacional em Comunidades, Patrimônio e Desenvolvimento Local e Comunitário – www.interactions-online.com.

¹²⁷ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais**, Brasília, DF: IPHAN, 2007.

¹²⁸ CHOAY, 2006. p. 18.

“livros e inventários” para nunca mais esquecer? E quando o bem cultural for de natureza imaterial, que mecanismos serão utilizados para protegê-los?

As respostas a essas indagações, segundo Garbinatto (2000) devem ser dadas pela própria comunidade, num fórum legitimamente constituído por ela, por técnicos e especialistas (na área em que se encontra o bem cultural – material ou imaterial) e ainda por representantes do poder legitimamente eleito pela comunidade.¹²⁹

Conforme Garbinatto (2000), o Patrimônio é uma construção social coletiva, revestido por redes de significados e inclui relações de poder intrínsecas à própria construção do Patrimônio. Pertence a todos e todos os cidadãos devem ter o direito e o dever de preservá-lo, como possibilidade de resgate de sua identidade social (dentro de sua comunidade de origem) e individual (frente a frente consigo mesmo no espelho de sua alma).¹³⁰

Foi nesse intuito que, em 2006, em Santa Maria, deu-se início ao processo de mapeamento dos Clubes Sociais Negros do Brasil. Num primeiro momento, as pesquisas e mapeamentos foram desenvolvidos pelos seguintes integrantes: Oliveira Silveira, Giane Vargas Escobar, Rubinei Machado, Sirlei Barbosa, Magda Melo, Ronaldo Barbosa e Jorge Luis Marinho da Silva. Foram estes “militantes do patrimônio”¹³¹ que, durante seis meses, no período de junho a novembro de 2006, se empenharam no desafio de viajar pelos municípios do Estado do RS, durante vários finais de semana, mesmo com poucos recursos, para descobrir onde estavam os Clubes Sociais Negros deste Estado e qual era a sua real situação, além de buscar informações de Clubes Sociais Negros de outros Estados, graças ao apoio e informações repassadas pelo experiente militante e articulador, Oliveira Silveira.

Esta equipe de dinamizadores acreditou que era necessário “estar lá”, “olhar”, “ouvir”, “escrever”, “registrar” e “interpretar”, conforme nos ensina Geertz (2002), conhecendo o “outro” e ao mesmo tempo a “si mesmos”, pois eram homens e mulheres negras investigando, pesquisando “eles e nós”, pois as situações eram semelhantes, os desafios também e, de uma maneira muito particular, encontraram em Santa Maria um caminho diferente para transformar aquela condição adversa e “retornar às origens”, conforme desejava, Oliveira Silveira.

¹²⁹ GARBINATTO, 2000, p. 37-48 passim.

¹³⁰ Ibid.

¹³¹ VARINE, Hugues de. **O museu comunitário é herético?** Disponível em: <http://interactions-online.com/articles>. Acesso em 19 de out. 2009.

Em Ata da Comissão Nacional de 29 de fevereiro de 2008, registra-se o pensamento de Oliveira Silveira, que vislumbrava uma saída para amenizar a problemática dos Clubes Sociais Negros

os clubes estão em situações bem diferentes: alguns em boa situação, outros procurando sobreviver às intempéries da desarticulação ao longo dos tempos, outros desaparecendo e pedindo socorro.” Destaca que os clubes devem se reformular voltando às origens, como possibilidade de ação afirmativa, buscando o caminho original, enfrentando o problema do racismo. Os clubes podem abrigar ações afirmativas, trazendo a comunidade negra para dentro dos mesmos. Destaca também o coletivo de cinco clubes que estão se reunindo e se ajudando no RS, como um exemplo de sobrevivência coletiva.¹³²

Choay (2006) explica que o sentido original do termo monumento é o do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (“advertir”, “lembrar”). Aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva.

Considerando então o termo em sua gênese, chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer com que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado, fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar¹³³.

Dessa forma, pode-se apreender que as edificações dos Clubes Sociais Negros construídas pelos trabalhadores negros ao longo dos séculos XIX e XX, com fins de lazer e defesa de direitos de suas famílias, constituem verdadeiros “monumentos”, pois foram construídos para um determinado fim, estrategicamente pensados e solidificados para demarcar um espaço, um determinado tempo e afirmar uma identidade.

¹³² Ata da Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros, Brasília, 29/02/2008.

¹³³ CHOAY, 2006. p. 18.

Segundo Choay (2006) o patrimônio arquitetônico é alegoria, é invenção criativa, em especial, do homem deste início de século XXI:

Representado por um labirinto dissimulado pela superfície cativante de um espelho, o patrimônio arquitetônico e urbano, com as atitudes conservatórias que o acompanham, pode ser decifrado como uma alegoria do homem na aurora do século XXI: incerto da direção em que o orientam a ciência e a técnica, buscam um caminho no qual elas possam libertá-lo do espaço e do tempo para, de forma diferente e melhor, deixar que os invista.¹³⁴

Para aqueles que edificam, assim como para os destinatários das lembranças que veiculam, o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança. O monumento assegura, acalma, tranqüiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos, afirma Chouay (2006).

A materialização das Sociedades de Negros em edificações tem uma carga simbólica muito forte para aqueles que os construíram e para o imaginário daqueles que são os “herdeiros”, pois eles na origem realizaram uma vontade de deixar um registro, uma lembrança petrificada em um espaço concreto, demarcando um tempo, um poder, um sentimento de pertença e, ao mesmo tempo, uma sensação de dever cumprido, mesmo sem saber se as gerações que viriam depois cuidariam com o mesmo espírito aquilo que eles deixaram como marca de seu tempo.

3.2.1 A face afro-brasileira do patrimônio cultural no Brasil

A Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, ampliou o conceito de patrimônio cultural brasileiro, ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, estabelecendo o registro e o inventário como instrumentos de preservação desses bens. Reconheceu também, que é preciso incluir, entre o patrimônio dos brasileiros, bens culturais que se referem aos diferentes grupos formadores da nossa sociedade, garantido no Art. 215. §1 que “O

¹³⁴ Ibid. p. 258.

Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”.

Um dos maiores avanços que se percebe na legislação brasileira desde a implantação do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que trata da organização do patrimônio material, definindo os quatro Livros Tombo e as diretrizes para os processos de tombamento, é o reconhecimento do patrimônio imaterial como bem que a partir do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, pode também ser registrado no Livro de Registro dos Saberes, Livro de Registro das Celebrações, Livro de registro das Formas de Expressão, Livro de Registro dos Lugares.

Recentemente, mais precisamente em 15 de julho de 2008, um dos maiores legados do povo africano e afro-brasileiro, que se espalhou pelo mundo todo e que já foi considerada prática criminosa, recebeu o reconhecimento do IPHAN como patrimônio cultural brasileiro, a capoeira. O ofício dos mestres da capoeira foi incluído no Livro dos Saberes, e da roda de capoeira, no Livro das Formas de Expressão.

O que mais chama a atenção é o fato de que a partir do registro há a previsão de um plano de preservação que prevê as seguintes medidas de suporte à comunidade capoeirística: um plano de previdência especial para os velhos mestres; o estabelecimento de um programa de incentivo desta manifestação no mundo; a criação de um Centro Nacional de Referência da Capoeira; e o plano de manejo da biriba - madeira utilizada na fabricação do instrumento - e outros recursos naturais, dentre outras.

Importante ação foi realizada pela SEPPIR e Centro Cultural Cartola, em 2009, ao realizarem o II Seminário Samba Patrimônio Cultural do Brasil que reuniu gente de toda a parte para levantar propostas para o Plano de Salvaguarda do Samba Carioca e dar voz aos detentores desse processo, estimulando-os a participar ativamente na definição de ações voltadas para a preservação das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro.¹³⁵

No Rio Grande do Sul o IPHAN analisa a possibilidade de reconhecer a localidade de Porongos como patrimônio cultural brasileiro, conforme solicitação de

¹³⁵ SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. Ministério da Cultura. **Samba em revista**. Centro Cultural Cartola. Agosto de 2009. Ano 1. Número 2.

entidades do Movimento Negro gaúcho e realizou o seu inventário¹³⁶ entre os anos 2004 e 2006.¹³⁷

Interessante observar que nesse Estado também surgiram os Centros de Tradições Gaúchas somente de negros, motivados por razões semelhantes à dos Clubes Sociais Negros, a de não poderem entrar nos tradicionais CTGs dos brancos, porém sob o viés de uma outra identidade negra. Em Caçapava do Sul temos o CTG Clareira da Mata e o grupo de cavaleiros Lanceiros Negros, que representam este segmento.¹³⁸

Assim como o samba, a capoeira e outros bens de natureza imaterial já conquistaram este título, os Clubes Sociais Negros somam-se a estas iniciativas de valorização e preservação do patrimônio afro-brasileiro, em seus diferentes matizes e identidades negras, agregando esforços para serem reconhecidos e garantir políticas públicas de salvaguarda e manutenção por parte do Estado brasileiro.

Este tipo de ação da sociedade civil, conjugada com a implementação de políticas públicas de preservação, é um incentivo para que outros bens de natureza imaterial possam estar em pauta, ocupando o seu lugar na construção da história deste país.

3.2.2 Os Clubes Sociais Negros e a preservação da memória coletiva

Indivíduos e sociedades não podem preservar e desenvolver sua identidade senão pela duração e pela memória. Romper com o passado não significa abolir sua memória nem destruir seus monumentos, mas conservar tanto uma quanto outros, num movimento dialético que, de forma simultânea, assume e ultrapassa seu

¹³⁶ O Inventário teve como tema o episódio da Revolução Farroupilha que até hoje gera muita polêmica entre aqueles que se debruçam sobre o assunto. O Massacre de Porongos, também denominado Surpresa, Batalha ou Traição de porongos, constitui num ataque das tropas imperiais ao exército farroupilha, em especial ao Corpo de Lanceiros Negros, composto por negros livres e escravos que lutavam sob a promessa de liberdade, comandadas pelo General David Canabarro. O embate ocorreu nas imediações do Cerro de Porongos, localizado no atual município de Pinheiro Machado, na época pertencente a cidade de Piratini, em quatorze de novembro de mil oitocentos e quarenta e quatro.

¹³⁷ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO CULTURAL. IPHAN/MINC. **Lanceiros Negros**: histórias, memórias e identidade no sul do Brasil. Porto Alegre, RS, 2007.

¹³⁸ Folder do Grupo Cultural "Lanceiros Negros".

sentido histórico original, integrando-o num novo estrato semântico, é o que afirma Choay (2006).¹³⁹

A memória é essencialmente um direito, individual ou coletiva ela é disputada, gera tensões e contradições. Contudo, se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, como integrantes de um grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade em cada um deles. De bom grado, dir-se-ia que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes¹⁴⁰.

Halbwachs (2006, p. 72) diz que a memória coletiva contém memórias individuais, mas não se confunde com elas – evolui segundo suas leis e, se às vezes determinadas lembranças individuais também a invadem, estas mudam de aparência a partir do momento em que são substituídas em um conjunto que não é mais uma consciência pessoal.¹⁴¹

Dessa forma, dois tipos de memória se distinguem, a memória interior, pessoal e autobiográfica e outra que podemos chamar de memória exterior, social, a memória histórica. A primeira, segundo Halbwachs, receberia ajuda da segunda, já que a história de nossa vida faz parte da história em geral. Ao passo que a segunda seria bem mais extensa do que a primeira, porém representaria para nós o passado sob uma forma resumida e esquemática.

Procurou-se entender, através das palavras de Halbwachs (2006, p. 77), por que os idealizadores dos Clubes Sociais Negros homenageavam a elite branca da época, como a Princesa Isabel, Visconde do Rio Branco, dentre outros, em detrimento dos seus personagens negros que lutaram, se suicidaram, “negociaram” e conquistaram a liberdade muito antes da abolição oficial. “Eles eram o que eram porque viviam em tal época, tal país, em tais circunstâncias políticas e nacionais”. Halbwachs, ao falar de seus pais explica: “meus pais, como todas as pessoas, pertenciam a seu tempo, assim como seus amigos e todos os adultos com quem eu

¹³⁹ Ibid., p. 112-113.

¹⁴⁰ HALBWACHS, 2006., p. 69.

¹⁴¹ Ibid., p. 72.

tinha contato naquela época. Quando eu quero imaginar como vivíamos, como pensávamos naquele período, é para eles que volto a minha reflexão”.¹⁴²

Portanto, não se tem o direito de olhar para o passado e julgar os negros daquele período com os olhos de hoje, pois, como disse Halbwachs, aquele era o tempo deles, e os acontecimentos de ontem se distinguem dos de hoje. Levou-se quase um século para descortinar a máscara do “13 de maio” e ver que a verdadeira liberdade foi uma conquista da população negra muito anterior à assinatura da Lei Áurea, e talvez sejam necessários muitos anos ainda para conquistar aquilo que esta Lei deixou de contemplar.

A busca do que a pessoa foi no passado está no ela é hoje e se ela quiser realmente entender essa ponte entre passado e presente precisa observar o que Halbwachs (2006) explica: “Em cada época há uma estreita relação entre as atitudes, o espírito de um grupo e o aspecto dos lugares em que este vive (...). É na cidade e na população de hoje que um observador nota muitos traços de outrora”. Se reencontramos nossos avós em nossos pais, é porque nossos pais envelhecem e, na escala das idades, os lugares deixados livres são rapidamente ocupados e, conforme a idade e também as circunstâncias, nos espantamos sobretudo com as diferenças entre as gerações, que ora se fecham sobre si mesmas e se afastam uma da outra, ora se juntam e se confundem”.¹⁴³

Os clubes sociais negros na sua origem “romperam” com a sociedade de seu tempo, por meio da “festa” e da aparente “convivência pacífica”, saíram da inércia que os acomodava em seus “devidos lugares”. E qual era o devido lugar dos Clubes Sociais Negros de ontem e de hoje? O que eles têm de semelhante e de diferente com os do passado? O que os une e o que os separa na atualidade?

Esta é uma discussão pertinente que merece respostas por parte de dirigentes clubistas e Estado, pois foi nestes espaços de convivência de homens e mulheres negras que se davam os processos organizativos da população negra, aconteciam reuniões, surgiram lideranças negras, jornais, grupos de teatro negro, além de bibliotecas especializadas em cultura negra, que depois vão culminar com os maiores movimentos nacionais em prol de cidadania e promoção da igualdade racial. Hoje eles ainda têm o papel de fortalecer a população negra, de manter o sentimento de pertença e de fazer parte de um grupo que é aparentemente igual,

¹⁴² Ibid., p. 77.

¹⁴³ Ibid., p. 88.

mas que possui inúmeras diferenças de acordo com o período, o local e as circunstâncias em que foram criados.

Se hoje os caminhos para a superação das desigualdades raciais ainda são árduos, imagine naquele período de intensa segregação, de pós-abolição, de novo regime de governo, de ditadura, de tantos movimentos que fizeram com que esta parcela da população avançasse em seus propósitos, mas que ainda tem muitos desafios a conquistar, pois não se pode dizer que o que está escrito na Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 5º “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza,...”, é o que se vê na prática.

Se esta máxima constitucional fosse a realidade de ontem e de hoje, não seriam necessárias tantas conferências nacionais e internacionais, tantos encontros em prol da igualdade racial, tantas defesas de membros de comunidades remanescentes de quilombos que são diariamente assassinados na defesa do direito à terra, enfim, não teria explicação o surgimento de clubes específicos para negros.

3.2.3 Clubes Sociais Negros: lugares de memória e resistência de negros e negras

Para começar a falar do conceito de "Lugares de Memória", que é observado neste trabalho como categoria apropriada pela política de preservação nos anos 1980, ter-se-á primeiro que fazer uma breve discussão do que vêm a ser, no trabalho de Pierre Nora, as noções de memória e história.

Pierre Nora (1993) anuncia o fim da história-memória quando comenta que “fala-se tanto em memória porque ela não existe mais e que há locais de memória porque não há mais meios de memória”.¹⁴⁴

A atual efemeridade da memória, que o mundo inteiro incorporou, esta tendência bem conhecida da mundialização, da democratização, da massificação da mediatização é uma das críticas de Nora, que faz uma provocação

¹⁴⁴ NORA, 1993, p.7-28 passim.

se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido. Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história.¹⁴⁵

A “globalização” impõe comportamentos iguais para culturas diferentes, ao mesmo tempo em que coloca a diversidade cultural das populações dentro de um mesmo pacote, destruindo identidades, como se todos tivessem os mesmos gostos, as mesmas preferências, os mesmos tempos de construção em uma sociedade que se quer plural e democrática.

Memória e história, longe de serem sinônimos, são noções que se opõem, pois a memória, segundo Nora, é “a vida, sempre carregada por grupos vivos”. Sendo assim, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A memória é um fenômeno sempre atual, é absoluta, um elo vivido no eterno presente. Por ser afetiva e mágica a memória não se acomoda a detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções.

Halbwachs (2006) nos diz que há tantas memórias quantos grupos existem e cada pessoa está mergulhada ao mesmo tempo e sucessivamente em muitos grupos. Cada grupo se divide e se contrai no tempo e no espaço. Nessas sociedades surgem outras tantas memórias coletivas originais, e por algum tempo mantêm a lembrança de eventos que só têm importância para elas, mas interessam tanto mais porque seus membros não são muito numerosos.¹⁴⁶

O autor diz ainda, que é fácil ser esquecido numa grande cidade, mas os moradores de uma aldeia não param de se observar, e a memória de seu grupo registra fielmente tudo o que se pode observar em fatos e gestos de cada um, porque eles reagem e influenciam toda essa pequena sociedade e contribuem para modificá-la. Nesses meios, todos os indivíduos pensam e se lembram em comum. Cada um, é claro, tem seu ponto de vista e em relação e correspondência tão

¹⁴⁵ Ibid.

¹⁴⁶ HALBWACHS, 2006, p. 69.

estreitas com os dos outros que, se suas lembranças se distorcem, basta que se ponham no ponto de vista dos outros para endireitá-las. Ou seja, quando se faz parte de um mesmo grupo, sofrem-se influências, mesmo a distância.

Já a história, segundo Nora (1993)¹⁴⁷, é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais, é uma representação do passado, que demanda análise de discurso crítico. Pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal e questões sempre relativas, que deslegitimam e anulam o passado vivido. Para o autor, “No coração da história trabalha um criticismo destrutor de memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir.”

Os clubes sociais negros reforçaram na “memória nacional”, por quase um século, a figura da Princesa Isabel, como representante máxima responsável pela libertação dos escravos, e as elites dominantes deste país, em especial os museus, arquivos e bibliotecas nacionais, apesar das mudanças e do protagonismo negro, continuam reafirmando e legitimando estas memórias, com raras exceções.

O desaparecimento dos clubes sociais negros e a sua desestruturação iniciaram também no momento em que o movimento social negro assumiu uma nova postura e ressignificou o “Treze de Maio”, atribuindo ao dia 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, como sendo a data máxima para se comemorar a “verdadeira liberdade”, retirando do primeiro plano a Princesa Isabel e colocando os negros no seu “devido lugar” de sujeitos históricos, fazendo aquilo que os republicanos tanto almejavam quando do golpe da República ao sistema Monárquico, no final do século XIX, em 1889, numa tentativa de apagar da “memória nacional” a eterna gratidão à “Redentora”.

Não é intenção aqui fazer aquilo que Nora afirma que a história faz, destruir a memória e a figura de personagens enraizados na memória oficial como a Princesa Isabel, mas legitimar, afirmar e colocar a figura de homens e mulheres negras no seu “devido lugar”, como protagonistas da História da Abolição, que tiveram um papel importante, que se organizaram para poder ancorar a sua memória em “lugares de memória”, que nos dias de hoje ainda sobrevivem e querem manter os seus Clubes Sociais Negros preservados.

¹⁴⁷ NORA, 1993, p. 9.

Os Clubes Sociais Negros são “meios de memória” e são “lugares de memória” por sua imponência material e imaterial. São espaços que fazem lembrar e esquecer determinados valores, práticas, rituais, dinâmicas que a cada dia se transformam, se revitalizam, se fortalecem, mas que também se destroem, desaparecem como se realmente não se tivesse mais a capacidade de guardar esta memória nestes lugares, que aos poucos vão sendo levados ao sabor do vento, com sérios riscos de desaparecer.

Nora (1993) afirma, ainda, que os lugares de memória nascem e vivem do sentimento, que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.

Então se depreende que é preciso também preservar e reinventar os Clubes Sociais Negros, pois aí estão para reforçar uma determinada história-memória que já não existe mais, mas que ao mesmo tempo é uma contradição, pois está viva nos resíduos, materializada em edificações, em “documentos monumentos” e na memória dos remanescentes que reivindicam o seu direito à registrá-la e guarda-la para o presente e para o futuro.

Nora (1993) ressalta que sem os aparatos comemorativos de que se revestem os lugares de memória, depressa eles seriam varridos pela história. Que eles são os suportes nos quais a história se escora e se não estivessem ameaçados não se teria tampouco a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam “lugares de memória”.

A materialidade e a imaterialidade dos Clubes Sociais Negros está presente nas edificações; nos livros de atas do século XIX que contam a origem e a trajetória destes espaços e que urge por um tratamento adequado quanto a sua guarda e segurança; nas fotografias em preto e branco, onde visualizam-se homens e mulheres negras muito bem trajados, um forte aliado para a elevação da autoestima e autoimagem de homens e mulheres negras; nas fichas e carteirinhas de antigos sócios; nas placas em bronze (Figura 19) que serviam para demarcar o espaço; no famoso “pente quente”, que as mulheres negras utilizavam para alisar os cabelos, em especial em dias de festa; no silêncio daqueles clubes que não existem mais, mas que os grupos ainda conservam em suas lembranças como se vivos

estivessem. Neste caso extremo, entre os desaparecidos no Rio Grande do Sul, está o Clube Náutico Marcílio Dias, de Porto Alegre, onde se realizou a primeira evocação nacional do dia 20 de Novembro em 1971 pelo Grupo Palmares; a Sociedade Nós os Democratas, também de Porto Alegre/RS; o Clube Recreio Operário, de Rio Grande/RS, fundado em 1885; ou a Sociedade Depois da Chuva, de Pelotas/RS¹⁴⁸.



Figura 19 – Clube 13 de Maio, Curitiba/PR, fundado em 1888.
Foto: Giane Vargas Escobar, 2009

Em Santa Maria/RS, podem-se citar no mínimo dois desaparecidos muito lembrados até os dias de hoje, o Clube União Familiar, de 1896 e o Clube Elite, que, segundo relatos orais, era muito frequentado pelo famoso compositor Lupicínio Rodrigues que nesta cidade chegou com 19 anos, em 1933, quando então foi promovido a cabo e transferido para Santa Maria, onde se apaixonou perdidamente pela mulata Inah, que lhe deixaria cicatrizes pelo resto da vida, ou melhor, uma “dor de cotovelo” que inspirou canções como: *Felicidade, Zé Ponte e Nervos de Aço*.¹⁴⁹

Pode-se afirmar que os Clubes Sociais Negros são verdadeiros “lugares de memória”, na medida em que são revestidos simultaneamente de três aspectos considerados fundamentais, segundo Nora (1993), para classificarem-se nesta

¹⁴⁸ Informações registradas em texto-base elaborado por Oliveira Silveira, em 2006, por ocasião do 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras.

¹⁴⁹ Fonte: <http://museudacancao.multiply.com/photos/album/20>. Acesso em 15/02/2010.

categoria. São lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional.

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Sem dúvida, as edificações construídas pelos negros, muitas sob o regime de mutirão, antes da abolição no século XIX e ao longo do século XX, estão impregnadas desta simbologia tão bem representada pelos seus documentos, fotografias, paredes e prédios que se impõem em lugares estratégicos, centrais, urbanos, cobiçados pela especulação imobiliária.

Mesmo um lugar puramente funcional como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Este ritual está presente nas ações de cada Clube Social Negro, que ainda mantém vivas as suas tradições, a sua maneira de fazer e de organizar a “festa”, de ser solidário, de querer estar juntos, fortalecendo-se, ou até mesmo nas diferenças inter-étnicas.

Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Para isso conforme nos explica Nora (1993), é preciso ter vontade de memória¹⁵⁰. Na falta dessa intenção de memória, os lugares de memória serão lugares de história.

Nesse sentido, Nora (1993) diz que o lugar de memória é um lugar duplo: um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão e suas significações.¹⁵¹

¹⁵⁰ NORA, 1993, p. 22.

¹⁵¹ Ibid.

4 A SOCIEDADE CULTURAL FERROVIÁRIA TREZE DE MAIO: PATRIMÔNIO AFRO-BRASILEIRO, NA CIDADE DE SANTA MARIA, REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DO RS

É unânime, entre os antigos frequentadores da Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio, que a sua desestruturação iniciou nos anos 80. Aqui se dará ênfase à trajetória da agremiação na fase de sua gênese, a criação, as festas, os bailes, as inúmeras atividades que pautavam aquela que foi, uma das mais importantes e tradicionais sociedades negras do interior do RS.

Durante a “roda de lembranças” promovida pelo Museu Treze de Maio na Semana da Consciência Negra, no ano de 2009, José Antonio Xavier, o Toninho, destacou que “naquele tempo havia o Familiar, o Elite, o Renascença... o Treze é o mais antigo, outros nasceram, mas não conseguiram vingar... o Treze era tradição, estava nas famílias”.

Buscou-se, também, neste capítulo conceituar tipologias diferentes de museus, direcionando este estudo sob o ponto de vista da museologia comunitária e do patrimônio como possibilidade de desenvolvimento local, pois se acredita que assim como os museus, os clubes são “lugares de memória e poder”. Procurou-se, ainda, verificar a importância desta tipologia de museu para a implementação das ações afirmativas e afirmação das “identidades negras”. Foi nesta perspectiva que foi criado em 2001 o Museu Treze de Maio.

4.1 Santa Maria no início do século XX e o bairro do Rosário: um lugar de identidade negra

Santa Maria, cidade localizada na região central do Estado do RS, com aproximadamente 270 mil habitantes e uma população negra (pretos e pardos), em torno de 17%, conforme dados do IBGE, embora se estime que seja um percentual bem maior, tendo em vista muitos não se identificarem como sujeitos pertencentes à etnia negra. O município destaca-se por possuir a maior universidade pública do interior do Estado, a Universidade Federal de Santa Maria, que, a partir do ano de 2008, adotou cotas para negros e indígenas, graças às lutas, resistência e insistência do Movimento Social Negro organizado.

Também é chamada de cidade universitária e de “cidade cultura”. Mas de qual cultura está se falando? Provavelmente a cultura daqueles que fazem o RS ser reconhecido nacionalmente como um Estado branco, não englobando a cultura negra, muito menos indígena. Sendo assim, tem-se a necessidade de mudar esta ótica para que a cidade realmente faça jus a esta máxima.

Em 1905, o italiano Vittorio Buccelli fez um relato de vários aspectos da cidade de Santa Maria, como o número de habitantes em cada distrito, a atividade econômica, educação, vida social e aspectos urbanos, produzindo uma descrição panorâmica da cidade no início do século XX:

Depois da organização republicana o município foi dividido em seis distritos que tem hoje a seguinte população: 13.628 almas no primeiro, 2.913 no segundo, 5.748 no terceiro, 5.124 no quarto, 2.772 no quinto e 3.339 no sexto; ao todo 33.524 habitantes, espalhados em uma área de 392.000 hectares de terras férteis, montanhosas ao norte, planas no sul, adaptadas a diversos gêneros de cultura. (...) A vida social em Santa Maria se desenvolve como na capital do estado: abundam as sociedades políticas, esportivas, de beneficência, de socorro mútuo, educativas, recreativas e religiosas, que devem alcançar um numero de trinta; todas mostram muita vitalidade e vale a pena recordar aquelas que representam as idéias e os elementos predominantes, como os clubes Júlio de Castilhos, Caixeiral, Gaúcho, *13 de Maio*, as lojas maçônicas Paz e Trabalho e Luz e Fraternidade, a sociedade de atiradores alemães, as italianas Mutuo Soccorso e Cristoforo Colombo, a Comunhão Evangélica, aquelas dos cultores de musica (todas alemãs) e até mesmo um clube de gentis senhoritas da alta sociedade, chamado Nova Aurora. Alem disso, realizam-se festas simpáticas onde se encontram sempre muitas pessoas corteses e expansivas, com as quais tem-se prazer conversar.¹⁵²

¹⁵² MARCHIORI, José Newton Cardozo; NOAL FILHO, Valter Antonio. 1997. **Santa Maria: Relatos e impressões de viagem.** Santa Maria: UFSM.

Foi neste universo, nesta atmosfera de desenvolvimento da cidade, que os operários negros da Viação Férrea idealizaram e construíram a Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio.

No ano de 1922, Alfredo Rodrigues da Costa informa, ainda, a respeito das várias sociedades que faziam parte do cotidiano dos santa-marienses:

A sua população era segundo o censo de 1900, de 11.346 almas. O recenseamento de 1921 acusa 15.802 habitantes. A sua vida social é bastante intensa. Conta as seguintes associações recreativas: Clube caixeiral, Sociedade nova Aurora, Clube de atiradores Santa-Mariense e Alemão, Avenida Tênis Clube, Associação dos Empregados na Viação, Clubes carnavalescos Pýrilampos e Diamantinos, Sociedade de Caçadores, 2 clubes de jogos de bola, Sociedade musical Lyra Popular e 9 clubes de futebol, que constituem a Liga Santa-Mariense. Temos ainda a consignar a Liga Protetora do Turfe, que possui um hipódromo de corridas, Tiro de Guerra nº 36, Loja Maçonica, Sociedades Espíritas, Comunidade Evangélica Alemã, Sociedade Italiana.¹⁵³

Santa Maria foi um centro ferroviário de singular importância no Estado do Rio Grande do Sul, e a presença do negro foi de vital relevância nesse contexto histórico, em especial a partir da fundação do “Clube 13 de Maio”, onde até a década de 60 só eram permitidos ferroviários na presidência da sociedade.¹⁵⁴

Macedo (2007) afirma que ao mesmo tempo em que mudava o perfil da cidade, percebe-se também uma grande mudança nas relações de trabalho. O trabalhador escravo era substituído pelo trabalhador assalariado. Junto a isso muda também a relação entre patrão e empregado, a empresa ferroviária belga, responsável pelas instalações no interior do estado, investia bastante na qualidade de vida de seus funcionários, criando associações assistencialistas, escolas e clubes, que visavam ao bem estar dos seus trabalhadores.¹⁵⁵

Segundo Antônio Isaia, o bairro Rosário foi construído por família de escravos

Conta a tradição oral que o bairro do Rosário, na zona oeste de Santa Maria, ganhou seus primeiros ranchos durante a Revolução Farroupilha (1835 - 1845). Foram erguidos por famílias de escravos, dando origem ao primitivo traçado da rua Guarapes, que em 1861 mudou o nome para rua *24 de Maio* e, finalmente, para rua *Silva Jardim*. Com a desativação do

¹⁵³ MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997, p. 276.

¹⁵⁴ SOCIEDADE RECREATIVA 13 DE MAIO. **Livro de Atas**. Santa Maria, 17 de novembro 1946, nº 16. p. 21.

¹⁵⁵ MACEDO, João Heitor da Silva “Nas Trilhas da Negritude”, in: DUTRA, Maria Rita Py e QUEVEDO, Julio (orgs) **Nas trilhas da negritude: consciência e afirmação**. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, p. 89.

cemitério da Igreja, no centro da vila, existe desde o final do século XVII, os mortos passaram a ser sepultados no cemitério Santa Cruz, montado entre 1860 e 1870 na rua 24 de Maio, próximo à atual igreja paroquial de Nossa Senhora do Rosário. O Santa Cruz funcionou não mais do que 20 anos. A Sociedade Cultural Ferroviária 13 de Maio foi fundada em 1903 por negros. A data de fundação do Clube coincide com o aniversário da Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel. O bloco carnavalesco da Sociedade tornou famosa as folias na cidade, com o nome de Recreio da Mocidade.¹⁵⁶

Portanto, não é mera coincidência a localização do Clube de Treze de Maio na mesma rua da antiga Irmandade de Nossa Senhora do Rosário¹⁵⁷, na rua Silva Jardim, que antes se chamava Rua 24 de Maio (ANEXO A). O Museu Treze de Maio tem um papel fundamental e longo trabalho na tarefa de reconstruir essa história e as interfaces entre Clube e Irmandade, em futuros estudos.

4.2 A Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio: lugar de memória, resistência negra, patrimônio e potencial

A partir da documentação encontrada, procurou-se contextualizar a trajetória da Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio (TABELA 1) em cinco períodos distintos: a *fase da criação* (1903-1914); o *período de transição*, de intercâmbios com outras sociedades congêneres (1920-1940); a *fase de legitimação* e fortalecimento da Sociedade, o auge, os grandes bailes, intensa visibilidade, afirmação de uma “elite negra” (1950-1980); a *decadência*, desestruturação, perda de parte da identidade original (1990-2000) e a etapa de *revitalização e “reinvenção do patrimônio”*, como espaço comunitário, o Museu Treze de Maio (a partir de 2001). Esta forma de apresentação constitui-se em “um olhar” sobre uma história de mais de um século e, à medida que a investigação for avançando, novos documentos, relatos surgirão, ampliando a pesquisa, inclusive, modificando e contrapondo esta lógica.

¹⁵⁶ Jornal A Razão, 19 de janeiro de 1999, p. 2.

¹⁵⁷ O Prof. Enio Grigio, em sua monografia de Especialização em História do Brasil, UFSM, 2003, explica que esta Irmandade foi criada em 1873, dissolvida em 1875 e ressurgiu em 1889, estruturando-se com a construção de uma capela em terreno doado pela municipalidade. Durante toda sua formação e organização, sofreu as consequências de um catolicismo que buscava restabelecer a disciplina e a autoridade na igreja sob a direção de Roma e do papa.

A dissertação abordou, em especial, o período referente a Fase 1, que é o período da criação, da gênese, da concretização do sonho e a Fase 5, quando da sua posterior revitalização e resignificação enquanto um Museu Comunitário.

É necessário destacar, que só foi possível registrar a fase inicial de construção da Sociedade 13 de Maio, pois uma antiga sócia e ex-presidente do Clube, Nilza Moura, guardou o Livro de Ata nº. 1 em sua residência e assim que soube da idéia de criação de um Museu da Cultura Negra em Santa Maria, o Museu Treze de Maio, ela imediatamente entrou em contato com a equipe do Museu e entregou esta documentação fundamental para o entendimento de parte da história da população negra santa-mariense. Esta descoberta foi considerada tão importante para a cidade de Santa Maria que rendeu uma matéria na imprensa, intitulada “Museu encontra ata de fundação”¹⁵⁸.

Fase	Período	Características	
1	1903-1914	Origens	Famílias de ferroviários negros, comemorações e apologia ao 13 de Maio e Princesa Isabel
2	1920-1940	Transição	Estruturação e afirmação como Clube essencialmente negro
3	1950-1980	Auge	Legitimação, fortalecimento, moralidade, rigidez, afirmação de uma “elite negra”
4	1990-2000	Decadência	Desestruturação e desaparecimento
5	2001	Revitalização e “reinvenção do patrimônio”	Re-significação como Museu Comunitário, fortalecimento e valorização das origens, comemorações do 20 de Novembro e apologia a Zumbi dos Palmares.

Tabela 1 - Principais características da Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio

¹⁵⁸ Publicada no Jornal Diário de Santa Maria, em 18 de dezembro de 2003.

Os primeiros estudos publicados sobre SCFTM foram realizados em 2001-2002, pela autora dessa dissertação, quando então era aluna do Curso de Pós-Graduação em Museologia do Centro Universitário Franciscano/UNIFRA, orientada pela Prof^a Dr^a Maria Medianeira Padoin, que naquela oportunidade ministrava a Disciplina de História do Rio Grande do Sul e solicitou àquela turma, que fizessem um trabalho de pesquisa sobre um “patrimônio local”. A escolha foi pela investigação da história do Clube Treze de Maio de Santa Maria e foi este o começo de uma pesquisa que teve continuidade e que poderá ainda suscitar outros temas para o conhecimento, valorização e divulgação da cultura afro-brasileira. O primeiro artigo foi intitulado “Sociedade Cultural Ferroviária 13 de Maio: Um Patrimônio Local” e a pesquisa foi publicada em 2001, no 5^o SEPE, o Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão e 1^a Feira de Artes e Tecnologia da UNIFRA.

Outro importante trabalho, que auxiliou a pesquisa deste período inicial, foi realizado pelo acadêmico de Arquivologia/UFSM¹⁵⁹ e Historiador/UNIFRA, Augusto Britto, que no ano de 2009 digitalizou e transcreveu o Livro de Ata nº 1 da Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio, de acordo com normas técnicas da Ciência Paleográfica, viabilizando dessa forma dar acesso às informações e o não manuseio do Livro original, que se encontra bastante deteriorado.

Esse trabalho¹⁶⁰ foi desenvolvido durante a Disciplina de Paleografia, ministrada pela Professora do Curso de Arquivologia/UFSM, Eneida Richter, sendo orientado no Museu Treze de Maio pela autora dessa dissertação e publicado na 24^a Jornada Acadêmica Integrada (JAI), da Universidade Federal de Santa Maria, em 2009, sob o título “Transcrição Paleográfica da Ata nº 1 da Antiga Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio – SCFTM” (APÊNDICE A).

É urgente a restauração deste documento original, para isso pretende-se pleitear recursos junto a instituições de fomento, já que este procedimento depende de um trabalho especializado, que deverá passar por intervenções de Conservador Restaurador. Pode-se afirmar que este “documento monumento” é Patrimônio Material de singular importância e relevância para a história desta Sociedade.

¹⁵⁹ O Museu Treze de Maio viabiliza estágios acadêmicos aos alunos de diversos Cursos da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM e ao Centro Universitário Franciscano/UNIFRA.

¹⁶⁰ A transcrição paleográfica permite estudar as características intrínsecas e extrínsecas dos documentos, facilitando a leitura e o entendimento de conjuntos documentais antigos. Neste caso foi produzido um documento digital em formato .doc de cinqüenta e uma páginas, bem como foram criadas cinqüenta e quatro imagens digitais em formato .jpeg, permitindo ao pesquisador entrar em contato de forma indireta com o documento, sem manuseá-lo.

4.2.1 As origens da Sociedade 13 de Maio: a família, organização e o lazer (1903-1914)

A Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio foi fundada por “quarenta e sete cidadãos”, idealizada por negros e para negros, mais especificamente no ano de 1903, já que a eles não era permitido o acesso nas sociedades de brancos. Motivação também relevante para a sua criação foram as comemorações alusivas a data da abolição da escravatura, promulgada em 13 de maio de 1888, conforme “Acta da Fundação” de 1903¹⁶¹ (ANEXO B):

Aos treze dias do mes de Maio de mil novecentos e tres, em a residencia do cidadão Sisnande d'Oliveira, reunidos em numero de quarenta e sete cidadãos, foi fundada uma sociedade com o fim de *comemoração a gloriosa data treze de Maio*. Por aclamação assumio a cadeira de presidente o cidadão Jose Fontoura que fazendo uso da palavra, expôs vivamente os motivos d'aquela reunião. Em seguida sucederam-lhe na tribuna os Srs. Ovidio do Prado, Manuel de Moura, José Alves Teixeira e Tudio da Silva, que também, em eloqüentes palavras, fizeram a apologia dos altruísticos fins em que se prende a sociedade ora fundada (...).

O “Treze”, como ficou popularmente conhecida essa Sociedade, é um símbolo de resistência e poder da comunidade negra, materializado em um espaço privilegiado que demarca, na cidade, um espaço político, uma vontade, um lugar de memória e de identidade negra.

Consta no Livro de Ata nº 1, da SCFTM, que até 1911 o grupo de fundadores que idealizou a Sociedade Treze de Maio se reunia com frequência na residência de Sisnande Antonio de Oliveira, que também foi designado tesoureiro, e teve como primeiro Presidente José Fontoura; Vice-presidente; Manoel Pereira de Moura; 1º Secretário, Osório Nunes do Nascimento; 2º Secretário, José Alves Teixeira e Orador, Ovídio A. Prado.

Inicialmente batizada com o nome “Sociedade Treze de Maio” foi a partir de 1946 que incorporou a palavra “Recreativa” em seu nome, passando a denominar-se “Sociedade Recreativa 13 de Maio”. Neste mesmo ano, após aprovação em Assembléia, recebeu a denominação de “Sociedade Recreativa Ferroviária 13 de

¹⁶¹ SOCIEDADE TREZE DE MAIO. **Acta da Fundação**. Santa Maria, 1903-1914.

Maio”, conforme Ata datada de 17 de novembro de 1946, aqui transcrita conforme documento:

Ata nº 16. Sessão de Assembleia Geral Extraordinária. Aos 17 dias do mez de Novembro de 1946 na Sociedade Recreativa 13 de Maio as 17 horas o Presidente sr. Salvador A. dos Santos declarou aberta a sessão com o numero legal, depois de lida a primeira parte dos estatutos, o qual constava em seus parágrafos a denominar Sociedade Recreativa Ferroviária 13 de Maio, o sr. Presidente pos em discussão esse projeto, havendo um protesto do sr. Almerindo Rosa, a seguir verificou-se unanimidade de votos pro-projeto do sr. Presidente. Logo a seguir foi lida a 2ª e 3ª parte, seus parágrafos ficou também aprovado por todos os presentes. (...).¹⁶²

Em 1947, os associados passam a ter as mensalidades do Clube descontadas diretamente em folha de pagamento, autorizados pela Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea, com uma grande interferência desta organização nos quadros da Sociedade, que segundo relatos orais, corroborados por atas de reuniões onde se encontrou esse registro, até a década de 60 só permitia que ferroviários fizessem parte de sua diretoria.

Aqui a investigação aponta uma contradição, já que os primeiros estudos feitos em 2001-2002 sobre as origens da Sociedade Treze de Maio, corroborados mais tarde pelos estudos publicados em 2007-2008 pelo pesquisador João Rodolpho Amaral Flores, sobre a origem deste Clube fundado por funcionários negros da extinta Viação Férrea. A partir da documentação encontrada, houve dúvidas, pois foi somente na década de 40, que o Clube passou a incorporar a palavra “ferroviária” em seu nome e não na sua origem.

A Ata nº 1 não faz alusão às profissões daqueles “quarenta e sete cidadãos” que fundaram a Sociedade Treze de Maio. A Ferrovia em Santa Maria entrou em decadência, foi sucateada, mas o Clube Treze de Maio permaneceu impondo-se a todas as intempéries e, atualmente revitalizado numa nova “invenção”, um Museu Comunitário que preserva, divulga e resignifica a história da população negra na cidade de Santa Maria.

O ano de 1966 começava com reuniões bastante tensas e com discussões acaloradas a respeito da gestão do Clube, que cada vez mais se afirmava como importante sociedade. Assim, registra-se como uma das pautas desses encontros a

¹⁶² SOCIEDADE 13 DE MAIO. **Livro de Atas**. Santa Maria, 17 de novembro 1946, nº 16. p. 21.

renovação da inscrição da Sociedade no Departamento de Assistência ao Ferroviário e alteração dos Estatutos Sociais. Verifica-se nas falas um grande tensionamento para que a Rede Ferroviária continuasse como “apoiadora”, intervindo de forma direta nas ações e gestão do Clube. As opiniões divergiam em relação à presença exclusiva de ferroviários na diretoria do Clube, desgostando outros associados que não eram ferroviários e que muito contribuíram para o êxito da entidade. Falava-se até em “discriminação profissional dentro da sociedade”. Em uma das falas, o Secretário Geral, Antonio Maia da Silva, disse que “considerava estas imposições como uma ofensa póstuma aos elementos que lançaram a pedra fundamental do clube, que por sinal não eram ferroviários”.¹⁶³

Considerou-se esse um desabafo por descontentamento, palavras ditas em hora de raiva, mas que carecia de sustentação que a comprovasse, já que ali estavam no ano de 1966 e havia divergências quanto à gestão daquele espaço disputadíssimo. Tratava-se da administração de um local de destaque, que acabava de inaugurar um novo prédio, um “patrimônio local”, desde já cobiçado por aqueles que não pertenciam à classe ferroviária, como era de se esperar, alvo de disputa pelo poder como todo “lugar de memória”.

A divergência teve continuidade nas palavras do senhor Apolinário Medina que interpretou a palavra do Secretário Geral como desprestígio à classe ferroviária. O mesmo ressaltou que “os ferroviários muito contribuíram para o reerguimento da Sociedade quando esta se encontrava financeiramente em fase difícil e pediu que lançasse em ata o seu protesto”. Continuou dizendo que “lutaria até o fim para a permanência da palavra ‘ferroviário’ no nome da Sociedade”.¹⁶⁴

As duas propostas foram colocadas em votação pelo Presidente Taurino Luiz Garcia, e por unanimidade a palavra “ferroviário” permaneceu no nome da Sociedade. Em Estatuto de 24 de abril de 1983, essa entidade consta registrada em Cartório com o nome de “Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio”¹⁶⁵.

Cardoso de Oliveira (1976) ressalta que classe e etnia se interpenetram, submetidas a processos diferentes de articulação social, podendo inclusive –

¹⁶³ SOCIEDADE CULTURAL FERROVIÁRIA 13 DE MAIO. **Livro de Atas**. Santa Maria, 16 de janeiro de 1966, nº 16, p. 42-43.

¹⁶⁴ Ibid. p. 43.

¹⁶⁵ Conforme cópia dos Estatutos extraída dos originais registrada em Cartório dos Registro Especiais, em Santa Maria, 17/07/2002.

sobretudo a etnia – ficar encoberta, invisível aos nossos olhos, porém podendo igualmente ser ativada em contextos específicos e em situações determinadas.¹⁶⁶

As identidades são acionadas de acordo com as circunstâncias e sofrem influência do meio e do local que se fala. Um Clube Social Negro do RS é diferente de um Clube Social Negro do RJ, de SP, de SC ou de MG e até mesmo é diferente de outro clube do próprio Estado. Uma mesma identidade é acionada, mas os contextos e os objetos são diferenciados. Estes grupos não são unânimes em seus pensamentos, atitudes, interesses e ações, há convergências, mas principalmente divergências de opiniões, e estas diferenças é que fazem a riqueza do debate e do encontro. Neste caso, fica muito explícita a vontade da classe ferroviária manter-se no poder, gerenciando aquele Clube que eles construíram e que não abriam mão para “outros” ocuparem aquele lugar de destaque e de visibilidade na sociedade.

A construção da identidade se dá na infância e é um processo dinâmico. Ela distingue e especifica grupos sociais. Segundo Barth (1998) os grupos étnicos são uma forma de organização social, sendo que a identidade étnica é “característica de auto-atribuição e atribuição por outros”. Na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação, formam grupos étnicos neste sentido organizacional.¹⁶⁷

Assim, um grupo de famílias negras fundou “O Treze”, como forma de auto-afirmação de uma identidade, de demonstração dos “traços diacríticos”¹⁶⁸ e de pertença, dando visibilidade e importância a uma etnia por tanto tempo ignorada e relegada a segundo plano.

Em 24 de abril de 1906, foi aprovada pela Diretoria do Treze a compra do terreno de propriedade do Senhor Paulino Hinaehffus, na Rua 24 de Maio (atual Silva Jardim), mas foi somente em 1911 (ANEXO C), que foi lançada a pedra fundamental para a construção de uma sede própria, a primeira sede do “Club Treze de Maio”. Neste período inicial, a maior parte dos assuntos tratados nas reuniões dizia respeito à criação do estandarte da sociedade, trocas de diretorias, assuntos de natureza administrativa, pagamentos de mensalidades e exclusão de alguns

¹⁶⁶ CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade , Etnia e Estrutura Sociais**. São Paulo: Pioneira, 1976.

¹⁶⁷ BARTH, 1998.p.187-227.

¹⁶⁸ Caracteriza-se por sinais ou signos manifestos que as pessoas procuram e exibem para demonstrar sua identidade, tais como vestuário, a língua, a moradia, ou estilo geral de vida, segundo Barth (1998).

sócios quando não se comportavam “de acordo” e não cumpriam os pagamentos, bem como a construção da primeira sede do “Treze”.¹⁶⁹

Além dos assuntos supracitados, duas datas eram efusivamente comemoradas pela Sociedade Treze de Maio: o dia da Abolição da Escravatura, “13 de Maio” e o “28 de Setembro”, lembrando a Lei do Ventre Livre, inclusive com homenagens e discursos acalorados de agradecimento à Princesa Isabel e ao Visconde do Rio Branco.

Acta da sessão solemne commemorativa a data 28 de Setembro
Aos vinte e oito dias do mez de Setembro de 1903, em casa de residencia do cidadão Sisnande de Oliveira, reunido grande numero de socios e sócias foi pelo Presidente declarada aberta a sessão solemne commemorativa a data 28 de Setembro, que implantou no Brasil a primeira semente da abolicção da escravatura. O presidente ordenou ao secretario que procedece a leitura dos nomes dos socios e socias assim como a acta da fundacção officios etc etc. Assumio a tribuna onde achava-se collocado o Afrige gloriosa do immortal Visconde do Rio Branco, o orador official e percorreu sobre esta grandiosa data e seus feitos succederam-lhe na tribunna diversos oradores, representantes d sociedades irmãs e muitas senhoritas. Depois de encerrada a sessão pelo presidente, foi servido abudantes doces e bebidas continuando assim o baile que prolongou-se até adiantadas horas da madrugada. E para contar tudo, o presidente ordenou-me, a mim secretario que lavrasse a presente acta que é assinada pela Directoria.¹⁷⁰

Em 29 de julho de 1946, nas palavras da Diretoria daquela época, a Sociedade Treze de Maio presta a “merecida homenagem ao ponto culminante de 88”, à Princesa Isabel:

Transcorrendo hoje o primeiro centenário do nascimento da Princesa Isabel: no cumprir de um sagrado dever, jamais esta Diretoria poderia passar despercebida esta magna data. Conhecidíssima é a biografia desta impressionante alma que com seu bondoso coração e sua abnegada atitude abalou os sentimentos egoístas d'aqueles que julgavam o progresso de um paiz estar em subjugar os que por inexorável imposição da natureza, diferem sua epiderme nesta grande contingência de classe que se degladiavam pela nova hordem social. Surgem a heroína Princeza com o seu olhar sereno, observa a luta a ânsia de liberdade, pelo um prisma todo especial; Já é dia basta de trevas, e hoje o sol ardente de um ideal sublime queima os últimos farrapos da corcomilla bandeira o preconceito racial.¹⁷¹ :

Foi com banda de música, um grande número de sócios e sócias, “doces e líquidos”, que, no dia 14 de maio de 1911, animados ao som da “Banda de Música

¹⁶⁹ SOCIEDADE TREZE DE MAIO. **ACTA DA FUNDAÇÃO**. Santa Maria, 1903-1914.

¹⁷⁰ SOCIEDADE TREZE DE MAIO. **ACTA DA FUNDAÇÃO**. Santa Maria, 28 de setembro de 1903.

¹⁷¹ SOCIEDADE 13 DE MAIO. **Livro de Atas**. Santa Maria, 17 de novembro 1946, nº 16. p. 13.

Lira Popular”, saindo direto da residência do Sr. Sisnande Antonio de Oliveira, às três horas da tarde, seguiram todos reunidos para o local, aonde já havia “grande massa de sócias e curiosos”, para assistir ao “assentamento da pedra fundamental” que deu início à construção da primeira sede do “Clube Treze de Maio”. Lá estava a postos o pedreiro Senhor Jacob “com a mão em obra” e no passo de 40 minutos colocou a pedra no seu “glorioso lugar”. Naquela oportunidade, falou o Senhor Presidente do Clube 13 de Maio, Eduardo Rodrigues e o Senhor Ignácio Rocha, que ofereceu uma quantia em dinheiro para auxílio da Sociedade.¹⁷²

Assim que terminou a solenidade, toda massa popular seguiu para a casa do senhor Sisnande Antonio de Oliveira, onde todos foram servidos com doces e líquidos, terminando a festa somente às cinco horas.

Segundo relatos de antigos sócios, corroborada pela planta da Sociedade (Figura 19), encontrada nos arquivos da Prefeitura Municipal de Santa Maria, a primeira edificação do Clube Treze de Maio, construída em regime de mutirão, era de madeira e o teto de zinco, sendo que somente a parte da frente da sociedade era de alvenaria. Foi construída por negros operários da Viação Férrea, que recebiam da direção, tábuas dos vagões de trens desmanchados.

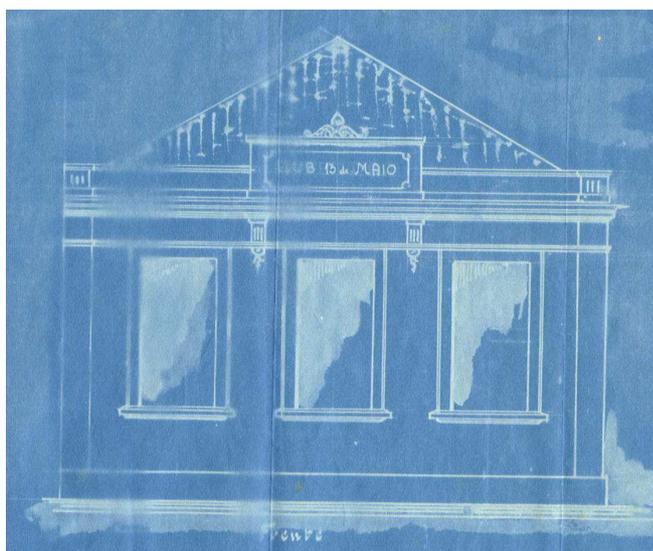


Figura 20 - Fachada da primeira sede da Sociedade Cultural Ferroviária 13 de Maio, em 1911
Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Maria

¹⁷² SOCIEDADE TREZE DE MAIO. **ACTA DA FUNDAÇÃO**. Santa Maria, 14 de maio de 1911.

Um jornal do início do século XX, *O Combatente*¹⁷³, publicou, na coluna “Sociedades”, a seguinte notícia sobre a fundação e composição da primeira Diretoria da Sociedade 13 de Maio, que se apresenta aqui transcrita:

Com o louvável intuito de comemorar a gloriosa e inolvidável data 13 de Maio p. p., uma sociedade com o título acima. Sua primeira diretoria ficou assim constituída: Presidente, José Fontoura; Vice-Presidente, Manoel Pereira de Moura; 1º secretário, Osório Nunes, 2º Secretário, José Alves Teixeira. Agradecemos a gentileza da participação e fazemos votos pelo progresso da sociedade.¹⁷⁴

Encontrou-se, também, no ano de 1904, no mesmo Jornal, outra notícia sobre a Sociedade 13 de Maio:

Entre as datas nacionais que têm passado despercebidas entre nós, o 13 de maio não foi também solenizado, como devia ser, pela população desta cidade. Apenas algumas casas arvoraram o pavilhão auriverde, dentre elas as seguintes: Colégio Distrital, Intendência Municipal, Hotel dos Viajantes, Club Júlio de Castilhos, Estação Telegraphica, Theatro 13 de Maio, Fraeb, Nikele & Cia, Estação da E. de Ferro de P. A. a Uruguayana e escritório desta folha. A *Sociedade 13 de Maio*, composta de homens de cor, efetuou uma sessão solene, sendo o orador o cidadão Servulo Ferreira. A noite, incorporada, precedida de uma banda de musica e de seu estandarte, percorreu as ruas principais e a imprensa local. Pela parte que nos toca, muitíssimo obrigado.¹⁷⁵

Nessa notícia o Jornal *O Combatente* faz uma crítica à falta de “memória” da sociedade santa-mariense em relação às datas nacionais, ressaltando que o 13 de maio não foi comemorado “como devia ser”, o que demonstra a vontade de uma elite branca de que a sociedade e os negros continuassem a comemorar a data oficial da “liberdade concedida”, agradecendo a vida toda pela benevolência da Princesa Isabel.

4.2.2 O auge da Sociedade Treze de Maio: a fase de ouro, reconhecimento, moralidade e rigidez (1950-1980)

¹⁷³ *O Combatente* foi um jornal que surgiu em Santa Maria no ano de 1887 e se estendeu até 1907. Foi um órgão de publicidade do Clube Caixeiral.

¹⁷⁴ JORNAL O COMBATENTE. **Sociedade 13 de Maio**. Casa de Memória Edmundo Cardoso, Santa Maria, 11 de junho de 1903, p.2.

¹⁷⁵ *Ibid.*

“O Treze” tornou-se uma entidade respeitada e frequentada por um grande número de sócios, pautada nos princípios de moralidade e rigidez da sociedade da época. O espaço físico que os associados dispunham para as atividades desenvolvidas era insuficiente. Após seis décadas de muitas atividades e cada vez mais associados foi elaborado e executado um projeto de ampliação e construção de um novo prédio para a Sociedade Cultural Ferroviária 13 de Maio. Conforme depoimentos dos antigos associados (Figura 21 e 22), em 2001, a Sociedade chegou a ter oitocentos sócios efetivos, todos negros.¹⁷⁶

A nova sede da Sociedade foi construída na década de 60, e inaugurada mais precisamente “As 20,30 hs do dia 10 de dezembro de 1966” (ANEXO D). Em consonância com o programa elaborado para a inauguração da nova sede da Sociedade Cultural Ferroviária 13 de Maio, foi entregue aos associados um novo espaço físico, reestruturado, modernizado e remodelado de acordo com o sonho de muitos.

Graças aos esforços, disposição e cooperação dos idealizadores, é que foi possível construir a segunda sede do Treze (Figura 23), localizada no mesmo espaço físico da primeira sede, na rua Silva Jardim, 1407, bairro Rosário. Conforme depoimento de Ignácio Lopes da Silveira, 2001, que foi tesoureiro de 1962 a 1980, somente foi possível realizar aquela obra através de mutirão e colaboração de inúmeros associados. Campanhas para arrecadar verbas foram realizadas, ajuda financeira de alguns políticos, auxílio da própria Viação Férrea com sacos de cimento e ferramentas para a construção e, principalmente, doações em dinheiro dos próprios associados. A empresa Kipper também doou telhas para a obra.

Tertuliana Rosa Bitencourt (2001) comentou que a segunda sede do Treze só foi possível construir graças aos esforços de todos os associados e para isto se realizou uma “campanha do tijolo” e todos podiam contribuir, mesmo que fosse com um tijolo. Os colaboradores daquela campanha assinavam um livro intitulado “Livro de Ouro”. Segundo Tertuliana, alguns associados inclusive penhoraram suas próprias casas como garantia ao banco que financiou parte dos recursos daquela construção¹⁷⁷

¹⁷⁶ ESCOBAR; PADOIN, 2001, p. 6.

¹⁷⁷ Ibid.

Sociedade C. F. Treze de Maio

CARNÊ N.º 1015



Ficha de Sócio Patrimonial

NOME DO ASSOCIADO Oswaldo Caetano Garcia
 SEXO Masculino ESTADO CIVIL casado
 NACIONALIDADE Brasileiro DATA NASCIMENTO 25/10/1911
 PROFISSÃO Ferroviário RESIDÊNCIA Santos Dumont, 132
 ONDE TRABALHA REES/A - Inativo DATA DA ADMISSÃO 15/07/80
 PROPOSTO POR Willy Pereira da Silveira ATA N.º 148

Observações

Plano B - Valor CR\$ 6.000,00 (6 x 1.000,00)

Figura 21 – Ficha de Sócio Patrimonial da Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio
 Fonte: Acervo arquivístico do Museu Treze de Maio

SOCIEDADE C. F. TREZE DE MAIO

O Sr.: Antonio Carlos S. Gonçalves
 É SÓCIO EFETIVO deste Clube
 Admitido em 03/08/77
 Santa Maria, 15/10/85

E

Wilton Brizola
Presidente

Cláudio Rego dos
Secretário



Figura 22 – Carteira de associado da Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio
 Fonte: Acervo arquivístico do Museu Treze de Maio

No livro de Atas de reuniões, de 1º de outubro de 1962, encontrou-se o registro de doação, em dinheiro, por parte do então Governador do Estado do RS, Leonel de Moura Brizola, que doou CR\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) para a Sociedade, bem como uma verba, de mesmo valor, concedida pelo Ministério da

Educação e Cultura, para o ano de 1963, emenda apresentada ao orçamento da União pelo então deputado Adylio Vianna.¹⁷⁸

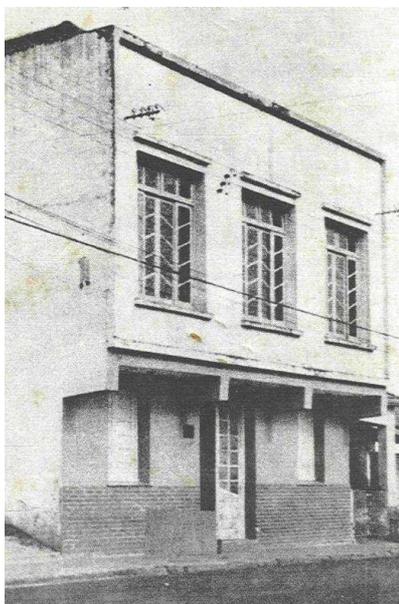


Figura 23 - Fachada da Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio, 1978
Convite para o Aniversário de 75 anos (frente)
Fonte: Alcey Bonifácio dos Santos

O projeto da nova sede previa um prédio com dois pisos, biblioteca, sala de reunião, uma sala de honra para os ex-presidentes, um amplo salão de festas, copa, cozinha, banheiros e assim foi feito.

Segundo depoimento de Ari Xavier da Rosa (2001), o dono da fábrica de bebidas Caiçara muito contribuiu com seu caminhão, para o transporte de areia, que era retirada do Verde¹⁷⁹. Ao sair da Viação Férrea, após as dezessete horas, os idealizadores da sociedade iam direto ajudar na construção da obra, que era a alegria de todos. “Não tinha hora, nem cansaço, o que importava era a satisfação de estar construindo a nova sede da Sociedade Cultural Ferroviária 13 de Maio, totalmente remodelada”, enfatizava seu Ari. O caminhão utilizado para transportar areia estava sempre carregado de bebidas, porém os “construtores” da Sociedade o descarregavam, para poder utilizá-lo no domingo e depois novamente o

¹⁷⁸ Ibid.

¹⁷⁹ Balneário de Santa Maria localizado na Faixa de São Sepé.

recarregavam, para o dono da fabrica poder viajar na segunda-feira. Foi um trabalho realizado com muita alegria e satisfação.¹⁸⁰

Loderitz Ferreira Mello (2001), relatou que nos finais de semana e feriados todos chegavam de manhã bem cedo para trabalhar na obra. Os mais idosos, que não se sentiam em condições físicas de ajudar, faziam a comida e o churrasco para aqueles que estavam “pegando no pesado”.¹⁸¹

Segundo depoimento de Alcione Flores do Amaral (2001), enquanto a nova sede estava em construção, as atividades sociais não pararam. Foi alugada uma casa na rua Duque de Caxias, quase esquina com a Ernesto Becker, em cujo local funcionava uma fábrica de brinquedos. Foi naquela casa que ela foi coroada rainha do carnaval infantil da Sociedade 13 de Maio, quando tinha oito anos de idade.¹⁸²

Amaral (2009) relembra, ainda, que debutou no “Treze” no ano de 1968 e que o seu vestido de 15 anos foi uma “cópia que sua mãe tentou fazer do vestido de Vera Lúcia Couto”, a “mulata que mudou o padrão de beleza dos concursos de Miss Brasil”, conquistando o 2º lugar, no ano de 1964, consagrada como Miss Guanabara, concorrendo pelo famoso Renascença Clube do Rio de Janeiro, quando esse concorrido concurso passou a ser anunciado pela imprensa com o slogan “Mulatas dão côr ao Miss Brasil”¹⁸³

O Rena, como é popularmente chamado por seus freqüentadores, também ficou conhecido como o “Clube das mulatas e do samba” (Figura 24). Fato este que vinha para reafirmar estereótipos e reforçar aquilo que os antigos não queriam: a mulher negra como objeto sexualmente atraente, exótica, porém “disciplinada”, “civilizada”. A substituição de palavras como rainha pela designação de mulata indica também uma evidente mudança de registro. Em lugar de um registro que é o do grupo que olha para ela (e fala sobre), suas próprias mulheres, passa-se a um olhar que vem de fora, é externo ao grupo, inclusive deixando até de considerar o Rena como um Clube e sim uma “Academia de Mulatas”, ou como a sociedade da época designava, das “bem riscadas mulatinhas”, é o que explica Giacomini (2006).

¹⁸⁰ Ibid., p. 7.

¹⁸¹ Ibid., p. 7.

¹⁸² Ibid., p. 7.

¹⁸³ GIACOMINI, 2006. p.170.



Figura 24 - Renascença Clube, Rio de Janeiro/RJ
 Concurso de Miss Renascença, 1972
 Fonte: Acervo Renascença Clube, Rio de Janeiro

Nesse mesmo período, em Santa Maria, o Clube Treze de Maio estava no auge de suas conquistas e afirmação como sociedade negra. Segundo depoimento de Ignácio Lopes Silveira (2001), que não lembrou o nome do homem que falou, incrédulo, a seguinte frase, ao passar em frente ao 13 de Maio, quando a Sociedade de madeira estava sendo derrubada para a construção da nova sede: “É verdade! Vocês demoliram o 13 de Maio! Nunca mais vão construir!”.¹⁸⁴

A nova sede foi inaugurada no ano de 1966, e o sonho, que alguns pessimistas, como aquele supracitado, acreditavam impossível de se realizar, foi concretizado.

Conforme depoimento de Tertuliana Rosa Bitencourt (2001), o 13 de Maio foi uma Sociedade que desfrutou de um alto conceito e credibilidade perante a comunidade santa-mariense e entre as entidades estaduais. Era frequentada, também, por muitos políticos como o então deputado estadual Carlos Santos, Moisés Velásquez e o Deputado Federal, em 2001, Alceu de Deus Collares.¹⁸⁵

Pode-se afirmar que o “Treze” é um símbolo de resistência e poder da comunidade negra, materializado em um espaço privilegiado que demarca na cidade um espaço, uma vontade, um lugar de memória e de identidade negra.

¹⁸⁴ ESCOBAR; PADOIN, 2001, p. 7.

¹⁸⁵ Ibid.

Em 1974, o então Prefeito Municipal de Santa Maria, Artur Marques Pfeifer - através da lei Municipal nº 1744/74, de 18.12.1974 - reconheceu de utilidade pública a Sociedade Cultural Ferroviária 13 de Maio¹⁸⁶. É unanimidade entre os antigos associados que a decadência do “Treze” começou a partir da década de 80¹⁸⁷. No entanto, esta Sociedade e o seu prédio são um patrimônio local, um “lugar de memória”, que merece ser preservado, no sentido de valorizar a história, a cultura e a participação dos afro-brasileiros no desenvolvimento da região e da sociedade santa-mariense.

4.2.3 As atividades desenvolvidas no Treze: da austeridade à tolerância

Alcione Flores do Amaral (2001) relatou que os sócios iam à Sociedade para conversar, ouvir música, ler, jogar pingue-pongue, participar de chás e principalmente para os bailes. Os bailes eram o ponto alto da sociedade e neles só se entrava trajando gala. Segundo Alcione (2001), “era uma Sociedade com princípios morais muito rígidos”. Que na época em que mais frequentou os bailes, década de 60 e 70, “moça não entrava sozinha no 13 de Maio e deveria sempre estar acompanhada por um responsável”. “Dançar de rosto colado” era uma afronta aos bons costumes das famílias negras, já que a Sociedade também auxiliava os filhos dos associados em termos de orientações de boa conduta.¹⁸⁸

Da mesma forma que no Renascença Clube, no Rio de Janeiro, explica Giacomini (2006), “é como se a simples presença de famílias estáveis, estruturadas segundo o dominante modelo conjugal monogâmico da família restringida, conferisse ao grupo um atributo de distinção”. Contrariando o contexto social envolvente, no qual o negro está associado à anomia, à desorganização e ao desregramento.¹⁸⁹

Encontrou-se em um livro de Ata de reunião, datada de 30 de dezembro de 1950, o seguinte texto: “Julgado o caso de associado “X” e sua noiva “Y”. Como

¹⁸⁶ Ibid., p. 8.

¹⁸⁷ Ibid., p. 10.

¹⁸⁸ Ibid., p. 9.

¹⁸⁹ GIACOMINI, 2006. p. 56.

procederam em modos incorretos, violando nossos hábitos sociais, no baile de 27 do corrente, foram ambos eliminados, por unanimidade de votos”.¹⁹⁰

Pode-se comprovar, com essa ação, a rigidez com que eram tratados os associados que não tinham “bom comportamento” dentro da sociedade. Não bastava parecer um “bom sujeito”, mas deveriam demonstrar em atitudes a sua dignidade, os seus valores, sem desvios, pois ali naquele lugar a organização e a moralidade eram a marca dos “negros de nível” e “bem educados”, ao gosto e padrão das elites dominantes.

Ari Xavier da Rosa (2001), em seu depoimento, relatou que na Sociedade eram organizados “shows” de calouros; bailes de carnaval adulto – na rua e no salão; festas em comemoração ao 13 de maio (Figura 25), baile de carnaval infantil; baile caipira; baile de debutantes; baile do “shopp”; baile da primavera; baile da balança (Figura .26)¹⁹¹ ; baile dos casados; Semana do 13 de Maio. Havia, também, um grupo de teatro, que muitas vezes itinerava por várias cidades. Com o passar do tempo, através do intercâmbio com outras sociedades, foi possível realizar campeonatos de futebol (de salão e de campo), bem como campeonatos de bocha. A diretoria vivia dentro da Sociedade e muitas vezes faziam papel de garçom, de porteiro, de copeiro, e todo o dinheiro que se arrecadava era em benefício da Sociedade.¹⁹²

Comenta-se que os melhores carnavais da cidade de Santa Maria aconteciam no 13 de Maio e que foi considerada uma das melhores sociedades do Estado do Rio Grande do Sul.

Alcione Flores do Amaral (2001) relatou, ainda, que na véspera da romaria da Medianeira eram promovidos bailes. Vinham muitas caravanas de todo o estado para a romaria e também para os famosos “bailes do 13”, e a rua Silva Jardim ficava “lotada” de ônibus.¹⁹³

¹⁹⁰ ESCOBAR; PADOIN, 2001, p. 9

¹⁹¹ Baile da Balança era uma brincadeira na qual a pessoa pagava o quanto pesava, como forma de ingresso no baile.

¹⁹² Ibid., p. 9

¹⁹³ Ibid., p. 9



Figura 25 - Festa dos 50 anos da Sociedade Treze de Maio, 1953
Fonte: Acervo particular de Maria Domingues (Mariazinha)

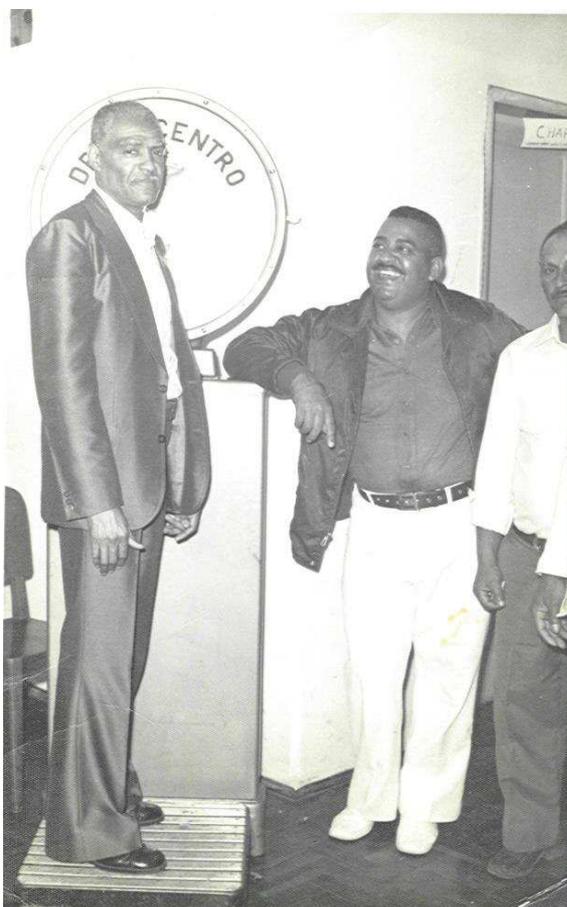


Figura 26 - Baile da Balança
Fonte: Acervo particular de Alcey Bonifácio dos Santos

4.2.4 O desaparecimento do Treze: desestruturação, apatia e impotência (1990-2000)

Assim como outros clubes negros e ferroviários, o “Treze” também sofreu um processo de desestruturação e abandono, em especial a partir da década de 80. Oliveira Silveira (2007) revela alguns sintomas, causas e consequências relacionados à decadência de muitos clubes sociais negros, tais como:

desinteresse dos associados ou seu baixo poder aquisitivo aliado a fatores como a crise econômica, desemprego; clubes brancos abrindo suas portas também para negros entre as medidas adotadas para superar suas próprias crises; ingresso de pessoas brancas ou não-negras, inclusive assumindo a diretoria ou a presidência e gerando crise interna ao desgostarem associados.¹⁹⁴

Com o tempo as relações interétnicas foram se estabelecendo e as fronteiras étnicas, até então impostas, foram “minimizadas”. Os brancos passaram a freqüentar a Sociedade Cultural Ferroviária 13 de Maio, inclusive muitas vezes fazendo parte da Diretoria.

Barth (1998, p. 205) explica que um fator importante é o que ocorre com determinados grupos étnicos quanto à incorporação de outras identidades e mudança de pertença em seu grupo. O autor nos diz que estas assimilações se dão na maioria das vezes de modo individual e em especial com as crianças, envolvendo a compra de um indivíduo por um chefe do grupo, que a partir da adoção promove a assimilação ritual total. Alguns fatores são decisivos para isto e a mudança de pertença também se dá por meio dos casamentos interétnicos; a crença na idéia de obrigações para com os ancestrais, compensado através de pagamento; o incentivo de vantagens óbvias para o chefe doméstico assimilador. Todas estas transformações acarretam a “perda de poder” e posição de uns em detrimento da manutenção do poder e hegemonia de outros, respaldadas na ambição e no oportunismo de líderes políticos, o que afeta sensivelmente o equilíbrio demográfico entre diferentes grupos étnicos.

¹⁹⁴ ESCOBAR, 2007, p. 102.

Com o passar do tempo os mais velhos foram se afastando e os mais jovens foram assumindo a direção da Sociedade. É unanimidade entre os entrevistados que a partir de 1980 começou a decadência da Sociedade.

Alcione Flores Amaral (2001) e Ari Xavier da Rocha (2001), nos seus depoimentos disseram que o “Treze” foi uma sociedade que tinha tudo: telefone, biblioteca, mesas de jogos, um amplo salão de festas, uma galeria com quadros dos ex-presidentes, conjunto de louças de jantar, de chá e até uma sede campestre, que não existe mais.¹⁹⁵

Outro motivo que levou os sócios a abandonarem a Sociedade, conforme relatos dos entrevistados em 2001, foi o surgimento de outras sociedades com maior infra-estrutura, com sede campestre e outros atrativos. Certamente a decadência da malha ferroviária também foi um forte motivo para a desestruturação do Treze, já que este foi um Clube de ferroviários.

Nos anos 1990 o Clube Treze de Maio agoniza, a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima – RFFSA foi privatizada, assumindo a manutenção das ferrovias na região a concessionária América Latina Logística (ALL). Muito difícil não associar estes episódios ligados à desintegração da Rede Ferroviária com a desestruturação de um Clube que foi criado por ferroviários.

Ainda se fala que, com o advento das “boates”, várias pessoas não viam sentido em pagar uma mensalidade, se podiam pagar uma entrada irrisória e freqüentar qualquer lugar que quisessem. Nos últimos anos, a Sociedade ficou associada à idéia de violência, tendo em vista a terceirização e subutilização desse espaço para se fazer “boates” e outras atividades que nada tinham a ver com a identidade do “Treze”.

Na atualidade, 2009, percebem-se, todo final de semana em Santa Maria, jovens negros e negras de menor poder aquisitivo, assim como brancos, aglomerados em frente aos Clubes Caixeiral e Comercial, tradicionalmente das elites brancas santa-marienses, que agora abrem suas portas para estes assíduos freqüentadores do “batidão”, regado com muito “funk”, axé, pagode, etc, programa típico da periferia negra e pobre, que hoje é o público que sustenta estes clubes, que

¹⁹⁵ ESCOBAR; PADOIN, 2001.

procuram, através desta programação, atrair as “massas” e contornar as suas próprias crises.

Uma sociedade que não preserva seus bens materiais e imateriais é uma sociedade sem memória e sem história. Halbwachs (2006) alerta que nossa memória não se apoia na história aprendida, mas na história vivida. Por história, deve-se entender não uma sucessão cronológica de eventos e datas, mas tudo o que faz com que um período se distinga dos outros do qual os livros e as narrativas em geral apresentam apenas um quadro muito esquemático e incompleto. Já a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes.¹⁹⁶

Diversas sensações sentiram-se naquele ano de 2002, ao deparar-se com o prédio e depois entrar onde, desde 1903, se encontra a Sociedade Cultural Ferroviária 13 de Maio: perplexidade, pela descaracterização física da edificação e pela falta de propósitos consistentes na sua real ocupação pela comunidade local; curiosidade em conhecer a história da sociedade, em saber o passado e o porquê sofreu aquela descaracterização, depredação e completa decadência; determinação: em querer ir buscar as informações, histórias de vida que pudessem reconstruir aquela época, não com objetivos nostálgicos, mas debruçando-se sobre este passado para melhor compreender a situação encontrada, ou seja, “uma vontade de memória”, ao estilo preconizado por Pierre Nora (1993).

4.4 A reinvenção do patrimônio cultural: o Museu Comunitário Treze de Maio como estratégia para a revitalização do legado cultural afro-brasileiro em Santa Maria/RS

O ano de 2001 foi um marco para o início da reconstrução e ressignificação da centenária Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio, por meio da materialização de um museu comunitário, que surgiu em pleno século XXI, mais precisamente no ano de 2001, como um caminho, um meio e uma estratégia para

¹⁹⁶ HALBWACHS, 2006.

salvaguardar o patrimônio da centenária Sociedade, que foi inserida neste período no Programa de Preservação e Revitalização da Mancha Ferroviária de Santa Maria, que lhe conferiu status de bem que precisava ser “protegido”, culminando com o posterior tombamento do prédio, transformando-se em Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Santa Maria.

Nesse sentido, estrategicamente “apropriado pela comunidade” na qualidade de patrimônio e museu comunitário, é que se abordarão estes conceitos que envolvem o termo “museu”, em especial a partir da década de 60, e sob quais perspectivas se iniciaram os trabalhos no Museu Treze de Maio.

4.4.1 Museus de ontem, museus de hoje e a perspectiva de uma museologia comunitária

Quando se fala em museu, deve-se levar em conta que se está falando do local onde se pretende salvar, guardar e preservar um determinado patrimônio. Considerando as novas tecnologias e a era da informatização, hoje os acervos podem ser “guardados” também nas páginas da “internet”, nos inúmeros museus virtuais que por aí encontramos e não é preciso ir tão longe para conhecê-los, basta dar um “clic” e tem-se uma infinidade de objetos culturais à disposição, para pesquisa e deleite.

Os museus, tanto o *museion* da antiguidade grega quanto as coleções surgidas no Oriente no século X e no Ocidente no XVI, foram criados pela realeza, pelo clero, pela nobreza, pelas elites, de acordo com seu padrão de gosto e em razão de suas necessidades e deleite. Importante instrumento para a guarda do patrimônio, da memória e da identidade de uma determinada comunidade ou instituição, passou por uma revisão no século passado. Começou a questionar-se o papel dessa instituição na sociedade, que tinha sido durante séculos a guardiã dos tesouros da classe dominante, principalmente obras de arte e objetos exóticos obtidos nos saques de guerra ou nas viagens, conforme Barreto (2000).

Elemento fundamental na formação do cidadão, a identidade cultural, isto é, a capacidade de sentir-se pertencente a um grupo que compartilha sentimentos,

signos, tradições, história comum, é responsável por agregá-los, na busca de preservar os territórios negros que foram, a maioria deles, engolidos pela crise econômica, pelo desemprego, pelo tempo.

O sentimento de pertencimento pode estar relacionado a um território amplo (identidade nacional) ou a características restritas, alguns indivíduos participantes de grupos étnicos, religiosos, gênero. Os traços desses grupos coexistem e contribuem para a formação da identidade nacional, acrescentando a ela matizes particulares. A afirmação da identidade cultural pressupõe semelhanças consigo mesmo e com o grupo, e sua construção/reconstrução depende da interação com os outros, do reconhecimento e da aceitação da diferença, daquilo que é oposto, diverso. Assim, a identidade pressupõe tanto a igualdade quanto a alteridade é o que nos diz Frederik Barth (1998)¹⁹⁷.

Várias são as definições e os conceitos de museu. Para o poeta e museólogo Mário Chagas (2006) os museus são a um só tempo “lugares de memória e de poder”. O autor afirma, ainda, que estes dois conceitos estão permanentemente articulados em toda e qualquer instituição museológica¹⁹⁸.

No artigo “Museus sob nova direção”, gestores culturais¹⁹⁹ do Departamento de Museus e Centros Culturais/IPHAN/MinC observam na contemporaneidade um interesse crescente pelo denominado campo museal por parte de antropólogos, sociólogos, filósofos, gestores, educadores, arquitetos e militantes de movimentos sociais. Na esteira desse crescente interesse, os museus passaram a ser percebidos como práticas sociais que se desenvolvem no presente, como centros ou pontos de cultura envolvidos com a criação, a comunicação e a preservação de bens culturais. A participação de comunidades populares e o interesse político nesse território simbólico também estão em expansão.

Acredita-se que os museus são processos diários de construção, desconstrução e reconstrução da história e, por excelência, espaços para o diálogo, lazer, novas descobertas, investigação, transformação e educação. Por meio de ações museológicas, pode-se contribuir para o desenvolvimento local. Nesse sentido é que se deu o processo de construção do primeiro Museu Afro-Brasileiro do Estado

¹⁹⁷ BARTH, 1998. p.187-227.

¹⁹⁸ CHAGAS, 2006, p. 30-31, passim.

¹⁹⁹ STORINO, 2007.

do RS²⁰⁰, o Museu Treze de Maio, localizado na cidade “coração do Rio Grande”, em Santa Maria.

Um dos mais tradicionais conceitos de museu é definido pelo ICOM, o Conselho Internacional de Museus, em 1956, e depois revisado em Assembléia Geral no ano de 2006 em Barcelona, na Espanha

instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade.²⁰¹

Para o Sistema Brasileiro de Museus criado em 2004, pelo Governo Federal, que visa a atender a área museológica do país no âmbito das políticas públicas

os museus são casas que guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e intuições que ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas. Os museus são pontes, portas e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes. Os museus são conceitos e práticas em metamorfose.²⁰²

Em 2005, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN/MinC passa a definir que "O museu é uma instituição com personalidade jurídica própria ou vinculada a outra instituição com personalidade jurídica, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e que apresenta as seguintes características”:

- I - trabalho permanente com o patrimônio cultural, em suas diversas manifestações;
- II - presença de acervos e exposições colocados a serviço da sociedade com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer;
- III - utilização do patrimônio cultural como recurso educacional, turístico e de inclusão social;
- IV - vocação para a comunicação, a exposição, a documentação, a investigação, a interpretação e a preservação de bens culturais em suas diversas manifestações;
- V - democratização do acesso, uso e produção de bens culturais para a promoção da dignidade da pessoa humana;
- VI - constituição de espaços democráticos e diversificados de relação e mediação cultural, sejam eles físicos ou virtuais. Sendo assim, são

²⁰⁰ SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS. **Guia de Museus do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SEM-RS, 2006, p.133.

²⁰¹ Sistema Brasileiro de Museus. **O que é museu**. Disponível em: www.museus.ibram.gov.br/sbm. Acesso em 20 jan.2010.

²⁰² Ibid.

considerados museus, independentemente de sua denominação, as instituições ou processos museológicos que apresentem as características acima indicadas e cumpram as funções museológicas.²⁰³

Segundo Varine (2000) todo museu é uma instituição do patrimônio. Mas de qual patrimônio se trata? Com efeito, é preciso fazer o patrimônio falar, com uma linguagem acessível a todos. Com esse objetivo, o museu deve não ser só uma instituição, mas também, e sobretudo, ser portador de uma dinâmica, de um processo.²⁰⁴

O patrimônio não é um objetivo em si. O cidadão deve dar-se conta de que o patrimônio é importante como recurso para o desenvolvimento, começando pelo desenvolvimento local, é o que alerta Varine (2000).

O patrimônio não é algo isolado, mas partilhado com uma determinada comunidade em diferentes níveis (local, étnico, profissional, regional, nacional, mundial). Sendo assim, há a necessidade de uma gestão partilhada do mesmo. Essa gestão compreende três áreas principais: a identificação e criação do patrimônio; a manutenção e salvaguarda do patrimônio e a utilização e o “consumo” do patrimônio.²⁰⁵

Uma das formas de preservação do patrimônio cultural de uma região, bairro ou população é o ecomuseu, que surgiu, a partir da década de 70 na Europa, como uma resposta às novas necessidades culturais da sociedade e como um contraponto aos museus tradicionais, embasado em experiências de museologia comunitária, numa perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Nesse período a instituição museu passou por uma grave crise. Embora esforços fossem despendidos no sentido de melhorar e aprimorar o espaço arquitetônico, as exposições e as formas de aproximação com o público, as estatísticas mostravam, conforme Hugues de Varine (2000), que “90% dos moradores de uma cidade jamais visitavam os museus de sua região”.²⁰⁶

Nesse contexto, e sob o enfoque da Nova Museologia, o conceito de ecomuseu surge como uma forma de aproximar a comunidade de seu próprio ambiente, considerando-o em seus aspectos naturais e culturais e tentando

²⁰³ Sistema Brasileiro de Museus. **O que é museu**. Disponível em: www.museus.ibram.gov.br/sbm. Acesso em 20 jan.2010.

²⁰⁴ VARINE, 2000. p. 8-9

²⁰⁵ VARINE, 2000. p. 8-9

²⁰⁶ ESCOBAR; LAMEIRA; LIMBERGER, 2004, p 58-68.

restabelecer um elo perdido desde a Revolução Industrial com seu tempo e o seu espaço. Seu principal objetivo é fornecer subsídios para atuar neles (tempo e espaço) de modo coerente. Essencialmente, os princípios do ecomuseu diferenciam-se do museu clássico em dois pontos: o patrimônio é considerado comunitário e coletivo, sendo até inventariado de forma participativa, conforme o julgamento local; e a comunidade é detentora da iniciativa das exposições, intervenções e programação geral, informando o seu desejo aos técnicos do museu, segundo nos alerta Varine (2000). O conceito de patrimônio do ecomuseu se assemelha aos princípios modernos de preservação e uso dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável, estabelecendo-se limites de utilização desses bens por meio da conservação para as gerações futuras.

Varine (2000) explica que se podem reconhecer duas linhas distintas de ecomuseus de acordo com seus objetivos: os que se referem diretamente ao seu espaço natural, geralmente associados a parques naturais, mas que podem estar no meio urbano e incluir a população local; e as instituições que se voltam para o desenvolvimento coletivo de uma determinada comunidade. A proposta do Museu Treze de Maio baseou-se neste último conceito.

O conceito de museu que se utilizará neste trabalho é o que Hugues de Varine chama de “diferente”, de “museu herético”²⁰⁷ e nessa mesma linha podem-se citar os ecomuseus de “desenvolvimento” surgidos na Europa e no Quebec, nos anos setenta e, sobretudo oitenta, que respondem a situações locais na crise social ou econômica, bem como uma vontade de participação comunitária no desenvolvimento; os neighborhood museums nos Estados Unidos nos anos sessenta, que acompanharam a luta pelos direitos cívicos e pela identidade cultural das comunidade negras, hispânicas, etc; museus comunitários, museus escolares, museus de territórios, museus de percurso, que se caracterizam por fugirem das normas pré-estabelecidas, mas que, mesmo sem deixar de ser uma instituição, são essencialmente um processo cujo objetivo é contribuir para a transformação de uma realidade não dominada pela comunidade num recurso útil para seu desenvolvimento, tanto presente quanto futuro.

Esse conceito, apesar de não ser tão novo assim, pois remonta à década de 60, continua sendo motivo de incompreensão por parte de museólogos reconhecidos

²⁰⁷ VARINE, 2005.

e profissionais da área que entram em conflito com estas “iniciativas heréticas”, por considerá-las diversas, não controladas, desrespeitosas dos dogmas estabelecidos, promovidas por perigosos amadores associados a alguns profissionais marginais (ou talvez subversivos?).²⁰⁸

Iniciativas comunitárias ligadas ao patrimônio são uma constante desde 1990 em solo brasileiro, em especial no Rio Grande do Sul, à procura de respostas para as tensões que se manifestam na sociedade brasileira ao final de um período e início de um novo século. Do Museu da Maré/RJ ao Ecomuseu de Santa Cruz/RJ (Figura 27), reivindicando direitos com sua “roda de lembranças” (Figura 28); do Museu da Picada, em Santa Cruz/RS ao Museu do Percurso do Negro, em Porto Alegre/RS, chegando a Santa Maria/RS no Museu Comunitário Treze de Maio (com sua “roda de poesia” (Figura 29).

Experiências dinâmicas, que estão aí para comprovar que é possível sim as “comunidades heréticas” se organizarem e se apropriarem das políticas públicas destinadas a este setor, reivindicando o seu direito à memória, além de pleitear a salvaguarda dos seus patrimônios, tendo o museu como um mecanismo de divulgação e espaço que mobiliza a comunidade para causas como a da Baía de Sepetiba em Santa Cruz/RJ, que pede socorro, pois vem sendo destino de grandes indústrias que colocam em risco a saúde de sua população, comprometendo a qualidade de vida dos moradores e destruindo a natureza.²⁰⁹

Experiência inovadora se verifica no Museu da Maré (Figura 30), criado em 2006, no Rio de Janeiro, organizado e montado pelos moradores da favela com apoio do Governo Federal. Em visita a este espaço durante a I Jornada Formação em Museologia Comunitária, em 2009, pode-se perceber que naquele espaço a participação da comunidade é a essência do museu, que tem atividades tanto para juventude, quanto para as mulheres que ali encontram um meio de gerar renda, através das inúmeras oficinas de artesanato e produção peculiar daquele lugar, além de inclusão digital, teatro, biblioteca, arquivo e visitas mediadas pelos próprios moradores que ali desenvolvem suas veias artísticas apresentando o museu aos visitantes através de intervenção teatral, encenando o “Casamento na Palafita”, de forma interativa e lúdica pelo Grupo Maré de Histórias.

²⁰⁸ Ibid., p. 2.

²⁰⁹ Jornal Quarteirão (setembro/outubro 2009), p. 16, produzido durante a I Jornada Formação em Museologia Comunitária, 23/10 a 07/11/09.



Figura 27 - I Jornada Formação em Museologia Comunitária, 23/10 a 07/11/09.
Ecomuseu de Santa Cruz/RJ

No Museu da Maré chamam a atenção os objetos que ali podem ser “tocados”, dando-lhe especial significado, como, por exemplo, o “pente quente” que as mulheres negras utilizavam para alisar seus cabelos, além do cenário com as paredes perfuradas, balas e cartuchos que lembram o “tempo da violência e do medo”, mas também encontram-se bambolês, piões e um antigo carrinho de rolimã, lembrando o “tempo das crianças”.

Já no Museu Treze de Maio, o patrimônio imaterial é valorizado através da “roda de poesia”, com versos e interação da comunidade que se faz presente nas atividades ao declamar e cantar “agora é sua vez de dizer a poesia, entra nesta roda com a sua alegoria...”.

Varine (2000) ressalta, ainda, que a comunidade é naturalmente determinada pelo território; ainda assim é preciso conhecê-la, ou seja, não só ter realizado seu estudo sociológico, etnológico, lingüístico, etc., mas também ter penetrado seus componentes, de maneira a localizar suas forças e fraquezas, suas pessoas-recurso, as microcomunidades de toda natureza, profissionais, étnicas, culturas de bairro, de idade, suas necessidades e a natureza das crises que a afligem. E é preciso reconhecê-la como comunidade e não apenas como um conjunto de cidadãos dependentes de autoridades eleitas para x anos. Reconhecer a comunidade não basta: essa é uma abordagem unilateral, concedida. É preciso que

ela se reconheça a si mesma como comunidade que partilha os mesmos problemas e os mesmos valores, e, finalmente, um destino comum. Para isso convém ajudá-la a revelar-se, a tomar confiança em si, não pelo discurso, mas sim pela ação. As lutas em tempos de crise, as ações-pretexos provocadas, o lançamento de projetos endógenos, os sucessos e os fracassos contribuirão para isso.



Figura 28 - I Jornada Formação em Museologia Comunitária, 23/10 a 07/11/09.
“Roda de Lembranças” com os pescadores de Sepetiba promovida pelo
Ecomuseu de Santa Cruz/RJ,
com a presença de Hugues de Varine da França e Tereza Morales do México
Fonte: Acervo Museu Treze de Maio



Figura 29 – “Roda de Poesia” no Museu Treze de Maio, 21/03/09
Exposição e Sarau Literário em homenagem ao
Poeta da Consciência Negra, Oliveira Silveira
Fonte: Acervo Museu Treze de Maio



Figura 30 – Museu da Maré, I Jornada Formação em Museologia Comunitária, 23/10 a 07/11/09 - Intervenção teatral apresentada por moradores da Favela
Fonte: Acervo Museu Treze de Maio

É importante, nesse contexto, definir que a comunidade negra é essencialmente formada por militantes ou não do Movimento Negro, que, segundo Dutra (2007), tem ampla abrangência, abarcando uma gama de grupos e entidades, com diferentes pontos de partida, mas que adotam como práxis a articulação política da cultura negra e a participação em diferentes fóruns de discussão em nível local, regional, estadual ou nacional, como clubes e entidades negras, grupos de capoeira, danças, ligas e associações religiosas de matriz africana.

Na leitura de Dutra (2007, p. 9), entende-se como Movimento Social Negro (MSN), o negro brasileiro na luta organizada contra o racismo e a exclusão social, reivindicando seus direitos, sua cidadania. Esse movimento surgiu para combater o preconceito e a discriminação, desvelar o racismo estrutural e ideológico crescente, derrubar o mito da democracia racial e buscar a inclusão do povo negro.²¹⁰

4.5 No limiar do século XXI, um Museu da Cultura Afro-Brasileira no RS: principais ações no período 2001-2009

²¹⁰ DUTRA e QUEVEDO, 2007.

O Museu Treze de Maio surgiu em 2001 como um meio, um caminho e uma estratégia para “salvaguardar” o patrimônio da Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio e viabilizar um sentido útil para a comunidade interessada e, partindo desta iniciativa, vislumbrar políticas públicas que dessem conta de sua preservação.

Cientes das patologias existentes no prédio do “Treze” e motivados com as premissas da nova museologia²¹¹, um grupo do Movimento Negro local aliou-se a alunos do Curso de Especialização em Museologia UNIFRA (2001-2002), respaldados pelos antigos sócios do “Treze”, dando início ao projeto de revitalização para o espaço ocioso da antiga sociedade, surgindo então a idéia de um Museu Comunitário.

Nesse sentido, o prédio que abriga o Museu foi tombado como patrimônio cultural municipal em dezembro de 2004 (Lei Nº 4809/04) e em 21 de dezembro, desse mesmo ano, o Governo do Estado sancionou a Lei nº 12.183, que “declarou como bem integrante do patrimônio histórico e cultural do Estado do RS o edifício da antiga Sociedade Cultural Ferroviária 13 de Maio”. O “Treze”, muito mais que uma instituição, é um processo, é construído diariamente pela comunidade interessada; muito mais que visitado ele é “vivenciado” e reconhecido como um dos “150 orgulhos da cidade de Santa Maria”²¹², abrigando em seu interior oficinas de dança afro, capoeira, percussão, grupo vocal de mulheres negras, atividades técnicas e de pesquisa no Museu e reuniões do movimento social negro.

Sua vocação política é que faz com que seus profissionais ou “amadores militantes do patrimônio”²¹³ corram riscos, pois é um museu que não espera ansiosamente pelo “grande dia da inauguração”. Ele é inaugurado diariamente, a cada oportunidade, a cada desafio solucionado, até mesmo, no caso do Museu Treze de Maio, quando um antigo sócio aparece para contar um pouco de sua história e deixa parte de seu legado, como fotografias, histórias e memórias; ou quando um grupo de meninas negras que também se empenharam para estar naquele espaço e, com legitimidade, dele se apropriam, o Grupo de Dança Afro Euwá Dandaras (em yorubá significa “mulheres guerreiras”), ficam radiantes diante da conquista do melhor grupo de dança afro do RS e são convidadas a apresentarem-se, em Senegal, na África e em outros locais do Brasil; ou, ainda,

²¹¹ VARINE, 2000. p. 21-34.

²¹² Jornal Diário de Santa Maria, Caderno Especial, 17/05/08, por ocasião do aniversário dos 150 anos do município de Santa Maria.

²¹³ VARINE, 2005.

quando acadêmicos da maior universidade pública do interior do Estado “brigam” por uma vaga para estagiar naquele espaço, mesmo diante das adversidades.

Pode-se dizer que é assim em Santa Maria, onde a centenária Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio, inspirada nas premissas da “nova museologia”, cedeu lugar a um equipamento chamado Museu Treze de Maio, com o estabelecimento de parcerias com o poder público e sociedade interessada, constituindo um museu Comunitário, por excelência.

Inspirado na teoria do ecomuseu comunitário de Hugues de Varine²¹⁴, o MTM não segue um modelo predeterminado, nem uma fórmula tradicional. Sua concepção é “diferente”, sem deixar de ser uma instituição, é essencialmente um processo, cujo objetivo é uma releitura da história do povo negro a partir do sujeito que participa, opina e critica, bem como promove a autoestima, a autoimagem, a valorização e a promoção dessa etnia.

Foi com ansiedade e expectativa que se investigou a história do “Treze”, por meio de uma pesquisa²¹⁵, quando foram entrevistados antigos associados, que respaldaram a idéia de implantação do museu. Iniciava-se aí o processo de mobilização e articulação da comunidade negra interessada em revitalizar o espaço centenário, material e imaterial, o prédio do “Treze”, que abrigou desde 1903 a Sociedade Cultural Ferroviária 13 de Maio, entidade criada por funcionários negros da extinta Viação Férrea de Santa Maria, no início do século XX.

A primeira entidade genuinamente erigida por ferroviários na cidade foi a “Sociedade Recreativa Ferroviária 13 de Maio”, inaugurada em 13 de Maio de 1903, cuja sede foi estabelecida na Rua Silva Jardim”, conforme relata Flores (2008).²¹⁶

Com vistas a sensibilizar a comunidade santa-mariense e chamar a atenção da sociedade e do poder público para a situação precária em que se encontrava o “Treze”, foi elaborado o Projeto Kizomba²¹⁷ (em Yorubá significa festa de integração), composto por oficinas de dança-afro, capoeira e dança de rua. Este Projeto integrou a Semana Municipal da Consciência Negra/2001, e essas oficinas

²¹⁴ Fundador e 1º Diretor do Ecomuseu de CREUSOT-Montceau-les-Mines/França. Ex-diretor do Conselho Internacional de Museus/ICOM/UNESCO, consultor internacional em desenvolvimento local e ação comunitária.

²¹⁵ A pesquisa inicial foi realizada por Giane Vargas Escobar, em 2001, onde foram entrevistados: Mariazinha Domingues, Alcey Bonifácio dos Santos, Alcione Flores do Amaral, Ari Xavier da Rosa, Ignácio Lopes das Silveira, João José Bueno, Loderitz Ferreira Mello, Nilza Silva Macedo e Tertuliana Bitencourt.

²¹⁶ FLÔRES, 2008, p. 272-276 passim.

²¹⁷ O Projeto Kizomba foi elaborado em 2001 por Ronaldo Félix, Marta Íris Camargo Messias, Sirlei Terezinha Barbosa e Giane Vargas Escobar.

foram levadas para as ruas, bairros, vilas de Santa Maria, juntamente com uma exposição itinerante sobre a história da SCFTM. Esta iniciativa orquestrada e organizada, em especial pela juventude negra, que se fez visível nas ruas, bairros e vilas da cidade de Santa Maria, juntamente com os militantes do Movimento Negro, foi fundamental para divulgar a ideia de revitalização e reutilização do prédio que abrigou o “Treze” como o local ideal para materializar um museu comunitário, com a efetiva participação da comunidade que queria retornar para aquele espaço que não estava mais em suas mãos.

Ainda em 2001, a comunidade negra interessada em criar o museu participou de eventos com o objetivo de disseminar a proposta e a pesquisa, tais como a Pré-Conferência Regional da Comunidade Negra de Santa Maria; a 1ª Festa das Etnias de Santa Maria; a 13ª Semana Municipal da Consciência Negra; 1ª Conferência Estadual da Comunidade Negra, realizada em Caxias do Sul; 5º SEPE - Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão e 1ª FEATEC - Feira de Artes, Tecnologia e Ciência do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA).

O Processo de transformação, “reinvenção do patrimônio” e ressignificação do antigo Clube Treze de Maio (que se encontrava em estado de total abandono e com instalações precarizadas pela falta de manutenção e com inúmeras patologias) em um Museu Comunitário não se deu de forma natural e espontânea, houve resistência à nova proposta. Porém as críticas eram feitas por pessoas que desconheciam o Projeto e à medida que iam se apropriando daquele conhecimento, mais adeptos foram se aliando aquela iniciativa. Foi um longo processo de sensibilização de antigos sócios, militantes do Movimento Negro e sociedade santamariense.

Com a finalidade de buscar inspiração e conhecer outras iniciativas museológicas fora do Estado do RS, semelhantes aquela de Santa Maria a autora deste trabalho procurou conhecer, em 2002, o Museu Afro-Brasileiro de Salvador, na Bahia. Porém naquele momento o que se percebeu é que aquele era um museu tradicional, aonde não se via nenhum membro da comunidade negra participando da mediação das exposições ou até mesmo do gerenciamento daquela instituição, não havia apropriação da maioria étnica da população de Salvador, conforme imaginava-se. A população negra estava presente sim, apenas em imagens e objetos de forma estática, para apreciação, sem nenhuma interação e diálogo com o público. Importante dizer que foi uma decepção e uma percepção de estudante/visitante que

chegava num determinado lugar e espaço que nunca antes estivera, porém foi esta a imagem que se guardou daquele Museu Afro. Naquele período, também se fez o estágio da Especialização em Museologia, no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia, orientada pela Museóloga, Prof^a Dr^a Rosana Andrade Nascimento.

Em abril de 2002, o Projeto Museu Treze de Maio foi inserido no Programa de Preservação e Revitalização da Mancha Ferroviária de Santa Maria²¹⁸, integrando-se a outros sete projetos, desenvolvidos por meio de convênio firmado entre a Secretaria de Município do Planejamento e Secretaria de Município da Cultura com o Curso de Arquitetura e Urbanismo/UFSM. Esse programa visa a resgatar e preservar a memória ferroviária e o patrimônio histórico e cultural da cidade. A inserção neste Programa viabilizou a elaboração do Projeto Arquitetônico do Museu Treze de Maio, o qual foi elaborado por técnicos da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

O Museu Treze de Maio foi oficialmente cadastrado no Sistema Estadual de Museus (SEM/RS), em 2002, mas foi somente em 2006 que passou a constar no Guia de Museus do Rio Grande do Sul, como Museu Afro-Brasileiro de Santa Maria.

No dia 24/07/2002, o grupo de interessados²¹⁹ em criar o museu solicitou à administração Municipal o tombamento do prédio que sediou a SCFTM, por entender que aquele espaço é um legado cultural de memória e identidade negra.

Com o intuito de viabilizar a proposta de implantação do MTM, foi fundada, em 27/12/2002, a Associação dos Amigos do Museu Treze de Maio (AAMTM) que, como outras instituições de amparo a museus, tem por objetivo apoiar, difundir e auxiliar as atividades do MTM. Esta Associação esteve na gênese das articulações e mobilização da comunidade negra e inúmeros simpatizantes e apoiadores, para a efetivação do processo de tombamento municipal do prédio do Museu tendo como sócios fundadores Ronaldo Félix, Marta Íris Carmargo Messias, Sirlei Barbosa, Jorge Luis Marinho da Silva e Giane Vargas Escobar.

²¹⁸ O Programa de Preservação e Revitalização da Mancha Ferroviária de Santa Maria foi inicialmente coordenado pela Arquiteta e Urbanista Priscila Terra Quesada (Prefeitura Municipal de Santa Maria), juntamente com o Arquiteto e Urbanista Andrey Rosenthal Schelee (UFSM). O levantamento e elaboração do Projeto Museu Treze de Maio contou com o acadêmico de Arquitetura/UFSM Leonardo Verônimo Lameira, orientado pela Arquiteta e Urbanista Priscila Quesada.

²¹⁹ Ativistas do Movimento Negro local, Cooperativa Afro de Santa Maria, Grupo de Dança Afro Euwá-Dandaras, Grupo de Capoeira Barra-Vento, acadêmicos do Curso de Especialização em Museologia/UNIFRA, Acadêmicos do Curso de Arquitetura da UFSM, profissionais ligados à Prefeitura Municipal/Escritório da Cidade.

Em 2003 se deu início aos trabalhos no prédio, embora suas condições físicas fossem inadequadas para a realização das demandas, o espaço do “Treze” foi ocupado, pois se imaginava que seria mais difícil sensibilizar a sociedade e os financiadores com um espaço fechado.

Tendo em vista as comemorações dos cem anos de fundação da SCFTM, no ano de 2003, o Prefeito Valdeci Oliveira convidou a ex-Ministra Matilde Ribeiro, então titular da recém-criada Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal – SEPPIR, para visitar a cidade. Naquele evento não foi possível contar com a presença da Ministra, mas o convite inicial foi motivação para posteriores vindas da Ministra ao município. Em 2003 também foi criada a Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Comunidade Negra de Santa Maria²²⁰, órgão fundamental para a implementação das demandas dessa comunidade no município.

A criação desta Coordenadoria foi motivo de muitas tensões e disputas por parte de integrantes do Movimento Negro local, que também se confundiam e se integravam com as ações políticas necessárias para a constituição do Museu Treze de Maio. Muitas vezes, estas desavenças, com fundo político-partidário, causaram desgastes sem precedentes no gerenciamento do Museu, pois seus membros estavam envolvidos, ora em um, ora em outro campo e muitas vezes nos dois lugares ao mesmo tempo. O Museu, na qualidade de patrimônio, representava também um campo de conflitos, de disputas e interesses diversos. Sobre este assunto Odalice Miranda Priosti (2006), museóloga do Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz/RJ e Presidente da ABREMC, a Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários alertou:

De fato , a gestão compartilhada de um museu comunitário é o mais difícil problema do museu, mais ainda que a falta de recursos ou a precariedade de suas instalações. Por outro lado, não podemos abrir mão da participação cidadã, o que torna a gestão complicada pelos motivos que vc mesma já sentiu. O Ecomuseu, o museu comunitário não deve ser outdoor ou palanque para intenções político-partidárias e isso tem que ficar claro desde o início. Terão uma árdua tarefa de convencer as lideranças locais. Tentem agregar outras lideranças e mostrem que o trabalho a ser realizado com a comunidade num ecomuseu ou museu comunitário é um trabalho político, sim, na expressão mais nobre do termo, porém colocá-lo na arena das disputas político-partidárias é pulverizar todo o esforço da iniciativa. Façam-se respeitar por essa característica!!! Se uma liderança não aceita assim, é

²²⁰ Em 2003, assumiu esta Coordenadoria, Marta Íris Camargo Messias e no ano de 2005, passou a responder por este organismo, Dilmar Lopes.

preferível não contar com ela e viabilizar outras que respeitem essa característica, pois sendo comunitário esse museu tem que respeitar todas as colorações partidárias e não fazer política por nenhuma delas.²²¹

O fato é que aquela administração popular chegou ao final, perdeu as eleições, extinguindo a então Coordenadoria da Comunidade Negra, que foi criada por decreto. O que se observa, em 2009, é que novamente a comunidade negra de Santa Maria se mobiliza para reconquistar o que já havia pleiteado em 2003, porém, agora com nova administração em Santa Maria, criou-se através de Lei um outro organismo, a Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial, com objetivos mais abrangentes, não só voltada para as questões da negritude, aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores, orquestrada também por membros do Museu Treze de Maio. O inusitado é que esta Coordenadoria está acéfala, e o Movimento Negro local parece que ficou “morno”, não se mobilizou mais para “brigar” por esta causa. Em 2003 os conflitos foram acirrados para ocupar o cargo de Coordenador. E agora? Fica a pergunta: o que aconteceu com os ativistas contundentes daquele período? E os de agora onde estão? Estas políticas não interessam mais?

Destaca-se, ainda, no mês de maio de 2003, o lançamento do anteprojeto arquitetônico do MTM (Figura 31 e 32), sua logomarca e a posse da 1ª Diretoria Técnica²²², que desde o início se preocupou com a revitalização do prédio e a sensibilização da comunidade local para a preservação daquele patrimônio afro-brasileiro, além de ter como meta o cumprimento das funções básicas do museu, que consiste em adquirir, coletar, preservar, pesquisar e divulgar o acervo.

Em 13/05/2003 ocorreu, ainda, o lançamento da primeira publicação do Museu Treze de Maio: "Os Problemas de Júnior". Literatura infantil com corte racial negro, voltada para alunos das séries iniciais, de autoria da Profª Maria Rita Py Dutra. Neste mesmo mês foi protocolado, na Assembléia Legislativa, o Projeto de Lei²²³ que declara como bem integrante do patrimônio cultural e histórico do Estado do Rio Grande do Sul o prédio da Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio de Santa Maria/RS.

²²¹ PRIOSTI, 2006.

²²² Diretora Técnica: Giane Vargas Escobar; Coordenadora do Núcleo de Ação Cultural Educativa/NACE: Maria Rita Py Dutra; Coordenador do Núcleo de Acervo e Exposição: João Heitor da Silva Macedo; Coordenadora do Núcleo de Arquitetura e Programação Visual: Priscila Terra Quesada; Coordenadora do Núcleo de Documentação e Pesquisa: Antônia Marisa P. Cezar.

²²³ Projeto de autoria da Deputada Estadual Jussara Cony (PCdoB/RS).

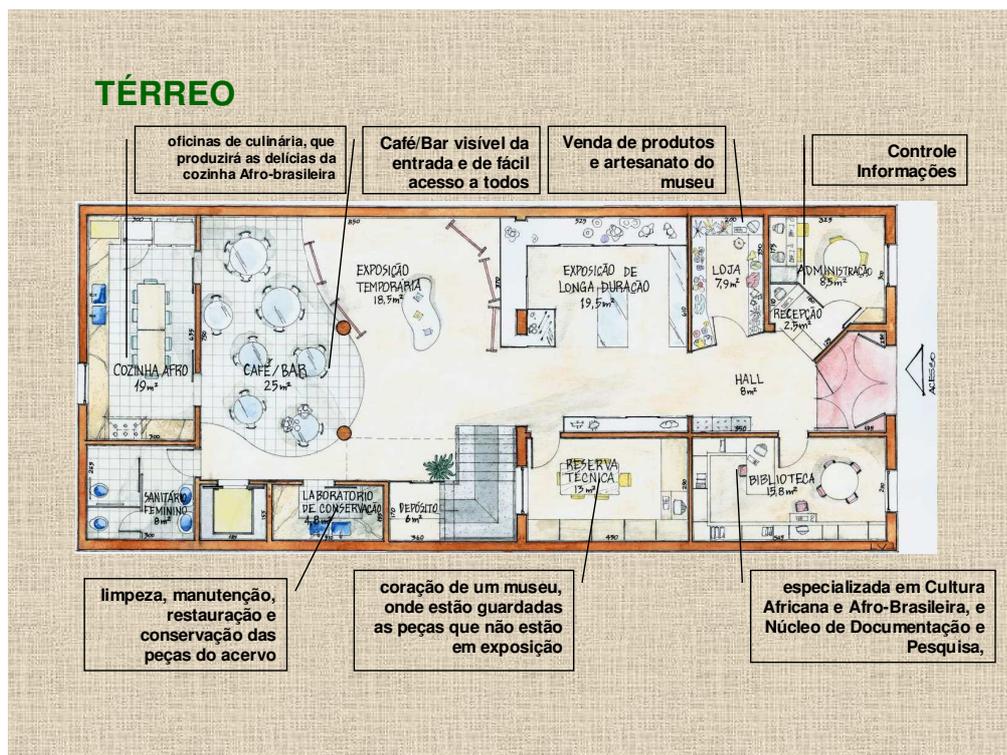


Figura 31 – Anteprojeto arquitetônico do MTM (térreo), 2003
 Fonte: Acervo Museu Treze de Maio

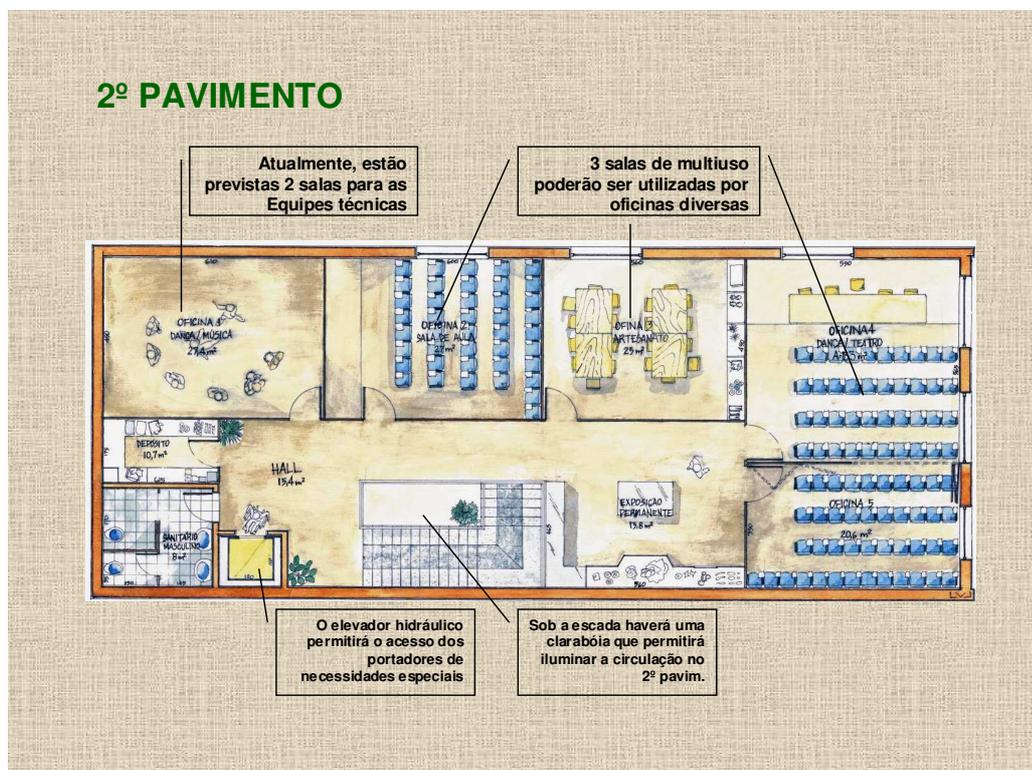


Figura .32. – Anteprojeto arquitetônico do MTM (2º pavimento), 2003
 Fonte: Acervo Museu Treze de Maio

É importante ressaltar que um museu comunitário procura muito mais desenvolver uma criticidade na comunidade do que efetivar uma eficiência técnica, porém, no mundo todo, os museus estão se profissionalizando, daí a necessidade de contar com técnicos especializados e habilitados para dar conta da demanda de atividades que não podem mais nortear-se apenas pelo empirismo. E neste caso não foi diferente, pois, além das ações de políticas, de pesquisa e de mobilização da comunidade, era necessária a participação de pessoas que entendessem a lógica e a dinâmica de captação de recursos na área museológica. Sobre este assunto Odalice Priosti se posicionou

A equipe técnica deve ter sempre o cuidado de ouvir a comunidade, sem deixar de expor suas idéias; convencer a comunidade do que é melhor para ela como um todo, pois os governos passam e o museu deve vir para ficar. Por isso, a prioridade deve ser o objetivo do museu e não os interesses políticos de alguma liderança.²²⁴

Em 21/12/2004, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul²²⁵ reconheceu como bem integrante do patrimônio cultural e histórico, o prédio da Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio. Neste mesmo mês, o Poder Executivo Municipal²²⁶ homologou o tombamento municipal do prédio do Museu e no mesmo ano, obteve a confirmação de emenda parlamentar²²⁷ de autoria do Deputado Federal Paulo Pimenta para a primeira fase da reforma do prédio.

O MTM está atento à Política Nacional de Museus, bem como a todas as atividades que se realizam na área museológica pelo país. Nesse sentido, promoveu diversas atividades no mês de maio/2005, sendo divulgadas em âmbito nacional, nas comemorações alusivas à 2ª Semana dos Museus, que teve como tema “Museus e Patrimônio Imaterial”.

O ano de 2005 foi instituído pelo Governo Federal como o “Ano da Igualdade Racial”. Tendo em vista este desafio, o MTM apoiou o lançamento do livro infantil, “O Aniversário de Aziza”, da Coleção Histórias da Vó Preta, de autoria da Profª Maria Rita Py Dutra, que nesse ano foi patrona da Feira do Livro Infantil de Santa Maria.

²²⁴ PRIOSTI, 2006.

²²⁵ Governador do Estado do RS Germano Rigotto, Projeto de Lei da Deputada Estadual Jussara Cony-PCdoB.

²²⁶ Prefeito Municipal Valdeci Oliveira de Oliveira.

²²⁷ Emenda Parlamentar de autoria do Deputado Federal Paulo Pimenta (PT/RS), no valor de R\$ 100mil financiado pelo Fundo Nacional de Cultura do Ministério da Cultura/MinC, além de contrapartida do município de Santa Maria no valor de R\$ 20mil.

Em 21/05/2005, o MTM, em conjunto com entidades do Movimento Social Negro e a Administração Municipal, coordenou, mobilizou e articulou a 1ª Conferência Regional de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial, realizada em Santa Maria, onde foram eleitos delegados que foram para a Conferência Estadual, em Porto Alegre e, posteriormente, para a Conferência Nacional, em Brasília. Entre as propostas tiradas e encaminhadas, destacam-se a resolução da 1ª Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, dentro do eixo Fortalecimento das Organizações Anti-racismo que deliberou à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em parceria com a sociedade civil, a realização, em maio de 2006, do 1º ENCONTRO NACIONAL DE GESTORES DE CLUBES/SOCIEDADES NEGRAS, tendo como sede o Museu Treze de Maio, na cidade de Santa Maria/RS.²²⁸

O Projeto MTM foi inserido no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental/2005 (PDDUA) do município, dentro do Projeto Territorialidade e Identidade do Povo Negro de Santa Maria, através da reconstrução histórica e memorial do Bairro Nossa Senhora do Rosário e do Projeto Mancha Ferroviária, que visa à valorização da identidade urbana. Em futuros estudos a autora deste trabalho pretende ampliar as pesquisas, analisando os Clubes Sociais Negros sob o ponto de vista da “territorialidade”, o que não foi objeto de pesquisa, neste momento.

Outro fator muito importante, segundo Odalice Priosti (2006), é o vínculo com as escolas, universidades, atores sociais e econômicos. “Programem atividades com eles e vcs estarão trabalhando uma pedagogia patrimonial simultaneamente, aumentando os vínculos de afeto e de responsabilização com o patrimônio e a história local”.²²⁹

O ano de 2006 foi pautado pela preparação e articulações que culminaram com a realização do 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedade Negras, que teve repercussão nacional e internacional. Sobre este evento se falará no próximo capítulo.

No que concerne ao gerenciamento do museu comunitário, Odalice (2006) orienta,

²²⁸ Disponível em http://www.palmareis.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=372&btimprimir=sim
Acesso em: 06 mar. 2010.

²²⁹ PRIOSTI, 2006.

LEMBREM-SE: para não caírem reféns de uma liderança, convoquem outras, agreguem representantes dos diversos segmentos, criem um Conselho Gestor (representantes da equipe técnica, representantes, das escolas, representantes das Associações de Moradores, representantes da Associação de Amigos do Museu, representantes do segmento afro-brasileiro, representantes do setor econômico, representantes religiosos, etc), de modo que a decisão não fique nas mãos de uma liderança. O museu não pode ser espaço político de um partido, mas de toda a comunidade. A opção por um deles nesse trabalho tira sua dignidade e autonomia.²³⁰

A consolidação de museus comunitários se dará através de parcerias públicas e privadas, desde que haja convergência de interesses. Nesse olhar para o passado, com vistas ao futuro, o museu reescreve a história.

No final de 2007, a cidade de Santa Maria recebeu o prédio do Museu com parte de sua edificação reformada (Figura 33), o que foi muito comemorado por toda a equipe de dinamizadores e comunidade interessada, que compareceu em grande número. O evento contou inclusive com a presença do Senador Paulo Paim, que também destinou uma emenda parlamentar para o ano de 2008, a fim de dar conta dos futuros projetos do Museu, como a aquisição de elevador, equipamentos para a área técnica e oficinas culturais e educativas.

O ano de 2008 foi marcado pelos encontros Estaduais e oficinas promovidas pela SEPPIR e Clubes sociais Negros nos cinco Estados até então envolvidos e, nesse mesmo ano o Museu foi contemplado com uma emenda do Senador Paulo Paim para a segunda fase da reforma do prédio, equipamentos e mobiliário.

Ainda em 2008, o Museu Treze de Maio recebeu a visita do consultor francês, Hugues de Varine, dessa forma sendo reconhecido também em âmbito internacional, através do idealizador da Museologia Comunitária.

O ano de 2009 foi marcadamente de articulações políticas para a aprovação de dois grandes projetos para o coletivo: o Site/Portal e o Projeto de Memória, sobre os quais se falará a seguir. Outro acontecimento que marcou esse ano foi a participação dos membros do Museu Treze de Maio na II CONAPIR, pois foram levadas várias demandas apontadas na Carta de Santa Maria, aprovadas por unanimidade nessa Conferência.

²³⁰ Ibid.



Figura 33 – Inauguração da 1ª fase da reforma do prédio do Museu Treze de Maio, 2007
Fonte: Acervo Museu Treze de Maio



Figura 34 – Hugues de Varine conversa com os dinamizadores do Museu Treze de Maio, 12/07/2008

O Museu também foi palco, no ano de 2009, da 21ª Semana Municipal da Consciência Negra e um dos pontos altos foi a exposição fotográfica “Odudua: Yas e Ekedis Negras de Santa Maria”, idealizada por Vilnes Gonçalves Flores Júnior e o fotógrafo Leonardo Moreti. Este foi um dia de festa das mulheres de religião de matriz africana e todos aqueles que foram ao museu comunitário para dividir e apreciar aquela mostra concebida e organizada pelos próprios membros das casas de matriz africana.

Importante também registrar nesta Semana a “roda de lembranças” realizada com antigos sócios do Treze que recordaram, em especial, como se davam as festas e todo o “ritual de preparação para o baile”.

Inspirados na oficina “Roda de Lembranças com os pescadores de Sepetiba”, evento este realizado em 2009, durante a I Jornada Formação em Museologia Comunitária, em Santa Cruz no Rio de Janeiro, é que a equipe do Museu Treze de Maio inseriu, em Santa Maria, a “Roda de Lembranças com os antigos associados do Treze”, que foi realizada no dia 16 de novembro de 2009 (ANEXO E).

Os antigos sócios que nesta ocasião participaram da atividade e deram seus depoimentos²³¹ foram Alcione Flores do Amaral, Sirlei, Jocélia, Petrolina Barbosa Marques, Maiara, Jonbelina da Silva Vargas, José Antonio Xavier, o Toninho e Adão Valdeci Barbosa, o Zico.

Nesta roda de lembranças foi possível resgatar o famoso “pente quente”, “a vaselina”, “a banha” que as mulheres negras passavam no cabelo para ele ficar “lisinho” à moda 1960 e 1970. Este era também um padrão de beleza imposto ao corpo da mulher negra que tinha que usar o “pente quente” para ficar “bonita”, . Petrolina (2009) lembrou que “a Ângela é que cuidava de todas as mulheres negras, pois ela é que tinha o pente quente. E faturava!”

O corpo se impõe como um dos lugares privilegiados de inscrição da identidade, segundo Giacomini (2006), e o cuidado com a aparência, mais que simples capricho ou acessório, torna-se estratégia de um grupo que quer afirmar, de modo conspícuo, que detém determinados atributos de classe raramente associados aos negros na sociedade brasileira.²³²

José Antonio Xavier da Silva, o Toninho (2009), relatou que, em dia de baile no Treze, a preparação começava cedo e as mulheres negras usavam rolinhos no cabelo e podia saber que ao ir ao centro da cidade, com certeza, iria encontrar as “mulheres negras de lenço no cabelo”.

Maiara (2009) lembrou de uma árvore que havia perto da Igreja do Rosário, que era o ponto de parada das mulheres negras antes de chegar no Clube Treze de Maio. Como um ritual, ali tiravam o lenço do cabelo, muitas vezes colocavam o salto alto, pois vinham a pé de suas casas e tinham que permanecer impecáveis. Como

²³¹ RODA DE LEMBRANÇAS. 21ª **Semana Municipal da Consciência Negra de Santa Maria**. DVD1 e 2. Santa Maria-RS, 2009. Entrevistadora: Giane Vargas Escobar. Entrevista concedida ao Banco de Memória do Museu Treze de Maio.

²³² GIACOMINI, 2006. p. 35.

as mães vinham sempre juntas, guardavam seus apetrechos para então prosseguir mais uma quadra e chegar ao Treze como uma rainha.

Não há como não perceber que a aparência cuidada não tem apenas funções positivas, pois ela deve, também, apagar o “estigma da cor”. Como não se trata de mudar a cor, torna-se necessário gerar um efeito que desloque o foco do olhar.

Giacomini (2006) explica que o superinvestimento na aparência, característico deste grupo e pode-se dizer que de todos os Clubes Sociais Negros, além da função normal, acumula aqui uma função de neutralização do estigma. Seria uma espécie de “calibrador”, que procura equilibrar o que é percebido como incongruência ou discrepância entre os dois elementos²³³.

A rigidez da Sociedade Treze de Maio, principalmente para com as mulheres negras, também foi lembrada nos relatos de Alcione (2009) e Petrolina (2009) ao relatarem que “moça não bebia, não fumava”, “os pais vinham nos bailes, queriam saber com quem estavam, dançavam...”, “a luz era muito clara...”. Maiara (2009) lembrou que os pais estavam sempre juntos e que “não podia beijar, se encostar”, “não podia dançar muito, não podia conversar muito com o mesmo rapaz”, “se eu não estava namorando... como ia dançar três vezes com o mesmo rapaz?” Petrolina (2009) disse ainda, “no meu tempo mulher não usava calças... e a primeira vez que ela veio de calças aqui no Treze ficou do lado de fora”. Toninho (2009) relatou também que “quando a gente ia levar a guria em casa, se o pai vinha junto ele não deixava... e a gente respeitava”.

Os convidados lembraram, ainda, a formação dos seus frequentadores: “o Treze ajudou a me formar e em 1972, sete negros prestaram vestibular, dentre eles eu. Eles passaram, foi um grande orgulho para todos... o Treze ofereceu uma festa”, disse Alcione (2009).

Petrolina (2009) ressaltou a forma de vestir dos associados e que “se não estavam adequadamente trajados, disse Toninho (2009) “não entravam no Clube”. Maiara (2009) comentou que “naquela época as mães traziam coisas de casa para comer no baile, montavam um banquete, com muita pizza, coca-cola, bolo e ainda era preparado na cozinha, carreteiro e sopa. Para completar com chave de ouro, ao

²³³ Ibid.

final do baile de carnaval, o Setembrino²³⁴ saía tocando seu sax do Treze até a Saldanha Marinho”.

A alegria, o respeito, o carinho, o prazer de estar entre seus pares, entre famílias que se conheciam e tinham algo em comum foi constantemente lembrado. Pode-se afirmar que havia ali um sentimento de pertença que não era encontrado em outros clubes, pois “aqui todos se conheciam e ao sair do Treze começamos a sentir o preconceito e a diferença”.

O fato é que os depoimentos dos participantes lembraram “aquele tempo que era bom”, “aquele tempo em que éramos felizes”, em que “éramos de fato unidos e amigos”, “o Treze era o espaço de festas e aniversários”, “a Sociedade era nosso segundo lar”, enfatizou Alcione (2009).

Ao falar do abandono do Treze, muitos deles lamentaram e se culparam pelo fim da Sociedade: “O Treze foi terminando aos poucos... a desunião e o pessoal podendo entrar em outros clubes..., os tempos foram mudando...”, “foi muito triste ter terminado porque terminou a união, mas aconteceu aos poucos”, “os velhos começaram a parar e os novos que freqüentavam tinham outras mentalidades, buscavam coisas novas, não preservaram...”, “a culpa foi nossa... podíamos ter acompanhado as novidades, mas deveríamos ter preservado aquele espaço que era nosso, as nossas festas...” Essa foi uma fala unânime entre todos os associados e isto remete a uma reflexão, ou a muitas: Culpados do quê? Das circunstâncias? Do acaso? Da falta de apoio? Do desemprego? Das intempéries? Da sociedade individualista em que se vive?

Assim terminou aquela “roda de lembranças”, momento único de inúmeras sensações e emoções coletivas, de nostalgia explicitada na alegria de estar ali com seus pares, mas ao mesmo tempo um lamento de “saudades daqueles tempos que não voltam mais”.

²³⁴ O Maestro Setembrino muito animou as festas do Treze de Maio com seu saxofone, em especial bailes de carnaval. Coronel aposentado da Brigada Militar de Santa Maria, tocou no Treze de Maio com Jamelão e outras personalidades que vinham alegrar os famosos bailes do Treze.

5 POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E REPARAÇÃO AO POVO NEGRO E PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO AFRO-BRASILEIRO

O *Quinto Capítulo* está centrado nos encaminhamentos finais do 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras, realizado em Santa Maria, nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 2006, expressos na *Carta de Santa Maria*, que apresentou propostas com o objetivo de gerar uma pauta nacional para o poder público e os clubes. Apresentam-se considerações sobre as deliberações apontadas na Conferência de Durban – 3ª Conferência Mundial contra o racismo, a intolerância e a Xenofobia e todas as formas correlatas de discriminação, e os equipamentos governamentais criados para atender às demandas por políticas públicas de promoção da igualdade racial, como a CONAPIR – Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial e a SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Expõem-se, também, os objetivos que delinearam este evento, as perspectivas futuras dos gestores e suas expectativas, as oficinas realizadas com representantes dos Clubes Sociais Negros e os projetos elaborados e encaminhados pós 1º Encontro. Analisa-se ainda a política de preservação do IPHAN, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no que tange ao Patrimônio Afro-Brasileiro e discute-se sobre os mecanismos oficiais e burocráticos para que os clubes sociais negros venham a ser reconhecidos como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, por meio de um novo instrumento criado pelo IPHAN, o INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais.

5.1 A Conferência de Durban na África do Sul e sua revisão em Genebra

Em 2001 aconteceu em Durban, na África do Sul, a 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e Todas as Formas Correlatas de Intolerância. Nesta Conferência, a escravidão e o tráfico de escravos foram reconhecidos como crimes contra a humanidade. O Brasil ratificou a Convenção Internacional pela eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial que prevê programas especiais para a promoção da igualdade de grupos discriminados.²³⁵

Portanto, é a partir destas premissas internacionais que o Estado Brasileiro passa a implementar, mesmo que paulatinamente, políticas de inclusão e ações afirmativas de promoção da igualdade racial, em especial para negros e indígenas, como as cotas nas universidades e a inclusão da disciplina de História e Cultura Afro-Brasileira nos sistemas de ensino - Lei Federal nº 10639/2003²³⁶, alterada recentemente pela Lei 11645/2008, que dá a mesma orientação quanto à temática indígena, as quais não são apenas instrumentos de orientação para o combate à discriminação. São também Leis afirmativas, no sentido de que reconhecem a escola como lugar da formação de cidadão e afirma a relevância de a escola promover a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil o país rico, múltiplo e plural que somos.

Em abril de 2009 em Genebra, na Suíça, aconteceu a Conferência de Revisão de Durban, num contexto muito hostil e conflituoso. Temas controversos como a demanda por reparações para vítimas do tráfico transatlântico de escravos,

²³⁵ SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Conferência de Revisão de Durban**. Brasília/DF. 2009.

²³⁶ Na qualidade de representante do Estado do RS na Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros, Giane Vargas Escobar participou, em 21 de outubro de 2009, em Curitiba/PR, do Seminário Regional para lançamento do *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana*, quando lhe foi entregue um documento que orienta ampla e claramente as instituições educacionais quanto as suas atribuições, considerando que sua adoção ainda não se universalizou nos sistemas de ensino e que há o entendimento que é necessário fortalecer e institucionalizar essas orientações. Este documento foi entregue em mãos e divulgado junto à SMED, a Secretaria Municipal de Educação e à 8ª CRE, a Coordenadoria Regional de Educação de Santa Maria.

diversidade sexual e o conflito árabe-israelense suscitaram posições radicalizadas e ameaçaram a continuidade do processo.²³⁷

Sem dúvida, a Conferência de Durban foi um marco histórico, e sua revisão um desafio para os próximos anos. Houve avanços nas discussões acerca da dinâmica das relações raciais no Brasil, em especial, das diversas formas de discriminação vivenciadas pela população negra, mas sabe-se o quanto ainda se tem a avançar no sentido de colocar estas questões na agenda como prioridade nas políticas públicas do país.

A Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial, a SEPPIR, foi instituída pelo Governo Federal em 21 de março de 2003, data em que também, se relembra o massacre de Shaperville e se celebra o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial.

Essa Secretaria Especial com status de Ministério, criada pela Lei nº 10.678 de 2003, foi um dos caminhos encontrados pelo Governo Brasileiro para superar as desigualdades e reconhecer as lutas históricas do Movimento Negro Brasileiro e de outros segmentos étnicos historicamente discriminados²³⁸. O Ministro da SEPPIR, Edson Santos, na Abertura da Conferência de Revisão de Durban, em Genebra/Suíça, no ano de 2009, assim se manifestou:

Durban reconheceu o conceito político e social de raça e a inexistência de hierarquia entre os seres humanos. A humanidade é composta por apenas uma raça: a raça humana. Não existem diferenças biológicas entre nós, mas existe a manipulação política do conceito de raça como fator de segregação. O conceito pode servir para a superação das desigualdades e das ideologias racistas. A Conferência não pode prescindir dessa conquista. (...) A Conferência de 2001 mobilizou a sociedade brasileira. Metade da nossa população é afrodescendente. Possuímos a segunda maior população negra do mundo e mais de 180 povos indígenas. Somos uma nação multi-étnica e multirracial. A valorização da contribuição que esses povos deram ao País é uma resposta à invisibilidade das vítimas de racismo e de discriminação. Tema de grande importância para o governo brasileiro é também o combate à intolerância religiosa. Estão sendo tomadas medidas de proteção contra a intolerância que atinge em particular os praticantes das religiões de matrizes africanas.²³⁹

²³⁷ SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Conferência de Revisão de Durban**. Brasília/DF. 2009.

²³⁸ Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br>>, acesso em 15/01/2010.

²³⁹ SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, op. cit.

As discussões sobre a diversidade e as políticas de combate ao racismo, à intolerância e xenofobia ainda suscitam as mais variadas polêmicas e hostilidades, fato que se comprovou com a ausência de alguns países nesta Conferência realizada em abril de 2009, como Israel, Estados Unidos, Itália, Austrália, Nova Zelândia, Polônia, Holanda e Alemanha.

Em 2005, aconteceu a I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, e uma das formas de superar as desigualdades raciais existentes no Brasil, por meio da adoção de ações afirmativas associadas às políticas universais, foi a elaboração do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), construído em 2005, embasado nas propostas dessa Conferência e aprovado pelo Decreto nº 6872/2009.

Os Clubes Sociais Negros demarcaram espaço na I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, em 2005, ao aprovarem por unanimidade a realização do 1º Encontro Nacional de Clubes Sociais Negros.

Pode-se afirmar que a participação desse segmento se ampliou na II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (II CONAPIR), realizada em 2009, pois todas as demandas apontadas pelo Movimento Clubista foram inseridas no Relatório Final e aprovadas por unanimidade, sendo assim incluídas na agenda de políticas públicas do país.

Segundo o poeta e escritor Oliveira Silveira (2007), entre as conquistas do Movimento Social Negro estão as chamadas ações afirmativas ou positivas (há quem chame de discriminação positiva, tais como as cotas para negros e indígenas nas universidades públicas. Elas têm caráter ou função compensatória e reparatória, inserindo-se no âmbito maior das reparações ou indenizações a grupos reconhecidamente injustiçados, discriminados, vitimados, que tiveram o seu processo evolutivo interrompido por força da dominação. Condenados à desigualdade, na condição de prejudicados, o caminho da igualdade para eles passa pelas iniciativas de ação afirmativa (da sociedade civil) e pelas políticas de ação afirmativas, propostas pelo Estado, instituições, instâncias governamentais).²⁴⁰

Vítimas de tráfico e escravidão com genocídio – crimes de lesa-humanidade ou contra a humanidade, lê-se na Declaração de Durban – os negros do Brasil e da diáspora, descendentes de negro-africanos explorados pelo colonialismo europeu e

²⁴⁰ DUTRA e QUEVEDO, 2007.

seu desdobramento nos territórios invadidos, têm esse direito inquestionável a reparações e indenização, prontamente concedidas a outras vítimas de crimes contra a humanidade: judeus pelo holocausto judeu-alemão, japoneses por Hiroshima e Nagasaki, libaneses... Já negros e indígenas, vítimas de um holocausto continuado durante séculos, não contam com a presteza dessa “sensibilidade”, registrou Oliveira Silveira no prefácio do Livro *Nas Trilhas da Negritude*.²⁴¹.

5.2. Os Clubes Sociais Negros do Brasil e a aprovação das demandas da Carta de Santa Maria na II CONAPIR 2009

A II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, realizada em Brasília no período de 25 a 28 de junho de 2009, foi um marco histórico para os Clubes Sociais Negros do Brasil, pois deu visibilidade, avalizou e respaldou as principais diretrizes e demandas construídas durante o I Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras realizado em Santa Maria, em 2006.

Em 2005, por ocasião da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, foi deliberada a necessidade de ações que a promover e salvaguardar os espaços dos Clubes e Entidades Sociais Negras, tendo em vista a maior parte desses organismos revela sintomas de debilidade, desestruturação, problemas de gestão e perigo de desaparecimento, a exemplo de tantos que sucumbiram.

Diante deste cenário, é que em 2006, numa iniciativa do Governo Federal, através da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, Museu Treze de Maio e Prefeitura Municipal de Santa Maria ocorreu, neste município, o I Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras.

Neste Encontro foram construídas e deliberadas as principais demandas para a preservação e salvaguarda dos espaços dos Clubes Sociais Negros descritas na “Carta de Santa Maria” (2006); além da constituição de uma Comissão Nacional dos Clubes Sociais Negros, que no decorrer desses anos, vem realizando ações para o encaminhamento das necessidades levantadas e descritas nesta Carta.

²⁴¹ SILVEIRA, Oliveira Ferreira da. *Nas trilhas da negritude: consciência e afirmação*, In: DUTRA, Maria Rita Py e QUEVEDO, Julio (orgs) **Nas trilhas da negritude: consciência e afirmação**. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 2007.

Durante a II CONAPIR, a delegação gaúcha - com representantes de quilombos, clubes sociais negros, comunidades de terreiro e lideranças do movimento negro realizou uma série de reuniões com representantes do Governo Federal e Estadual.

Cerca de 1500 participantes presentes na II CONAPIR 2009 aprovaram na íntegra as demandas apontadas pelos Clubes Sociais Negros, que foram para o Relatório Final da Conferência. Dentre elas destacamos:

I - Garantir o reconhecimento aos Clubes Sociais Negros, como Patrimônio Histórico e Cultural Afro-Brasileiro, com encaminhamento para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN e Fundação Cultural Palmares, conforme os Artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988;

II - Garantir aos Clubes Sociais Negros a implementação de ações afirmativas a serem desenvolvidas nos clubes e sociedades negras, como: inclusão digital, geração de trabalho e renda, esporte, reforço escolar, curso preparatório para concursos e pré-universitário, contemplando a comunidade negra, em todos os níveis de ensino – alfabetização, fundamental, médio e superior;

III - Garantir ao movimento Negro e aos Clubes Sociais Negros capacitação de gestores nas áreas de administração, planejamento estratégico, de museologia comunitária e elaboração de projetos, através de cursos específicos para captação de recursos e o cumprimento da legislação fiscal vigente;

IV - Criar Edital específico para mapeamento do patrimônio material e imaterial dos Clubes Sociais Negros dentro do Programa Nacional do Mapeamento do Patrimônio Imaterial/IPHAN, Cultura Viva - Pontos de Cultura/Ministério da Cultura/MinC;

V - Criar, no Ministério da Ciência e Tecnologia, políticas de ações afirmativas nas instituições de ensino para o Movimento Negro, Clubes Sociais Negros e que contemple os pesquisadores negros com: inclusão digital, geração de trabalho e renda, esporte, reforço escolar, curso preparatório para concursos e pré-universitário, em todos os níveis de ensino alfabetização, fundamental, médio e superior.

5.3 O 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras: as origens do Movimento Clubista

Centralizado em Santa Maria, o processo de preparação ao 1º Encontro de Clubes e Sociedades Negras foi desencadeado em 18/03/2006²⁴². Estabelecidas as linhas de trabalho para o evento, foi acordado que seria de âmbito estadual, seu teor foi definido num projeto encaminhado à *SEPPIR*, tendo como proponente a Prefeitura de Santa Maria e como partícipe o MTM.

O 1º Encontro Estadual de Clubes e Sociedades Negras aconteceu em maio de 2006, na Câmara Municipal de Vereadores, reunindo representantes de Clubes e Sociedades negras de 12 cidades do Estado do RS, desta vez com a presença da ex-Ministra da *SEPPIR*, Matilde Ribeiro. Na ocasião foi aprovada a realização de um próximo encontro, porém em âmbito Nacional.

Nesse sentido, em novembro de 2006, reuniram-se em Santa Maria cerca de trezentas pessoas, de diferentes Estados do Brasil, motivados por convicções e convencimento de pertencer a uma origem comum, lideranças ligadas ao segmento de Clubes Sociais Negros, escolas de samba, quilombolas, casas de matriz africana e grupos afro.

A preparação do segundo encontro no Estado do RS, que depois se nacional, demandou a realização de um mapeamento de clubes do RS. O mesmo foi possível graças ao financiamento da *SEPPIR*, que viabilizou recursos para o transporte e alimentação da equipe organizadora²⁴³.

O 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras²⁴⁴ (ANEXO F) aconteceu nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 2006, tendo como tema: Patrimônio e Potencial. Participaram do evento 53 representantes de clubes do RS e 14 de outros estados (Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro),

²⁴² Participaram desta primeira reunião Dilmar Luiz Lopes, pela Prefeitura Municipal/Coordenadoria de Políticas Públicas para a Comunidade Negra, Giane Vargas Escobar pelo Museu Treze de Maio, Sirlei Terezinha Barbosa pela Associação de Amigos do Museu Treze de Maio, Nara Faleiro pela Sociedade União Rosariense, de Rosário do Sul, e Oliveira Silveira, membro do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial/CNPIR.

²⁴³ A equipe organizadora do 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras contou com os seguintes membros: Dilmar Lopes, Giane Vargas Escobar, Isabel Clavelin, Ivonete Carvalho, Jorge Luis Marinho da Silva, Magda Melo, Maria Rita Py Dutra, Oliveira Silveira, Ronaldo Barbosa, Rubinei Machado, Sátira Machado e Sirlei Terezinha Barbosa.

²⁴⁴ Divulgado no blog www.clubesnegrabr.blogspot.com

juntamente com convidados de outros setores – remanescentes de quilombos, religiosidade (terreiros) e grupo afoxé/bloco afro/escola de samba, totalizando mais de 300 participantes.

Os participantes do encontro pautaram os debates em três eixos: Clubes e Sociedades Negras, Centros de Cultura Afro, Ecomuseus e Museus Comunitários, com o objetivo de promover a visibilidade dos clubes em âmbito nacional, fazer um diagnóstico da situação dos mesmos, com vistas ao fortalecimento destes espaços de memória, identidade e resistência negra, criando uma rede nacional de clubes negros, apontando caminhos²⁴⁵.

Realizar um Encontro deste porte só foi possível graças à unidade das ações da Sociedade Civil, através do Movimento Social Negro local, por meio da equipe de dinamizadores do Museu Treze de Maio, com o respaldo do Poder Público Federal e Municipal.

Pode-se afirmar que três fatores são fundamentais para o êxito de um projeto: vontade de fazer, competência técnica e apoio político. A experiência mostra que esses três ingredientes são essenciais ao bom andamento de qualquer projeto. O 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras foi um verdadeiro avanço para este segmento centenário da população negra, que naquele momento começou a se conhecer e formar uma rede de parceiros, dando início ao intitulado “Movimento Clubista” e a outras redes interclubistas que se formaram.

Pode-se citar o caso do Coletivo de Clubes Sociais Negros, orquestrado pelo integrante da Sociedade Floresta Montenegrina, de Montenegro/RS, Luis Carlos Oliveira, que, estimulado com a descoberta de novos pares passou a realizar atividades e intercâmbios envolvendo inicialmente cinco Clubes da sua região, demonstrando dessa forma unidade, articulação e organização coletiva. Vários eventos passaram a ser organizados por este coletivo, desde o Concurso Negra Mais Brasil, trabalhando com a elevação da autoestima e autoimagem de jovens negras; à construção de um blog (ANEXO G), para dar visibilidade às ações do grupo em âmbito nacional, além da instituição do 1º Troféu Oliveira Silveira (ANEXO H), em homenagem ao idealizador do Movimento Clubista, onde foram escolhidas 10 pessoas, em categorias diferenciadas, que se destacaram em trabalhos em prol dos Clubes Sociais Negros.

²⁴⁵ A Carta de Santa Maria foi divulgada na página de Hugues de Varine www.interaccions-online.com

O mapeamento inicial dos Clubes Sociais Negros do Brasil foi desenvolvido pelos seguintes integrantes: Oliveira Silveira, Giane Vargas Escobar, Rubinei Machado, Sirlei Barbosa, Magda Melo, Ronaldo Barbosa e Jorge Luis Marinho da Silva. Foram estes “militantes do patrimônio”²⁴⁶ que, durante cinco meses, no período de junho a novembro de 2006, se empenharam no desafio de viajar pelos municípios do Estado do RS, durante vários finais de semana, mesmo com poucos recursos, a para descobrir onde estavam os Clubes Sociais Negros deste Estado e qual era a sua real situação.

Nesta primeira e fundamental fase de investigação, financiada pela SEPPIR e Prefeitura Municipal de Santa Maria foram encontrados 43 Clubes Sociais Negros no RS e até o ano de 2009, novas descobertas foram feitas e hoje somam 55 espaços mapeados pelo Museu Treze de Maio.

É necessário ressaltar que Oliveira Silveira foi a “memória viva” desta equipe, pois detinha inúmeras informações tendo em vista o seu conhecimento e relações com o Poder Público, pois era Conselheiro Nacional do CNPIR, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal, bem como as articulações e carisma que tinha com o Movimento Negro Brasileiro, do qual foi ativista durante a maior parte de sua trajetória de vida. O poeta, em seus últimos anos de existência física, manteve contato direto com a equipe do Museu Treze de Maio, através de mensagens eletrônicas e telefonemas semanais informando os lugares e os contatos que deveriam ser feitos no RS e em outros Estados do Brasil. Foi assim que se conseguiu reunir em 2006, em Santa Maria mais de trezentas pessoas e uma significativa representação de gestores de Clubes Sociais Negros de cinco estados brasileiros.

Naquela oportunidade já se vislumbrava a grandiosidade daquela iniciativa e o imenso desafio que estava por vir nos próximos anos. As demandas deste encontro promovido pelo Museu Treze de Maio, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal, a SEPPIR/PR, Prefeitura Municipal de Santa Maria e o Movimento Negro local, foram registradas na “Carta de

²⁴⁶ Segundo Varine são pessoas enraizadas em comunidades locais, sem qualificação formal adaptada, mas vivendo e trabalhando em simbiose com a população de seu território de pertencimento.

Santa Maria (ANEXO I)²⁴⁷, respaldadas e incluídas no Relatório Final da II CONAPIR, a Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, realizada em junho de 2009, em Brasília/DF.

5.4 O Cadastro Nacional de Clubes Sociais Negros

O ano de 2006 foi instituído pelo Governo Federal como o “Ano Nacional dos Museus” e uma das ações deste ano foi o lançamento do Cadastro Nacional de Museus²⁴⁸, desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, no qual o Museu Treze de Maio foi inserido.

Utilizando como fonte de inspiração este modelo, desenvolveu-se o Cadastro Nacional de Clubes Sociais Negros (APÊNDICE A), adaptando os dados de acordo com a realidade “Clubista”, com vistas a dar início ao mapeamento dos Clubes Sociais Negros do Brasil. Este instrumento facilitou o conhecimento da diversidade de Clubes Sociais Negros que hoje fazem parte do Movimento Clubista Nacional.

A colaboração dos membros da Comissão Nacional dos cinco estados envolvidos inicialmente com este processo de mapeamento foi fundamental para o encaminhamento das relações dos Clubes dos estados de SC, SP, RJ e MG e deverão ser aperfeiçoadas, permanentemente, atualizadas na medida em que o trabalho vai tomando força e visibilidade. Sendo assim, se relaciona neste trabalho as cidades aonde se localizam os Clubes Sociais Negros do Estado do RS até então mapeados. (APÊNDICE B).

O RS foi o Estado que mais conseguiu, ao longo de quatro anos, se organizar e sistematizar as informações. Hoje, tem-se um quadro de 55 clubes sociais negros, em situações diversas. Acredita-se que este número deva ser bem maior e, à medida que este movimento vai ganhando visibilidade, mais Clubes podem vir a aderir a esta rede de parceiros.

²⁴⁷ Documento final elaborado pelos representantes dos Clubes Sociais Negros presentes no 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras, realizado em Santa Maria, em novembro de 2006. É documento base, subsídio para apresentação das demandas do Movimento Clubista.

²⁴⁸ Divulgado no site www.museus.gov.br

O Cadastro não foi um instrumento de fácil retorno, tendo em vista que se estava no começo da caminhada em busca de informações em todo o país, em especial no RS. Este se tornou então um dos principais instrumentos de diálogo e “termômetro” para a elaboração dos projetos coletivos pleiteados pela rede Clubista

O Museu Comunitário Treze de Maio, além de ser um processo construído e gerenciado pela comunidade negra, tem a missão de pesquisar, coletar, organizar e sistematizar as informações deste coletivo. Por ser um Museu que não dispõe de recursos públicos para o seu funcionamento diário, muito menos para sua manutenção, muitas vezes, torna-se um grande desafio a gestão dos projetos e o próprio gerenciamento do Museu, já que neste espaço todos são voluntários, mas, acima de tudo, militantes.

O poder público municipal também tem suas responsabilidades na manutenção deste espaço, já que hoje ele é patrimônio da cidade, mas muitas vezes deixa a desejar, não atendendo às expectativas do Museu, ao não liberar, por exemplo, recursos humanos para auxiliar na manutenção deste espaço, que é de interesse público. Estudantes, pesquisadores, estudiosos da causa negra, comunidade em geral buscam ali um referencial para suas pesquisas, teses, mestrados, doutorados, além de ser um espaço que de forma dinâmica interage com a comunidade por meio das oficinas artísticas e culturais que viabiliza para a comunidade. O Museu Comunitário Treze de Maio é um equipamento, um instrumento de desenvolvimento, visibilidade, de afirmação e legitimação dos valores da negritude.

Uma dos desafios encontradas no processo de retorno dos Cadastros foi quanto ao uso de internet por parte dos gestores dos Clubes Sociais Negros. O que para muitos pode parecer um instrumento de fácil acesso, para a maioria dos dirigentes clubistas não é, pois a maior parte deles não dispõe de computador e acesso à internet em seus espaços, tendo que utilizar os seus computadores pessoais para repassar os dados ao Museu, quando dispõe deste equipamento em suas casas.

Os Cadastros são instrumentos que necessitam de atualização permanente, pois devem acompanhar as transformações de cada Clube Social, em especial as trocas de diretoria, os avanços, os projetos realizados.

No ano de 2008 com o respaldo e colaboração da Comissão Nacional, com o auxílio dos acadêmicos que fazem estágios no Museu Treze de Maio, principalmente

da área de História, Ciências Sociais, Jornalismo, foi possível elaborar vários históricos que servirão de subsídio para a construção do Site/Portal, para os Clubes Sociais Negros do Brasil e outras publicações que podem ser geradas a partir destas informações, como, por exemplo, livros, revistas, jornais, cartões postais, dentre outros produtos de divulgação.

Espera-se complementar e ampliar estes dados, em especial, a partir da criação do Site/Portal - www.clubessociaisnegrosdobrasil.com.br.

5.5 O Projeto Site/Portal dos Clubes Sociais Negros do Brasil: acesso, socialização das informações e visibilidade

Este Projeto tem como premissas as demandas apontadas na Carta de Santa Maria, nos itens 9 e 15 para dar visibilidade ao Movimento Clubista Nacional:

9. Criação e manutenção de uma “rede nacional de clubes negros”, para troca de informações e experiências, através do Ministério da Ciência e Tecnologia.

15. Divulgação do Cadastro Nacional de Clubes e Sociedades Negras, através da internet, onde contenha dados como: histórico, nome do clube, data de fundação, endereço, telefone, e-mail, etc.²⁴⁹

O Museu Treze de Maio é o guardião das informações, preservando-as, coletando-as e difundindo-as para os demais clubes sociais negros em âmbito nacional. Esta instituição está na origem do processo de reconstrução, reflexão e implantação de políticas afirmativas, visando a dar continuidade às articulações do Movimento Clubista e SEPPIR, bem como ao legado deixado pela ancestralidade

O Projeto do Site/Portal a exemplo do Projeto de Memória segue as diretrizes apontadas e consideradas prioridade pelo Movimento Clubista Negro. Foi elaborado tecnicamente por Giane Vargas Escobar e inserido no SICONV sob o número 028923/2009 (ANEXO J). Tem como órgão financiador a SEPPIR e como proponente a Associação dos Amigos do Museu Treze de Maio. Esse novo sistema iniciou no final do ano de 2008 e, a partir do final de 2008, todos os projetos ligados ao Governo Federal serão monitorados e gerenciados virtualmente. O convênio foi

²⁴⁹ 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras. **Carta de Santa Maria**. Santa Maria, 2006.

assinado pelo Ministro Edson Santos em 26 de novembro de 2009 e publicado em 26 de janeiro de 2010, estando no aguardo da liberação dos recursos que viabilizará a contratação de empresa especializada com vistas a executar o projeto, que será mantido por 24 meses. A SEPPIR viabilizará o valor de R\$23,6mil; a AAMTM e o MTM darão a contrapartida em serviços e equipamentos, no valor de R\$4,8mil, num total de R\$ 28.480,00 (vinte oito mil quatrocentos e oitenta reais).

A existência de um Site/Portal dedicado especificamente à preservação da memória dos Clubes Sociais Negros do Brasil e sua revitalização na atualidade evidenciará a importante participação do negro na construção social, cultural e econômica do estado e do país, contribuindo para a divulgação de iniciativas individuais e coletivas, aproximação e ampliação dos conhecimentos referentes a esta área. Em âmbito local, pode-se afirmar que este portal virá para provocar uma mudança de comportamento e um novo olhar sobre a história do negro como o articulador e construtor deste país.

Um cadastro atualizado dos clubes, em meio eletrônico, com a possibilidade de comunicar-se e acessar rapidamente às informações representa um espaço para o exercício da cidadania, promovendo visibilidade e protagonismo aos seus agentes, possibilitando vivenciar o sentimento de pertencimento, de identidade, de fazer parte de um grupo, bem como de partilhar as histórias de vida e experiências, constituindo-se em espaços de referência.

Para isso os clubes deverão estar comprometidos com a Política de Promoção da Igualdade Racial, direcionando suas ações para além das festividades, construindo ações que sensibilizem, tragam de volta e insiram a população negra em seus projetos, em especial programas e ações voltados para a juventude negra, no sentido de dar conta também das demandas deste segmento, dessa forma procurando atender os princípios da Lei 10639/03 com a reconstrução e registro da memória individual e coletiva dos clubes e da comunidade negra local.

5.6 O pedido de Registro junto ao IPHAN como Patrimônio Cultural Imaterial e o Projeto de Memória dos Clubes Sociais Negros do Brasil: a salvaguarda de um legado afro-brasileiro

A memória é um direito, é escolha, é eleição, é poder e é essencialmente seletiva, podendo ser utilizada como instrumento de mudança social e

desenvolvimento, a favor do direito ao patrimônio individual ou coletivo ou àquilo que a sociedade elege para ser lembrado ou esquecido.

O poeta e museólogo Mario Chagas (2009), na conferência de encerramento do III Fórum Brasil Memória em Rede-BMR, promovido pelo Museu da Pessoa de São Paulo, afirmou que a memória é uma “ilha de edição” e nós “editamos a memória”. Segundo ele “memória total não existe”. Portanto, elege-se o que se quer lembrar ou esquecer e nesse jogo de lembranças e esquecimentos vão se construindo as narrativas que permanecem ou que jamais serão lembradas.

É impossível conceber o problema da recordação e da localização das lembranças quando não se tomam como ponto de referência os contextos sociais que servem de baliza a essa reconstrução que chamamos memória, alerta Halbwachs (2006).

Na atualidade os Clubes Sociais Negros, muitos centenários, reivindicam o direito à memória e ao reconhecimento de um importante segmento da população afro-brasileira na história deste país, ou seja, os espaços de sociabilidade e solidariedade construídos pelos negros, em especial no período pós-abolição.

No passado estes espaços cumpriam a missão de fazer aquilo que o Estado lhes negava, ou seja, o direito a uma boa educação, o direito ao lazer, o direito a um funeral e envelhecer com dignidade, o direito a conviver em sociedade, o direito à liberdade.

Toda memória pressupõe registro, materializado até mesmo no próprio corpo. É necessário guardá-la em diferentes tipos de suporte (livros, áudio, vídeo, fotografias, catálogos, cds, dvs, documentários, internet, etc) deixando, assim, registradas as experiências, os saberes, as sensações, as emoções, os sentimentos que são importantes para uma determinada comunidade, num determinado tempo.

O pedido de Registro dos Clubes Sociais Negros como Patrimônio Imaterial Brasileiro e sua inclusão no “Livro de Registro dos Lugares de Memória” do IPHAN, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi encaminhado em 13 de maio de 2009, em Brasília, pela Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros, representada por Oliveira Silveira (in memoriam), pois faleceu em janeiro de 2009 (Interlocutor/RS); Giane Vargas Escobar (Diretora Técnica do Museu Treze de Maio/RS); Kelly Cardozo (Historiadora e Gestora do Instituto Mundo Velho/MG); Kelly Cristina da Silva (Presidenta do Clube 28 de Setembro/SP); Armando Farias (representante dos Clubes Sociais Negros Catarinenses-SC); Luis Alberto da Silva

(Presidente da Sociedade Cultural Beneficente Floresta Aurora/RS); João Carlos Martins (Diretor Cultural do Renascença Clube/RJ) e Renata Melo Barbosa do Nascimento (Assessora Técnica e Cultural da SEPPIR). Nessa mesma oportunidade, foi solicitada ao IPHAN autorização para utilizar a Metodologia do INRC, o Inventário Nacional de Referências Culturais.

Em 18 de abril de 2009, o Museu Treze de Maio foi sede do 4º Encontro Estadual de Clubes Sociais Negros/RS. Oportunidade em que se receberam representantes de Clubes Sociais Negros do RS, alunos do Mestrado em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria, acompanhados dos seus professores, e a técnica e historiadora do IPHAN no RS, Beatriz Muniz Freire, que ministrou palestra intitulada "*A política de preservação e a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil*", que abordou a trajetória da política de preservação e a recente criação do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial no Brasil.

Os principais pontos destacados pela técnica do IPHAN foram a política de preservação adotada pelo IPHAN, fazendo uma trajetória desde 1937, com a instituição do anteprojeto elaborado por Mário de Andrade; definição de Tombamento, que é um ato institucional que protege o bem cultural da destruição ou descaracterização, ressaltando que apenas bens materiais podem ser tombados, e que o ato não interfere na propriedade, e que para o IPHAN fazer a restauração/preservação é necessário que o dono do bem comprove não ter condições para tal. Beatriz destacou, ainda, que, até os anos oitenta, a política de preservação do patrimônio brasileiro estava voltada para a elite social e política brasileira. A partir da gestão de Aloísio Magalhães, a salvaguarda do patrimônio e cultura imaterial começou a ser gestada e é concretizada através do Decreto 3.551/2000 que cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e, conseqüentemente, a cultura popular passa a ser contemplada, através de seu Registro no IPHAN. Nesse mesmo ano, o IPHAN também consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC.

O INRC é um instrumento de conhecimento de bens culturais de qualquer natureza. Fazer um inventário é fazer um levantamento, uma listagem dos bens de uma pessoa. Neste caso, pretende-se utilizar a metodologia desenvolvida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ou seja, através do Inventário, que constitui uma das bases para as novas políticas de patrimônio

imaterial, documentar aspectos da vida social, saberes e modos de fazer, formas de expressão, celebrações e “lugares”, que são referências de identidade para determinado grupo ou comunidade.

Segundo Márcia Santana (2009), Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan:

Os bens selecionados para registro serão, à semelhança dos bens tombados, inscritos em livros denominados respectivamente: *Livro de registro dos saberes* (para o registro de conhecimentos e modos de fazer), *Livro das celebrações* (para as festas, os rituais e os folguedos), *Livro das formas de expressão* (para a inscrição das manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas), e *Livro dos lugares* (destinado à inscrição de espaços onde concentram-se e reproduzem-se práticas culturais coletivas).²⁵⁰

Com o Registro, almeja-se garantir a preservação, em âmbito nacional, de todos os Clubes Sociais Negros do país, com vistas a sua salvaguarda, manutenção e reconhecimento por parte do estado de que eles são legítimos “lugares de memória” e empoderamento da comunidade negra.

Santana (2009), ainda ressalta que “ao considerar a dinâmica dessas manifestações e com o objetivo de acompanhar suas transformações, prevê-se que o registro seja feito, no mínimo a cada dez anos.”

A partir dos relatos dos representantes dos Clubes Sociais Negros, em 2009, a pesquisadora do IPHAN/RS, Beatriz Muniz Freire percebeu que os mesmos têm problemas imediatos que necessitam de respostas urgentes, mas que também deveria existir um projeto de futuro para os clubes. Esta constatação foi uma das reivindicações pautadas na 1ª Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial realizada em Porto Alegre, em 2005, e foi justamente o que motivou a realização do 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras em 2006, e a posterior realização de projetos coletivos, que dessem conta de demandas coletivas, como, por exemplo, a criação de um site, promovendo a visibilidade nacional; um Projeto de Capacitação para os Gestores dos Clubes Sociais Negros e um Projeto de Levantamento, Registro e Memória dos Clubes Sociais Negros de todo o Brasil, com vistas à elaboração de um Plano de Salvaguarda para estes espaços.

Embora Beatriz tenha afirmado que “o tombamento não é a resposta para os problemas imediatos dos Clubes Negros”, até porque o processo de tombamento

²⁵⁰ SANT'ANNA, 2009. p. 56.

SANT'ANNA, Márcia. A face Imaterial

demanda tempo, no caso do Museu Treze de Maio, foi a primeira ação reivindicada pela comunidade interessada ao poder público, que garantiu a sobrevivência do “Treze” até os dias de hoje. Foi um processo demorado, que demandou uma farta documentação e levou dois anos para se efetivar (2002-2004), mas que agregou à edificação um valor ainda maior do que aquele que já lhe é intrínseco, o valor de ser reconhecido como Patrimônio Histórico e Cultural da cidade de Santa Maria e, a partir desta ação, fazer com que o poder público também olhasse para aquele lugar, assegurando políticas públicas de manutenção e acesso.

A relação entre a comunidade e o poder público é um dos pontos nevrálgicos da administração conjunta do Museu Treze de Maio, comunidade interessada e poder público, muito bem constatado pela sua equipe de dinamizadores, que se reuniram em fevereiro de 2009 para elaborar o seu Planejamento Museológico, pois, muitas vezes, o que parece estar muito bem escrito não é o que se vê na prática, tendo em vista a falta de empenho e vontade política, explicitada por muitos gestores públicos, em especial, quando se trata de um museu comunitário voltado para as questões da comunidade negra.

Conforme a Historiadora do IPHAN, o Registro é, sem dúvida, a melhor escolha para os Clubes Sociais Negros como visibilidade da presença negra no Rio Grande do Sul, também podendo fazer o Registro da prática do que acontece dentro do prédio, não impedindo que aconteça o tombamento da edificação ao mesmo tempo. O Registro é um ato de reconhecimento e estabelece um compromisso por parte do Estado, adotando planos de salvaguarda do patrimônio. O tombamento deve ser estudado individualmente, pois, ao presenciar a problemática apresentada pelos gestores dos clubes negros, Beatriz indicou, como primeira medida, uma oficina de gestão como excelente apoio para a manutenção dos clubes.

Um bem é registrado não necessariamente pelo lugar físico, material, mas pelas narrativas e práticas que ali aconteceram, afirmou Beatriz. A historiadora disse que esta é uma metodologia flexível, que pode ser alterada ao longo do trabalho e que procura obter informações com os grupos envolvidos através da convivência, permitindo serem contratadas pessoas da localidade, ou seja, um agente local que vai auxiliar os pesquisadores. Beatriz ressaltou, ainda, que durante a pesquisa do “massacre de Porongos” foram encontrando alguns clubes negros, sendo que o grupo de pesquisadores entendeu que era urgente uma pesquisa sobre esses

espaços, mas que naquele momento o IPHAN deveria focar na pesquisa à que se propuseram.

Pautado em todas essas necessidades, o Museu Treze de Maio, após tratativas com a assessoria da Deputada Federal Luciana Genro (PSol), através da advogada Sandra Feltrin de Santa Maria, aprovou, em novembro de 2008, uma emenda parlamentar no valor de R\$500mil (ANEXO K) para o orçamento de 2009, de acordo com a dotação orçamentária da Fundação Cultural Palmares, a fim de dar início ao levantamento dos Clubes Sociais Negros em cinco estados brasileiros (RS, SC, MG, SP e RJ). Para isso também foram necessárias inúmeras articulações políticas e técnicas junto aos gestores envolvidos, mostrando a importância deste projeto para o público alvo e para a sociedade, a fim de garantir uma contrapartida em recursos, o que foi sinalizado positivamente pela Prefeitura Municipal de Santa Maria, atual gestão Cezar Schirmer, que assinou um Termo de Compromisso, aportando o valor de R\$42mil (ANEXO L).

Em resposta ao pedido para utilização do INRC, o IPHAN encaminhou em 1º/06/2009 o Ofício nº 097/09 – GAB/DPI/IPhan (ANEXO M), informado que “encontra-se à disposição para apoiar ações voltadas para a salvaguarda do patrimônio cultural relativo aos Clubes Sociais Negros do Brasil”. Nesse documento o IPHAN informou sobre os trâmites relativos ao uso do INRC e encaminhou a Instrução Normativa nº 001/2009, de 02 de março de 2009, que dispõe sobre as condições de autorização de uso do Inventário Nacional de Referências Culturais. O IPHAN solicitou, ainda, um plano de trabalho simplificado relativo ao objeto a ser inventariado, bem como requerimento contendo dados em detalhes e informações sobre a equipe técnica e instituição responsável pela execução do Projeto, com a devida assinatura de Termo de Responsabilidade.

Sendo assim, o Museu Treze de Maio protocolou pela segunda vez, com todos os documentos solicitados, junto à 12ª Superintendência do IPHAN/RS, em Porto Alegre, em agosto de 2009, a autorização para utilizar a metodologia do INRC, e o “Projeto de Levantamento, Registro e Memória dos Clubes Sociais Negros do Brasil” foi inserido no SICONV, com gerenciamento da Fundação Cultural Palmares, em 14 de agosto de 2009, vindo dessa maneira, ao encontro das necessidades que o IPHAN constatou.

Em 05 de novembro de 2009 a Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros recebeu o Ofício-Circular nº 002/09 – GAB/DPI/Iphan (ANEXO N), encaminhado pela

Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial do IPHAN, Márcia Sant'Anna, informando que foi aberto neste Departamento do Patrimônio Imaterial o processo nº 01450.007019/2009-98, referente ao pedido de Registro dos Clubes Sociais Negros do Brasil no “Livro de Registro dos Lugares do IPHAN”. A abertura deste processo foi considerada pela Comissão Nacional uma das maiores conquistas deste grupo e posteriormente socializada com os demais gestores do país.

O processo de reconhecimento teve, então, seu início e o desafio agora era agilizar o Projeto de Memória, que se encontrava em tramitação junto à Fundação Cultural Palmares e ficar atento para as comunicações e deliberações do IPHAN que ainda estavam por vir.

Em 10 de dezembro de 2009, o Ofício nº 234/09 – GAB/DPI/Iphan (ANEXO O) reafirma a abertura do Processo descrito em documento anterior, referente ao pedido de Registro dos Clubes Sociais Negros no “Livro dos Lugares de Memória do Iphan”, que agora passa a fazer uma série de considerações e questionamentos, solicitando a complementação da documentação e das informações iniciais enviadas.

Respondendo a esse Ofício, a Comissão Nacional encaminhou, em 29 de dezembro de 2009, resposta ao IPHAN informando que estava em vias de dar início ao “Projeto de Levantamento dos Clubes Sociais Negros do Brasil como Lugares de Memória: Cidadania, Inclusão e Preservação do Patrimônio Cultural Imaterial Afro-Brasileiro” e será a partir desta pesquisa, que será realizada em 5 estados do país (RS, SC, SP, RJ e MG), que se poderá responder aos questionamentos deste organismo responsável por reconhecer e Registrar em Livro adequado, o Patrimônio Material e Imaterial do Brasil.

Maria Eugênia Malagodi e Fábio de Sá Cesnik (2004) ao abordarem o processo da criação de um projeto cultural ressaltam que “é necessário, naturalmente, que esteja inserido no contexto do projeto ou da arte que se pretende mostrar. Isso quer dizer o seguinte: para se fazer pão é preciso ser padeiro”. Embora se saiba que inúmeros projetos são realizados por agentes que estão de fora do processo e nem por isto eles deixam de serem aprovados e aportados recursos, porém sabemos o quanto é doloroso para aqueles que são o público alvo de um projeto, quando não são consultados ou quando “outros” decidem o que é melhor para “nós”.

O Projeto intitulado “Levantamento dos Clubes Sociais Negros do Brasil como Lugares de Memória: Cidadania, Inclusão e Preservação do Patrimônio Cultural Imaterial Afro-Brasileiro” (ANEXO P) foi incluído no SICONV em 14/08/2009, sob o número 059151/2009.

Este projeto foi ao longo do ano de 2009, amplamente discutido e legitimado pelo Movimento Clubista Negro. Constitui-se em desafio para os dirigentes clubistas, movimento negro, pesquisadores e Estado, pois é a “demanda número um” da Carta de Santa Maria, que deverá ser implementada para que posteriormente o IPHAN, conjugado às necessidades dos dirigentes clubistas, proceda ao Registro e a elaboração de um Plano de Salvaguarda para esses lugares.

5.7 Os Encontros do Movimento Clubista Negro do Estado do Rio Grande do Sul: aproximar para fortalecer projetos, lembranças e ações

Se as pessoas e fatos não estão no contexto de nossas preocupações, não serão lembradas. Um grande número de lembranças são recordadas porque outros as fazem recordar e se se recordam é porque fazem parte de um grupo, e mesmo a distância, são influenciadas por esse grupo. Quanto mais os grupos que se tocam se distanciam ou quanto mais numerosos são eles, mais a influência de cada um é enfraquecida, é o que Halbwachs (2006) explica ao falar de memória coletiva e a constante necessidade de não se distanciar para não enfraquecer.²⁵¹

O Movimento Clubista Negro do Estado do RS foi um dos mais atuantes do país no que se refere à organização, sistematização e encaminhamentos de propostas para o coletivo de Clubes em âmbito nacional. No período de 2006 a 2009 foram realizados seis Encontros no Estado do RS, com recursos dos próprios gestores clubistas, que culminaram com intensas discussões do grupo que se reuniu para tratar de interesses coletivos.

Santa Maria foi o palco do **1º Encontro Estadual de Clubes e Sociedades Negras**, e a Câmara de Vereadores acolheu naquela oportunidade cerca de 15 representações de Clubes Negros do Estado do RS, que ali estiveram para dar início

²⁵¹ HALBWACHS, 2006.

àquela construção que contou com a presença da ex-Ministra Matilde Ribeiro. Foi no dia 10/05/2006 que a ex-titular da SEPPIR, Matilde Ribeiro, como Ministra da Igualdade Racial, aprovou o Projeto do **1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedade Negras**, que viria acontecer alguns meses depois em Santa Maria.

No ano de 2008, a SEPPIR promoveu e financiou oficinas, que foram realizadas no RS (07 e 08/06/08), SC (14 e 15/06/08), RJ, MG, SP (28 e 29/06/08) e estas apontaram o RS e a cidade de Santa Maria para sediar o II Encontro Nacional de Clubes Sociais Negros. Porém, o grupo de Santa Maria, após reunião coletiva, decidiu abrir para outros Estados a oportunidade de sediar este evento, deslocando o olhar para outros lugares que também necessitavam de apoio governamental, em especial, para o mapeamento, pois aqui no RS foram dados os primeiros passos. Nesse sentido, é que o II Encontro Nacional passou a ter como sede a cidade de Sabará, em Minas Gerais.

No dia 23/08/08 a cidade de Pelotas/RS foi o ponto do **3º Encontro de Clubes Sociais Negros do RS**. O evento foi realizado no tradicional Clube Cultural Fica Ahí Pra Ir Dizendo e contou com a presença de autoridades locais, estaduais, membros da Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros, bem como uma significativa representação de Clubes Sociais do Estado do RS. Nesse Encontro foram delegadas atribuições a cada dirigente clubista e reforçado o pedido para que os mesmos encaminhassem seus Cadastros devidamente preenchidos ao Museu Treze de Maio, além das discussões sobre o novo formato de organização dos Clubes Sociais Negros e da necessidade urgente da adequação dos seus Estatutos ao Novo Código Civil.

Já o **4º Encontro Estadual de Clubes Sociais Negros**, realizado em Santa Maria/RS no dia 18/04/2009, foi a oportunidade de os representantes de clubes se apropriarem de informações importantíssimas para as decisões coletivas e urgentes que estavam por vir, quando então foi viabilizado um rico material (livro, cd e dvd) sobre o inventário de Porongos, doado pela técnica e historiadora do IPHAN, Beatriz Muniz Freire. Além das informações acerca de Patrimônio Material e Imaterial, tombamento e Registro.

A palestra intitulada "A política de preservação e a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil", ministrada por Beatriz Muniz Freire, delineou um caminho a ser seguido na busca constante pelo reconhecimento dos Clubes Sociais Negros do Brasil como Patrimônio Cultural Imaterial Afro-Brasileiro. Naquela

oportunidade também foram discutidos e apresentados os Projetos do Site e de “Registro das Histórias e Memórias dos Clubes Sociais Negros do Brasil: cidadania, inclusão e preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro”.

O **5º Encontro Estadual de Clubes Sociais Negros do RS** aconteceu na sede da Sociedade Cultural Beneficente Floresta Aurora de Porto Alegre/RS, em 1º/08/2009. A principal pauta foram os relatos dos gestores de Clubes Sociais Negros que participaram da II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a CONAPIR, realizada em Brasília, preparação e sugestões de programação para o II Encontro Nacional de Clubes Sociais Negros, em MG, bem como a necessidade urgente de se agilizarem os Projetos que se encontravam em andamento, como o do Site, de Gestão e o de Memória.

O **6º Encontro Estadual de Clubes Sociais Negros** foi realizado na Associação Satélite Prontidão, em Porto Alegre/RS, em 26/09/09. Ali foi definida a Delegação do RS que se fez presente no II Encontro Nacional, em MG, bem como escolhidos, por meio de voto, os dois representantes do Estado do RS, que estarão à frente da Comissão Nacional nos próximos anos. Nesta oportunidade também foi definida a posição dos gestores quanto ao formato de organização do Movimento Clubista, porém a maioria entendeu que ainda não era o momento de constituir uma Federação ou Confederação de Clubes, conforme proposta apresentada.

Nesse sentido, foi unânime, entre os presentes, que esta ideia deveria ser amadurecida, sistematizada e amplamente discutida em Sabará-MG, e a opção escolhida foi pela manutenção do formato que vem sendo trabalhado desde 2006, ou seja, através de representantes de cada Estado em uma Comissão Gestora Nacional de Clubes Sociais Negros.

6 CONCLUSÃO

A resiliência consiste no equilíbrio entre a tensão e a habilidade de lutar, de atingir outro nível de consciência que nos traz uma mudança de comportamento e a capacidade de lidar com os obstáculos pessoais e profissionais. A capacidade de resiliência da população negra, que foi vítima de crime lesa-humanidade, de um verdadeiro genocídio, que foi a engenharia da escravidão, passou por todo um processo de branqueamento e de negação das suas origens, tem possibilitado que o povo negro reconquiste aos poucos a sua autoestima e autoimagem positivas, contrariando o discurso racista ainda tão presente na sociedade brasileira.

A marginalização legalizada do povo negro impediu que a maioria pudesse ser um trabalhador livre. O que fez com que este povo liderasse as estatísticas dos bolsões de miséria nas vilas e favelas, sem direito à saúde, à educação, à moradia digna, ao trabalho, ao lazer e fosse proibido, por lei, de ter acesso à terra e aos mecanismos de mobilidade social.

Assim, pode-se afirmar que o povo negro, além de resistente, é “resiliente”, termo que vem da Física e significa a capacidade humana de superar algo drástico, tirando proveito dos sofrimentos inerentes às dificuldades, sem prejuízo para o desenvolvimento. Segundo o dicionário Houaiss (2008), resiliência é a “propriedade que alguns corpos têm de retornar à forma original após terem sido submetidos a uma deformação”. É a capacidade de se adaptar à má sorte e às mudanças. Este conceito também é trabalhado nas áreas da saúde, finanças, indústria, sociologia e psicologia. Pode-se dizer que é a arte de transformar um problema em energia criativa, ou popularmente falando, “transformar um limão em uma limonada”, a arte de “sacudir a poeira e dar a volta por cima”.

Este “voltar ao original” pressupõe voltar transformado, ressignificado, revigorado, reinventado, e este povo, apesar de todas as adversidades a que foi submetido, conseguiu avançar, implantar ações afirmativas como cotas nas universidades, obter o reconhecimento e inclusão do dia 20 de Novembro no calendário nacional como Dia Nacional da Consciência Negra, bem como tornar obrigatório o estudo da cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares, embora a aplicação da Lei 10639/03 seja disforme, truncada e o próprio Estatuto da Igualdade Racial, abortado em suas principais demandas, continue a insistir, a persistir em busca de igualdade de direitos.

Os Clubes Sociais Negros são um exemplo de resistência e resiliência, pois romperam com os padrões da sociedade ao sair da inércia que os mantinha isolados, ao constituir uma “elite negra empoderada”, que construiu monumentos com suas próprias mãos, ao se fazer enxergar por aqueles que não os queriam ver em um mesmo patamar, nem dividir os mesmos espaços, que não queriam que fossem cidadãos e muito menos que desfrutassem dos mesmos direitos.

Apesar de algumas correntes do Movimento Social Negro colocarem os frequentadores e dirigentes dos Clubes Sociais Negros em um patamar diferente, estigmatizando-os como uma “elite negra alienada”, não foi este o papel dos Clubes Sociais Negros. Foi por meio da festa, da “negociação” e da organização política existente no interior destas agremiações, que os dirigentes negros conseguiram se manter e resistir até os dias de hoje, e pode-se afirmar, ainda, que esses clubes constituem um dos segmentos mais organizados da comunidade negra brasileira, sob o ponto de vista da materialidade, pois todos os monumentos construídos, mesmo antes da abolição, foram desde o princípio precedidos por Estatutos e Regimentos internos devidamente registrados em Cartório, conforme o “padrão” de cada período, com estruturas rígidas de comportamento e de organização. Embora aos moldes de uma sociedade branca, estes espaços encontraram a sua “maneira negra” de dizer que estavam naquela sociedade, naquela época, naquele mundo, tornando-se visível pela criatividade e competência, autoafirmando-se e mantendo uma identidade coletiva e um sentimento de pertença a um determinado grupo, que se reunia em prol de um objetivo, de um fim.

Para entender melhor o pensamento atual dos dirigentes clubistas na contemporaneidade, elaborou-se um questionário (APÊNDICE C) que foi aplicado no mês de dezembro e janeiro de 2010. Alguns entrevistados, quando questionados

sobre a militância em alguma organização do Movimento Negro, não associaram o seu Clube a esse movimento político de resistência negra. E alguns até perguntaram se poderiam colocar o Clube nesta questão. Isso significa que ainda não há um consenso de que estes lugares são essencialmente espaços políticos, talvez, porque seu caráter festivo, de recreação e lazer, mascare uma faceta que foi fundamental para a origem e continuidade destes espaços centenários, a organização política da comunidade negra.

É unânime o desejo dos gestores dos Clubes Sociais Negros por políticas públicas que deem conta da imensa desestruturação a que estão submetidos estes territórios criados pela comunidade negra nos séculos XIX e XX e que hoje urge iniciativas que lhes permitam dar continuidade a um legado que se considera Patrimônio.

A ação mais urgente e importante apontada por todos os dirigentes Clubistas, é o reconhecimento dos Clubes Sociais Negros como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, pois, a partir desta ação, almeja-se a criação de um Plano de Salvaguarda para os acervos materiais e imateriais, as edificações, histórias e memórias da população negra.

A maioria dos gestores dos Clubes Sociais Negros está ciente de que o Estado e a sociedade civil não andam no mesmo compasso e que as demandas desta são urgentes, ao passo que o Estado “ao invés de evoluir para um conceito e uma estratégia no sentido de constituir uma rede universal de proteção social que explicita o dever do Estado na garantia de direitos sociais, retrocede a uma concepção de que o bem-estar pertence ao âmbito do privado, ou seja, as famílias, a comunidade, as instituições religiosas e filantrópicas devem responsabilizar-se por ele, numa rede de “solidariedade” que possa proteger os mais pobres.”²⁵²

Os Clubes Sociais Negros surgem no passado exatamente neste ponto, pois desde lá o Estado delegou esta responsabilidade para a comunidade negra, ou seja, grosso modo “lavou as mãos”, deixou esta parcela da população à margem de políticas públicas de educação, de saúde, de lazer e de sociabilidade, atribuindo ao povo negro a tarefa de se autossustentar e tirar do próprio bolso tudo aquilo que seria dever do próprio Estado, que ainda deixa a desejar, já que os programas, projetos e ações deste setor ainda são morosos e não atendem às expectativas,

²⁵² MONTANÕ, 2008.

anseios e caráter emergencial de uma maioria. Quando surgem os projetos com recursos públicos ou privados, estes também ficam nas mãos de alguns organismos do terceiro setor, incluindo pouquíssimos Clubes Sociais Negros, que muitas vezes não têm o suporte técnico e de infraestrutura para gerenciá-los, já que a estrutura burocrática do Estado é complexa, engessada e aí fica fácil transferir para a sociedade civil a “culpa” por, muitas vezes, estes recursos se perderem no meio do caminho. A “incompetência” então é associada aos poucos gestores que, de forma abnegada, muitas vezes com recursos próprios, ainda conseguem articular-se e buscar parcerias com instituições de fomento e com muita sorte conseguem executá-los.

Nesse sentido, outra ação importante e urgente, que deve estar na pauta do Estado, é um curso de gestão para os dirigentes clubistas, que precisam se apropriar dos mecanismos burocráticos na área de elaboração de projetos e fomento. Em resposta à questão 10, que versou sobre as principais e mais urgentes ações que devem ser implementadas pelo Estado Brasileiro, para dirimir os problemas enfrentados pelos Clubes Sociais Negros, e qual o papel dos gestores e frequentadores destes espaços neste contexto, respondeu Kelly Cristina da Silva (2010) do Clube 28 de Setembro de São Paulo

As principais e mais urgentes são a implantação de Curso para Capacitação no sentido Administração, Direção e Gestão dos dirigentes desses espaços, com informação de elaboração de projetos, requerimentos de pedido de Emenda Parlamentar nas esferas estaduais e federais, pedidos de Lei de Diretrizes Orçamentárias, formação de convênios que possam ser utilizados para reforma e manutenção desses espaços muitos deles centenários. O papel principal dos gestores e frequentadores desses espaços é não deixar a cultura negra morrer.

Quanto a esta mesma questão se posicionou Leiriane Barbosa (2010) da Sociedade Floresta Aurora de Porto Alegre/RS

Acredito que em primeiro lugar, os Clubes Sociais Negros devam estar unidos e coesos em seus atos, para se sentirem fortalecidos e respaldados uns pelos outros, e então pleitearem junto aos órgãos competentes do governo, o reconhecimento, **urgentíssimo**, como patrimônio histórico e cultural do povo que erigiu esta nação; suporte jurídico para rever ações que estão levando os clubes a fecharem suas portas; suporte financeiro para que os clubes tornem-se agentes de ações afirmativas, transformando-os em **pontos de cultura**, através de edital específico; determinar e dar infra-estrutura para que cada um desses espaços abrigue as suas memórias que são as memórias de cada cidadão afro-brasileiro, teria outras sugestões, mas creio que estas três norteiam as demais.

Quanto aos dirigentes, devem ter uma postura menos paternalista e uma visão mais política e empreendedora, abrindo espaço para uma maior interação entre freqüentadores e gestores, pois na verdade o clube deve contemplar os interesses de seu público, adequando as sugestões à sua realidade.

Nas palavras de André Costa Brizolara Cardozo (2010) do Clube Braço é Braço, de Rio Grande/RS, se traduz muito da vontade do Movimento Clubista Nacional, em resposta à questão 10, ao dizer:

Na realidade o governo brasileiro deve tornar os clubes patrimônio histórico nacional nos dando uma real contribuição onde juntos podemos ter varias ações para o desenvolvimento cultural de nossa gente não sendo somente clube social, para poderemos ter grandes projetos para desenvolvimento social cultural de nossa juventude abrindo um grande espaço para desenvolvimento intelectual desta juventude que esta perdida. E os clubes negros tem esta proposta.

Outro aspecto importante é em relação à manutenção, à especulação imobiliária e ao interesse constante de empresários em comprar os prédios dos Clubes Sociais Negros, que hoje se encontram nos grandes centros urbanos, em locais privilegiados e de intenso interesse comercial. Eduardo Paulino Farias (2010), da Sociedade Novo Horizonte de Florianópolis-SC, quando questionado sobre a importância dos Clubes Sociais Negros para a constituição e afirmação das identidades dos grupos afro-brasileiros na atualidade, relata:

É muito grande, pois hoje é difícil manter uma entidade negra, pois os recursos são escassos, hoje existem vários locais para lazer e entretenimento, então manter estes espaços é de uma importância fundamental, para as futuras gerações, porque com o crescimento urbano e populacional os espaços se tornam cobiçados por empresas interessadas em terrenos ou sedes dos clubes negros que nos dias de hoje estão na sua maioria, nos centros das grandes cidades, no entanto no passado eles se localizavam nos lugares distantes dos grandes centros nas chamadas periferias ou no interior dos municípios. Com o crescimento das cidades se tornaram empreendimentos nos grandes centros ou no centro de alguns municípios, então é grande o desejo por parte dos empresários a compra de sedes e terrenos das entidades negras. Como são sabedores das dificuldades de nossas entidades, é comum ter pessoas fazendo propostas de compras e forçando o fechamento para uma possível compra. Então temos sempre que estar alerta.

Perda lamentável aconteceu com a centenária Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense, de Rosário do Sul-RS, fundada em 1º de maio de 1915, local simbólico e de grande estima do poeta e escritor Oliveira Silveira, que

naquela cidade nasceu e que muitos esforços empreendeu para que não fosse este o fim daquele espaço. Porém, apesar dos esforços dos seus gestores e da comunidade negra interessada, ela foi leiloada e vendida em 2009, por conta de dívidas trabalhistas. O casarão, localizado ao lado do Teatro João Pessoa, no centro de Rosário do Sul, foi arrematado por um valor irrisório. O empresário que o comprou declarou em jornal: “ainda não tenho planos do que farei no local”²⁵³.

Certamente este empresário saberá dar um destino para esta edificação em pleno centro da cidade, já que o comprou por um valor que seria no mínimo três vezes mais. Este valor, que para ele significa apenas mais um “empreendimento lucrativo”, para a comunidade negra não tem preço, conforme relatou o seu último Presidente: “Foi uma decepção. A sede terminou, mas a história do clube continua. Pensamos em reerguer uma nova sede – explica Adão Ramires da Silva Machado, que preside a Sociedade há seis anos”.

Com a realização, em novembro de 2006, do 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras, em Santa Maria-RS, foi possível constatar um significativo número de clubes desativados, ou em funcionamento precário, tentando retornar às atividades, buscando oportunidades de revitalização.

A perspectiva de os Clubes Sociais Negros – especialmente os detentores de espaço físico próprio – serem palco para as ações afirmativas destinadas ao grupo étnico afro-brasileiro converteu-se em expectativa muito animadora. Cabe ressaltar que estes homens e mulheres negras construíram um patrimônio, romperam com a sociedade brasileira ao se mostrarem e se organizarem em Clubes Sociais Negros, reafirmando tudo aquilo que a sociedade lhes negava, e que eles faziam ecoar a cada festa, a cada recurso conquistado para compra de cartas de alforria, a cada negro e negra que se formava ou que era alfabetizado. Esses espaços são um legado afro-brasileiro que merece ser preservado pelo seu valor afetivo, simbólico, material e imaterial.

Os Clubes Sociais Negros ainda se mantêm em sua maioria com gestores negros, que, de forma abnegada e autodidata, tentam conservar os espaços físicos, quase sem nenhum apoio efetivo do poder público, que, por sua vez, não é comprometido com a história dos negros e indígenas de nosso País, nem tampouco com a de sua cidade, fazendo-se presente nestes espaços em atividades pontuais,

²⁵³ Jornal Diário de Santa Maria-RS, 1º e 2 de agosto de 2009, p. 18. Geral: “De Saída, depois de cem anos”.

com propósitos meramente eleitoreiros, em períodos de campanha. Contraditoriamente este poder público, que deveria ser parceiro, muitas vezes é o próprio algoz que leva a leilão os espaços dos Clubes por conta de dívidas com IPTU e até mesmo com a intenção de se apropriar das edificações, cuja maioria está nos grandes centros urbanos e são alvo da cobiça de empresários e do poder público, que não fazem a menor questão de preservá-los, com raras exceções.

Conclui-se, então, com este estudo, que o risco de que a tradição, inserida nos espaços dos Clubes Sociais Negros do Brasil, venha a desaparecer é iminente e se não forem tomadas medidas sérias e comprometidas, por parte do Estado Brasileiro, esses lugares desaparecerão, como muitos que já se foram, e parte da história do Brasil, em especial dos afro-brasileiros, será esquecida.

Conclui-se, também, que os Clubes Sociais Negros ainda constituem locais de resistência, sociabilidade e lazer para a população negra, tal como o constituíam nos tempos de intensa segregação racial, porém transformados, com nova roupagem e expectativas, tendo em vista as mudanças da sociedade e as dinâmicas introduzidas no interior desses espaços, corroboradas nas palavras de gestores ao responderem à questão 8, que questionou sobre este assunto.

Segundo Luis Carlos Oliveira (2010), da Sociedade Floresta Montenegrina de Monenegro/RS

Em sua maioria sim, porém estamos atravessando um período transitório na afirmação de nossa personalidade Clubística, e necessitamos encontrar o melhor equilíbrio entre todas as atividades que entendemos de nossa responsabilidade, ou seja o quanto devemos ser recreação, esportivo, social, cultural, político entre outros, temos que encontrar o nosso centro para desenvolvermos todas as atividades sem restringir nosso campo de ação.

Conforme Rubinei Machado (2010), do Clube Fica Ahi pra Ir Dizendo de Pelotas/RS

Com certeza são lugares de resistência, podemos fazer uma única observação para caracterizar a pergunta, se não vejamos você pergunta Clube Social Negro! Manter este cognome após todo o processo de branqueamento imposto pela sociedade branca dominante à falsa democracia racial. Os Clubes mantêm esta identidade e com certeza são territórios Negros de resistência, mas não podemos afirmar que são da mesma forma, pois o racismo se transforma, se esconde e os negros que não são burros como muitos ainda nos taxam, também passam a reavaliar suas formas de resistir. Uma das formas de resistir fazer que nos reconheçam como PATRIMÔNIO BRASILEIRO é sua inclusão no "LIVRO

DE REGISTRO DOS LUGARES” do IPHAN, enquanto PATRIMÔNIO IMATERIAL. Neste sentido já protocolamos nossa solicitação junto ao IPHAN.

É necessário ressaltar que esta não é uma via de mão única, pois os gestores dos Clubes Sociais Negros também precisam fazer uma auto-avaliação e estarem cientes do seu papel em uma sociedade que está em constante mutação. As necessidades e prioridades de ontem não são as mesmas de hoje, ou podem até reafirmarem-se no presente com nova roupagem. Sendo assim, faz-se necessário atualização e dar uma contrapartida para a sociedade que frequenta estes espaços, procurando atingir, com suas ações, projetos e programas, um público diversificado, em especial, atividades voltadas para a juventude negra, tão carente de referenciais positivos no ambiente escolar, que é hostil à presença negra e indígena.

Importante, também, é voltar às origens e sensibilizar os usuários, gestores e frequentadores destes espaços para um aspecto fundamental, a presença das pessoas. Por mais que passem a ter os seus prédios devidamente equipados e paramentados, se não tiverem a comunidade negra e a sociedade a seu lado se apropriando novamente destes espaços, de nada adiantará. É preciso re-conquistar este público que hoje encontra inúmeras outras atrações por aí afora, mas que desconhece a sua própria história. Assim, considera-se este um dos maiores desafios para os dirigentes dos Clubes Sociais Negros nos próximos períodos.

Outro aspecto relevante que merece cuidados especiais nos Clubes Sociais Negros são os acervos materiais, pois eles são detentores de verdadeiros “tesouros” da comunidade negra, como fotografias, documentos, fichas de associados, carteirinhas, quadros de antigos presidentes e de atividades realizadas no interior destes lugares, standartes, placas de bronze com homenagens aos primeiros fundadores, dentre outros que ainda podem e devem ser coletados e que fazem parte do imaginário da população negra, quando se trata de lembrar determinadas épocas, festas, vivências e tradições. Muitos destes acervos acabam se perdendo por falta do devido tratamento e guarda, e até mesmo com as trocas de diretoria. Muitas vezes, alguns acervos vão parar nas residências de seus ex-diretores (quando não são colocados no lixo), e acabam levando consigo parte da história destes espaços.

Recentemente se descobriu em Curitiba, no Paraná, o Clube Treze de Maio, agora o segundo mais antigo do país em atividade, fundado em 1888, o qual ainda

guarda o primeiro Livro de Atas, com documentos manuscritos que antecedem a própria Lei Áurea, pois as primeiras atas deste “documento monumento” datam de 3 de maio de 1888, um acervo raríssimo, símbolo da luta, resistência, organização e ousadia do povo negro. Esse acervo deverá ser digitalizado, devidamente higienizado, acondicionado, restaurado se for o caso, guardado de forma segura e dado acesso ao público, por meio dos inúmeros mecanismos virtuais e digitais que hoje estão à disposição, para melhor conhecer parte da trajetória do povo negro, que ainda está por ganhar visibilidade.

Espera-se que com a recente criação do Curso de Bacharelado em Conservação e Restauro da Universidade Federal de Pelotas/UFPel no Rio Grande do Sul possam viabilizar-se parcerias entre o Museu Treze de Maio e essa Instituição de Ensino Superior, através de Projetos de Extensão, para os procedimentos técnicos no que tange a restauração deste e de outros documentos importantes dos Clubes Sociais Negros, a exemplo do Clube Cultural Fica Ahi Pra Ir Dizendo que firmou parceria com a UFPel e aprovou em 2010, o Projeto de Extensão e Cultura intitulado *“Assessoria ao Clube Social Negro Fica Ahí Pra Ir Dizendo no seu processo de transformação em Centro de Cultura Afro-brasileira”*, com bolsistas que iniciam seus trabalhos de pesquisa, de conservação do acervo, auxiliando na instalação efetiva da Biblioteca Negra, bem como realizando mapeamento das organizações lúdicas e religiosas, manifestações expressivas e /ou agentes culturais e portadores de saberes relacionados aos valores culturais afro-brasileiros da região, comprovando que esta parceria é possível e que pode ser um dos inúmeros caminhos para a revitalização das agremiações negras deste Estado.²⁵⁴

Da mesma forma o Museu Treze de Maio almeja firmar parceria oficial com a Universidade Federal de Santa Maria e outras instituições que se interessarem pela sua temática, tendo em vista este ser um verdadeiro laboratório para os acadêmicos que tem demonstrado imenso interesse em se apropriar do conhecimento repassado pelos dinamizadores do Museu, pela comunidade envolvida e pela documentação que lá se encontra depositada. O Museu ao longo de seus dez anos de reinvenção

²⁵⁴ O Projeto de Extensão e Cultura *“Assessoria ao Clube Social Negro Fica Ahí Pra Ir Dizendo no seu processo de transformação em Centro de Cultura Afro-brasileira”* é coordenado pela Prof^a Rosane Aparecida Rubert, Mestre em Antropologia Social e Doutora em Desenvolvimento Rural e Rubinei Machado, Coordenador de Projetos do Clube Cultural Fica Ahi Pra ir Dizendo.

tem viabilizado aos acadêmicos da UFSM, bem como da UNIFRA, subsídios para inúmeros trabalhos de final de curso, monografias, teses, dissertações, estágios acadêmicos e acredita-se que este é o momento oportuno para se firmar algo mais sólido, com a legitimidade da comunidade envolvida e da academia, que assim também cumpre a sua função social.

Relevante também é a continuidade e a frequência dos encontros entre os Clubes Sociais Negros, para não correr o risco de se perder a “memória coletiva mais ampla”, ou seja, tudo aquilo que compreendia a “minha memória e a deles”, pois conservamos e lembramos parte do passado e nunca a sua totalidade. Para a lembrança ser reconstruída e reconhecida tem que se fazer parte de um grupo e continuar fazendo parte da mesma sociedade, caso contrário esta memória coletiva mais ampla²⁵⁵ desaparecerá, conforme preconiza Halbwachs (2006).

Nestes encontros é que se fortalecem os laços de solidariedade, de amizade e também as tensões afloram, as lembranças são revividas e dessa forma se fortalecem os grupos étnicos, a memória coletiva, preservando, valorizando e divulgando a história das inúmeras agremiações espalhadas por este país e, em particular, da Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio de Santa Maria, o terceiro Clube Social Negro mais antigo do Estado do RS, com 107 anos de existência e resistência.

É imprescindível que cada dirigente, interessados e frequentadores dos Clubes Sociais Negros possam escolher o melhor caminho para a revitalização dos seus espaços, de acordo com a sua realidade, sem se deixar levar por nenhuma “receita pronta”. Se a experiência de Santa Maria e sua reinvenção como um Museu, ou a vontade de se tornar um “Centro de Cultura Afro-Brasileiro”²⁵⁶ ou uma “Casa do Conhecimento”²⁵⁷ forem estrategicamente interessantes para determinados clubes preservarem o seu patrimônio, seus gestores e frequentadores é que decidirão de maneira democrática e legítima pelo grupo.

Relevante também é preservar a festa, os rituais de preparação para o baile, as maneiras de vestir, de se comunicar, de se expressar, com todos os sinais

²⁵⁵ HALBWACHS, 2006, p. 42 e 56.

²⁵⁶ A exemplo do Clube Fica Ahi Pra Ir Dizendo, de Pelotas/RS.

²⁵⁷ É o que propõe João Carlos Martins, do Renascença Clube do Rio de Janeiro, entendendo o Clube como a “Casa do Conhecimento”, uma instituição que movimenta e aponta ações para a transformação, preocupando-se com a formação holística do jovem e sua qualificação para o trabalho e para a vida dentro de uma visão humanitária. Uma casa onde se pode aprender, viver e sonhar.

diacríticos²⁵⁸ da comunidade negra, tão significativos mesmo que transformados, ressemantizados, mas preservar aquilo que lá na origem os fez se reunir, se aglutinar e resistir ao sistema e a sociedade que não os queria enxergar.

Considera-se que os objetivos propostos nesta dissertação foram alcançados através do reconhecimento do IPHAN, que procedeu a abertura do processo de Registro dos Clubes Sociais Negros como Patrimônio Cultural do Brasil, e como **produto final** a viabilização do Site/Portal, financiado pela SEPPIR, que reconheceu este trabalho como importante ferramenta para a implementação da Lei 10639/03; bem como pela visibilidade nacional e internacional (ANEXO Q) que esta proposta tomou em eventos internos e externos com publicação de trabalhos e artigos em seminários, fóruns, encontros e eventos acadêmicos com publicação do trabalho e apresentação de comunicação. Dentre eles, destaca-se a participação no **11º Fórum Estadual de Museus** (27 a 29 de maio de 2008 - em Porto Alegre/RS); no **3º Fórum Nacional de Museus** (07 a 11 de julho de 2008 - Florianópolis/SC/UFSC); **XII Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão – SEPE 2008 e 4º Salão de Iniciação Científica** (05 a 07 de novembro de 2008 - Santa Maria/RS/UNIFRA); **Seminário Patrimônio Cultural e Memória Coletiva** (7 de novembro de 2008 – Ijuí/RS/UNIJUÍ); **I Seminário do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro - Negritude Brasileira: conquistas e desafios para o século XXI** (18, 19 e 20 de novembro de 2008 - Santa Maria/RS/NEAB/FAMES); **III Fórum Brasil Memória em Rede** (19, 20 e 21 de agosto de 2009, São Paulo/SP/Museu da Pessoa); **Seminário Regional para lançamento do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana** (21 de outubro de 2009 - Curitiba/PR/SEPPIR/SUBAA); **VII Jornada Estadual de Estudos Afro-Brasileiros – Direitos Humanos, Pesquisas e Educação** (22 a 26 de setembro de 2009 – Porto Alegre/Memorial do RS/RS); **I Jornada Formação em Museologia Comunitária** (23 de outubro a 07 de novembro - Santa Cruz/RJ).

Almeja-se que as demandas por políticas públicas pautadas em documentos oficiais como a Carta de Santa Maria (2006), Carta de Sabará (2010) e II CONAPIR (2010) sejam efetivadas, que de fato sejam inseridas na agenda do Estado brasileiro como prioridade, que se ampliem parcerias, que protocolos de intenções sejam

²⁵⁸ Conforme Barth, 1998.

assinados, que se possam dar continuidade aos programas, projetos e ações coletivos, ganhando visibilidade e força, no sentido de reafirmar-se como importante política social do Estado no âmbito das relações étnico-raciais e de promoção da igualdade, bem como o reconhecimento e Registro²⁵⁹ destes “lugares de memória e resistência negra”, como “Patrimônio Cultural do Brasil”.

²⁵⁹ Esta ação vem ao encontro da demanda número um, apontada pelos dirigentes dos Clubes Sociais Negros do Brasil em encontros e conferências de Promoção da Igualdade Racial, bem como do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do patrimônio Imaterial e dá outras providências.

REFERÊNCIAS

A TRIBO dos Kripendorf. Dirigido por Todd Roland. Intérpretes: Richard Dreyfuss, Jenna Elfmann et al. 1 DVD (94 min), color, 1998

BARBOSA MARIA, Leiriane Teresinha . **Leiriane Teresinha Barbosa Maria:** depoimento [jan. 2009]. Entrevistadora: Giane Vargas Escobar. Santa Maria, 2009.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Cultura negra e dominação.** São Leopoldo: Editora UNISINOS, Coleção Aldus 9, 2006. 132 p.

BARMAN, Roderick J. **Princesa Isabel do Brasil:** gênero e poder no século XIX. Tradução de Luiz Antônio de Oliveira Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

BARTH, Frederik. **Grupos étnicos e suas fronteiras.** IN: Teorias da Etnicidade. POUTIGNAT, Philippe et al. São Paulo: UNESP, 1998. p.187-227.

BARRETTO, Margaritta. **Turismo e legado cultural:** as possibilidades do planejamento. Campinas, SP: Papyrus. 2000. p, 9-11.

BERND, Zilá. **Os negros: fecundo legado cultural.** In: KERN, Arno Alvarez. et al. *Continente Múltiplo Rio Grande do Sul: A Multiple Continent.* Coleção: O Continente de São Pedro. V. 5. Porto Alegre: Riocell Marprom, 1993.p. 61-82.

BOURDIEU, Pierre; Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal). **O poder simbólico.** 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 322 p.

BORGES, Edson; MEDEIROS, Carlos Alberto; d'ADESKY, Jacques; LACONTE, Wanderley (orgs). **Racismo, preconceito e intolerância.** São Paulo: Atual, 2002. (Espaço & Debate).

Brasil. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 44/2004 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94. Seção II – Da Cultura. Art. 215 e 216. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004. 438 p.

Brasil. **Estatuto de Museus.** PLC – Projeto de Lei da Câmara nº 115/2008. Aprovado em 18 de dezembro de 2008. Disponível em: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/Materia/detalhes.asp?p_cod_mate=86534. Acesso em 22 dez. 2008.

BRASIL. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano – Brasil 2005:** racismo, pobreza e violência. Brasília, DF: PNUD, 2005.

Cadastro Nacional de Clubes Sociais Negros. Museu Treze de Maio, 2006-2007-2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **A etnicidade como fator de estilo.** IN: O trabalho do antropólogo. 2 ed. São Paulo: UNESP; Brasília: paralelo, 15, 2000. p. 135-156.

CARDOZO, André Costa Brizolara. André Costa Brizolara Cardozo: depoimento [jan. 2009]. Entrevistadora: Giane Vargas Escobar. Santa Maria, 2009.

CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha Carneiro (orgs). **RS negro:** cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 27-28.

Catálogo Brasileiro, Brasileiros. Museu Afro-Brasil. Secretaria Municipal de Cultura. São Paulo, 2004.

Catálogo Museu Afro-Brasil: um conceito em perspectiva. Secretaria Municipal de Cultura. São Paulo, 2004.

CHAGAS, Conceição Corrêa das. **Negro uma identidade em construção:** dificuldades e possibilidades. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1996.

CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu:** a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006. 135 p.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3.ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. 288 p.

CLIFFORD, James. **Sobre a autoridade etnográfica**. In: *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. p. 17-62. *Ciclo Etnografia 2008*, no Núcleo de Estudos Contemporâneos (NECON) do Curso de Ciências Sociais da UFSM.

COELHO, Teixeira. **O que é Indústria Cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CUNHA JR., Henrique. **Os negros não se deixaram escravizar**: temas para as aulas de história dos afrodescendentes. Revista Espaço Acadêmico. Nº 69 – Fevereiro/2007- Mensal – Ano VI. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/069/69cunhajr.htm>. Acesso em: 02 jan 2009.

DAIBERT Junior, Robert. **Isabel, a “redentora” dos escravos**: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988). Bauru, SP: EDUSC, 2004. 286 p.

DIÁRIO DE SANTA MARIA. 150 Orgulhos da cidade de Santa Maria. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 17 maio 2008. Revista Especial.

DOMINGUES, Petrônio. **A nova abolição**. Editora Selo Negro, 2008.

_____. **Uma história não contada**: negro, racismo e branqueamento no pós-abolição. São Paulo: Editora SENAC, 2004. p. 22. Disponível em: <http://www.editorasencsp.com.br/>. Acesso em: 15 DEZ 2008.

DUTRA, Maria Rita Py e QUEVEDO, Julio (orgs) **Nas trilhas da negritude**: consciência e afirmação. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 2007.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2007. 21 ed. (estudos; 85)

1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras. Santa Maria, 24, 25 e 26 de novembro de 2006. 2 DVDs (120 min).

EQUIPAMENTOS, USOS E COSTUMES DA CASA BRASILEIRA. Coordenadora-geral da coleção Marlene Milan Acayaba; organizador do volume José Wilton Guerra. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2001. V. 2. **Construção:** fichário Ernani Silva Bruno.

ESCOBAR, Giane Vargas; PADOIN, Maria Medianeira. **Sociedade Cultural Ferroviária 13 de Maio:** um patrimônio local. 5º SEPE – Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão e 1º FEATEC – Feira de Artes e Tecnologia da Unifra. Santa Maria, 2001.

ESCOBAR, Giane Vargas; LAMEIRA, Leonardo Verônimo; LIMBERGER, Lucienne Rossi Lopes. Museu Treze de Maio: memória e identidade negra em Santa Maria – RS. **Revista Brasileira de Museus e Museologia. MUSAS.** n. 3, 2007. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2004, p 58-68.

ESCOBAR, Giane Vargas. Museu Treze de Maio: lugar de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. In: DUTRA, Maria Rita Py e QUEVEDO, Julio (orgs) **Nas trilhas da negritude:** consciência e afirmação. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 2007.

FARIAS, Eduardo Paulino. **Eduardo Paulino Farias:** depoimento [jan. 2000]. Entrevistadora: Giane Vargas Escobar. Santa Maria, 2009.

FLÔRES, João Rodolpho Amaral. **Os clubes sociais ferroviários.** In: Os Trabalhadores da V.F.R.G.S.: profissão, mutualismo, cooperativismo. Santa Maria: Pallotti, 2008, p. 272-276.

_____. **Os bairros e vilas ferroviárias.** In: Fragmentos da História Ferroviária Brasileira. Santa Maria: Pallotti, 2007, p. 182-194.

FLORES, Moacyr. **Dante de Laytano e o negro no Rio Grande do Sul.** São Leopoldo: UNISINOS, Cadernos IHU Idéias. Ano 5 – nº 79 – 2007.

_____. **O mito do gaúcho.** Artigo Disponível em: <http://www.esteditora.com.br/textos/gaucho.htm>. Acesso em: 1º jan 2009.

GARBINATTO, Valeska. **Ensino de história e patrimônio histórico: pontes para a construção da memória e cidadania.** Revista Ciência & Letras. Porto Alegre: Revista da Faculdade Portoalegrense de Educação, Ciências e Letras. Nº 27, pg. 37-48, jan/jun 2000.

GEERTZ, Clifford. **Estar lá:** a antropologia e o cenário da escrita. In: Obras e Vidas: o antropológico como autor. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p. 11-39. *Ciclo Etnografia 2008*, no Núcleo de Estudos Contemporâneos (NECON) do Curso de Ciências Sociais da UFSM.

_____. **Uma descrição densa:** por uma teoria interpretativa da cultura. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p. 13-41. *Ciclo Etnografia 2008*, no Núcleo de Estudos Contemporâneos (NECON) do Curso de Ciências Sociais da UFSM.

GIACOMINI, Sonia Maria. **A alma da festa:** família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro – o Renascença Clube. Belo Horizonte: Editora UFMG. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006. 308 p.

GIRAUDY, Daniele; BOUILHET, Henri. **O museu e a vida.** Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória; Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro – RS; Belo Horizonte: UFMG, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006. 224 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. IPHAN (Revista). **Lanceiros negros:** histórias, memórias e identidades no sul do Brasil. Inventário Nacional de Referências Culturais Massacre de Porongos. Porto Alegre, 2007. 49 p.

_____. Departamento do Patrimônio Imaterial. **Os sambas, as rodas, os bumbas e os meus bois:** a trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. Brasília, DF: IPHAN, 2006.

_____. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais.** Brasília, DF: IPHAN, 2007.

KERN, Arno Alvarez. et al. **Continente múltiplo Rio Grande do Sul:** a multiple Continent. Coleção: O Continente de São Pedro. V. 5. Porto Alegre: Riocell Marprom, 1993.

LAUREANO, João Estanislau. **João Estanislau Laureano:** depoimento [out. 2009]. Entrevistadora: Giane Vargas Escobar. 2 DVDs. Entrevista concedida a Dissertação de Mestrado de Giane Vargas Escobar. Santa Maria-RS.

LAYTANO, Dante de. **O negro no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Primeiro Seminário de Estudos Gaúchos. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1957.

LUDKE, M e ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Rubinei. da Silva. **Rubinei da Silva Machado: depoimento** [dez. 2009]. Entrevistadora: Giane Vargas Escobar. Santa Maria, 2009.

MACEDO, João Heitor da Silva “Nas Trilhas da Negritude”, in: DUTRA, Maria Rita Py e QUEVEDO, Julio (orgs) **Nas trilhas da negritude: consciência e afirmação**. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 2007.

MAESTRI, Mário. **O cativo, o gaúcho e o peão: considerações sobre a fazenda pastoril rio-grandense (1680-1964)**, P. 169-271, in: MAESTRI, Mário (org.). *O negro e o gaúcho: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008. 271 p.

MALINOWSKY, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental** (Introdução). Traduzido do original inglês de Bronislaw Mallinowski, *Argonauts of the Western Pacific – Na Account of Native Enterprise and Adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea*. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1976, 1ª ed. p. 21-38. *Ciclo Etnografia 2008*, no Núcleo de Estudos Contemporâneos (NECON) do Curso de Ciências Sociais da UFSM.

MALAGODI, Maria Eugênia; CESNIK, Fábio de Sá. **Projetos culturais: elaboração, administração, aspectos legais, busca de patrocínio**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Escrituras Editora, visões da cultura, 2004.

MARCHIORI, J e NOAL FILHO, V. **Santa Maria: relatos e impressões de viagem**. Santa Maria: Editora da UFSM, 1997, p. 276.

MILDER, Saul Eduardo Seiguer; OLIVEIRA, Josiane Roza de (orgs.) **Patrimônio cultural: experiências plurais**. Santa Maria: Pallotti, 2008.

_____(org). **As várias faces do patrimônio**. Santa Maria: Pallotti, 2006.

MINAYO, M.(org.) et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994

MONTANÕ, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. PUC-SP. São Paulo, n. 10, p.7-28, Dez. 1993. Disponível em: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>. Acesso em 1º DEZ 2008.

OLIVEIRA, Luis Carlos de, Luis Carlos de Oliveira: depoimento [dez. 2009]. Entrevistadora: Giane Vargas Escobar. Santa Maria, 2009.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira & identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

Política Nacional de Museus: relatório de gestão 2003-2006. Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU, 2006.

PRINCESA ISABEL: retratos fotográficos nas coleções Museu Imperial e Arquivo Grão Pará. In: Alegrias e Tristezas, Princesa Isabel, 1905. Rio de Janeiro: Museu Imperial/IPHAN/Ministério da Cultura, 2006. 1 CD-ROM.

PRIOSTI, Odalice. **Gestão compartilhada em museus comunitários**. [mensagem pessoal]. Recebida por giane.vargasescobar@gmail.com em 20 abr. 2006.

QUEVEDO, Júlio. **Os afro-brasileiros na diversidade cultural brasileira**, in: TEDESCHI, Losandro Antonio; RAMOS, Antonio Dari; SILVA, Andre Luis Freitas da; KNAPP, Cássio; FERREIRA, Bruno (orgs.). *Abordagens Interculturais*. Santo Ângelo: Núcleo de Assessoria e Estudos Interculturais/Universidade Regional Integrada do RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A doação do objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó: Argos, 2004. 178 p.

RAUL, Lody. **O Negro no museu brasileiro: construindo identidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 336 p.

REVISTA BRASILEIRA DE MUSEUS E MUSEOLOGIA. MUSAS. n. 2, 2006. Rio de Janeiro: Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2004. 201 p.

RODA DE LEMBRANÇAS: depoimentos. [nov. 2009]. Entrevistadora Giane Vargas Escobar. Santa Maria: Museu Treze de Maio. 2 DVDs sonoros. Entrevista concedida ao Banco de História Oral do Museu Treze de Maio, 21ª Semana Municipal da Consciência Negra de Santa Maria.

SANT'ANNA, Márcia. **A face imaterial do patrimônio cultural:** os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. in: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **O poder da cultura e a cultura no poder:** a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2005. 264 p.

SANTOS, Vanicléia Silva. **A experiência do Museu Afro-Brasil:** preservação de patrimônio cultural negro e a construção da auto-estima. In: MILDER, Saul Eduardo Seiguer; OLIVEIRA, Josiane Roza de (orgs) Patrimônio cultural: experiências plurais. Santa Maria: Pallotti, 2008.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Conferência de Revisão de Durban.** Brasília/DF. 2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Museologia social.** Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 2000. 136 p.

SEYFERTH, Giralda. **A noção de raça no Brasil:** ambigüidade e preceitos classificatórios. in: ZANINI, Maria Catarina Chitolina, (organizadora). Por que "raça"?: breves reflexões sobre a questão racial, no cinema e na antropologia. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007. p. 101-129.

SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a Abolição da Escravatura:** uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. **Negociação e conflito:** a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Elza E. Maran Queiroz da; CUNHA, Ivanir. **O mito da escravidão cordial sul-rio-grandense: uma discussão historiográfica.** Educ, V.1, n.9, p. 6-13, outubro 2007. Disponível em: <http://www.sinpro-rs.org.br/textual/out07/Revista%20Textua%20Escravidao.pdf>. Acesso em: 03 dez 2008.

SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Calos da Cunha Carneiro (orgs). **RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. 352 P.

SILVA, Kelly Cristina. **Kelly Cristina da Silva: depoimento** [dez. 2009]. Entrevistadora: Giane Vargas Escobar. Santa Maria, 2009.

SILVA, Sergio Batista da; BITTENCOURT JÚNIOR, Iosvaldyr Carvalho. **Etnicidade e territorialidade: o quadro teórico.** In: ANJOS, José Carlos Gomes dos; SILVA, Sergio Baptista da; BITENCOURT JÚNIOR, Iosvaldyr Carvalho et al (orgs.). São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação Cultural Palmares, 2004.

SILVEIRA, Oliveira Ferreira da. **Nas trilhas da negritude: consciência e afirmação.** In: DUTRA, Maria Rita Py e QUEVEDO, Julio (orgs). Nas trilhas da negritude: consciência e afirmação. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 2007.

SILVEIRA, Oliveira Ferreira da. **Os clubes sociais negros no Brasil.** Disponível em: <<http://www.clubesnegrosbr.blogspot.com>> Acesso em 14 dez. 2009.

_____. **Roteiro dos tantãs.** Disponível em: <<http://www.oliveirasilveira.blogspot.com/>> Acesso em: 15 dez. 2009.

SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS. **Guia de Museus do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: SEM-RS, 2006, p.133.

SOCIEDADE CULTURAL FERROVIÁRIA 13 DE MAIO. **Livro de Atas.** Santa Maria, 16 de janeiro de 1966, nº 16, p. 42-43.

SOCIEDADE 13 DE MAIO. **Livro de Atas.** Santa Maria, 29 de julho de 1946.

SOCIEDADE TREZE DE MAIO. **Acta da Fundação.** Santa Maria, 1903-1914.

STORINO, Claudia; et al. Museus sob nova direção. **Jornal do Brasil**, Caderno Mais Folha, São Paulo, 14 abr. 2007.

VARINE, Hugues de. **A nova museologia: ficção ou realidade**. In: Museologia Social. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 2000. p. 21-34.

_____. **O ecomuseu**. Revista Ciência & Letras. Porto Alegre: Revista da Faculdade Portoalegrense de Educação, Ciências e Letras. Nº 27, pg. 61-90, jan/jun 2000.

_____. **O museu comunitário é herético?** 2005 Disponível em:< www.interactions-online.com/articles>. Acesso em 20 out. 2009.

_____. **Patrimônio e cidadania**. In: Museologia Social. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 2000. p. 7-10.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Os nomes da liberdade: ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, Oikos, Coleção Biblioteca Histórica RS, 2008. 373 p.

XAVIER, Regina Célia Lima. **A escravidão no Brasil Meridional e os desafios historiográficos**. In: RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento. SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (orgs). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 15-31.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina, (organizadora). **Por que “raça”?: breves reflexões sobre a questão racial, no cinema e na antropologia**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007. 280 p.

ANEXOS

ANEXO A – Certidão de 22 de fevereiro de 1965, com registro de alteração do nome da rua 24 de Maio para Silva Jardim e alteração do nome da Sociedade Treze de Maio para Sociedade Cultural Ferroviária 13 de Maio.



República dos Estados Unidos do Brasil
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Município e Comarca de Santa Maria
Cartório do Registro de Imóveis

F. Silva Jardim
H. Diniz

Aquiles Diniz
Oficial

Pág. n.º 61

Talão n.º 18



Certifico, que foi feita hoje, sob nº 1, á margem da transcrição número 48.201, á fls. 38 do Livro 3-AZ, a AVERBAÇÃO das seguintes alterações: a) Mudança de denominação da rua 24 de Maio, para rua SILVA JARDIM e b) mudança de denominação da Sociedade Treze de Maio, para a de SOCIEDADE CULTURAL FERROVIÁRIA 13 DE MAIO, tudo conforme consta das certidões e requerimento que ficam arquivados neste Cartório. - - - - -
Protocolado sob nº 53.892 Lº 1-K. - - - - -

O referido é verdade e dou fé.
Santa Maria, 22 de fevereiro de 1965.

Antonio Gabriel Edler
Antonio Gabriel Edler
Suboficial, em exercício.

AGEdler.

REGISTRO DE IMÓVEIS
Oficial: AQUILES DINIZ
SANTA MARIA - R. G. S. - Brasil

ANEXO B – Acta da Fundação da Sociedade Treze de Maio, 13 de maio de 1903.
 Fonte: Acervo Museu Treze de Maio

Acta da fundação

Na tarde de 13 de maio de mil novecentos e treze, em a residência do Sr. D. Fernando d'Almeida, reunidos em numero de quarenta e sete cidadãos foi fundada uma sociedade com o fim de commemorar a gloriosa data treze de Maio.

Por aclamação assumio o cargo de presidente o cidadão José Fontoura que fazendo uso da palavra, expoz vivamente os motivos d'aquella reunião.

Em seguida recedendo ao tribuna os Sr. Curidris do Prado, Abacost de Moraes e José Alves Teixeira e Judio da Silva, que tambem, em eloquentes phrases fizeram a apologia dos illustres fins que se propõe a sociedade ora fundada.

Foi em seguida submettida a votos qual deveria ser sua denominação, que ficou sendo Sociedade Treze de Maio.

Ficou combinado, para dizeo provisoriamente, até que se proceda a respectiva eleição, a seguinte directoria: presidente - José Fontoura, vice presidente - Abacost Pereira de Moraes, 1.º secretario - Osorio Nunes, 2.º secretario - José Alves Teixeira, 3.º secretario - Orvato do Prado, thesorero - Fernando d'Almeida ficando assim preestabelecida a mesa administrativa.

O presidente mandou proceder a leitura da presente acta que foi concorde por todos assignando somente a Directoria

ANEXO C. – Acta do “assentamento da pedra fundamental”, 14 de maio de 1911.
 Fonte: Acervo Museu Treze de Maio

50

Acta da dia 14 Maio de 1911

as duas horas da tarde reuniram-se registados de
 Sr Simão de Antonio de Oliveira grande grupo de
 Socios e Socias a fim comparem todos e seguir para
 assistir e o assentamento da pedra fundamental
 as 3 horas seguiram todos reunidos para o local
 puchado pela Banda de musica Lira popular
 ao chegar ao local ja havia grande massa de Socios e Socias
 ja estava o Pedreiro Sr Jacob com a macho em obra
 com passo de 40 minutos teve a pedra no seu gladio logo
 nesta occasião falou o Sr. nobre presidente Eduardo Rodrigues
 sobre o futuro e prosperidade da Sociedade 13 de Maio
 na mesma occasião falou o Sr Ignacio Rocha e fez
 uma pedula de 10 \$000 para alicio da Sociedade.
 logo que foi terminada seguiram toda a massa popular
 a casa do Sr Simão de Antonio de Oliveira
 a onde foi todos servidos com logo e liquidos
 a inda falarum. diversos aradores.
 as 5 horas foi terminada. ficando o Sr Presidente Eduardo de
 Rodrigues e gratis pelo comparecimento de todos Socios e Socias
 da Sociedade 13 Maio

Presidente	Eduardo Rodrigues
Vice =	Afonso Camillo
1º Secretario	Ignacio Domingues
2º =	Eusebio Velicio
Thesoureiro	Simão de A. Oliveira

ANEXO D – Ata da “Inauguração do novo Prédio”, 1966.
 Fonte: Acervo Museu Treze de Maio

Sessão Solene de Assembleia Geral
 “Inauguração do novo Prédio”

As 20,30 hs do dia 10 de dezembro de 1966, em execução ao programa elaborado para inauguração da nova sede da Sociedade Cultural Ferroviária 13 de Maio, sita a rua Silva Jardim nº 1407, na frente do referido prédio, toda a diretoria, composta dos senhores Presidente Taurino Luiz Garcia, - Vice Pres. Alcey Bonifácio dos Santos -, 1º Tesoureiro Ignácio F da Silveira, 2º tesoureiro João Torres, Secretário Geral José Moura dos Santos, 1º Secretário Totentúlio Lopes, Orador Antonio Maia da Silva, Diretores Ary Xavier, Ezidro Xavier, João Pedro dos Santos, Marciano Praujo Xavier, João de Deus Macedo, Adão Bastos, Lodovitz Ferreira Mello, Gra Alzina C. Torres diretora do Departamento Feminino e auxiliares. Os membros do Conselho Fiscal João José Martins Ferreira, Justimiano R. Cruz, Jovino Silva, Esmeraldino Nascimento, Waldemiro Alves, Gregório Rodrigues, João Marcelino, Paulo Lopes altas autoridades civis, militares e eclesiástica, especialmente convidadas,

ANEXO E – Folder da 21ª Semana Municipal da Consciência Negra - Santa Maria, 16 de novembro de 2009.

Lugares de Memória e resistência Negra

Espaço associativo do grupo étnico afro-brasileiro, originário da necessidade de convívio social do grupo, voluntariamente constituído e com caráter beneficente, recreativo e cultural, desenvolvendo atividades num espaço físico próprio.



Museu Treze de Maio - 2007



Autor desconhecido - Jornalistas e litógrafos na redação do jornal O Clarim de Alvorado - São Paulo, dec. 1929



Johann Moritz Bugendas - Festa de Nossa Senhora do Rosário, pedreira dos negros 1835 - Litografia colorida a mão - RD. Fonte: Catálogo Museu Afrobrasil 2006



Comunidade Romaneamento de Quilombos Cerro do Figueiro - RS, 2005

Realização




Apoio



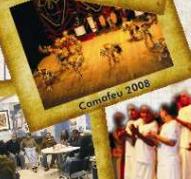


- > Câmara de Vereadores de Santa Maria
- > Projeto OCR
- > Cia de Dança Afro Essus Dandares
- > Instituto de Pesquisa Afro-Brasileira
- > Casa de Matriz Africana Ogum Onix (USUFAB)
- > NEAB FAMES
- > NEAB UFSM
- > Escola de Samba Vila Brasil

21ª Semana Municipal da Consciência Negra



13 a 20 de nov. de 2009
Santa Maria, RS

13/11/09 Sexta-feira 18h	14/11/09 Sábado	20/11/09 Sexta-feira – Museu Treze de Maio
<p>ABERTURA OFICIAL - Museu Treze de Maio</p> <ul style="list-style-type: none"> > Audiência Pública – Tema: “A Discriminação Racial e a Intolerância Religiosa” Participação dos Deputados Estaduais Fabiano Pereira e Raul Corrion Coordenação: Assembleia Legislativa do Estado do RS, Prefeitura Municipal de Santa Maria e Museu Treze de Maio. > Ato de assinatura da abertura da licitação para reforma do telhado do Museu Treze de Maio (2ª Fase) pelo Prefeito Cezar Schirmer e Secretário de Estado da Cultura Mônica Leal – Recursos do PPP (Governo do Estado) – contrapartida da Prefeitura Municipal de Santa Maria - 18h > Lançamento Oficial do CAMPANHA ADOTE UM CLUBE SOCIAL NEGRO EM SEU ESTADO! ou MUNICÍPIO! - 18h30min Entrega da solicitação de emendas parlamentares para o orçamento de 2010/2011 pelos representantes do Estado do RS, na Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros/RS/SEPRIS – Gilson Escobar (Museu Treze de Maio de Santa Maria) e Luis Alberto da Silva (Sociedade Floresta Aurora de Porto Alegre); representante do CODENE, setor Clubes Sociais Negros, Luis Carlos Oliveira e representantes Regionais de Clubes Sociais Negros: > Coordenadora da Região Centro-Oeste – Sirlei Barboza > Coordenador da Região Sul – Rubinei Machado > Coordenador da Região Fronteira – Paulo Espindola > Coordenador da Região Metropolitana – Lisandro Paim e Jefferson Matta > Coordenadora da Capital – Leiriane Barbosa > Coordenador da Região Centro – Claudio Bibiano > Coordenadora da Região Nordeste – Maria de Lourdes Isaia <p>Frente Parlamentar apoiadora da revitalização dos Clubes Sociais Negros do RS</p> <p>Deputado Estadual Fabiano Pereira Deputado Estadual Raul Corrion Deputado Estadual Alexsandro Moreira Deputado Federal Fernando Marroni Senador Suplente do Senador Pedro Simon Maria da Graça Pava Deputada Federal Luciana Genro Deputado Federal Geraldo Filho Deputado Federal Paulo Pimenta Senador Paulo Paim Deputada Federal Manuela D’Ávila</p> <div style="text-align: center;">  <p>13 a 20/11/09</p> <p>Oficina de Dança Afro Museu Treze de Maio</p> </div>	<p>1º Encontro de Mulheres Negras Urbanas e Rurais de Santa Maria – 15h</p> <ul style="list-style-type: none"> > Apresentação do Grupo Vocal de Mulheres Negras Coordenação: Sirlei Barboza e Juzeide Santos <div style="text-align: center; background-color: #FFD700; padding: 5px;"> <p>16/11/09 Segunda-feira</p> <ul style="list-style-type: none"> > Roda de Lembranças com antigos associados da Sociedade Cultural Ferroviária 13 de Maio: “O Treze” Coordenação: Giane Vargas Escobar </div> <div style="text-align: center; background-color: #FFD700; padding: 5px;"> <p>17/11/09 Terça-feira 19h</p> <ul style="list-style-type: none"> > Sessão Solene de entrega da Comenda “Zumbi dos Palmares” – Decreto Legislativo 06/2001 e alterado pela Lei Municipal nº 5208/2009 Local: Câmara de Vereadores - 19h Coordenação: Sirlei Barboza </div> <p>18 e 19/11/09 Quarta e Quinta-feira – A Escola vai ao Museu Treze de Maio</p> <ul style="list-style-type: none"> > Visitação das Escolas Municipais e Estaduais ao Museu Treze de Maio, o primeiro Museu Comunitário da Cultura Afro-Brasileira do Estado do RS. Hora do conto com Maria Rita Py Dutra – Literatura infanto-juvenil, com corte racial negro. Coordenação: Núcleo de Ação Cultural Educativa – Gilvan Moraes Apoio: Joao Davi Minuzzi; Bianca Pereira; Jéssica Nobre; Lucas Silveira; Lucas Womer; Letícia Moreira; Maria Lucia Macari; Renata Bilini Strasser; Renata Baladin Maciel; Matias Rempel; Bruna Gomes Rangel; Augusto Brito, Bárbara Gonçalves. > I Congresso “Zumbi dos Palmares” – GT de Políticas Sociais Anti-Racismo da ASSUFISM Local: Universidade Federal de Santa Maria Coordenação: Paulo Ronaldo da Silva Martins e Rogério Joaquim da Silva > Exposição Fotográfica das Ialorixas de Santa Maria Local: Museu Treze de Maio Coordenação: Vilma Gonçalves Flores Junior 	<ul style="list-style-type: none"> > Comissão de Ações Afirmativas/USFM - O processo das cotas no USFM Coordenação: Juzeide Santos, Matias Rempel, Marta Iris Camargo Messias da Silveira e Vilma Gonçalves Flores Junior <div style="text-align: center; background-color: #FFD700; padding: 5px;"> <p>Outras Atividades</p> </div> <p>06/11/09 - Jantar Baile comemorativo aos 50 anos da escola de Samba Vila Brasil</p> <p>Local: Associação Sargentos e Subtenentes da Brigada Militar</p> <p>27/10 A 09/11/09 – Exposição fotográfica comemorativa aos 50 anos da Escola de Samba Vila Brasil</p> <p>Local: Câmara de Vereadores</p> <p>Coordenação: Alcione Flores da Amaral</p> <p>9 a 14/11/09 – I Curso sobre Africanidade na Escola e no Ensino Superior e II Seminário do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros NEAB – FAMES: Negritude Brasileira, Conquistas e Desafios para o Século XXI – Promoção: FAMES, Museu Treze de Maio e Sa CRE</p> <div style="text-align: center;">  <p>Entrevista para o banco de história oral do MTM - 2009</p>  <p>3ª Batizada de Capoeira do Grupo Barra-Vento - 2009</p>  <p>Comemulv 2008</p>  <p>Equipe de Dinamizadores do MTM - 2009</p>  <p>Festa de Amizade “Comemulv” realizada no Theatro Treze de Maio, durante a Semana da Consciência Negra, em 26/11/2005</p> </div>

ANEXO F – Logomarca desenvolvida para o 1º Encontro Nacional de Clubes Sociais Negros, em 2006. Criada pelo artista plástico Brasileiro e a Design Claudia Loch



ANEXO G - Blog oficial dos Clubes Sociais Negros do Brasil:
www.clubesnegrosbr.blogspot.com



ANEXO H - 1º Troféu Oliveira Silveira – Destaques Negros do RS



A. C. B. Floresta Montenegrina

1º Troféu Brasileiro

OLIVEIRA SILVEIRA

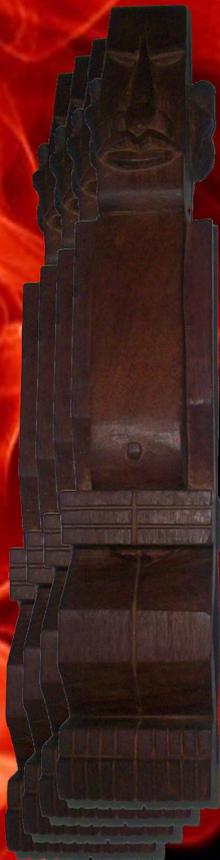
Destaques Negros do RS

Sr. Antonio Ademir Moraes - Carnaval
 Sr. Evandoir Santos - Esporte
 Sra. Giane Vargas Escobar / Clubes Sociais Negros
 Sra. Ivonete Carvalho / Destaque Político Nacional
 Sr. Manoel Soares / Jornalismo
 Sra. Maria Helena Vargas (In Memorium)/LITERATURA
 Sra. Sátira Machado / Destaque Político Estadual
 Sr. Senador Paulo Paim/Destaques Político Nacional
 Sra. Vera Lopes / Manifestações Artísticas

Entidade :
 CENTRO ECUMÊNICO DE CULTURA NEGRA CECUNE

03 de Outubro / 21horas
Jantar em comemoração do 93º Aniversário da
A.C.B FLORESTA MONTENEGRINA
 Local: Sede Social
 Contatos : (51) 36324406/84620320

Rua Flores da Cunha 287- Montenegro/RS



Obra do Artista Gaúcho Americo Souza

ANEXO I – Carta de Santa Maria, 2006



Carta de Santa Maria

Os representantes dos Clubes e Sociedades Negras, juntamente com convidados de outros setores – remanescentes de quilombos, religiosidade (terreiros) e grupo afoxé/bloco afro/escola-de-samba, reunidos em Santa Maria, Rio Grande do Sul, nos dias 24, 25 e 26 de novembro, no **1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras** pautaram os debates em três eixos: **Clubes e Sociedades Negras, Centros de Cultura Afro, Ecomuseus e Museus Comunitários**, com o objetivo de promover a visibilidade dos clubes em âmbito nacional, fazer um diagnóstico da situação dos mesmos, com vistas ao fortalecimento destes espaços de memória, identidade e resistência negra, criando uma rede nacional de clubes negros, apontando caminhos. Cadastraram-se para o evento 53 representantes de clubes do Rio Grande do Sul e 14 de outros estados (Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro), totalizando mais de 300 participantes. A presente carta apresenta algumas das propostas construídas durante o Encontro, com o objetivo de gerar uma pauta nacional para o poder público e os clubes.

1. Reconhecimento dos clubes e sociedades negras como Patrimônio Histórico e Cultural Afro-Brasileiro, com encaminhamento para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN e Fundação Cultural Palmares, conforme os Artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988;

- 2.** Capacitação de gestores dos clubes nas áreas de administração, planejamento estratégico e elaboração de projetos, através de cursos específicos para captação de recursos e o cumprimento da legislação fiscal vigente;
- 3.** Intervenção nos orçamentos municipais (LDO-Lei de Diretrizes Orçamentárias), estaduais e federais, além de influenciar no plano plurianual (PPA);
- 4.** Implementação de ações afirmativas na área de educação a serem desenvolvidas nos clubes e sociedades negras, como: inclusão digital, geração de trabalho e renda, esporte, reforço escolar, curso preparatório para concursos e pré-universitário, contemplando a comunidade negra, em todos os níveis de ensino – alfabetização, fundamental, médio e superior;
- 5.** Capacitação dos gestores dos clubes na área da museologia comunitária, pelo Departamento de Museus/IPHAN, com profissionais indicados pela Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários/ABREMC;
- 6.** Criação de Edital específico para mapeamento do patrimônio material e imaterial dos Clubes Negros em âmbito nacional, dentro do Programa Nacional do Mapeamento do Patrimônio Imaterial/IPHAN;
- 7.** Criação de edital específico para clubes e sociedades negras, dentro do Programa Cultura Viva - Pontos de Cultura/Ministério da Cultura/MinC;
- 8.** Revitalização dos espaços físicos dos clubes e sociedades negras, a partir da abertura de linha de crédito específica em bancos estatais, com carência e a fundo perdido;
- 9.** Criação e manutenção de uma “rede nacional de clubes negros”, para troca de informações e experiências, através do Ministério da Ciência e Tecnologia.
- 10.** Adequação dos estatutos dos clubes ao novo Código Civil;
- 11.** Convite da Ministra Matilde Ribeiro, da SEPPIR, para que uma comissão de representantes de clubes negros entreguem oficialmente a Carta de Santa Maria, em Brasília, para os seguintes órgãos: Ministério da Educação, Ministério da Cultura (Fundação Cultural Palmares, IPHAN), Ministério do Esporte, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR, Ministério da Ciência e Tecnologia;
- 12.** Desenvolvimento de programas intergeracionais nos clubes negros, integrando diversas faixas etárias;
- 13.** Estabelecimento de parcerias com as universidades públicas e privadas, com vistas ao assessoramento aos clubes negros;

14. Continuidade da elaboração do Cadastro Nacional dos Clubes Negros, através do IPHAN, subsidiado com os dados iniciais coletados e mapeados pela Comissão Organizadora do 1º Encontro nacional de Clubes e Sociedades Negras (53 clubes do RS e 14 de outros estados);

15. Divulgação do **Cadastro Nacional de Clubes e Sociedades Negras**, através da internet, onde contenha dados como: histórico, nome do clube, data de fundação, endereço, telefone, e-mail, etc.

Santa Maria, 26 de novembro de 2006.

1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras

ANEXO J – Espelho Projeto Site/Portal Clubes Sociais Negros do Brasil, inserido no SICONV em 2009 (empenhado, aprovado, publicado em DO de 26/01/10)
 Fonte: página do Governo Federal www.convenios.gov.br.

The image displays three sequential screenshots of the SICONV (Sistema de Convênios) website, showing the details of a proposal for 'Clubes Sociais Negros do Brasil'.

Screenshot 1: Overview of the Proposal

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
 SICONV
 Convênio 707880/2009 - 20106 - SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Situação: Convênio Empenhado sim Assinado sim Publicação Publicado

Número do Convênio: 707880/2009
 Número Interno do Órgão: 28923/2009
 Número do Processo: 00041.000010/2009-13

Documento Digitalizado do Convênio: Procurar

Lista de Documentos Digitalizados do Convênio: Nenhum registro foi encontrado.

Fundamento Legal: Decreto 6.170/2007 e PI 127/2008
 Órgão: 20116 - FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL

Screenshot 2: Object and Capacity

Objeto do Convênio: Clubes Sociais Negros do Brasil. O projeto propõem atender a demanda de 60 Clubes Sociais Negros distribuídos nos seguintes estados brasileiro RS, SC, SP, MG e RJ envolvendo toda a comunidade que gira em torno dos referidos Clubes, bem como a comunidade negra. Existe a perspectiva que durante a vigência do projeto atingiremos um publico em torno de 50 mil pessoas.

Capacidade Técnica e Gerencial: O projeto propõe atender a demanda de 60 Clubes Sociais Negros distribuídos nos seguintes estados brasileiro RS, SC, SP, MG e RJ envolvendo toda a comunidade que gira em torno dos referidos Clubes, bem como a comunidade negra. Existe a perspectiva que durante a vigência do projeto atingiremos um publico em torno de 50 mil pessoas.

Arquivos Anexos - Capacidade Técnica e Gerencial: Nenhum registro foi encontrado.

Dados Bancários: Banco BANCO DO BRASIL SA, Agência 2893-2

Datas: Data da Proposta 20/05/2009, Data Assinatura 26/11/2009, Convênio publicado no DOU em 29/01/2010, Data início Vigência 26/11/2009, Data Término Vigência 26/11/2011

Screenshot 3: Values and Repasses

Datas: Data da Proposta 20/05/2009, Data Assinatura 26/11/2009, Convênio publicado no DOU em 29/01/2010, Data início Vigência 26/11/2009, Data Término Vigência 26/11/2011

Valores:

- RS 20.480,00 Valor Global
- RS 23.680,00 Valor de Repasse
- RS 4.800,00 Valor da Contrapartida
- RS 0,00 Valor Contrapartida Financeira
- RS 4.800,00 Valor Contrapartida Bems e Serviços

Repasses:

Ano	Valor (R\$)
2009	RS 23.680,00

Opções para exportar: CSV | Excel | XML | PDF

Gerar Extrato Proposta

ANEXO K – Espelho de emenda de apropriação de despesa - Emenda Parlamentar de autoria da Deputada Federal Luciana Genro (PSol), aprovada no ano de 2008 para execução em 2009.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 0038 / 2008 - LOA

Data: 17/11/2008
Hora: 21:29
Página: 5177 de 9842

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

AUTOR DA EMENDA		EMENDA	
1982 - Luciana Genro		19820001	
MODALIDADE DA EMENDA	TIPO DE EMENDA		
Individual	Apropriação - Inclusão		
ÁREA DE GOVERNO			
Cultura			
MODALIDADE DE INTERVENÇÃO	TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA		
004 Fomento a(o)	515 Cultura Afro-brasileira		
LOCALIDADE BENEFICIADA			
4316907 - Santa Maria			
COMPLEMENTO DA LOCALIDADE			
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA		
Orçamento Fiscal	Fund. Cultural Palmares		
FUNÇÃO / AÇÃO / SUBTÍTULO			
13.292.0172.8053			
Fomento a Projetos da Cultura Afro-Brasileira			
Santa Maria - RS			
ESPECIFICAÇÃO DA META		QUANTIDADE	
Projeto apoiado(unidade)		60	
ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)			
GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	40 Transf. a Municípios	2	500.000
		TOTAL	500.000
CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS			
SEQUENCIAL FONTE GND	MOD. APLICAÇÃO	ID RP	Valor Deduzido
020000 100 9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0 2	500.000
		TOTAL	500.000
TIPO DA SUBVENÇÃO			
Pública			

JUSTIFICATIVA

O objetivo deste Projeto é dar início à constituição de um acervo documental, iconográfico e de relatos orais, de 60 (sessenta) Clubes Sociais Negros, já cadastrados a partir do mapeamento centralizado junto ao Museu Treze de Maio, em Santa Maria, com vistas a encaminhar os resultados desta pesquisa para que o IPHAN, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, proceda ao Registro destes espaços como Patrimônio Cultural Brasileiro, de acordo com o que prevê a legislação tangente ao patrimônio imaterial e os lugares de memória, uma reivindicação dos Clubes, registrado na "Carta de Santa Maria", quando da realização do 1º Encontro Nacional de Clubes Sociais Negros, em novembro de 2006.

ANEXO L – Ofício nº 541/2009 da Prefeitura Municipal de Santa Maria disponibilizando contrapartida para o Projeto, datado de 13 de agosto de 2009.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA

Ofício nº 541/2009

Santa Maria, 13 de agosto de 2009.

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Ao cumprimentá-lo cordialmente e na oportunidade encaminhamos a Vossa Excelência o Projeto de Fomento da Cultura Afro-Brasileira, com vistas à liberação do recurso através de Emenda Parlamentar Individual da Deputada Luciana Genro no Orçamento Anual 2009 para o Município de Santa Maria - RS.

Ressaltamos a importância do projeto de inclusão e preservação do Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro e para tal o Município se propõe a dar a contrapartida, conforme dotação orçamentária anexa.

Emenda Parlamentar n.º 19820001

Funcional Programática n.º 13.392.0172.8053

Valor do Repasse: R\$ 500.000,00

Valor da Contrapartida: R\$ 42.074,64

Contando com Vossa valorosa atenção, e por entendermos justas nossas solicitações, segue em anexo o projeto.

Respeitosamente,

Cezar Augusto Schirmer
Prefeito Municipal

A Sua Excelência o Senhor
Ministro João Luis Silva Ferreira
Ministério da Cultura
Brasília - DF

ANEXO M – Ofício 097/09 – GAB/DPI/IPHAN – Brasília, 1º de junho de 2009.
Encaminha Instrução Normativa 001/09, de 02 de março de 2009.



IPHAN

INSTITUTO DO
PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E
ARTÍSTICO
NACIONAL

Ofício nº 097/09 – GAB/DPI/Iphan

Brasília-DF, 1º de junho de 2009.

Aos Senhores
Representantes da Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros
Rua Venâncio Aires 2114 – 3º andar – apt. 01
Santa Maria – RS
97.010-004

C/C
Sra. Ana Lúcia Meira
Superintendência do Iphan no RS

Assunto: Encaminha instrução normativa 001/09, de 02 de março de 2009.

Prezados Representantes,

1. Venho por meio deste informar que o Departamento do Patrimônio Imaterial encontra-se à disposição para apotar ações voltadas para a salvaguarda do patrimônio cultural relativo aos Clubes Sociais Negros do Brasil. Nesse sentido, gostaríamos de informar sobre os trâmites relativos ao uso do INRC constantes na **INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 001/2009**, de 02 de março de 2009, anexa.

2. Conforme essa instrução, em seu Art. 3º, para autorização do uso do INRC o interessado deverá encaminhar à Direção do DPI ou à Superintendência do Iphan no estado do Rio Grande do Sul, requerimento contendo, dentre outros itens, plano de trabalho simplificado relativo ao objeto a ser inventariado. Assim, solicitamos que o projeto em tela seja encaminhado a essa Superintendência a fim de dar início ao processo de inventário em tela.

3. Por oportuno, agradecemos o interesse na Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil, ao tempo que nos colocamos à disposição para outros esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



MARCIA SANT'ANNA
Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial/Iphan
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ANEXO N – Ofício-Circular nº 002/09 – GAB/DPI/IPHAN – 05 de novembro de 2009, Informa a abertura do processo nº 01450.007019/2009-98, referente ao pedido de registro dos Clubes Sociais Negros do Brasil no “Livro de Registro dos Lugares” do IPHAN.



IPHAN

INSTITUTO DO
PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E
ARTÍSTICO
NACIONAL

Ofício-Circular nº 002/09 – GAB/DPI/Ipahan

Brasília-DF, 05 de novembro de 2009.

Aos Senhores
Representantes da Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros
Rua Venâncio Aires 2114 – 3º andar – aptº 01
Santa Maria - RS
97.010-004

C/c:
Superintendência do Iphan em Santa Catarina
Superintendência do Iphan em Rio Grande do Sul
Superintendência do Iphan em Rio de Janeiro
Superintendência do Iphan em Minas Gerais
Superintendência do Iphan em São Paulo

Assunto: Informa abertura de processo de Registro dos Clubes Sociais Negros do Brasil.

Prezados Senhores,

1. Tenho o prazer de informar que foi aberto neste Departamento do Patrimônio Imaterial o processo nº 01450.007019/2009-98, referente ao pedido de Registro dos Clubes Sociais Negros do Brasil no "Livro de Registro dos Lugares de Memória do Iphan" (sic), por solicitação da Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros, composta por representantes de clubes de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Esclarecemos, no entanto, que o Livro destinado ao pedido de Registro em questão não é o "Livro de Registro dos Lugares de Memória do Iphan", e, sim, apenas o Livro de Registro dos Lugares.

2. Em conformidade com a Resolução 001/2006 e o Decreto 3.551/2000, em anexo, informamos ainda que a proposta encontra-se em fase de avaliação técnica preliminar quanto à sua pertinência e que, depois, será submetida à apreciação da Câmara do Patrimônio Imaterial. Oportunamente, entraremos em contato para comunicar as deliberações relativas à continuidade do processo.

3. Aproveitamos a oportunidade para cumprimentar e agradecer a iniciativa em prol da preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Atenciosamente,


MARCIA SANT'ANNA
Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ANEXO O – Ofício nº 234/09 – GAB/DPI/IPHAN – 10 de dezembro de 2009, Reafirma a abertura do processo de registro dos Clubes Sociais Negros do Brasil no “Livro de Registro dos Lugares” do IPHAN e solicita complementação da documentação já encaminhada ao IPHAN.

Ofício nº 234/09 – GAB/DPI/Iphan

Brasília-DF, 10 de dezembro de 2009.

Aos Senhores
Representantes da Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros
Rua Venâncio Aires 2114 – 3º andar – apto. 01
97.010-004 - Santa Maria – RS

C/c:
Sra. Ana Lúcia Meira
Superintendência do Iphan no Rio Grande do Sul

Assunto: Pedido de Registro dos Clubes Sociais Negros do Brasil

Prezados Senhores,

1. Informamos que foi aberto neste Departamento do Patrimônio Imaterial o processo nº 01450.007019/2009-98, referente ao pedido de Registro dos *Clubes Sociais Negros do Brasil* no "Livro de Registro dos Lugares de Memória do Iphan". Essa correspondência encaminha um texto descritivo que contempla aspectos relacionados à origem e história dos Clubes Sociais Negros e, em particular, da Sociedade Cultural Ferroviária 13 de Maio, sediada em Santa Maria, Rio Grande do Sul, e chama a atenção para a importância dessa sociedade para a história regional.

2. Informamos, inicialmente, que o Registro de bens culturais de natureza imaterial deve sempre levar em consideração a continuidade histórica dos bens culturais por meio dos sentidos a eles atribuídos não apenas no passado, mas, especialmente, no presente. Sendo assim, pressupõe o entendimento dos modos de apropriação prática e simbólica do lugar em questão através do tempo. No caso do registro de Lugares, isso se dá porque se parte do pressuposto que toda atividade humana produz sentido, mas que há certos espaços que possuem um sentido cultural específico e diferenciado para a população. E são, justamente, estas atividades e estes sentidos abrigados nestes espaços que constituem o elemento de diferenciação que possibilita considerar um lugar como patrimônio cultural.

3. Os procedimentos a serem observados para o Registro de um Bem Cultural de Natureza Imaterial foram estabelecidos pelo Decreto 3.551/00 e regulamentados pela Resolução nº 01/06, ambos em anexo. De acordo com o artigo 4º dessa Resolução, neste primeiro momento, a proposta deve conter uma série de informações e documentos que permitam uma avaliação preliminar de sua pertinência. Entendemos, no entanto, que o conteúdo do presente pedido e do texto descritivo que o acompanha não são suficientes para a realização da avaliação, necessária ao prosseguimento do processo.

4. Nesse sentido, solicitamos a complementação da documentação e das informações iniciais enviadas, com ênfase: 1) na justificativa do pedido, 2) nos sentidos atribuídos hoje pelas pessoas que frequentam estes espaços e 3) na importância dos Clubes Sociais Negros para a constituição e afirmação das identidades dos grupos afro-brasileiros na atualidade, e não apenas para a história regional. Interessa-nos saber, principalmente, se estes clubes ainda se constituem em locais de sociabilidade e lazer para a população negra, tal como o constituíram nos tempos de intensa segregação racial. Em caso afirmativo, informar como e em que sentido, que atividades são hoje realizadas e se são ainda frequentados apenas por essa parcela da população.

5. Com vistas ainda a um melhor entendimento da questão, gostaríamos de solicitar também o encaminhamento de cópia do projeto de pesquisa mencionado no pedido de Registro, intitulado "Registro das Histórias e Memórias dos Clubes Sociais Negros do Brasil: Cidadania, Inclusão e Preservação do Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro".

6. Informamos, por fim, que, caso as atividades sócio-culturais relacionadas à comunidade negra não tenham logrado continuidade nestes clubes, pode haver também a possibilidade de tombamento desses espaços como lugares de memória da sociabilidade e da resistência da população afro-descendente ao preconceito racial.

7. Aproveitamos a oportunidade para cumprimentar e agradecer a iniciativa em prol da preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Atenciosamente,



MARCIA SANT'ANNA

Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IpHAN

ANEXO P - Espelho do Projeto de Memória dos Clubes Sociais Negros do Brasil, inserido no SICONV em 14/08/09, sob o número 059151/2009 (em análise).

Fonte: www.convenios.gov.br.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SICONV

Proposta 059151/2009 - 20408 - FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

Situação: **Proposta em Análise**

Número da Proposta: **059151/2009**

Lista de Documentos Digitalizados do Convênio

Nenhum registro foi encontrado.

Órgão: **42000 - MINISTERIO DA CULTURA**

Órgão Vinculado: **20408 - FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**

Modalidade: **Convênio**

O Município de Santa Maria foi emancipado em 1858, com uma população de 270.073mil habitantes, localiza-se no centro do Estado do RS a 286 km da capital Porto Alegre. É uma cidade que se desenvolveu a partir da malha ferroviária, onde os negros atuaram decisivamente no processo de construção da cidade. A Prefeitura Municipal de Santa Maria tem sido parceira dos projetos do Museu Treze de Maio e demandas do Movimento Negro. Apoiou a realização do 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras, realizado em 2006. Em 2009 a

aqui instaladas.

Objeto do Convênio: **Levantamento dos Clubes Sociais Negros do Brasil como lugares de memória: cidadania, inclusão e preservação do patrimônio cultural imaterial afro-brasileiro.**

Capacidade Técnica e Gerencial: **A Prefeitura Municipal de Santa Maria possui técnicos com capacidade para gerenciar o referido projeto.**

Arquivos Anexos - Capacidade Técnica e Gerencial

Nenhum registro foi encontrado.

Dados Bancários

Banco: **BANCO DO BRASIL SA**

Agência: **0126-0**

Datas

Data da Proposta: **07/08/2009**

Data Início Vigência: **31/12/2009**

Data Término Vigência: **31/12/2010**

Valores

RS 542.074,64 Valor Global

→ **RS 499.210,00** Valor de Repasse

→ **RS 42.864,64** Valor da Contrapartida

→ **RS 42.864,64** Valor Contrapartida Financeira

→ **RS 0,00** Valor Contrapartida Bens e Serviços

Repasse

ANEXO Q – Página de Hugues de Varine, França, 2009.
 Fonte: www.interactions-online.com/articles

The screenshot shows a Windows Internet Explorer browser window displaying the website Interactions-Online.com. The address bar shows the URL: http://www.interactions-online.com/page_news.php?id_news=412&filtre_visu=0&pr=clubes%20sociais%20negros. The page title is "Communautés et Développement - Communities and Development - Comunidades e Desenvolvimento". The main content area features an article titled "Action communautaire / Community action" dated 09.12.2009, with the subtitle "Clubes sociais negros no Brasil". The article text discusses the role of social clubs for Black urban elites in Brazil after abolition, mentioning the Revista Mix Ideias - Diário de Santa Maria and the author Glane Vargas Escobar. A small portrait of a woman is visible at the bottom right of the article text.

Communautés et Développement - Communities and Development - Comunidades e Desenvolvimento

• Accueil • Articles • Agenda • Contact • Lettre d'informations

Action communautaire / Community action

[09.12.2009] [Clubes sociais negros no Brasil](#)

CLUBES SOCIAIS NEGROS: LUGARES DE SOCIABILIDADE DAS ELITES NEGRAS URBANAS NO PERÍODO PÓS-ABOLIÇÃO

Artigo publicado na Revista Mix Ideias – Diário de Santa Maria, em 8 e 09 de agosto de 2009.

Glane Vargas Escobar (*) / Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (**)

Os Clubes Sociais Negros são espaços associativos do grupo étnico afro-brasileiro, originário da necessidade de convívio social do grupo, voluntariamente constituído e com caráter beneficente, recreativo e cultural, desenvolvendo atividades num espaço físico próprio. (Oliveira Silveira (1) e Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros, fevereiro de 2008).

* ... Especialista em Museologia/UNFRA, Mestranda em Patrimônio Cultural/UF SM, Diretora Técnica do Museu Treze de Maio/Santa Maria/RS, representante da Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros/RS/SEPPIR, ativista do Movimento Negro. E-mail: glane.vargasescobar@gmail.com

** ... Docente do Departamento de História e do Mestrado em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria; Doutor em História Social pela USP, orientador do Projeto da acadêmica do Mestrado em Patrimônio Cultural/UF SM, Glane Vargas Escobar, intitulado: "Clubes Sociais Negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial".

A origem dos Clubes Sociais Negros é anterior a abolição da escravatura, em 1888. Podemos citar o "Floresta Aurora" de Porto Alegre, Clube Social Negro mais antigo do país, em atividade, fundado em 1872. Eles surgiram como um contraponto à ordem social vigente, além de constituírem-se num local de sociabilidade e de lazer para a população negra, que era impedida de frequentar os tradicionais "clubes sociais brancos". Além disso, tinham como

Concluído

Internet 100%

Iniciar

orkut - gente loka no...

Interactions-Online.c...

musius SM DVD 3

Terminado

Juan -Quandegobadia...

02:59

APÊNDICES

APÊNDICE A – Modelo de Cadastro Nacional de Clubes Sociais Negros, 2006.

**CADASTRO DE CLUBES/SOCIEDADES NEGRAS
MAPEANDO ESPAÇOS LEGÍTIMOS DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E
IDENTIDADE NEGRA**

I - DADOS DA ENTIDADE:

Identificação do Clube

1.1. Nome do Clube: _____

1.2. Endereço:

1.3

Bairro: _____

1.4.

Cidade: _____

1.5. UF: _____ 1.6.CEP: _____ 1.7. Caixa Postal: _____

1.8. Telefone: (_____) (_____) (_____)

DDD

Telefone Geral

1.9. E-mail: _____

1.10. Site:

Identificação do Presidente/Diretor e/ou Responsável pela Entidade

1.11. Nome do Presidente/Diretor e/ou Responsável pela

Entidade: _____

1.12. Endereço: _____

1.13. Bairro: _____

1.14. Cidade: _____

1.15. UF: _____ 1.16.CEP: _____ 1.17. Caixa Postal: _____

1.18. Telefone: (_____) (_____) (_____)

DDD

Telefone Res

Telefone Celular

1.19. E-mail: _____

Características Gerais do Clube e/ou Sociedade Negra

1.20. Data de fundação:

1.21. Breve Histórico do Clube e situação atual

II – CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DO PRÉDIO DO CLUBE

2.1. Área do prédio

total (m²): _____

edificada (m²): _____

livre (m²): _____

2.2. A edificação é:

() Própria () Alugada () Empréstimo/Comodato

III - ATIVIDADES

3.1. O Clube desenvolve atividades sistemáticas com a comunidade negra?

() Sim () Não

Especifique e

quantifique: _____

3.2. O Clube possui um quadro de associados?

() Sim Quantos negros/pardos? () Quantos brancos ()

() Não

IV – RECURSOS HUMANOS

4.1. Informe o número total de colaboradores do Clube: ()

V – ORÇAMENTO

5.1. Composição do orçamento do Clube:

	Valor total em 2001	Valor total em 2002	Valor total em 2003	Valor total em 2004	Valor total em 2005
ORÇAMENTO ANUAL:					
Receitas próprias (especifique)					
Outras fontes Pessoa Física					
Outras fontes Pessoa Jurídica					
Total					

VI – OBSERVAÇÕES GERAIS:

APÊNDICE B – Relação dos Clubes Sociais Negros do RS.



CNPJ nº 07687491/0001-30
Santa Maria - Rua Silva Jardim, 1407 – Cep 97010-490 - Bairro Rosário
museutrezede maio.sm.nu.com@gmail.com
Fone: 55-3226 6082

CLUBES SOCIAIS NEGROS DO RIO GRANDE DO SUL

CADASTRO DE CLUBES SOCIAIS NEGROS DO ESTADO DO RS - MAPEADOS 2006-2009								
Relação atualizada em 10/03/2010								
Nº	Cidade/Região	Clube	Endereço	Bairro	CEP	Área Total	Edificação	Data de Fundação
CEITRO-OESTE								
1	Caçapava do Sul	Sociedade Recreativa Harmonia	Barão de Caçava, 861	Centro			Própria	1971
2	Caçapava do Sul	CTG Clareira da Mata - Grupo Cultural Lanceiros Negros						
3	Cacequi	Sociedade Cultural Sete de Setembro	Rua Bento Gonçalves, 881	Centro			Própria	1928
4	Cruz Alta	Clube Três de Maio						
5	Formigueiro	Sociedade Recreativa Princesa Isabel	Avenida Gustavo Katy	Centro			Própria	1965
6	Júlio de Castilhos	Sociedade Cultural Recreativa José do Patrocínio	XV de novembro 290	Centro	98130-000	805m2	Própria	14/7/1913
7	Restinga Seca	Sociedade Recreativa Cultural União Restiguense	Ricardo Muller 855	Centro	97200-000	312m2	Própria	5/2/1983
8	Santa Maria	Clube União Familiar	Rua Barão do Triunfo	Centro			Própria	00/00/1896
9	Santa Maria	Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio - Museu Treze de Maio	Silva Jardim 1407	Rosário	97010-490	400m2	Própria	13/5/1903
10	São Sepé	Sociedade Cultural e recreativa Visconde do Rio Branco	Independência 1169	Centro	97340-000	437,58m2	Própria	23/4/1943
11	Tupancirê	Sociedade Recreativa e Cultural treze de Maio	General Osório 387			136m2		13/5/1952
12	Tupancirê	Sociedade Recreativa Acadêmicos do Salgueiro	Coronel Lima 107	Beck	98170-000	1574m2	Própria	24/7/1977
13	São Vicente	Clube União Beneficente General Vargas						
CEITRO								
14	Cachoeira do Sul	Clube Cultural Beneficente União Independente	Batista Carlos 196	Frota	96506-660	1777,35m2	Própria	28/2/1956
15	Cachoeira do Sul	Clube 13 de Maio						
16	Candelária	Sport Clube Brasil						
17	Encruzilhada do Sul	Clube Recreativo Tabajara				250m2	Própria	
18	Rio Pardo	Associação Beneficente Reino de Oxum	1º de Maio, Praça do Porto Rio Pardo	Igino Letão	96640-000	220m2	Própria	
19	Rio Pardo	Sociedade velhas Guardas						
20	Santa Cruz	Grêmio Recreativo Beneficente Operário						
21	Venâncio Aires	Associação Negro Foot-Ball Club	Engenheiro Henrique Villanova 1520	Cidade Alta	95900-000	1464,50m2	Própria	29/6/1935
FROITEIRA								
22	Alegrete	Sociedade União Operária 1º de Maio						
23	Piratini	Sociedade Recreativa 13 de Maio						
24	Pinheiro Machado	Os Filhos da Lua						
25	Bagé	Sociedade recreativa Cultural Zingarus	Dr. Freitas 527	Centro	96412-400	25m x 50m	Própria	2/1/1936
26	Dom Pedrito	Clube Recreativo Rio Grandense						
27	Rosário do Sul	Sociedade Recreativa Beneficente União Rosariense	Amann Sruhn 2265	Centro	97590-000	579,13m2	Própria	1/5/1915
28	Santana do Livramento	Clube Farroupilha	Sete de Setembro 541	Centro	97574-280		Própria	20/9/1935
29	São Gabriel	Sociedade 15 de Novembro						
30	Uruguaiana	Associação Beneficente Recreativa e Cultural União Filhos do Trabalho	Rua Iris Valls, 1884	Centro			Própria	1925
SUL								
31	Arroio Grande	Clube Guarani						
32	Camaquã	Clube Recreativo Honorato Domingues Soares	Dr. Walter 788	Centro	96180-000	677,92m2	Própria	4/4/1960
33	Jaguarão	Clube 24 de Agosto						
34	Pelotas	Clube Fica Ahi pra I Dizendo	Marechal Deodoro 1368	Centro			Própria	1921
35	Pelotas	Clube Cultural Chove não Molha	Rua Benjamin Constant, 2118	Centro			Própria	26/2/1919
36	Pelotas	Clube Depois da Chuva						1917
37	Rio Grande	Clube Cultural Estrela do Oriente	Vice Almirante Abreu 116	Centro	96200-270	207m2	Própria	21/7/1923
38	Rio Grande	Clube Cultural Recreativo Braço é Braço	Gal. Canabarro 428	Centro				1920
39	Santa Vitória do Palmar	Clube Ljame de Palmas						
40	São Lourenço	Sociedade Recreativa Cultural 15 de Novembro	Júlio de castilhos 2214	Centro		12m x 25m	Própria	20/1/1954
HORDESTE								
41	Carazinho	Sociedade Flor da Serra						
42	Passo Fundo	Clube de Difusão Cultural e Técnico Visconde do Rio Branco	Moron 1226	Boqueirão	99025-004	650m2	Própria	23/4/1916
43	Palmeira das Missões	Clube 13 de Maio						
HORTE								
44	Santo Ângelo	Sociedade Princesa Isabel						
METROPOLITANA								
45	Arroio dos Ratos	Sociedade Os Tesouros						
46	Butiá	Clube Ouro Preto						
47	Canoas	Sociedade Cultural e Beneficente Rui Barbosa	Farroupilha 834	Harra Senhora da Graça	92110-250	1200m2	Própria	3/3/1968
48	Canoas	Sociedade Cultural e Beneficente Castro Alves	Monte Castelo 700	Harra Senhora da Graça	92025-370	1100m2	Própria	22/2/1959
49	Gravataí	Sociedade 6 de Maio						
50	Montenegro	Sociedade Floresta Montenegrina	Rodolfo Heller 590	São João	95780-000	300m2	Própria	28/9/1916
51	Novo Hamburgo	Sociedade Esportiva Cultural e Beneficente Cruzeiro do Sul						
52	Osório	Clube José do Patrocínio	Barão do triunfo 1065	Centro	95520-000	481m2	Própria	6/1/1948
53	Porto Alegre	Sociedade Floresta Aurora	Rua Coronel Marcos, 527				Própria	1872
54	Porto Alegre	Associação Satélite Prontidão	Coronel Aparício Borges 288	Glória	90680-570	2200m2	Própria	20/4/1902
SERRA								
55	Bento Gonçalves	Sociedade Quilombo						

APÊNDICE C – Instrumento de Pesquisa – Questionário



UFSM

Universidade Federal de Santa Maria



Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural

Aluna: Giane Vargas Escobar

Área de concentração: História e Patrimônio Cultural

Linha de Pesquisa: História e Patrimônio Cultural

Orientador: Prof. Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos

Ano: 2008-2010

Pesquisa sobre os Clubes Sociais Negros e as Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Reparação ao Povo Negro

Título da Dissertação:

Clubes Sociais Negros: Lugares de Memória, Resistência Negra, Patrimônio e Potencial

Objetivo da Pesquisa:

Registrar os anseios, objetivos, sonhos e sentidos atribuídos aos Clubes Sociais Negros na contemporaneidade, através da manifestação dos seus gestores, usuários e freqüentadores.

Data prevista para defesa: 27/03/2010

1) Informe seus dados pessoais

Nome completo: _____

Apelido: _____

Endereço Pessoal: _____

Idade: _____

Telefone(s): _____

E-mail: _____

2) Participa de alguma entidade do Movimento Social Negro? Em caso afirmativo, qual o nome desta entidade?

() SIM _____

() NÃO

3) Há quanto tempo milita através desta organização? Informe a data de fundação desta organização e principais atividades que hoje ela realiza.

4) Informe qual era a profissão dos trabalhadores negros que idealizaram o Clube Social Negro que você faz parte (ex.: ferroviários, policiais militares da Brigada, militares do exército, militares da aeronáutica, militares da marinha, professores da rede pública/privada, comerciários, estivadores, artistas do teatro, artistas plásticos, garis, empregados domésticos, operários da empresa..., etc). Na atualidade qual a profissão destes trabalhadores?

5) Qual a frequência de negros e negras nas ações do seu Clube Social Negro?

6) Na sua opinião, qual o sentido atribuído hoje pelas pessoas que freqüentam os Clubes Sociais Negros? O que elas buscam/esperam nestes espaços?

7) Qual a importância dos Clubes Sociais Negros para a constituição e afirmação das identidades dos grupos afro-brasileiros na atualidade?

8) Na sua opinião, os Clubes Sociais Negros ainda se constituem em locais de resistência, sociabilidade e lazer para a população negra, tal como o constituíam nos tempos de intensa segregação racial?

9) O que você pensa sobre as políticas de ações afirmativas e de reparação ao povo negro, no que se refere aos Clubes Sociais Negros?

10) Quais as principais e mais urgentes ações que devem ser implementadas pelo Estado Brasileiro para dirimir os problemas enfrentados pelos Clubes Sociais Negros e qual o papel dos gestores e freqüentadores destes espaços neste contexto?

**TERMO DE CONSENTIMENTO E CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS
DE DEPOIMENTO DE CARÁTER HISTÓRICO E DOCUMENTAL**

Eu, _____ RG _____ autorizo de livre espontânea vontade, em caráter gratuito, permanente e irrevogável que a pesquisadora **Giane Vargas Escobar** utilize as informações por mim prestadas em sua dissertação do **Mestrado em Patrimônio Cultural da UFSM**, podendo também servir como fonte para artigos acadêmicos e/ou culturais. Estas informações ficarão à disposição de pesquisadores e interessados neste tema, na sede do Museu Treze de Maio de Santa Maria/RS.

() **Autorizo** utilizar meu nome nesta pesquisa

() **Não autorizo** utilizar meu nome nesta pesquisa, podendo ser usado o pseudônimo

_____.

_____, _____ de _____ de _____.

LICENCIANTE